

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAMPUS FRANCA

LUCAS GUIMARÃES VICENTE

ENTRE ESPELHO E FANTASIA: A AVENTURA DA MODERNIDADE DE SÃO

PAULO À RIBEIRÃO PRETO (1920 – 1930).

FRANCA

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAMPUS FRANCA

LUCAS GUIMARÃES VICENTE

ENTRE ESPELHO E FANTASIA: A AVENTURA DA MODERNIDADE DE SÃO

PAULO À RIBEIRÃO PRETO (1920 – 1930).

Dissertação de Mestrado do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP / Campus Franca, apresentado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Sob orientação do Prof. Pós Doutor Pedro Geraldo Tosi (Departamento de História – FCHS-UNESP/Franca).

**FRANCA
2014**

**ENTRE ESPELHO E FANTASIA: A AVENTURA DA MODERNIDADE DE SÃO
PAULO À RIBEIRÃO PRETO (1920 – 1930).**

Dissertação de Mestrado do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP / Campus Franca, apresentado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Sob orientação do Prof. Pós Doutor Pedro Geraldo Tosi (Departamento de História – FCHS-UNESP/Franca).

Data: _____

Banca Examinadora:

1) Prof. Pós Dr. Pedro Geraldo Tosi (Presidente) _____
(Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP/Franca)

2) Prof.(a) Dr. (a) _____
(_____)

3) Prof.(a) Dr. (a) _____
(_____)

Resultado final: _____

AGRADECIMENTOS

Uma das maiores virtudes humanas e saber agradecer, agradecer em todo tempo o que lhe dado, não só por Deus, mas por cada pessoa ao nosso lado, que deixamos de falar uma palavra de amor, pela pouca significância de seus atos contínuos e cotidianos em nossa vida. Ato do agradecer, é uma das poucas ações que ainda poder ser vista num amor comunitário, em meio de todo egocentrismo em que vivemos, daí a importância de agradecer.

Neste sentido queria agradecer todas pessoas que fizeram parte desta saga, e desta escrita; agradecer a Deus por me dar Sabedoria e capacidade para tornar este trabalho o que é hoje. Contudo Sua ação não ficou restrita em me capacitar, mas em colocar pessoas em minha vida para forjar o que sou hoje, essas pessoas que me deram esperança e me amaram, permitindo eu continuar na minha escrita, progredir até mítico e lúdico da formação acadêmica. E a essas pessoas que procuro continuar minha vida para honrá-los, e agradecê-los por tudo. Tais são Maria e Helena minhas segundas mães, minha vó Cândida que me ensinou a amar historia, Cicília que acreditou em mim todo tempo, e minha família Thiago, Gregório, Monica, que puderam da suporte nesta formação mesmo com muitos caminhos tortuosos de nossas vidas, não deixaram de estar meu lado.

E principalmente Minha esposa namorada que pode me suportar nesses dias difíceis de monografia, me apoiar para sempre acreditar que conseguiria chegar no obscuro e longo êxito, meus amigos da igreja metodista, que orarão por mim, e me ajudaram não ser desinibidos na minha escrita, ao pessoal da classe que sempre de forma afetuosa me acolheu e me encorajou a continuar, o grupo acadêmico de professores que nos deram todo o suporte necessário para essa escrita, principalmente a professor Humberto que libertou nossas mentes para uma visão de história sem algemas acadêmicas, imbuídos para mundo real da “matrix” da historiografia, Professora Lilian que trouxe em suas aulas a direção deste trabalho.

Agradeço aos funcionários da biblioteca sempre descomedidos a nos ajudar, sendo grato sobretudo ao Denis, Marquinhos, Ronan, Pedro e moreno; pelo nossos amigos Arquivo Público de Ribeirão Preto, em tornar esse trabalho viável, sempre de forma bem educada e prestativa, vista principalmente na vida de Mauro grande funcionário e amigo.

Meu tio Ricardo e Ana, que amorosamente hospedou a mim em minha incansável namorada, tornando assim possível nossa expansão de nossa pesquisa na USP e no Arquivo do Estado de São Paulo, além de toda diversão que podemos passar aquelas dias.

Afinal, ao orientador Pacano, que tenho como grande amigo, e mentor da minha vida acadêmica, que pode agüentar não só volúpia da minha escrita, mas também a megalomania

que propõem acrescer tudo na escrita, na leitura, nas notas de rodapé... por ser parte presente em cada tinta desta escrita, e sobretudo sempre acreditar e dedicar a complementação deste trabalho.

O Senhor é a minha luz e a minha salvação; a quem temerei? O Senhor é a força da minha vida; de quem me recearei?

[...]

Ainda que um exército me cercasse, o meu coração não temeria; ainda que a guerra se levantasse contra mim, nele confiaria.

Uma coisa peço ao Senhor e a buscarei: que possa morar na Casa do Senhor todos os dias da minha vida, para contemplar a sua formosura e aprender no seu templo. Porque no dia da adversidade me esconderá no seu pavilhão; no oculto do seu tabernáculo me esconderá; pôr-me-á sobre uma rocha.

[...]

Ouve, Senhor, a minha voz; eu clamo; compadece-te de mim e responde-me.

Ao meu coração me ocorre: Buscai a minha presença; buscarei, pois, Senhor, a tua presença.

[...]

ó Deus da minha salvação.

Porque, se meu pai e minha mãe me desampararem,

11Ensina-me, Senhor, o teu caminho e guia-me pela vereda direita,

[...]

13Pereceria sem dúvida, se não cresse que veria os bens do Senhor na terra dos viventes. 14Espera no Senhor, anima-te, e ele fortalecerá o teu coração; espera, pois, no Senhor.

Salmista Davi.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar o processo de capitalização/modernização por meio do circuito econômico de São Paulo e como ecoou em Ribeirão Preto na década de 1920. Esse processo fomentou-se via complexo cafeeiro, trouxe uma nova temporalidade social à cidade. Neste contexto, observamos o olhar de uma elite cafeeira que procura tornar-se moderna e que compreendia a industrialização e modernização como situações sinônimas. Buscaremos evidenciar o dialogismo da modernidade/modernização pela observação dos imperativos da elite em modernizar-se, na medida em que utilizava os espaços do poder dos jornais e almanaques e, ao mesmo tempo, valia-se das interferências no centro urbano. Assim, resignificando a memória coletiva da cidade na construção e representação de uma urbe ideal. Analisaremos se realmente esta modernidade/modernização chega a todos os espaços ou apenas materializava, em escala diminuta, na fantasia da modernidade de uma elite, que estava alienada no do sempre-do-mesmo.

Palavras-chave: História de Ribeirão Preto, Modernidade, Cultura Social.

ABSTRACT

This work intends to analyze the process of capitalization / modernization through economic Circuit Sao Paulo and as echoed in Singapore in the 1920s This process is fostered via coffee complex, brought a new social temporality to the city. In this context, we note the look of a coffee elite that seeks to become modern and understood the industrialization and modernization as synonyms situations. We seek to highlight the dialogism of modernity / modernization by observing the elite imperatives to modernize, in that it used the power of the spaces of newspapers and almanacs and at the same time, value is interference in the inner city. Thus redefining the collective memory of the city in the construction and representation of an ideal metropolis. If you really analyze this modernity / modernization reaches all spaces or just materialized in diminished scale, the fantasy of modernity of an elite, which was sold in the always-the-same.

Key-words: trade, modernity, economy, Ribeirão Preto

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	4
INTRODUÇÃO:	12
Capítulo 1 - Aventura da Modernidade no Contexto da Primeira República.....	39
1 Introdução	40
1.1 Sistema cafeeiro mercantilista escravista.....	42
1.2 Desestruturação do sistema cafeeiro mercantilista escravista.....	43
1.3 Complexo cafeeiro	47
1.4 Origens da industrialização de São Paulo	53
1.5 Evolução da indústria de São Paulo	61
1.6 Industrialização em Ribeirão Preto	71
1.7 Conclusão: As novas dimensões do progresso.....	95
Capítulo 2 - Programas e Fantasias da Modernidade: Ressonâncias de São Paulo a Ribeirão Preto.	106
2.1 - Modernização: nova temporalidade	107
2.2 Cidade: centro indutor da modernidade	108
2.3 A fantasia da modernidade no Rio de Janeiro.....	118
2.4 A fantasia da modernidade em São Paulo	124
2.5 Fantasia da modernidade em Ribeirão Preto.....	140
2.6 Conclusão: a fantasia e a programação civilizatória	179
Capítulo 3 - Entre Espelho e Modernidade: Práticas, Representações e Desejos do Novo	190
3.1 Introdução	191
3.2 Entre espelhos e práticas	192
3.3 Entre espelho e representações do novo: a difusão midiática de São Paulo a Ribeirão Preto... ..	244
3.4 Conclusão: entre espelho e a cidade-desejo: possíveis ressignificações da memória	256
CONCLUSÃO:	272
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	279
ANEXO.....	286

Índice de Figuras

Figura 1 - Participação relativa da produção industrial de produtos tradicionais, em relação ao total de indústrias do Estado de São Paulo, 1910-1937, em porcentagem.	67
Figura 2 - Companhia Antártica Pauslista em 1911	78
Figura 3 - Cervejaria Paulista de Ribeirão Preto em 1922	79
Figura 4 - Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto em 1911	83
Figura 5 - Metarlúgica Eletro-Brasiliense em 1924, fachada e parte interna.	84
Figura 6 - “Antigo Banco Constructor” de Ribeirão Preto em 1920.....	90
Figura 7 - Casa e Pastificio Innechi de Ribeirão Preto em 1922.....	92
Figura 8 - Fachada do Teatro Carlos Gomes de Ribeirão Preto em 1904.....	142
Figura 9 - Interior do Teatro Carlos Gomes de Ribeirão Preto em 1936.	142
Figura 10 - Palacete do Cel. Francisco Maximiano Junqueira na Duque de Caxias em frente da praça XV em 1907.	143
Figura 11 - Sociedade Recreativa de Ribeirão Preto em 1913	144
Figura 12 - Rua General Osório, vista a partir da Av. Jerônimo Gonçalves em 1910.	146
Figura 13 - As ruas General Osório e São Sebastião em 1910.....	150
Figura 14 - Rua Duque de Caxias com a Álvares de Cabral, em frente a praça 15 de Novembro, em 1913.	150
Figura 15 - Bar Antártica na Praça XV de Novembro em 1913	151
Figura 16 - Palácio do Rio Branco de Ribeirão Preto, em 1923	152
Figura 17 - Praça 13 de Maio entre 1920/1930.....	158
Figura 18 - Praça XV de Novembro entre 1920/1930.....	158
Figura 19 - Ruas General Osório e Praça XV de Novembro em 1927:	159
Figura 20 - Ruas Saldanha Marinho e Tibiriça em 1927	160
Figura 21 - Palacete do Camilo de Mattos, na rua Duque de Caxias esquina com rua Tibiriçá, vista pela praça XV de Novembro.....	161
Figura 22 - Biblioteca Altino Arantes	169
Figura 23 - Teatro Pedro II e Palece Hotel em 1938.....	176
Figura 24 - Praça XV de Novembro reformada abrigando o Trianon, em 1938.....	177
Figura 25 - Banco Construtor de Diederichsen e Casa Brancato, em 1929 e 1922.....	194
Figura 26 - Propagandas de Maganizes de São Paulo com filial em Ribeirão Preto	195
Figura 27 - Propaganda de Loja “A Musical” de Ribeirão Preto	195
Figura 28 - Propaganda de Venda de produtos de luxos no Hotel Central	197
Figura 29 - Propaganda de Eventos Musicais patrocinados pela loja “A Musical” de Ribeirão Preto.	198
Figura 30 - Propaganda do Guaraná Antártica relacionado a benefícios médicos.....	199
Figura 31 - Rua General Osório e Praça XV de Novembro entre 1930 e 1940	200
Figura 32 - Programa de Recital Organizado por Júlia Archambeau Carneiro e Ângela Vargas em 1920.	206
Figura 33 - Estádio do Comercial na Rua Tibiriça na década de 1920.	213
Figura 34 - Praça XV e rua General Osório entre a rua Álvares Cabral e rua Visconde de Inhaúma em 1920.....	216
Figura 35 - Praça XV de Novembro a partir da Rua Álvares Cabral em 1920	217
Figura 36 - Propaganda de Geladeira comercializada pela Casa Diederichsen em Ribeirão Preto	218
Figura 37 - Propaganda do novo Carro da Chevrolet que era comercializado pela Concessionária de Diederichsen em Ribeirão Preto.....	219
Figura 38 - Cia. Comércio Indústria “Antônio Diederichsen” em 1940	220
Figura 39 - Propaganda do Carro Dodge pela empresa Antunes dos Santos & Cia com sede em São Paulo e filiais em Santos, Ribeirão Preto e Pernambuco.	221
Figura 40 - Propaganda de Raid Entre São Paulo – Ribeirão Preto – São Paulo em 1924	224
Figura 41 - Propaganda da Empresa Oldsmobile.....	226
Figura 42 - Propaganda de um Cadillac pela empresa Cassino Muniz com filial em Ribeirão Preto..	227

Figura 43 - Propaganda do Carro Dodge pela Empresa Antunes dos Santos com filial em Ribeirão Preto	227
Figura 44 - Propaganda da Empresa HUPMOBILE, empresa de Combustíveis e patrocinadora de eventos automotivos.....	228
Figura 45 - Propaganda da Casa Allemã com filial em Ribeirão Preto.....	229
Figura 46 - Propaganda da Casa Pernabucanas com filial em Ribeirão Preto	229
Figura 47 - Propaganda das Casas Britannicas com Filial em Ribeirão Preto	230
Figura 48 - Propaganda da Casa Excelsior com Filial em Ribeirão Preto	231
Figura 49 - Propaganda da Casa Dornfeld com filial em Ribeirão Preto	231
Figura 50 - Propaganda da Casa Pratt com Filial em Ribeirão Preto	232
Figura 51 - Propanda da Casa Hugo Heise com Filial em Ribeirão Preto	232
Figura 52 - Propaganda da empresa estadunidense agrícola Lidgerwood com filial em Ribeirão Preto	234
Figura 53 - Propaganda da Fábrica Brasileira de Caixas Papelão revendido em Ribeirão Preto pelo Laboratório Aché, na Travasso e na Casa Diederishen.....	235
Figura 54 - Rua José Bonifácio com a presença dos Hotéis São Paulo e Modelo em 1927	240
Figura 55 - Propaganda do Hotel Modelo de Ribeirão Preto	241

INTRODUÇÃO:

*modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a
outra metade o eterno e o imutável.*

Charles Baudelaire.

A aventura da modernidade é um caminho efêmero de destruição de tudo que conhecemos para uma frenética e contínua mudança. Seu movimento inconstante reorienta o sistema moderno mundial sobre novas estruturas e novos modelos. Berman denomina esse sistema de unidade paradoxal, uma unidade da desunidade que nos leva ao turbilhão permanente de desintegração, mudança, luta e contradição.¹ Esse processo ameaça as estruturas vigentes e suas tradições para reorientá-lo, e Berman procura rastrear suas mudanças para entender essa nova lógica moderna, como afirma:

[...] modernidade como uma ameaça radical a toda sua história e tradições [...] Minha intenção é explorar e mapear essas tradições, a fim de compreender de que modo elas podem nutrir e enriquecer nossa própria modernidade, como podem empobrecer ou obscurecer o nosso senso do que seja ou possa ser a modernidade.²

Para Berman, a modernização tem sido alimentada por muitas fontes, como as grandes descobertas das ciências físicas, a industrialização, as novas tecnologias (que criam novos ambientes humanos) e a urbanidade moderna, que destroem as antigas imagens e suas estruturas citadinas, reguladas pelo mercantilismo. Novos sistemas urbanos, instrumentados por meio de sistemas de comunicação e de massa, são geridos por um capitalismo drasticamente flutuante e em permanente expansão.

Berman teoriza a modernidade em três fases. A primeira fase tem início no século XVI e perdura até o século XVIII. Nesse período, o mundo começa a experimentar a modernidade³ por meio do comércio mundial do mercantilismo, que alimentou o crescimento das cidades e deu subsídio para o crescimento da manufatura e da agricultura do campo, desencadeando a revolução gloriosa e industrial que envolverá a sociedade em nova temporalidade.

É também um período marcado pelo Iluminismo. Fortes considera o pensamento de Descartes, Bacon e Locke – os percussores do movimento –, que propõem um imaginário de supremacia da razão, um sistema político humanista-racional e de constituição da ciência.⁴ Esse período fundamenta a construção teórica de Montesquieu no tocante ao império da lei. Deve-se seguir o espírito da lei, assim como preconiza Rousseau ao desabrochar a ideologia da democracia moderna. Esses elementos primordiais para construção do sistema moderno permitiriam que a burguesia se apropriasse da prerrogativa do fim do antigo regime, para

¹ BERMAN, M. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.14.

² Idem.

³ Idem, p. 16.

⁴ FORTES, Luiz R. Salinas. **O Iluminismo e os reis filósofos**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989, p. 23

construção da modernidade burguesa.⁵

Assim, o mundo da modernidade foi projetado no século XVIII pelos iluministas, que, mesmo integrando um movimento heterogêneo, apontavam certa unidade na constituição do enciclopédismo, uma vez que percebiam na razão e no acúmulo de conhecimento o caminho para libertar e emancipar o homem, criando-se um novo mundo.⁶ No entanto, Harvey demonstra que, ao mesmo tempo que os iluministas celebravam o progresso, aliando-o à capacidade criativa e científica do homem, eles acolheram também o efêmero, o constante choque entre o novo e o velho, criando um mundo fugaz e fragmentário.⁷ Afinal, como se poderia criar um novo mundo sem que antes fosse destruído o antecessor? Neste dilema, a obra de Goethe nos apresenta essa sensação paradoxal, enfrentada no ápice da vida de Fausto. Fausto usa todas as suas forças e todas as suas capacidades para permear o desenvolvimento, chegando ao horror de destruir um casal de velhos, que não faziam parte deste novo mundo. Faz-se, então, da modernidade, uma *faca de dois gumes*: a humanidade sonha com a beleza de seu desenvolvimento, mas se esquece de seu custo. Para Fausto, o custo era sua alma; o custo para nossa sociedade tem sido o esvaziamento do interior da modernidade, havendo cada vez mais perda do controle das forças modernizantes, produzindo-se ainda mais aleatoriedade caótica da modernidade.⁸

Com isso, justifica-se a freneticidade do novo, criado na engrenagem da indústria, tão rápido e avassalador. Caracteriza Berman esse período como um estado de “semicegueira”, no qual a sociedade não consegue traduzir ou interpretar o processo. Por isso, afirma:

Elas tateiam, desesperadamente, mas em estado de semicegueira, no enalço de um vocabulário adequado; têm pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna, dentro da qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados.⁹

⁵ Idem, p. 19-22.

⁶ Idem, p. 23. Como aponta Salinas: “Nenhum laço orgânico une os livres pensadores aos quais se costuma associar a designação que nos ocupa. Se há entre eles muita convergência de ideias é em virtude da participação em uma empreitada comum – como, por exemplo, na elaboração da grande Enciclopédia francesa – ou em uma mesma atmosfera cultural. Achemo-nos, isso sim, diante de um movimento de ideias que se manifesta através de uma grande variedade de obras distintas, mas que, no entanto, participam de um ‘espírito’ comum. Qual seria ele? ‘Cada século’, dirá Diderot, ‘tem um espírito que o caracteriza: o espírito do nosso parece ser o da liberdade. Ora, liberdade significa aqui, em primeiro lugar, liberdade frente à tradição religiosa. É com a condição de se conceber como livre no exercício da sua razão, como senhor de suas opiniões e como fonte da sua própria verdade, que o universo inteiro poderá liberar-se, para o homem, como um eventual campo de exercício para sua capacidade racional de explicação’.” SALINAS, op. cit., p. 14.

⁷ HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2012.. p. 23.

⁸ Idem, p. 26.

⁹ BERMAN, op. cit., p. 16.

A segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1790, uma era que desencadeia as convulsões explosivas de revoluções por todo o mundo. Há apropriação dos ideais iluministas e uma nova lógica do capital que implodiu o sistema do Antigo Regime, como Fernando Novais afirma: “chegamos ao núcleo de dinâmica do sistema: ao funcionar plenamente, vai criando ao mesmo tempo as condições de sua crise e superação”.¹⁰

A desestruturação do Antigo Regime ocorre porque, ao mesmo tempo que os mecanismos de acúmulo regulamentaram e equilibraram o Antigo Regime, também criaram possibilidades de sua superação e a reorientação de sua economia-mundo.¹¹ Fernando Novais indica fatores exógenos e endógenos para tal.

Exógeno, pois o sistema produtivo mercantil se orientava na concentração de capital pautado pelo baixo custo do escravo e na exportação de produtos de grande valor mercantil. Contudo, ao mesmo tempo, promove-se uma oposição, uma vez que o acúmulo primitivo de um capital permite criar a força necessária para o desenvolvimento industrial.¹²

No entanto, a orientação do sistema industrial acaba se barrando nas estruturas ainda mercantis da economia-mundo, pois, esta se baseava em um mercado interno mínimo, de produtividade baixa, e em um sistema de suporte (transporte) caro e lento. A industrialização promove a constituição de bens de consumo e necessita de uma ampliação do mercado consumidor para a continuidade do ciclo econômico, contudo, a maior parte do trabalho na América é escravo, impedindo-se o consumo de bens. Assim, transforma-se uma economia-mundo que era orientada apenas pelo transporte especulativo de produtos em sua maior parte não manufaturados em uma economia que será regulada por produtos industrializados e bens de consumo, um processo que seria impossível sem ampliação dos espaços de consumo.¹³

Outro fator que percorrerá o processo de desestruturação do antigo regime será o movimento do Iluminismo, que promove novos ideais, como o cientificismo, o liberalismo político e econômico, a igualdade e a evolução. Essas novas perspectivas são apropriadas pela burguesia para constituir um estado burguês que pudesse reorientar a economia aos moldes do capitalismo industrial e não mais do mercantilismo. Por isso, observaremos as revoluções no continente europeu, como a inglesa e a francesa.¹⁴

¹⁰ NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1985, p. 105.

¹¹ Novais concentra o seu conceito no *modus operanti* da dialética hegeliana.

¹² NOVAIS, ob. cit., p. 105–106.

¹³ Idem, p. 107.

¹⁴ Idem, p. 108.

Endógeno, pois as áreas à margem da importância e da lógica mercantil como as colônias inglesas se fomentam de forma diferenciada e autônoma, pois acabam sendo um espaço de solução dos problemas religiosos e sociais na Inglaterra.

Essa autonomia dará espaço para uma construção identitária que se apropria de ideais iluministas para proteger seus interesses econômicos e desencadear o processo de independência e rompimento do exclusivismo europeu. A independência dos Estados Unidos ecoará de maneira vibrante o conjunto dos ideais iluministas na América, desestruturando assim os antigos laços coloniais do antigo regime.¹⁵

Assim, tanto a Europa como a América aderem ao ideal de revolução sob um prisma iluminista, do qual a burguesia se apropria para reorientar o sistema econômico. Esses novos ideais se fundem aos interesses locais da América de autonomia e acúmulo primitivo de capital, por isso, terminam por conduzir a América a um período de independências.

Nesse mesmo ritmo, a América portuguesa também promoverá movimentos de revoltas coloniais, como as inconfidências mineira e baiana, mas de caráter local, e não nacional. Lembramos que não existe a ideia nem o conceito de nação brasileira na América portuguesa.¹⁶ Com a formação do capitalismo industrial promovido pela acumulação primitiva de capitais oriundos do mercantilismo, todo esse sistema colonial acabou se convertendo “diretamente, numa limitação ao crescimento da economia de mercado”.¹⁷

Por isso, Berman afirma que esse período descortina um processo de dicotomia, emergindo simultaneamente o modernismo e a modernização,¹⁸ uma nova paisagem de engenhos a vapor, fábricas, ferrovias; um novo mundo interligado pela fome e desejo por algo novo. Junto dele se configura o sistema de comunicação em massa de jornais diários, revistas, telégrafos, telefones, que torna as distâncias menores. Inicia-se uma homogeneização das culturas, das notícias e da visão do mundo, estreando uma modernização de cima para baixo. Os modernistas começam a atacar esse processo repensando suas estruturas e formas, como Marx, Webber, Nietzsche, que, embora encantados pelo rápido desenvolvimento, ainda são as vozes que gritam no deserto, procurando com todo esforço de suas almas implodir e destruir a modernidade.¹⁹

¹⁵ Idem, p. 109.

¹⁶ Idem, p. 110-111.

¹⁷ Idem, p. 105.

¹⁸ BERMAN, op. cit., p. 16.

¹⁹ Idem, p. 17.

A terceira fase inicia-se no século XX, período em que os tentáculos da modernização alcançam o mundo todo. Em meio à velocidade da comunicação, da informação e das inovações tecnológicas, a sociedade perde sua identidade e o rumo da transformação idealizado pelos modernistas – a exemplo de Marx, Webber, Rousseau –, seguindo o caminho da desfragmentação, abafando sua nitidez e sua capacidade de organizar o sentido da vida.

Por isso, Weber alega que a esperança e a expectativa dos iluministas era um amargo paradoxo, já que, em seu legado racional, produz-se uma modernidade totalizante, que não vai emancipar o homem com sua capacidade técnica, como prometido. No entanto, a construção da liberdade universal promoverá uma “jaula de ferro”, pois faz o indivíduo preso na racionalidade burocrática do mundo burguês, que para Weber, neste modelo de mundo não há escapatória²⁰.

Dessa forma, a sociedade contemporânea se configura sem o espaço da crítica. Ela não possui mais memória nem identidade, submergindo assim seu contato com as raízes da modernidade e seus ideais modernistas.²¹ Como Berman afirma:

Por outro lado, à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais; a ideia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito em sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. Em sequência disso, encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade.²²

A análise da modernidade tem se perdido e retalhado em diversos componentes isolados, como a industrialização, a construção, a urbanização. Esse olhar acelerou a desintegração do mundo moderno e seu entendimento, e temos que observar a modernidade como um processo único e diretor das mudanças estruturais da sociedade moderna.²³ Por isso, Berman afirma, por meio de Octavio Paz:

[...] a modernidade se tornou incapaz de retornar a suas origens para, então, recuperar seus poderes de renovação. O argumento básico deste livro é, de fato, que os modernismos do passado podem devolver-nos o sentido de nossas próprias raízes modernas, raízes que remetem a duzentos anos atrás [...] Eles podem iluminar as forças contraditórias e as necessidades que nos inspiram e nos atormentam [...] possa dar-nos uma firme “identidade” e, ao lado disso, a internacionalização da vida cotidiana – nossas roupas e objetos domésticos, nossos livros e nossa música, nossas ideias e fantasias –, que espalha nossas identidades por sobre o mapa-múndi; nosso desejo de sólidos e claros valores em função dos quais viver e nosso desejo de abarcar todas as ilimitadas possibilidades de vida e experiências modernas²⁴.

²⁰ HARVEY, op. cit., p. 25.

²¹ Idem, p. 17-21.

²² Idem, p. 16.

²³ BERMAN, op. cit., p. 29.

²⁴ Idem, p. 33.

Cria-se, então, uma nova percepção da própria modernidade, diferente dos modernistas, iniciada por Nietzsche, que apontava a experiência estética acima da ciência ou da racionalidade humana, que Harvey considera como ponte para uma nova leitura da modernidade, pois:

A imagem nietzschiana da destruição criativa e da criação destrutiva estabelece uma ponte entre os dois lados da formulação de Baudelaire de uma nova maneira. [...] uma figura heroica, era o destruidor criativo *par excellence* porque estava preparado para levar a extremos vitais as consequências da inovação técnica e social.

Nesta fase, o modernismo segue dois caminhos para Harvey, após o processo anárquico e de desordem semeado por Nietzsche.²⁵ O primeiro apela a uma imagem da racionalidade ligada e incorporada na máquina, na fábrica e na tecnologia, tendo a cidade como o centro condutor deste processo, heroico e de progresso linear,²⁶ cujo lema era “Pela ordem, promove a liberdade”, ou seja, o caminho para a liberdade da cidade é a constituição do espaço citadino seguindo-se uma ordem racional. Ademais, assume-se uma forte tendência positivista, que, segundo Harvey, decorreria dos esforços do Círculo de Viena,²⁷ como explana:

A crença “no progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional de ordens sociais ideais” sob condições padronizadas de conhecimento e de produção era particularmente forte. Por isso, o modernismo resultante era “positivista, tecnocêntrico e racionalista”, ao mesmo tempo que era imposto como a obra de uma elite de vanguarda formada por planejadores, artistas, arquitetos, críticos e outros guardiões do gosto refinado. A “modernização” de economias europeias ocorria velozmente, enquanto todo o impulso da política e do comércio internacionais era justificado como o agente de um benevolente e progressista “processo de modernização” num Terceiro Mundo atrasado.²⁸

O segundo caminho era um caminho crítico ao modernismo situado no ideal mítico e heroico do progresso e da maquinização oriundos da cidade. Ele pode ser visto, por exemplo, na obra cinematográfica de Chaplin, especialmente em *Tempos Modernos*. Demonstra-se que essa leitura heroica da modernidade deixa sequelas e mazelas, e esse tipo de significação e mitificação do progresso como “verdade eterna” tem um lado bastante sombrio.²⁹

Portanto, no curso de sua investigação histórica, David Harvey procura destacar como contexto do presente o que determina o processo de constituição do modernismo. Sendo assim, o modernismo acaba significando um movimento de ideias sociopolíticas, artísticas e culturais. Por isso, podemos dizer que a modernidade seria a própria percepção do tempo e do espaço em

²⁵ Idem, p. 37.

²⁶ Idem, p. 39.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

seu determinado contexto. Dessa forma, a variação das estruturas socioeconômicas produz diferentes realidades sobre o conceito de modernidade³⁰.

Por isso, nos aventuramos a retratar a modernidade sob as óticas de Berman, Benjamim e Lefebvre para indicarmos os diversos caminhos e leituras que a modernidade apresenta, mesmo em autores clássicos como Goethe, Marx e Baudelaire.

Berman destaca em Goethe o desejo e a crença do período da modernização, uma construção de um novo mundo segundo o projeto iluminista³¹. Para isso, era necessário destruir as pontes do antigo, do velho, implodindo-se as velhas estruturas do velho regime. Essa força criativa destruidora efêmera é destinada a produzir até ao máximo suas virtudes de capacidade, para implantar o novo mundo, não importando o custo socioeconômico, já que tudo está em nome do moderno, resultando em uma dimensão de sociedade que se enjaula no pesadelo interminável do progresso, evocado pelo seu espírito fáustico:

[...] “novos homens” [o Homem Fáustico], homens que são legitimamente modernos, conseguirão absolver as contradições da modernidade, superar as pressões esmagadoras, os terremotos, as misteriosas distorções, os abismos sociais e pessoais, em cujo interior todos os homens e mulheres modernos são forçados a viver.³²

Então, o processo de modernização, segundo Marx, na análise de Berman, produziu a dessacralização do homem e o torna nu. Longe de qualquer restrição, pode mover-se “livremente” pelos seus interesses “monetarizados” e coisificados, que são obviamente induzidos pelo capitalismo. E, além disso, envereda pela possibilidade de transportar a dimensão do pesadelo do novo, que se caracteriza pela ânsia e desejo das inovações que mantêm vivo o sistema capitalista. Por fim, considera-se a efemeridade da modernidade um reflexo do descontrole das forças modernizantes, que promovem diversos traumas e rupturas no processo histórico, que forma uma sociedade sem raízes histórico-geográficas, aprisionadas e alienadas ao novo. Para Marx, somente um sistema comunista saberia controlar essas forças modernizantes, só se poderia reorientá-las pela ditadura do proletariado, que conduziria a sociedade para além do direito burguês, ao situá-la no bem-estar social, como observa Berman:

Ele sabia que precisamos começar do ponto onde estamos: psiquicamente nus, despidos de qualquer halo religioso, estético ou moral, e de véus sentimentais, devolvidos à nossa vontade e energia individuais, forçados a explorar aos demais e a nós mesmos para sobreviver; e mesmo assim, a despeito de tudo, reunidos pelas mesmas forças que nos separam, vagamente cômicos de tudo o que poderemos

³⁰ HARVEY, David, op. cit., p.30.

³¹ Mundo Iluminista que segundo Eric Hobsbawm, em sua obra *Era da Revolução*, as Revoluções Francesa e Inglesa nortearam o espírito moderno do homem. Pois, considera-se por um lado que a economia mundial estava completamente modificada após a Revolução Industrial Inglesa; por outro, na França, a Revolução Francesa mudaria o mundo por conta de sua nova forma de conceber a política e a ideologia.

³² BERMAN, op. cit. p. 19.

realizar juntos, prontos a nos distendermos na direção de novas possibilidades humanas, a desenvolver identidades e fronteiras comuns que podem ajudar-nos a manter-nos juntos, enquanto o selvagem ar moderno explode em calor e frio através de todos nós.³³

Por fim, Baudelaire e seus textos antipastorais. Berman indica sua similaridade com a leitura de Marx, indicando como o homem perde o halo, havendo, então, uma necessidade de acompanhar o novo para sobreviver ao devir da modernidade, uma constante efemeridade. A representação desse processo não está na individualização da sociedade, mas, ao contrário, situa-se na sua massificação, já que a modernidade carrega forças totais e massificadoras, que indicam o “progresso” a “evolução”, que não podem ser negados, e sim assumidos de forma alienante, não importando seus custos. Por isso, Baudelaire considera:

Existe ainda outro erro muito atraente, que eu anseio por evitar, como ao próprio demônio. Refiro-me à ideia de “progresso”. Esse obscuro sinaleiro, invenção da filosofia hodierna, promulgada em a garantia da Natureza ou de Deus – esse farol moderno lança uma esteira de caos em todos os objetos do conhecimento; a liberdade se dispersa e some, o castigo (*châtiment*) desaparece. Quem quer que pretenda ver a história com clareza deve antes de mais nada desfazer-se dessa luz traiçoeira. Essa ideia grotesca, que floresceu no solo da fatuidade moderna, desobrigou cada homem dos seus deveres, desobrigou a alma de sua responsabilidade, desatrelou a vontade de todas as cauções impostas a ela pelo amor à beleza. [...] Tal obsessão é sintoma de uma já bem visível decadência.³⁴

A modernidade em Benjamin não ocorre como na análise de Berman, que procura apresentar a modernidade por meio do diálogo e da dicotomia entre processo material e social, indicada pelos autores clássicos. Diferentemente, Benjamin procura destacar na análise de Baudelaire percepções psicanalíticas da modernidade, por isso, aproxima sua análise de conceitos freudianos. Benjamin aponta como o processo da modernização constitui uma psique destinada ao sonho onírico, oriundo da dialética entre Antike e o moderno, que formula a fetichização. Esta, por sua vez, instiga a consciência do indivíduo por um desejo profundo de despertar para um novo espírito, uma nova consciência, a qual o prepara para um novo mundo, seguindo o devir da modernização. Por isso, o indivíduo suporta constantes traumas e rupturas temporais, pois, assim como a materialidade se refaz na aura do novo, o indivíduo a acompanha em um processo interno. Sendo assim, o sonho onírico é carregado no desejo pelo novo, que, no mundo moderno, está atrelado ao produto de consumo. Contudo, ao se apropriar do mesmo produto, seu interior já se reorienta na busca de outro sonho, meticulosamente já proposto pelo

³³ Idem, p. 124.

³⁴ BAUDELAIRE, C., **O pintor da vida moderna**, 1863 apud BERMAN, op. cit., p. 134.

mercado, e volta-se novamente para outro produto de consumo³⁵.

Por isso, Benjamin considera a modernidade o sempre-do-mesmo, pois retorna a materialidade e o indivíduo para o mesmo processo teleológico do sonho onírico, destacando-se novos traços do pesadelo da modernização:

[...] na intermitência e na descontinuidade essenciais à própria experiência social moderna que constitui seu objeto, mas num movimento de despertar do sonho que a caracteriza – busca ultrapassar a concepção sucessiva, contínua de passado-presente.³⁶

Por outro lado, Lefebvre considera a modernidade, de certa forma, um processo macroestrutural, por isso, pondera primeiro a capacidade efêmera e aleatória da modernidade identificada nas leituras de Marx e Baudelaire. Não a encara como um fenômeno natural, mas social, do sistema capitalista. Deste modo, um grupo se apropria de seus valores e virtudes por meio da mídia, assumindo está a aura e a voz sagrada da modernidade, para igualmente justificar seu poder social ou vender seus produtos.

Contudo, não é porque um grupo social se apropria da modernidade ou das estruturas do poder de um Estado, de um sistema, que ele tem total controle de suas forças modernizantes. Ao contrário, suas forças destruidoras estão fora de controle, por isso, têm uma essência aleatória.

Além disso, este acaba por ser um processo totalizante, pois o novo reestrutura todas as percepções do indivíduo, transportando-o para uma nova realidade alienante, que não pode ser questionada ou refletida, mas apenas assumida como verdade e realidade absoluta, pois sua forma é tomada de símbolos sagrados – que, como tal, não podem ser profanados, pois que os contradizer será considerado herege (e como tal, deve ser marginalizado na sociedade)³⁷.

³⁵ Uma vez que o desejo pelo novo sobre o sujeito histórico, é uma configuração do mercado que busca o constante consumo, sendo assim, o eterno retorno ao desejo, não importando o que é consumido ou busca pelo tal. Tratando de uma dialética entre o novo e o sempre-do-mesmo. Como Aquino define: “[...] como poderia parecer à primeira vista, mas antes a uma relação imediata e intrínseca entre a nouveauté e o “mesmo” (ou “igual”), na medida em que a mercadoria funda uma forma onírica, delirante de satisfação do desejo”. (AQUINO, João E. F. de. A imagem onírica e a imagem dialética de Walter Benjamin. **Kalagatos, Revista de Filosofia do Mestrado Acadêmico em Filosofia da UECE**, Fortaleza, v. 1, n. 2, 2004, p. 45-72.)

³⁶ BENJAMIM, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo; Editora Brasiliense. 1989. (Obras Escolhidas, v. 3). p. 59-60.

³⁷ Para figurar melhor o ideal totalizante, abordado por Lefebvre, importante ressaltar a percepção que de Arendt, que retrata a ideologia totalizante, como uma ideologia, que ao mesmo tempo é imposta num espaço, em que não há debate, e fornece uma nova visão da realidade, já que a ficção ideológica se torna verdade, como ela define: “mas aquele para quem já não existe diferença entre fato e ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios dos pensamentos”. (ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 527). Desta mesma forma o modernismo se estabelece, impondo uma nova realidade que cria uma nova percepção de mundo, é por isso que ele é, em si, totalizante. Onde o indivíduo não pode discuti-lo ou debatê-lo, apenas assumi-lo.

[...] Por um lado, elas dissimulam o conceito, proíbem a reflexão, impedem a formação do conceito e até a consciência de sua necessidade. Por outro, elas contêm elementos indispensáveis desse conceito. [...] a consciência imediata e o conhecimento, entre a representação e o conceito. [...].³⁸

Consideramos que a modernidade se promove nos códigos de conduta e de construção do indivíduo, por isso, destacamos o diálogo com Elias e Staronbiski. Afinal, a modernidade se promove ao mesmo tempo tanto como a descoberta do ocidente quanto da civilização, e como tal reorienta e enclausura na coerção do novo e civilizado³⁹.

Elias considera o processo civilizador um enclausuramento do homem, pois este está menos orientado pelo sentimento e juízo para se amoldar ao sistema racional e considerado civilizado, se tornando espelho do método de progresso do pensamento da tecnologia. Desta forma, suas práticas casuais, cotidianas, cada vez mais serão controladas por códigos e símbolos da civilidade. As representações simbólicas produzidas e difundidas por este modelo de realidade na verdade são suportes midiáticos de sua própria autopercepção. Ideais como “progresso”, “desenvolvimento”, “evolução” e “ordem” são símbolos artificiais que promovem o controle e a ordem social. Por isso, se faz tão importante para Elias o estudo sociocultural de significado e significações, já que a ruptura de novos conceitos e significantes representa o advento de novas autopercepções como novas ferramentas de autocontrole, como considera Elias:

Os autocontroles individuais autônomos criados dessa maneira na vida social, atos como o “pensamento racional” e a “consciência moral”, nesse momento se interpoem mais severamente do que nunca entre os impulsos espontâneos e emocionais, por um lado, e os músculos do esqueleto, por outro, impedindo mais eficazmente os primeiros de comandar os segundos (isto é, de pô-los em ação) sem a permissão desses mecanismos de controle [...] São esses autocontroles civilizadores, funcionando em parte automaticamente, que agora são experimentados na autopercepção individual como uma parede entre o “sujeito” e o “objeto”, entre seu próprio “eu” e as demais pessoas (“sociedades”) [...] O controle mais firme, mais geral e uniforme das emoções, característico dessa mudança civilizadora, juntamente com o aumento de compulsões internas que, mais implacavelmente do que antes, impedem que todos os impulsos espontâneos se manifestem direta e motoramente em ação, sem a intervenção de mecanismos de controle [...] o sujeito de cognição de seu objeto, o “ego” do outro, o “indivíduo” da “sociedade” [...].⁴⁰

³⁸ LEFEBVRE, Henri. **Introdução a Modernidade**. São Paulo; Paz e Terra, 1967. p. 218.

³⁹ Essa construção também tem a ver com o processo de colonização da América, que reforça e modifica sua autopercepção de centro civilizado e faz da América o objeto de extensão de sua imagem, por isso, não se reconhece sua figura, e sim impõe-se seu modelo de civilidade. Como aborda Dussel: “[...] mesmo a ser conquistado, colonizado, modernizado, civilizado, como ‘matéria’ do ego moderno [...] missionários da civilização em todo o mundo”, especialmente com os “povos bárbaros” [...] a Europa tornou as outras culturas, mundos, pessoas em objeto: lançado diante de seus olhos. O “coberto [...] o ego moderno “nasce” nesta autoconstituição perante as outras regiões dominadas [...] “si-mesmo” [...] DUSSEL, Enrique. **1492: encobrimento do outro: a origem do “mito da Modernidade”**. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 36.

⁴⁰ ELIAS, Nobert. *Processo Civilizador*, Vol. 1: Uma História dos Costumes. 2a Ed., Rio de Janeiro; Zahar, 2011. p. 237.

Staronbiski percebe o processo civilizador como mais do que uma coerção orientadora das relações socioeconômicas, pois é ao mesmo tempo a invenção de um Estado, que produz e regulamenta as forças da civilidade, como também uma autorreflexão e conscientização que situa o Ocidente como centro da civilidade, o que leva a uma constante representação dotada de uma dialética entre barbárie e civilidade⁴¹.

Por último, como já citado, a modernidade cria novas formas socioculturais em Berman, sociopsicanalíticas em Benjamim e socioestruturais em Lefebvre. Assim, observamos como a modernidade deixa seus rastros, contudo, ela tem várias vozes e óticas. Situamos estas para assim entendermos sua dimensão ampla, e ao mesmo tempo como se configura de maneira diversa e entender como as ideias modernistas produzem ou não ressonâncias no processo de modernização/modernidade em São Paulo- Ribeirão Preto, no período da Primeira República.

Para isso, procuramos entender como a nova significação da modernidade, em meio à economia-mundo, promove uma circulação de recepções, segundo sua temporalidade, e o ressignifica, produzindo ao mesmo tempo rupturas e uma modernidade de caráter próprio ao espaço.

Para entendermos isso, primeiro devemos compreender os preceitos da economia-mundo, que para Braudel é:

[...] uma economia-mundo é uma soma de espaços individualizados, econômicos e não econômicos, agrupados por ela: a economia-mundo representa uma enorme superfície (em princípio, é a mais vasta zona de coerência em determinada época, em uma região determinada do globo).⁴²

Para Braudel, a economia-mundo é a soma de espaços interligados por circuitos⁴³

⁴¹ STAROBINSKI, Jean. *Mascaras da Civilização: Ensaio*. São Paulo; Companhia das Letras, 2001. Por isso Staronbiski define: “a palavra civilização não designará apenas um processo complexo de refinamento dos costumes, de organização social, de equipamentos técnico, de aumento dos conhecimentos, mas se carregará de uma aura sagrada”. *idem*, p. 32.

⁴² BRAUDEL, Ferdinand. **Civilização, material, economia e capitalismo**: tempo mundo, séculos XV-XVIII. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2009, v. III, p. 14.

⁴³ Como Braudel aborda, no volume uma *Jogo das trocas*: “os circuitos mercantis são iguais aos circuitos elétricos: só funcionam fechados”. BRAUDEL, Ferdinand. **Civilização, material, economia e capitalismo**: jogo das trocas, séculos XV-XVIII. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2009, v. II, p. 117. Considera-se o elemento dos circuitos o principal centro acumulador, que provém capital para o processo industrial. Por isso, denomina-o “mais-valia mercantil”, reivindicando conceito de Marx de acumulação. Contudo, não como se aborda no capítulo XXIV, do primeiro volume de *O Capital*. Para Marx, a acumulação primária para o processo industrial surgiu na exploração da Terra, pois, como já dissemos, para Braudel o acúmulo ocorreu pelo sistema de “mais-valia mercantil”. Como aponta no *Jogo das trocas*, p. 351-355: “o advento do capitalismo moderno pelo espírito do lucro, ou da economia, ou da razão, ou pelo gosto pelo risco calculado, há uma grande distância”. É papel do mercador aprender a ler o mercado, para conseguir promover a mais-valia comercial, assim criando não só o sentido e o desejo do lucro e do acúmulo, tornando-se aquele que teria forças possíveis para a instalação do

econômicos, que formam uma zona de coerção determinada pelo seu tempo. Contudo, os circuitos não são condutores apenas econômicos, mas também culturais,⁴⁴ nos quais as zonas da economia-mundo estão em constante mudança. Apesar disso, a mudança aparenta ser lenta e está alocada no espaço da longa duração.⁴⁵ No entanto, essas mudanças não podem ser vistas apenas por fases evolucionistas, como em saltos sucessivos, mas como a coexistência dos diversos leques do sistema capitalista: mercantil, industrial, financeiro...⁴⁶

A economia-mundo é alocada sempre em um polo urbano, que é o centro da logística dos seus negócios: informações, mercadorias, capitais, créditos.⁴⁷ Para Braudel, as cidades são como transformadores elétricos, que aumentam as tensões. É nelas que se precipitam as trocas.⁴⁸ Por isso, a cidade é vista como um elemento de ruptura no destino da longa duração, que se apresenta como um elemento que incendeia as trocas e acelera as mudanças na economia-mundo.⁴⁹ Então, sempre encontramos uma cidade-mundo como o centro gravitacional dos circuitos, que delimita navegação, negócios, indústria, crédito, poder ou violência política.⁵⁰ Apresenta-se a cidade-mundo como uma estrutura produtiva diversificada e um sistema de crédito que atrai uma diversidade de circuitos,⁵¹ por isso, de certa forma, ela subjuga ou orienta e organiza a economia-mundo.⁵²

Além de a economia-mundo ser uma justaposição de zonas interligadas por uma hierarquização de mercados, forma-se, segundo Braudel, três áreas pelo menos: centro,

processo industrial.

⁴⁴ BRAUDEL, op. cit., v. III, p. 53 e 56.

⁴⁵ Idem, p. 20-21.

⁴⁶ Idem, p. 577.

⁴⁷ Idem, p. 20.

⁴⁸ BRAUDEL, op. cit., v. II, p. 148.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ BRAUDEL, op. cit., v. III, p. 25.

⁵¹ Como aborda Braudel: “o centro, o ‘coração’, reúne tudo o que há de mais avançado e de mais diversificado”. Idem, p. 29.

⁵² Idem, p. 26. Como mesmo aborda Braudel, “uma cidade dominante”, e isso por um lado ou dois séculos, até o surgimento de um novo “organizador”. É como se a centralização e a concentração dos recursos e das riquezas se processassem necessariamente a favor de certos lugares de eleição da acumulação. Nesta mesma perspectiva, Walleinstein destaca que essa hegemonia e posição central são postuladas quando determinando centro produz com tanta eficiência e qualidade que sobrepõe qualquer concorrência, por se situar no centro. Diz ele: “a hegemonia supõe mais do que a posição de centro pode definir-se como uma situação em que os produtos de um dado estado do centro são produzidos com tanta eficiência que são, em todos os aspectos, competitivos mesmo noutros estados do centro, e, portanto, esse tal dado estado do centro é o principal beneficiário de um mercado mundial”. WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750**. Lisboa: Afrontamento, 1996, v. II, p. 46-47.

semiperiferia e periferia.⁵³ Cada zona tem sua própria temporalidade, ou seja, “as qualidades e características da sociedade, da economia, da técnica, da cultura, da ordem política, mudam conforme nos deslocamos de uma zona para outra”,⁵⁴ de acordo com a percepção de Braudel retirada do sociólogo Immanuel Wallerstein.⁵⁵

Contudo, é um erro pensar e imaginar que a dimensão da economia-mundo governa toda a sociedade ou está apenas vinculada à dimensão econômica. Ela está vinculada a outras dimensões, como cultural, social e política, que interferem e se relacionam a todo tempo.⁵⁶

Por isso, a modernidade seria um fenômeno de aceleração dos circuitos da economia-mundo, que por sua vez promoveria rupturas ao criar novas significações e estruturas. O ponto fundamental deste trabalho é evidenciar esses processos de ruptura, que promovem novas significações e estruturas. Pois para Braudel seria o papel do estudo histórico, como aborda:

[...] uma crise estrutural social deve, igualmente, referir-se no tempo, através do tempo, situar-se exatamente nela mesma e mais ainda em relação aos movimentos das estruturas concomitantes. O que interessa apaixonadamente um historiador é o entrecruzamento desses movimentos, sua interação e seus pontos se registrar em relação ao tempo uniforme dos historiadores, medida geral de todos esses fenômenos, e não ao tempo social multiforme, medida particular a cada um desses fenômenos.⁵⁷

Sendo assim, a cidade será o principal ator desse processo de rupturas, que, como abordamos, é no circuito-mundo o principal transformador elétrico, que acelera o tempo-

⁵³ Idem, p. 29.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Como Aborda Wallerstein: “O contexto mundial de uma época dada, ou o que Wolfram Eberhard designou por ‘tempo mundial’. Isto significava que embora a França do século XVII pudesse compartilhar de algumas características estruturais com a Índia do século XX, deveriam ser vistas como muito diferentes a dimensão do contexto mundial”. WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno: agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Lisboa: Afrontamento, 1996, v. I, p. 18

⁵⁶ BRAUDEL, op. cit., v. III, p. 35. Assim, por influência de Wallerstein, Braudel, apontam-se as relações do Estado na economia-mundo, como destaca: “As palavras colonialismo e imperialismo. Isso não impede, em contrapartida, que estes governos ‘centrais’ sejam mais ou menos independentes de um capitalismo precoce, já com dentes crescidos. O poder é partilhado entre eles e ele. Nesse jogo, sem sucumbir a ele, o estado mergulha no próprio movimento da economia-mundo”. Idem, p. 42.

⁵⁷ BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre História**. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 73. Ou seja, cabe ao historiador observar o fenômeno das mudanças das estruturas e suas permanências. Neste ponto das rupturas, podemos observar as transformações, mudanças. Por isso, novamente aponta-se o olhar do tempo: “[...] e esse tempo, para o observador do social, é primordial, porque, mais significativos ainda que as estruturas profundas da vida, são seus pontos de ruptura, sua brusca ou lenta deterioração sob o efeito de pressões contraditórias” (Idem, p. 67). É por esse ponto que o historiador se apaixona. Lembrando que, para Braudel, estruturas são: “[...] a palavra estrutura. Boa ou má, ela domina os problemas da longa duração. Por estrutura, os observadores do social entendem! Uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certa? Estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a, história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento”. (Idem, p. 49).

mundo.⁵⁸ Uma vez que denominamos a cultura desse aceleração de modernidade, ela é conjugada indissociavelmente da cidade. Ela é o centro da ação contínua e renovadora do capitalismo, consolidando-se o sonho onírico sobre a sociedade. Ao mesmo tempo, é o sujeito das representações e significações culturais, urbanas e artísticas, que revela e traduz em signos essa nova experiência do vivido.⁵⁹

A intensidade acelerada na economia-mundo promove temporalidades nas hierarquias do circuito. No entanto, não podemos pensar nelas de forma separada ou homogênea, mas como um circuito transcultural, que ao mesmo tempo apresenta em suas estruturas essências e particularidades culturais.

Então, a massificação da mídia é o retrato do avanço, o aumento na circulação e a produção de artigos culturais, que, para Le Goff, transporta a memória⁶⁰ para o espaço social. Chartier indica três elementos de ruptura que o processo de massificação cultural envolverá. Primeiro, as técnicas de produção e asserção a sociedade, trazendo cada vez mais à tona a prática da leitura como algo essencial na sociedade dos séculos XVIII-XX. Segundo, à vista disso, a leitura acaba formando práticas de leitura formais, como a inclusão formal do dever do Estado e das famílias de ensinar a ler e a escrever. E, por fim, há o ensino informal da leitura e da escrita, uma vez que, com a popularização da escrita, esta constrói um mundo externo – que, ao mesmo tempo, se interliga ao real, tornando a alfabetização o acesso para seu interior. Assim, chega-se à dimensão do mundo social por completo. Contudo, a popularização também é vinculada às rodas de leituras, como intermediário para alfabetização e difusão transcultural.⁶¹

Pesavento considera a modernização no Brasil um reflexo de uma matriz simbólica, doravante denominada “espelho”, voltada principalmente para imagem da Paris Haussmaniana. O conceito que Pesavento extraiu de Sabine Melchior-Bonnet.⁶² Portanto, a modernização, como aborda Lefebvre, cria símbolos, mitos e referências pela mídia, que por sua vez está atrelada a um grupo e a um espaço “totalizados” na economia-mundo e assujeitados em modelos

⁵⁸ BRAUDEL, op. cit., v. II, p. 148.

⁵⁹ PESAVENTO, Sandra. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 158. Pois, para Pesavento, a cidade é o espaço e ao mesmo tempo a modernização, como também da construção da identidade da modernidade, qual esta segunda perspectiva retira de Simmel.

⁶⁰ Lembrando que memória, para Le Goff, é a “propriedade de conservar certas informações, [e] remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 423 e 425.

⁶¹ CHARTIER, R. **A ordem do livro: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 24-25.

⁶² PESAVENTO, op. cit., p. 159.

estruturais.⁶³ A perspectiva do espelho também é uma alusão à obra *Alice no país das maravilhas*, de Lewis Carroll, que representa um mundo maravilhoso e idealizado no imaginário social. A prática do espelho consiste em adentrar e experimentar esse mundo na realidade. O real não é só produzido por formas materiais, mas também pelas simbólicas, que fundem-se formando uma simbiose. Assim, a maioria dos frequentadores do sonho não percebe as distorções da idealização. Denominamos este sonho de “fantasia da modernidade”, já que o sujeito, para se enxergar nesta realidade europeia de modernidade, só poderia perceber-se vivendo além do real, apropriando de reformas dos espaços urbano e de novas práticas alinhadas a sua matriz. Como Pesavento destaca, “a travessia para o outro lado do espelho revela o maravilhoso de um mundo imaginário, com efeito do ‘real’”.⁶⁴

Desta forma, produz-se o que Pesavento denomina de “Efeito do Espelho”. A transferência cultural, que alimenta um sonho onírico ou fetiche, tem como referência o centro da economia-mundo, adotando-se Paris como mito idealizador da modernidade.⁶⁵ Ao levar parcela da sociedade a ser sujeitada pelo sonho da modernidade, pensamos na busca da referência de mundo idealizada e do modelo que promoverão este sonho a qualquer custo.⁶⁶

Identificamos os novos conceitos, significações e representações do duplo processo da modernidade no circuito São Paulo-Ribeirão Preto. Pensamos nesta relação porque não podemos observar a construção significativa e conceitual de Ribeirão Preto isolada em seu próprio circuito, mas provavelmente se apropriando de conceitos e representações oriundos do circuito-mundo. Nesse sentido, São Paulo seria o principal centro gravitacional, que difunde conceitos e representações. Apresenta-se, portanto, o duplo processo entre a recepção dos preceitos conceituais e representativos, por meio da economia-mundo, e o apropriação segundo suas aparelhagens mentais, fomentando-se uma perspectiva própria sobre a modernidade e, no entanto, com essências do circuito-mundo.

Para entendemos está circulação e apropriação do conceito da modernidade, é necessário entendermos em Chartier três concepções básicas, que nos permitem verificar como estes conceitos são promovidos: 1. Aparelhos mentais, 2. Representações simbólicas, 3. Apropriações Simbólicas.

⁶³ LEFEBVRE, op. cit., p. 221-223 e 231.

⁶⁴ PESAVENTO, op. cit., p. 159.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ SEVCENKO, Nicolau. O Prelúdio Republicano. Astúcias da ordem e ilusões do progresso. In NOVAIS, F. **História da vida privada no Brasil República**: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. III, p. 15.

Roger Chartier retira ou teoriza o conceito de estruturas de pensamento, que mais tarde denomina de aparelhos mentais de Febvre. Estes seriam evocações socioeconômicas que organizam a maneira de pensar e indicam tanto as práticas como as produções artísticas. Como Chartier aponta:

[...] sem explicitá-la ou teorizá-la, Febvre sugere aqui uma leitura que postula, para uma dada época, a existência de “estruturas de pensamento” (a expressão não aparece em Febvre), elas próprias comandadas pelas evocações socioeconômicas, que organizam tanto as construções intelectuais quanto as produções artísticas, tanto as práticas coletivas como os pensamentos filosóficos [...] ⁶⁷

Febvre não chegou a definir o conceito de aparelhagem mental, mas nos deixou apontamentos para entendê-la mais profundamente e de perto. Dizia que cada civilização e época têm sua aparelhagem mental, estruturas que não estão congeladas, mas em constante mudança e em contato umas com as outras. Estas definem a forma do pensamento, que inclui antes de tudo os instrumentos materiais (as técnicas) e conceituais (as ciências). Como indica Chartier:

Febvre não define a aparelhagem mental, mas caracteriza-a assim [...] a cada civilização sua aparelhagem mental; mais do que isso, a cada época de uma mesma civilização a cada progresso, seja das técnicas, seja das ciências que a caracteriza – uma aparelhagem renovada, um pouco mais desenvolvida para certos empregos, um pouco menos para outros. Uma aparelhagem mental que essa civilização, que essa época não está garantida de poder transmitir, integralmente, às civilizações, às épocas que vão lhe suceder: ela poderá conhecer multidões, retrocessos, deformações significativas [...] o que queria dizer três coisas [...] que as categorias do pensamento não são nem universais nem redutíveis ou operacionalizadas pelos homens do século XX [...] maneiras de pensar dependem, antes de mais nada, dos instrumentos materiais (as técnicas) ou conceituais (as ciências) [...] não há progresso contínuo e necessário [...] na sucessão das diferentes aparelhagens mentais. ⁶⁸

A aparelhagem mental é em si fonte de análise dos historiadores por meio da linguagem, que expressam como o sistema de percepções linguísticos, conceituais e afetivos, ou seja, os modos de pensar e sentir. Portanto, a tarefa do historiador é resgatar essas representações para entender o período estudado sem anacronismo, com as aparelhagens do período. Como conclui Chartier:

[...] aparelhagem mental é o estado da língua, em seu léxico e sua sintaxe, as ferramentas e a linguagem científica disponíveis, e também este “suporte sensível do pensamento” que é o sistema das percepções, cuja economia variável comanda a estrutura da afetividade [...] (linguísticos, conceituais, afetivos) e os “modos de pensar e de sentir” que recortam configurações intelectuais específicas [...] a tarefa primeira do historiador, assim como do etnólogo, é então resgatar essas representações, em sua irredutível especificidade, sem recobri-las com categorias anacrônicas, nem medi-las

⁶⁷ CHARTIER, R. **A beira da falésia**: a História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002, p. 29.

⁶⁸ Idem, p. 31.

pela aparelhagem mental do século XX [...] ⁶⁹

Chartier define as representações simbólicas como um indicativo para o historiador recriar e vivenciar as aparelhagens mentais. Nesse sentido, define três registros da realidade. ⁷⁰ Primeiro, as representações coletivas, que incorporam os indivíduos e suas classificações do mundo social, o qual lhes permite classificar, julgar e agir; a segunda é percebida como construção identitária representada e coagida por instituições, grupos, por meio de relações simbólicas. E, por fim, o processo de dominação simbólica, mediante o qual os dominados aceitam ou rejeitam as identidades impostas, que asseguram o seu assujeitamento. ⁷¹ Como teoriza Chartier:

[...] três modalidades da relação com o mundo social: primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição: enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais “representantes” (instâncias coletivas ou individuais singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe [...] ⁷²

Observa-se em parte pelo estudo de almanaques, revistas e jornais que se trata de um elemento privilegiado para uma “leitura” específica das relações entre o imaginário urbano e a modernidade. Cabe ao historiador a tarefa de decifrar os códigos simbólicos que formam e informam as múltiplas “imagens” da cidade. Pois elas se encontram submersas no interior do discurso exteriorizado, uma vez que este é quem define e classifica os ideais e percepções sociais – que serão muitas vezes seguidos em uma sociedade de produção em massa. Assim, aborda Chartier:

[...] uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma, a outra [...] recorte social objetivado que cada grupo faz de si mesmo, portanto, à sua capacidade de fazer com que se reconheça sua existência a partir de uma exibição de unidade [...] é a ordenação da própria estrutura social [...] afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “ser-percebido” constitutivo de sua identidade. ⁷³

⁶⁹ Idem, p. 31.

⁷⁰ Idem, p. 184 -185

⁷¹ Idem, p.11

⁷² Idem, p. 73.

⁷³ Idem, p. 73.

Por último, compreendendo que a palavra, em meio à aparelhagem mental, é o que fomenta o imaginário por meio das representações simbólicas, ela torna-se o primeiro passo para reconstruirmos o discurso urbano. Contudo, não podemos considerar a palavra (ou até mesmo o discurso) um objeto natural, mas precisamos entender que ela é constituída de representações e de símbolos. Para encontrar uma possível imagem real do discurso, devemos olhar por trás dessas máscaras simbólicas,⁷⁴ retomando o conceito de Marc Bloch de compreender o vocabulário do vivido, o qual Chartier aborda:

[...] não deve cair na armadilha das palavras que podem dar a ilusão de que os diferentes campos de discursos ou de práticas estão constituídos de uma vez por todas, recortando objetos, cujos contornos, senão os conteúdos, não variam [...] como centrais as discontinuidades que fazem com que se designem, se agreguem e se dispersem, de maneiras diferentes ou contraditórias conforme as épocas, os saberes e os atos.⁷⁵

O século XX inicia-se com um mundo e uma sociedade de produção da imprensa em massa, em que não só o escrito é colocado na presença de uma representação simbólica coletiva, mas o próprio leitor, levando a uma exteriorização das representações simbólicas em veículos impressos, como revistas e jornais, que nos dão vestígios do comportamento, significação, apropriação e assujeitamento que a modernização inicia. Observamos como essa apropriação e assentamento ocorrem no circuito e nas significações da capital paulista, e como são novamente ressignificados ou apropriados na localidade.

Em vista disso, analisaremos a teia que interliga esse processo de mudanças. Primeiramente, a construção etimológica dos termos “moderno”, “modernidade”, “modernismo” e “modernização”, pois os signos têm multiplicidade de definições, mas só uma destas definições será centrada. Outrossim, haverá controle e apropriação do termo por um grupo para sujeitar a sociedade a si e para justificar seu poder. As definições são dos dois principais dicionários da Primeira República, o de Caldas Aulete e o de Cândido Figueirido.

Caldas Aulete, nas obras de 1881 e 1911, volume 1, demonstra que os signos “moderno”, “modernismo”, “modernista”, “modernamente” e “modernizar” não tiveram mudança no sentido. Os termos têm como raiz a forma “Modernus” no latim, que se situa como “tempo próximo”, “atual presente”, “na moda”, “os que vivem na época atual” e as “ideias mais

⁷⁴ Idem, p. 58.

⁷⁵ Idem.

avançadas no tempos modernos”. Desta forma, a modernidade se refere a tudo que gira no tempo do presente, atual, e às suas produções materiais e imateriais.⁷⁶ Desta maneira, os termos derivados seguem a mesma perspectiva: “modernismo” situa-se em tudo que gira no ideal de moderno, “apego a tudo que é moderno”, e “modernista” seria a pessoa ou sistema que é “apaixonado [pelas] coisas modernas”. Já “modernamente”, advérbio, retrata o tempo moderno, e, por fim, “modernizar”, que é seguir os ideais modernos, “adaptar ao gosto ou uso moderno”.⁷⁷

Cândido Figueiredo, na obra *Novo Dicionario da Língua Portuguesa*, dos anos de 1899 e 1922, segue a mesma referência significativa, dando como originário o termo em latim “modernus”, que exprime o ideal de tempo próximo, atual, presente. É o mesmo caso de seus termos derivados, “modernismo”, que “procura as coisas modernas”; “modernista”, “pessoa apaixonada pelo modernismo”; “modernamente”, advérbio que indica “no tempo moderno, nos últimos tempos”; e “modernizar”, “acommodar aos usos modernos”. A única diferença seria a introdução de dois novos termos, mas que seguem o mesmo sentido: “modernização”, como “*acto de modernizar*”, e “modernidade”, de “estado ou qualidade daquillo que é moderno”.⁷⁸

Portanto, a circulação da significação dos termos “moderno” e “modernidade” seguirá, no jornal *O Estado de São Paulo*, ao longo da década de 1920, a preposição de retratar os tempos modernos, por isso, estarão vinculados a toda perspectiva que se relacione a novos produtos, novas práticas de dança, esporte (como as Olimpíadas de Paris), filmes (“Garotas Modernas”), musicais (Casino Antártica) e assim por diante. Pois tudo que é vinculado ao mundo imaginário da modernidade estadunidense e europeia é considerado uma prática moderna.⁷⁹

O modernismo é visto como a cultura da modernidade, indicada por novos valores morais, como liberdade e o desprendimento de roupas do corpo; por práticas urbanas, como o esporte, as peças de teatro (especialmente o chamado “teatro moderno”, que vivifica os costumes modernistas) e o cinema; pelo consumismo e o uso de produtos “modernos” (carros, aviões, motocicletas...); pelo movimento artístico e de crítica ao antigo. Como observamos no inciso abaixo:

Deixe que o **modernismo** e a elegância influam na sua escolha, sugerindo-lhe um presente de Boas Festas que satisfaz a todos os gostos: o perfume de BOURJOIS que

⁷⁶ CALDAS AULETE, Francisco Julio. *Diccionario contemporaneo da Língua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881 e 1911. vol. 2.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ ESTADO DE SÃO PAULO, 1920 – 1930, referentes ao termo modernidade.

é sempre uma novidade, “MON PARFUM”, feminino e subtil.⁸⁰

Em suma, a modernidade centra-se no império do novo, desde as novas atribuições de processos referentes ao processo de capitalização e industrialização até a restauração e a reorganização do espaço urbano, com as novas práticas de representação e desejo que seguem ligadas à matriz, ao espelho.

Nesse sentido, Berman considera que o principal problema na análise da modernidade é considerar fatos isolados e não conectados a uma perspectiva totalizante de mundo:

Em vez disso, retalharam a modernidade em uma série de componentes isolados — industrialização, construção, urbanização, desenvolvimento de mercados, formação de elites — e resistem a qualquer tentativa de integrá-los em um todo.⁸¹

Por isso, a análise deste trabalho em tentarmos procurar averiguar este processo totalizante, onde o primeiro capítulo situa o processo de capitalização/modernização que situa ainda mais perto a referência do novo. E no segundo capítulo a reorientação do espaço urbano, espaço da venda e dignificação do novo. Por fim, no terceiro capítulo, como estas transformações emulam novas práticas, representações e desejos.

Para isso, no primeiro capítulo, destacaremos o duplo processo de capitalização/modernização no circuito de São Paulo. Pois o processo dará a forma e a cor da modernidade, para que possamos entender os novos conceitos, significações e representações que a modernidade encerra no viés da mídia.

Processo de capitalização/modernização⁸² do circuito, que ocorre por pressão externa da Inglaterra. Era preciso ampliar as redes de crédito e expandir a estrutura do capitalismo, condições necessárias para dar fim ao escravismo. Como Paula Beiguelman demonstra, o escravismo era uma barreira para capitalismo, e o governo inglês pressionava o governo tupiniquim a interromper a comercialização internacional de almas⁸³. Desta forma, um primeiro acordo, em 1831, dá ao Brasil 15 anos para coibir o tráfico, com multas aos traficantes. Contudo,

⁸⁰ Idem, 29 de Dezembro de 1929, p. 5

⁸¹ BERMAM, *ob. cit.* p. 31

⁸² Os autores e obras a seguir são utilizados como base da análise: CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983; BEIGUELMAN, P. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Pioneira, 1977. DEAN, W. **A industrialização de São Paulo: 1880 - 1945**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. 2. ed. São Paulo: Difel, 1971; SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986; CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991; CARDOSO, Fernando Henrique. **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v. I; MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

⁸³ BEIGUELMAN, *op. cit.*, p. 12.

o tráfico era um dos poderosos recursos da elite fluminense, que apoia a coroa e mantém a nobreza, como demonstra Malerba. A coroa e o sistema governamental acabam fazendo “vista grossa”, permitindo neste período o crescimento do tráfico, ao invés de seu arrefecimento e subsequente fim⁸⁴. Por isso, em 1850, a Inglaterra dá ultimato ao tráfico, ameaçando derrubar os navios negreiros, culminando na lei Eusébio de Queiroz, que sentencia o fim paulatino do tráfico internacional.⁸⁵

Promove-se uma reestruturação do sistema produtivo de exportação agrário no circuito de São Paulo, e como Wilson Cano demonstra o preço do escravo quase quadruplicará.⁸⁶ Beiguleman aponta que é este golpe que vai esgotando paulatinamente o sistema escravista. Como retrata José Manuel Cardoso de Melo, o sistema escravista sobrevive pela superexploração da mão de obra escravista,⁸⁷ haja vista que o baixo rendimento produtivo, o alto custo, a baixa qualidade do transporte e a falta de crédito produtivo fazem do sistema pautado no lucro funcionar pelo baixo custo do escravo.⁸⁸ Quando o mercado internacional escravista, que desde América Portuguesa garante a reprodução constante de escravos a baixo custo e até sobrepõe-se ao sistema de escravos nativos, como aponta Alencastro, se desfaz, o sistema torna-se fadado à desarticulação, como também aborda Milliet.⁸⁹

O sistema se reorientará pelo aumento produtivo e de qualidade, como demonstra Wilson Cano, transpondo-se ao complexo cafeeiro, que, por meio do capital internacional (inicialmente e principalmente inglês, como destaca Sergio Silva), pauta o sistema em ferrovias, maquinização do campo, crédito bancário internacional e nacional e mão de obra assalariada, imigrante.⁹⁰

Todavia, ao mesmo tempo que o sistema cafeeiro se refaz, torna-se condutor da

⁸⁴ Idem, p. 12. MALERBA, Jurandir. O cetro e a bolsa: aspectos da formação do Estado brasileiro. In: **A corte no exílio: civilização e o poder no Brasil (às vésperas da Independência)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁸⁵ SILVA, op. cit., p.41. Já que a redução do tráfico será drástica, mas ainda existirá pequeno tráfico internacional, que vai trazer cerca de 3000 cativos por ano ao Brasil, na década de 1850.

⁸⁶ CANO, op. cit., p. 25. 250\$000 para 700\$000.

⁸⁷ CARDOSO DE MELLO, op. cit., p. 57.

⁸⁸ CARDOSO DE MELLO, op. cit., p. 64.

⁸⁹ MILLIET, op. cit., p. 34-36. Como mostra Milliet, pois o Vale do Paraíba, de centro e maior produtor em 1886, em 30 anos se tornará apenas um pequeno produtor, e já nos anos 1940 não havia mais produção de café.

⁹⁰ SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 50-51. ALENCASTRO. Índios, os “escravos da terra”. In: **Trato dos viventes: formação do Brasil nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Neste capítulo, demonstra-se como o escravo nativo se mostrava incompatível com o sistema colonial. Esbarrava-se na esfera mais dinâmica do capital mercantil investido no negócio negreiro, na rede fiscal da Coroa (acoplada ao tráfico atlântico africano), na política imperial metropolitana (fundada na exploração complementar da América e da África portuguesa) e no aparelho ideológico de Estado (que privilegiava a evangelização dos índios).

capitalização. Wilson Cano informa que ele será indutor e diretor da formação do complexo industrial.⁹¹ O sistema permite bases para a industrialização, fornecendo ferrovias que ligam o mercado interno ao mercado internacional e industrial, escoando não só produtos, mas bens de produção. Ampliando-se o mercado interno com adesão da mão de obra assalariada, propicia-se o aumento vertiginoso do consumo. Por fim, a entrada de imigrante amplia a rede de crédito com os comissários e fomenta a própria criação do crédito interno. Mas, com a reforma bancária em 1890, o Banco do Estado de São Paulo se torna predominante no processo de financiamento da industrialização.⁹²

E como a reorientação das estruturas econômicas do Complexo Cafeeiro, ressoa na esfera local. Uma vez que Braudel indicou que não podemos dizer que existe um capitalismo, mas capitalismos.⁹³ Para percebermos se há o processo diversificação e especialização da indústria e do comércio de Ribeirão Preto. Por meio da análise das *Estatísticas do Estado de São Paulo*, dos anos 1928 a 1933, Fundação Estadual de Análise de Dados, que estão digitalizados e em ótima qualidade na sua biblioteca digital. E os almanaques locais, de Guião, *O município e a cidade Ribeirão Preto na comemoração 1.º centenário da independência Nacional (1822 - 1922)* e de Mello, *Almanaque de Ribeirão Preto*, de 1927. Como os almanaques estaduais, “A capital Artística na comemoração do Centenário” de 1922 e os Municípios de São Paulo e Paulista 1924 e 1925.

Já o segundo capítulo indica o processo de modernização que envolve o desejo do Circuito do Complexo Cafeeiro, se moldar às principais vertentes do pensamento europeu, como o darwinismo social do inglês Spencer, o monismo alemão e o positivismo francês de Auguste Comte.⁹⁴ O intuito é criar um mundo civilizado e racionalizado, havendo necessidade de se refazer a imagem da modernidade a todo custo.⁹⁵

Para isso, o centro da modernização e do “progresso”, a cidade, deveria se alinhar à racionalidade e à tecnologia. Em vista disso, observaremos no início do século XX a explosão de reformas nas principais cidades do circuito brasileiro, Rio de Janeiro e São Paulo.⁹⁶ Seguindo

⁹¹ CANO, op. cit., p. 122.

⁹² Idem, p. 72-74.

⁹³ BRAUDEL, op. cit., v. III, p. 382.

⁹⁴ Idem, p. 11.

⁹⁵ SEVCENKO, op. cit., 1998, p. 39-40.

⁹⁶ Para isso, usamos como embasamento as obras seguintes: CANDIDO, Malta Campos. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: Editora SENAC, 2000; MARINS, P. C. Garcez. **Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras**. In: NOVAIS, F. **História da vida privada no Brasil República: da belle époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. III; SIMMEL, Georg. **A Metrópole e a Vida Mental**. Col. Textos Básicos Ciências Sociais. O Fenômeno

a cartilha ideológica europeia, ambas vão se portar de acordo com as linhas do mito da Paris de Haussmann.⁹⁷ Tornam-se as suas regiões centrais o espelho do país das maravilhas, a cidade desejo, principalmente as áreas do Triângulo em São Paulo e da rua do ouvidor no Rio de Janeiro. São espaços centrais da vida moderna e opulenta, verdadeiras catedrais do culto ao novo.⁹⁸

As reformas de São Paulo serão orientadas a retratar a fantasia da modernidade, de modo a se alcançar essa epopeia. Observaremos o fenômeno em dois períodos, com Antônio Prado e Bouvard-Freire. O primeiro, diz Campos, buscou aderir aos modelos prontos, importando moldes urbanos do centro da economia-mundo; o segundo propõe-se a desenvolver um projeto autônomo e idealizado, pronto para solucionar os problemas de interesse produtivo e de exportação.⁹⁹ Veremos a constante interferência do capital especulativo e imobiliário, que farão esses dois modelos se adequarem ao seu interesse. Caso contrário, farão de tudo para a contemplação parcial dos seus projetos.¹⁰⁰

Constitui-se, então, a capital paulista como um espaço de exposição, retratado por Barbuy. A cidade transforma-se em vitrine de civilidade, de modernidade, de luxo, e é claro que se trata apenas uma vitrine, pois as modificações dos espaços centrais, em sua maioria, se resumem nas fachadas. Este porte moderno é visto apenas nas áreas mais opulentas da cidade, ou seja, só na vitrine.¹⁰¹ Por isso, a modernização da cidade será um processo segregador, já que todo tipo de “gentinha” (pobres, pedintes, prostitutas) será expulso desses espaços, bem como suas moradias (constituídas largamente de cortiço ou casebres), por meio das reformas sanitárias de 1894, 1896 e 1910.¹⁰² Nada deve atrapalhar o sonho e fantasia da nova cidade, especialmente sua verdadeira realidade.

Como este modelo de programa civilizatório perdura em Ribeirão Preto, segue-se a continuidade do programa francês, assim como no Rio de Janeiro e em São Paulo, que analisaremos mediante relatórios da prefeitura de 1923 a 1930 e nos volumes de 1917-22 e de

Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967; SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1997. PESAVENTO, Sandra. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002; LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011; BARBUY, Heloísa. **A cidade-exposição**: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo: EDUSP, 2006.

⁹⁷ SEVCENKO, op. cit., 2003. p. 41-42

⁹⁸ BARBUY, Heloísa. op. cit., p. 104.

⁹⁹ Idem, p. 189.

¹⁰⁰ Idem, p. 189-190.

¹⁰¹ BARBUY, op. cit., p. 100-104.

¹⁰² Idem, p. 96 e 188.

1922-1930 das atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Assim, entenderemos para quem chega a modernização e quem fica à margem desse processo isolado.¹⁰³

Por fim, no capítulo 3, avaliaremos como este processo de modernização reproduzirá novas práticas próprias da urbanidade, como destaca Barbuy. Incluem-se, entre elas, desde o comércio luxuoso de joias, relógios, roupas de grife, formação de grandes lojas multinacionais, eletrodomésticos, formação de hotéis, restaurantes, teatros, cinemas, cassinos, espaço abertos racionalizados, aparelhagem de buffet, ajardinamento e espaço para caminhadas até os espaços de contemplação.¹⁰⁴ Também haverá as modificações da década de 1920, e com elas o advento de uma cultura esportista, como destaca Sevcenko, promovendo-se a difusão de clubes de esportes e a ampliação do espaço automotivo. O esporte adquire contornos de entretenimento, e promove o advento de novos moldes de roupas e cortes de cabelos, sempre pautados pela leveza, para adequarem-se à movimentação do corpo. Ademais, valoriza-se o melhor contorno anatômico, diminuindo-se o uso de adereços em favor de peças que valorizem e sensualizem o corpo, com cores alegres, vibrantes e estampadas.¹⁰⁵ Há também a proliferação da música, para bailes, festas, festivais, e de espaços que permitem experimentar diversas sensibilidades do indivíduo, característica própria da modernidade e bem exemplificada em *Fausto*, de Goethe. Aborda-se a ordem da música, que é acompanhada pelo movimento do corpo, dos olhos, dos desejos e da exposição, aos quais seguem o toque e o distanciamento do prazer, do beijo e até do emaranhado de corpos, de mãos, que se torna paulatinamente ainda mais em voga.¹⁰⁶

Em Ribeirão Preto, só será possível reconstruir o seu cotidiano (e assim apontarmos as semelhanças e características próprias da modernidade) mediante análise de periódicos, como os jornais *A Cidade*, *O Estado de São Paulo* e *Correio Paulistano*, e de Almanques. Com isso, buscaremos apresentar um retrato fiel da urbanidade da década de 1920. No entanto, só foi possível pesquisar o ano de 1920, no jornal *A Cidade*, pois de 1921 até 1930 os exemplares estão em péssimo estado, não permitindo o acesso à pesquisa. Estão à espera de digitalização, para que então não haja risco de perda da fonte e possam ser consultados. Assim, fomos forçados a reconstruir o cotidiano de Ribeirão Preto pelos jornais da cidade de São Paulo, que comumente tinham colunas sobre as cidades do interior do Estado, inclusive Ribeirão Preto. Analisamos toda a década de 1920 pelo jornal *O Estado de São Paulo*, e, posteriormente,

¹⁰³ O relatório da prefeitura foi adquirido no Arquivo Público de Ribeirão Preto, enquanto as atas da Câmara Municipal foram retiradas na própria Câmara Municipal.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo; Companhia das Letras, 1992, p. 49 e 50.

¹⁰⁶ Idem, p. 50-51 e 89-90.

complementamos o estudo com algumas notícias e alguns eventos noticiados pelo *Correio Paulistano*, para ter mais material descritivo. Além disso, novamente foram usadas as Atas da Câmara Municipal, já indicadas.

A nova configuração da vida moderna é também resultado da interiorização das representações da modernidade, difundida em larga escala pela mídia paulista na Primeira República, especialmente pelos periódicos *O Estado de São Paulo*, *Correio Paulistano*, *A Gazeta*, *Folha da Noite* e *Diário da Noite*, em São Paulo, pelos jornais *A Cidade* e *Diário da Manhã*, em Ribeirão Preto, e pelas revistas paulistanas *Eclética*, *Cigarra*, *Feminina* e *Fon-Fon*. Segundo Tania Luca e Ana Luiza Martins, esse crescimento só foi possível pela diminuição dos custos produtivos nos jornais e revistas e pela expansão das infraestruturas do Estado de São Paulo, ocorridas com a introdução de ferrovias, telégrafos e telefone e com a facilidade de transporte de produtos e de informação. Ademais, o aumento das escolas do Estado e dos municípios, com o enriquecimento produzido no complexo cafeeiro, popularizou a alfabetização, ampliando-se o alcance do mundo simbólico e, com isso, o assujeitamento em massa do sentido e caminho do novo.¹⁰⁷

Por último, observaremos como a mídia na década de 1920, em Ribeirão Preto – segundo os almanaques locais, que são ao mesmo tempo instrumentos de descrição e retrato do cotidiano da cidade e espaços publicitários, de venda e dignificação da cidade – se propõe a reconstruir a memória da cidade, revelando nesse ínterim a cidade idealizada e desejada.¹⁰⁸

Consideramos a memória, como em Le Goff, um fenômeno de aspectos biológicos e também psicológicos, que contudo é resultado da configuração/reconfiguração das estruturas da sociedade. Sendo assim, entendendo as suas estruturas, podemos observar as ressonâncias da memória social. Isso leva alguns cientistas a afirmarem que a memória está associada a um fenômeno diretamente ligado às ciências sociais, como exemplifica Le Goff:

Os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, mais não são do que os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui.¹⁰⁹

Assim, a memória é um ato mnemônico que fundamentalmente está relacionado ao comportamento narrativo, que é uma função da sociedade, ou seja, a comunicação. Torna-se,

¹⁰⁷ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 85-86.

¹⁰⁸ BOTREL, J. F. Catálogo Almanak dos Almanques. In: MAYER, M. (Org.). **Do Almanak aos Almanques**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 18-21.

¹⁰⁹ LE GOFF, op. cit., p. 425.

então, um produto da sociedade, por isso, podemos relacionar a aproximação da linguagem à memória. Sendo assim, a memória pode ser ouvida na ressonância da escrita, que permite reconstituirmos as estruturas históricas.¹¹⁰

Em vista disso, o estudo da memória social é um dos fundamentos para entender as relações entre tempo e história, em que a memória está ora retraindo-se, ora em transbordamento.¹¹¹ Cabe então ao historiador decodificar os símbolos da memória para que se possa compreender a identidade constituída no significante ideológico do signo da escrita que remete à sua representação.

Assim, a comemoração ou celebração faz parte da memória, por seu intermédio retoma-se o ocorrido, por isso, vamos analisar a celebração da representação dos almanaques em Ribeirão Preto na década 1920, que evidenciam o espaço da cidade sensível e idealizada, como indica Pesavento:

Estamos em busca de uma cidade sensível, que expressasse o vivido, qual nos oferecesse sintomas de como, em outro tempo, as pessoas viam sua cidade. Essa sensibilidade diante do urbano em transformação nos foi dada pelo espectador privilegiado do social, que é o escritor.¹¹²

¹¹⁰ Idem, p. 426.

¹¹¹ Idem, p. 427.

¹¹² PESAVENTO, op. cit. 392.

Capítulo 1 - Aventura da Modernidade no Contexto da Primeira República

O progresso depende da ação do Homem Fáustico, cuja motivação básica é a vontade de poder. Mas, tendo o progresso chegado a prover um ambiente de suficiente segurança econômica para Todos os Homens, o ethos social daí resultante trabalha contra a transmissão do desejo de poder às novas gerações e, portanto, faz abortar o desenvolvimento do Homem Fáustico.

Marshall Berman

1 Introdução

Neste capítulo nos propomos a entender o processo de rupturas históricas que promovem a modernidade/modernismo do circuito de São Paulo. Contudo, não podemos entendê-lo como processo separado, mas em conjunto ao processo de capitalização/modernização, pois este traz um novo tempo social e dinâmico à cidade.¹¹³

O capitalismo inglês no final do século XX está pautado no financiamento de sua estrutura de ferrovias e maquinários industriais aos países periféricos subdesenvolvidos, que aderem a esse capital,¹¹⁴ demonstrando uma rede internacional de capital hegemônico entre o centro e a periferia, como Wallerstein define, inspirado por Braudel:

A hegemonia supõe mais do que a posição de centro. Pode definir-se com uma situação em que os produtos de um dado Estado do centro são produzidos com tanta eficácia que são em todos os aspectos competitivos mesmo noutros Estados do centro, e, portanto, esse tal dado, Estado do centro, é o principal beneficiário de um mercado mundial [...] Uma superioridade [...] conduz ao domínio de distribuição comercial do mercado mundial, [...] controlar os “invisíveis” – os transportes, as comunicações, e os seguros.¹¹⁵

Esse processo revela uma dinâmica de temporalidades, em que o circuito hegemônico em expansão dos novos mercados induz a fragmentos desta temporalidade, bem ilustrados pelo processo de modernização, como conceitua Berman:

[...] crescimento que destrói as paisagens físicas e sociais do nosso passado e nossos vínculos emocionais com esses mundos perdidos; [...] a internacionalização da vida cotidiana — nossas roupas e objetos domésticos, nossos livros e nossa música, nossas ideias e fantasias —, que espalha nossas identidades por sobre o mapa-múndi; nosso desejo de sólidos e claros valores em função dos quais viver e nosso desejo de abarcar todas as ilimitadas possibilidades de vida e experiência modernas [...]¹¹⁶

Este sistema-mundial, definido por Braudel como uma enorme superfície interligada por uma rede de circuitos econômicos, cria uma zona de coerência temporal. Deve-se entendê-la como o resultado de uma soma de espaços individuais agrupados a uma rede econômica.¹¹⁷

Apresenta-se um choque de dois mundos: um Brasil mercantilista e escravista e um

¹¹³ ARBEX, J.; SENISE Jr, M. Cinco séculos de Brasil: imagens & visões. São Paulo: Moderna, 1998.

¹¹⁴ HOBBSBAWM, Eric J., op. cit., p. 47-48.

¹¹⁵ WALLERSTEIN, op. cit.

¹¹⁶ BERMAN, op. cit., p. 25.

¹¹⁷ BRAUDEL, , op. cit., v. III, p. 14.

sistema mundial capitalista inglês. A ressonância do mercado internacional¹¹⁸ faz as estruturas brasileiras mercantis se esgotarem para a implantação no interior paulista do complexo cafeeiro.¹¹⁹

Neste contexto, em que a República emerge em meio aos seus paradigmas e formas que denotam a modernidade, a imagem do arcaico, identificada pelos elementos do mercantilismo e na protuberância do escravo, é a que dará lugar ao novo mundo do progresso, escrito pelo “ouro brasileiro”, o café e seu complexo. Reestruturam-se suas imagens sociais, pretende inserir-se o país no mar do “progresso”, representado pela fervura das ferrovias, pela força das máquinas de tear e pela instrução do mercado interno, estancado pelo trabalho livre.

A ação da República foi uma rejeição das elites brasileiras ao modelo precário e endividado da monarquia brasileira,¹²⁰ por isso, é comprometida com a modernização dessas estruturas do império para melhor arraigar seus ganhos e benefícios. Pois o espírito republicano se forma na ânsia do enriquecimento pessoal a todo custo, abusando de todas as maneiras do público para o benefício do privado, o que denota a incipiência do “espírito capitalista sem a ética protestante”.¹²¹

Forma-se, então, um Estado baseado nas diretrizes científicas e técnicas dos Estados Unidos e Europa. Aplicamos o federalismo norte-americano ao estado francês de Augusto Conte e ao darwinismo social do inglês Spencer.¹²²

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira singularizada pela herança colonial, propondo moldes europeus ou norte-americanos à sua missão civilizadora. Tratava-se de uma reforma urbana e arquitetônica presa à mentalidade da infalibilidade do progresso.¹²³

Inicia-se o processo de capitalização/modernização encabeçado por uma elite que embeleza os centros e ergue teatros, palacetes, bancos... São estas as suas grandes catedrais do poder, além de sua forma de ordenar e higienizar a urbe, ou seja, referências comitadas de um mundo de “ordem e progresso” alinhado ao darwinismo social. O progresso será norteado segundo os símbolos ideológicos europeus, sendo exibidos na construção dos centros urbanos,

¹¹⁸ FEBVRE, Lucien. **Michelet e a Renascença**. São Paulo: Scritta, 1996. p. 200.

¹¹⁹ BEIGUELMAN, op. cit., p. VIII.

¹²⁰ CARDOSO, Fernando Henrique, op. cit., p. 26-36

¹²¹ CARVALHO, José Murilo, op. cit., p. 30.

¹²² SEVCENKO, op. cit., p. 14.

¹²³ Idem, p. 28.

no tipo de comércio e até na própria linha de saber. Notamos essa magnificência não só nas grandes capitais de agroexportação,¹²⁴ mas também na imensidão do interior brasileiro, que inicia um processo de modernidade/modernização similar ao do interior paulista.¹²⁵

Essa nova rítmica da capitalização/modernidade, formada pelos agentes da modernidade – os cafeicultores e sua renomada dinâmica de infraestrutura, de capitais de fome de artigos de luxos –, expande os centros urbanos, permitindo o aparecimento do comércio capitalizado e da indústria.¹²⁶

Sendo assim, o comércio que substitui a antiga imagem dos comerciantes fluminenses e sua rede de créditos e alimentos de primeira necessidade dá lugar às casas de exportação e de importação e ao comércio urbano.¹²⁷ Será por meio da classe imigrante do comércio que observaremos em parte a indução da industrialização, como demonstra Dean.¹²⁸

Em suma, este capítulo se propõe a entender a nova temporalidade estabelecida pela modernidade, investigando os elementos do processo de capitalização, e como este promoverá uma sucessão de rupturas nas estruturas produtivas, para podemos entender os novos conceitos, representações e significações, apontadas pela literatura urbana, jornais, revistas e almanaques.

1.1 Sistema cafeicultor mercantilista escravista

Para entendermos o processo de capitalização/modernização do Estado São Paulo, é necessário estudarmos a formação do complexo cafeeiro. Pois, como Sergio Silva observa, o complexo será o “centro motor” das fomentações do processo de capitalização.¹²⁹

Por isso, analisaremos as rupturas do processo de longa duração do sistema econômico de São Paulo, que paulatinamente tem sua estrutura mercantilista encerrada, dando lugar ao sistema capitalista.

A estrutura mercantilista cafeicultora de São Paulo é constituída por uma produção de grandes empresas monocultoras, produzindo em larga escala e apoiada no trabalho escravo, por

¹²⁴ São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, entre outras.

¹²⁵ DOIN, J. E. de Mello; PAZIANI, R. R.; CUELO, J. P. A saga de Ribeirão Preto na Belle Époque caipira: modernidade e urbanização na primeira República. **Dialogus**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 135-160, 2006.

¹²⁶ CANO, op. cit., p. 122-129.

¹²⁷ FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M.; CASTRO FARIA, S. de. **A economia colonial brasileira: séculos XVI-XIX**. São Paulo: Atual, 1998, p. 105; DEAN, op. cit., p. 26-29.

¹²⁸ DEAN, op. cit., p. 32-34.

¹²⁹ SILVA, Sergio, op. cit., p. 50.

sua vez vinculado ao mercado externo.¹³⁰

Contudo, sua estrutura não é tão simplista, uma vez que o sistema de latifundiário escravista não existe apenas por haver uma grande repartição de terra previamente existente. Surge como um sistema que, para manter sua alíquota lucrativa, tem como elemento-base a superexploração da mão de obra escrava.¹³¹

O sistema cafeeiro mercantil-escravista se forma no momento de crise do sistema colonial. Essa abertura permite sua priorização e sua predominância na economia nacional, e ele assume espaços da centralidade do poder econômico.¹³²

Então, o sistema cafeeiro mercantil escravista se estabelece na região de São Paulo no final do século XVIII (1796), localizando-se principalmente na região do Vale da Paraíba, perto das regiões litorâneas, o que barateava o processo de escoamento de produtos.¹³³ Ademais, o Vale da Paraíba apresentava já uma estrutura escravista, pois a região já fora “colonizada” pela produção açucareira.¹³⁴ Assim, o café se instala rapidamente, e na década de 1830 o Vale do Paraíba apresenta-se como uns dos principais centros do café no Brasil, ficando atrás apenas do sul do Rio de Janeiro.¹³⁵

Contudo, a dinâmica da economia mercantil escravista, segundo João Manoel Cardoso de Mello, está sujeita a três condições fundamentais: 1) à disponibilidade de trabalho escravo a preços lucrativos, 2) à existência de terras em que a produção pudesse ser rentável, 3) às condições de realização relativamente autônomas, porque dependem, também, do comportamento das economias importadoras.

Sendo assim, a economia cafeeira mercantil escravista estava sustentada por um tripé: novas terras, abundante mercado de escravos de baixo custo e volatilidade do valor de café internacional. Por isso, se uma das três partes do sistema falhasse, o sistema teria que se refazer.

1.2 Desestruturação do sistema cafeicultor mercantilista escravista

A desestruturação do sistema mercantil é, portanto, resultado das limitações estruturais

¹³⁰ CARDOSO DE MELLO, J. M., op. cit., p. 58.

¹³¹ Idem, p. 57.

¹³² Idem, p. 58.

¹³³ Idem, p. 58-59.

¹³⁴ MILLIET, Sérgio. op. cit. 1982, p. 35-36.

¹³⁵ Idem, p. 37.

próprias e de mudanças ocorridas no circuito comercial mundial, por isso, não podemos entender esse processo sem observarmos dois fatores.

O primeiro fator era necessário para o sistema cafeeiro mercantil escravista manter-se em uma constante expansão, ater-se a novas terras e manter o alto rendimento de fertilidade do solo. Contudo, a expansão das terras era impossibilitada, pois era necessária a interiorização, que resultaria no persistente aumento de custo do transporte. A expansão para o oeste paulista significava uma acumulação momentânea, consequência da alta fertilidade do solo, um fator temporário, que por consequência logo se extinguiria.¹³⁶

O segundo fator era que a economia cafeeira era refém da grande disponibilidade de escravos, vindos do circuito mercantil, os quais garantiriam valores lucrativos.¹³⁷ Esse circuito no mundo, porém, estava se refazendo, uma vez que os sistemas centrais europeus iniciavam o processo de industrialização/capitalização de suas economias. Era necessário a esses mercados exportar seus produtos e seu sistema a países periféricos, como o Brasil.

Uma vez que o escravismo limita a expansão da economia no mundo capitalista, tanto por impedir a utilização de bens de capital, maquinário agrícola e ferrovias, por exemplo, já que seu lucro se pauta no baixo custo produtivo. Como do consumo acompanhar o crescimento da produção em larga escala. Por isso, Paula Beilguelman, indica que este sistema se esgota, pois não permiti a reprodução do sistema capitalista:

A consequência teórica imediata do que vimos formulando é que a procura da resposta ao problema da destruição do escravismo capitalista se esgota, no plano de análise do sistema global, na constatação das possibilidades (desprovidas, porém, de necessidade) [...].¹³⁸

A desarticulação do sistema escravista no Brasil, para Inglaterra tinha como objetivo implementar seus produtos e suas mercadoria em maior escala, como veremos na segunda metade do século XIX.

Pautando-se, num segundo período do capitalismo inglês, que se propõe em financiar as estruturas do capitalismo industrial, como ferrovias, maquinário agrícola e máquinas industriais, a países periféricos, como o Brasil. Fomentando uma relação entre o capital financeiro inglês e a elite destes países periféricos, sendo este capital um meio de enriquecer a elite, comunitantemente amplia o domínio e a dependência do capital inglês no Brasil.¹³⁹

¹³⁶ CARDOSO DE MELLO, J. M., op. cit., p. 64.

¹³⁷ Idem, p. 60.

¹³⁸ BEIGUELMAN, P., op. cit., p. 9.

¹³⁹ HOBSBAWM, Eric J. op. cit. p. 68-70.

Por isso, a tabela 1, em anexo, observaremos os dados relativos ao serviço da dívida e aos novos empréstimos contraídos pelo Brasil durante o período 1851-1900. A comparação entre as duas séries parece fundamentar a conclusão de que nada ficou no Brasil e que, durante esse período, foi o Brasil que “exportou” capitais.¹⁴⁰ Ao nível das contas do Brasil com o exterior, essa conclusão parece correta. Ela choca-se, entretanto, com a impossibilidade de explicar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em particular as transformações capitalistas da economia cafeeira, se não consideramos o papel fundamental desempenhado pelos empréstimos externos.¹⁴¹

Na verdade, esses empréstimos serviram, direta ou indiretamente, para o financiamento da imigração massiva de trabalhadores – e, portanto, para a organização de um mercado de trabalho no Brasil –, para a construção de numerosas estradas de ferro, para a implantação de vários outros serviços públicos e indústrias, tais como a eletricidade, o gás, os transportes urbanos etc., sem falar na própria construção e consolidação do Estado brasileiro.¹⁴²

Uma das principais praças que financiavam o capitalismo era Londres, o centro da economia mundial. Londres procurou investir seu capital no Brasil, para expandir capital e mercado, por isso, sobre o século XIX, período de capitalização do Brasil, Sergio Silva afirma que os investimentos britânicos eram largamente predominantes, representando mais da metade do total de investimentos estrangeiros no Brasil.¹⁴³

Por isso, o império inglês se propõe a criar barreiras ao circuito escravista, fomentado em 1826 as primeiras leis contra o tráfico negreiro. As leis terão o intuito de rapidamente controlar o tráfico no Brasil, tendo como meta terminar com o tráfico em seis anos. Essas leis, contudo, não terão efeitos imediatos sobre o tráfico de escravos.¹⁴⁴ Assim, dá-se início à saga de repressão inglesa ao tráfico brasileiro. Porém, em 1830 – período do término da proposta do império brasileiro –, o tráfico continuará no mesmo ritmo,¹⁴⁵ o que leva o governo inglês a pressionar novamente o império tupiniquim a tomar atitudes mais claras de controle. Cria-se, então, lei de 1831, que impõe pesados ônus àqueles que se dedicavam a tal comércio.¹⁴⁶ A lei tem como resultado o encarecimento no preço do escravo. Wilson Cano demonstra que seus

¹⁴⁰ Idem, p. 33.

¹⁴¹ Idem, p. 34.

¹⁴² Idem. Produzindo um modelo de desenvolvimento que Sergio Silva denomina de dependente.

¹⁴³ Idem, p. 36.

¹⁴⁴ BEIGUELMAN, op. cit., p. 6.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.

preços médios vão de entre 250\$000 e 440\$000 para 700\$000.¹⁴⁷ Torna-se claro que não é possível o suporte do circuito interno de escravos, outrora suficientemente amplo para dar vazão à “fome de escravos”. Como Taunay afirma, “a América devoras os pretos”.

Mesmo assim, o tráfico internacional de almas continuou em larga escala, levando a Inglaterra a intensificar, em 1850, sua repressão contra o tráfico, pressionando o Brasil a tomar atitudes mais drásticas e trazendo tensão às relações anglo-brasileiras.¹⁴⁸ Diante deste cenário, Eusébio de Queiroz, então Ministro da Justiça, criou a solução para o impasse, que só poderia ser resolvida com a proibição do tráfico. Para isso, veio a lei de 1850,¹⁴⁹ como estabelece Paula Beiguelman:

[...] num contexto que envolve a superprodução e a concentração, essa relação de indiferença se traduz num processo que conduz à destruição do escravismo [...] da qual (a Inglaterra) se torna progressivamente o grande beneficiário.¹⁵⁰

A lei fomenta uma redução brusca na importação de escravos: entre 1840 e 1851, chegaram 371.623 escravos, cerca de 31.000 por ano; de 1852 a 1859, foram 3.430 por ano.¹⁵¹ Com a diminuição do acesso à mão de obra escrava, o sistema escravista mercantil estava fadado ao colapso, e isso acabou forçando uma reorientação produtiva que dará forma ao complexo cafeeiro e balizará o caminho do mercantilismo escravista para um capitalismo mais próximo do inglês,¹⁵² gestando-se o capitalismo industrial no Brasil.¹⁵³

Deste modo, Milliet analisa a entrada do café na região do Vale do Paraíba como “rápida e violenta”,¹⁵⁴ mas encontramos um crescimento de altos e baixos, uma vez que a estrutura “enriqueceu e abandonou-se antes que criasse raízes do progresso”.¹⁵⁵ Pois, mesmo com o surto do café na região a mentalidade arcaica da época não possibilitou seu enraizamento, e é esta fase que Milliet caracteriza como “lenta”.¹⁵⁶ A região permanece dependente da escravidão, o

¹⁴⁷ CANO, Wilson., op. cit., p. 25.

¹⁴⁸ BEIGUELMAN, op. cit., p. 12.

¹⁴⁹ Idem, p. 12-16.

¹⁵⁰ Idem, p. 7-8.

¹⁵¹ SILVA, op. cit., p. 41.

¹⁵² O significado dado a este trabalho na relação que Beiguelman irá retratar; na consequência da pressão externa inglesa para adesão à sua nova estrutura de capitalismo, que já é dominante em escala mundial e em 1850 será absorvida no Brasil, dando origem ao complexo cafeeiro. Como Sergio Silva caracteriza, será o motor que irá dinamizar o capitalismo industrial no Brasil. (BEIGUELMAN, op. cit., p. 7-9; SILVA, op. cit., p. 49-50)

¹⁵³ SILVA, Sergio, op. cit., p. 17-18.

¹⁵⁴ MILLIET, op. cit., p. 37.

¹⁵⁵ Idem, p. 35-36.

¹⁵⁶ Idem, p. 36-37.

que será uma barreira para permitir a entrada da modernização/modernidade pela qual a cafeicultura iria passar.¹⁵⁷

Rapidamente após o processo de desarticulação do sistema escravista é que observamos a ampliação dos investimentos britânicos. Em 25 anos – entre 1840 e 1865 –, a Coroa Britânica quadruplicou seus investimentos no Brasil, permitindo a articulação do complexo cafeeiro, que será não só um centro cafeeiro, mas catalisador de transformações temporais no circuito de São Paulo.¹⁵⁸

1.3 Complexo cafeeiro

Os investimentos internacionais, principalmente ingleses, permitiram dar base para o rápido crescimento da produção cafeeira nas décadas de 1870 e 1880, sendo acompanhada por um deslocamento do centro geográfico das plantações: durante a década de 1880¹⁵⁹ o oeste paulista praticamente substituiu o Vale do Paraíba. Porém, a partir da década de 1870, a Província de São Paulo é de longe a principal responsável pela expansão cafeeira.¹⁶⁰ Essa nova estrutura do oeste paulista estava baseada na mecanização das operações de beneficiamento do café, em uma rede de estradas de ferro, em um sistema de trabalho assalariado de imigrantes, em um sistema comercial de casas comerciais e, por fim, em uma rede bancária internacional.¹⁶¹

Desta forma, a década de 1880 é marcada pelo aprofundamento da crise do escravismo e especulação da abolição. Neste contexto, observamos dois terços dos imigrantes europeus que penetraram o Estado de São Paulo na 1ª República, na ânsia de substituir a mão de obra escrava. Por isso, maior parte estará voltada para o espaço agrário.¹⁶² O trabalhador comprometia-se a efetuar trabalhos exteriores à plantação, como, por exemplo, participar dos trabalhos de beneficiamento, ensacamento e carregamento da produção. Além disso, o preço da jornada de trabalho era fixado no contrato. No entanto, o excedente da produção alimentar realizada na terra era destinada à subsistência. Também era permitido ao trabalhador plantar nas ruas dos

¹⁵⁷ Como mostra Milliet, pois o Vale do Paraíba, de centro e maior produtor em 1886 (2.074.264 arrobas produzidas), em 30 anos caiu para uma produção de apenas 767. 069 em 1920. Já nos anos 1940, não havia mais produção de café. Idem, p. 34.

¹⁵⁸ SILVA, op. cit., p. 36-38.

¹⁵⁹ CANO, op. cit., p. 22-23; SILVA, op. cit., p. 49.

¹⁶⁰ SILVA, op. cit., p. 49.

¹⁶¹ Idem, p. 50-51. Deve-se levar em conta o rápido crescimento do Oeste paulista, tanto as estruturas herdadas do açúcar e do algodão, como o acesso às terras de boa qualidade e às técnicas de plantio mais avançadas do que aquelas até então utilizadas no Vale do Paraíba, assim “consertando-lhe um nível elevado de progresso”. MILLIET, Sérgio., op. cit., p. 42-44.

¹⁶² SILVA, op. cit., p. 51

cafezais e ele podia realizar cultura intercalada, prática corrente nas plantações novas.¹⁶³

A indigência da substituição dos escravos africanos também era decorrência da falta de capacidade técnica necessária para a utilização de instrumentos modernos de produção.¹⁶⁴ E reforçava o imaginário do produtor a referência do trabalhador imigrante, como algo derivado do moderno; e o trabalhador escravo, era uma referência do atraso, por isso o processo de modernização promove a exclusão de sua imagem, como aborda, Wissenbach:

[...] reorganização de suas vidas contornando os resquícios do domínio escravista, os flagelos da fome e das secas, fugindo dos alistamentos e das conturbações políticas, buscando novos espaços sociais que permitissem minimizar não só as mazelas do desenraizamento, como também a condição de exclusão pretendida pelos projetos modernizantes das elites brasileiras.¹⁶⁵

No entanto, não havia apenas imigrantes que vieram para o plantio, mas também para áreas urbanas, como mostra Dean em sua obra *Industrialização de São Paulo*. É o caso de Matarazzo, que começa a trabalhar na casa de exportação em Santos e depois se articulará na indústria, da família Innechi, de Ribeirão Preto, que vem para abrir um comércio e, com seu crescimento, consegue despontar na indústria de doces e móveis de metais e, por fim, o caso de Giovanni Briccola, que chegará a São Paulo como engenheiro contratado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro e posteriormente ingressará no mundo bancário, tornando-se agente do Banco de Nápoles, enriquecendo assim.¹⁶⁶

Então, dada a diminuição contínua de oferta de escravos, mesmo com o complemento do mercado interno, que começa a trazer escravos do Nordeste e até a fazer criadores de escravos, o colapso seria iminente, até porque também as leis oficiais caminhavam para isso. Por esse motivo, os cafeicultores pressionavam o governo imperial a promover subsídio para a entrada de 100 a 200 mil imigrantes¹⁶⁷ europeus.¹⁶⁸ Tal programa seria executado em paralelo

¹⁶³ Idem, p. 51-52. Esse modelo foi implantado no lugar do sistema de parceria: seria basicamente o usufruto das terras intercafeeiras, que ele explora simultaneamente com o trabalho do cafezal, sem a dispersão que a concessão de pequenos lotes afastados (e frequentemente de terras já impróprias para a cultura) acarreta. Esse modelo anterior, então, se revelou frustrante para ambas partes, pois o colono só recebia sua parcela dos rendimentos após a colheita e a venda do café, sendo assim único momento de arrecadação de capital na produção do café; tanto para o fazendeiro como para o parceiro. Por isso, o parceiro imigrante terá antes mais cuidado com sua roça do que com o cafezal, já que seria o único modo de se sustentar antes da colheita. BEIGUELMAN, op. cit., p. 63.

¹⁶⁴ BEIGUELMAN, P., op. cit., p. 61.

¹⁶⁵ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da Escravidão À Liberdade: Dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, F. **História da vida privada no Brasil República: da belle époque à era do rádio**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, v. III, p. 60.

¹⁶⁶ DEAN, W. **A capital artística na comemoração do Centenário - 1922**. São Paulo, 1922, p. 59-63.

¹⁶⁷ BEIGUELMAN, P., op. cit., p. 62-63. Lembrando que, nas décadas de 1880 e 1890, já era predominante a produção cafeeira baseada exclusivamente no trabalho livre. CANO, op. cit., p. 36.

¹⁶⁸ CANO, op. cit., p. 39. A imigração de assalariados também não foi só europeia, mas houve a tentativa de se

à criação da Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, em 1873.¹⁶⁹ Consequentemente, tais estímulos governamentais teriam a adesão de vários fazendeiros, principalmente na região do oeste paulista.¹⁷⁰ Era o plano ideal para substituir o já encarecido escravo.¹⁷¹ O imigrante tornaria mais produtiva a produção, e com custo menor do que o do escravo, como aponta Wilson Cano, referindo Taunay:

Compra o trabalho de uma família de imigrantes que tratava 17 000 cafeeiros e que havia custado, em termos de passagens, instalações, gastos iniciais, etc., cerca de 663 mil réis ao fazendeiro, quantia esta saldada pelos colonos nos anos seguintes de sua chegada; para mesma tarefa executada pelos imigrantes seriam necessários 5 escravos; que custariam onze contos e quinhentos mil-réis; computados apenas os juros equivalentes à inversão de um só desses escravos, encontra-se a soma de 276 mil-réis, importância bastante superior aos custos fixos mais os custos variáveis representados pelo pagamento a um imigrante.¹⁷²

A mecanização foi outra parte importante para a formação do complexo cafeeiro, sendo inicialmente utilizada apenas nas operações de beneficiamento.¹⁷³ Os aparelhos construídos principalmente em madeira movidos pela água dos riachos ou pela força humana, predominantes na época da escravidão, foram rapidamente abandonados a partir da década de 1870.¹⁷⁴ O metal e o vapor triunfaram sobre a madeira e a água,¹⁷⁵ estabelecendo-se tanto o beneficiamento como o ensacamento do café já na própria propriedade, como dos fazendeiros Taunay e Thiago Sales.¹⁷⁶

O moderno modelo produtivo permitiu a venda mais fácil e o melhor preço do café no mercado internacional. Como demonstra Cano, já em 1870 a maquinização valorizou em 10%

trazerem imigrantes de asiáticos, como os chineses, chamados de “coolies”, que eram interessantes por terem tradicionalmente salários ínfimos. Não houve êxito por conta do seu baixo rendimento produtivo, fortalecendo-se ainda mais o imaginário do imigrante europeu como ideal de moderno e trabalho para a fazenda.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ Já que o programa imperial se responsabilizava: no da viagem dos imigrantes (que seriam trazidos do seu país de origem, quanto ao do transporte destes imigrantes à fazenda do cafeicultor), essa operação poderia se repetir quantas vezes fossem necessárias pelos fazendeiros. Além estabelecerem contratos com os imigrantes de longas vigências, para trazer estabilidade aos fazendeiros. Por isso acarretou uma diminuição no custeio da produção, e gerando um significativo aumento produtivo com entrada do trabalho livre. Idem, p. 39-40.

¹⁷² Idem, p. 40.

¹⁷³ Emilia Viotti caracteriza esse início do processo de mecanização em dois estágios. O primeiro será o melhoramento das técnicas produtivas, como o uso de arado de ferro, do engenho de pilão e a reciclagem do solo; o segundo, a mecanização agrícola em 1870. Então, o avanço das técnicas no primeiro estágio auxiliou a criar o desejo pelo aumento produtivo, dando-se subsídio para a busca de instrumentos mecânicos de produção. COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difel, 1966, p. 185.

¹⁷⁴ Idem; CANO, op. cit., p. 28 e 54.

¹⁷⁵ Idem, p. 32.

¹⁷⁶ Idem, p. 58.

a produção de café e, em 1880, cerca de 33%.¹⁷⁷ Cabe ressaltar que a maquinização permitiu não só a concentração de diversas fases da produção na própria fazenda, como também tornou o sistema rentável, mesmo com os elevados custos de transportes.¹⁷⁸

Por isso, ao que tudo indica, a maquinização do campo foi responsável pela viabilidade da produção cafeeira no “oeste paulista”, diferentemente do ocorrido no Vale do Paraíba, ainda preso ao modelo de *plantation*, e portanto refratário às práticas modernas de produção. De acordo com Cano: “A maioria das máquinas e equipamentos para beneficiamento do café, na realidade, era muito mais utilizada no ‘oeste paulista’ do que nessa região (Vale do Paraíba).¹⁷⁹

Estabelece-se, como já foi abordado, uma nova lógica produtiva, que agora se aloca na evolução quantitativa e qualitativa da produção, como vemos nos escritos de Taunay, e que foi o resultado da implantação do complexo cafeeiro.¹⁸⁰ Desta forma, no início da década de XX, o maquinário agrícola cafeeiro poderia se dizer da mesma qualidade e proporção do europeu, como apresentado por Silva, referindo-se a autores da época, como Pierre Denis e Delgado de Carvalho:

A aparelhagem da usina de café atingiu um grau de perfeição muito notável em São Paulo. [...] As grandes fazendas de São Paulo são instalações modelo, que surpreendem o viajante estrangeiro e são dignas de figurar ao lado das indústrias mais bem aparelhadas da Europa.¹⁸¹

A necessidade de diminuir o custo da produção dos cafeicultores na introdução do sistema ferroviário torna-o um dos principais expoentes do surto do café, que veio para substituir as tropas de mulas e seus custos altíssimos de transporte. A ferrovia aumentou a velocidade e a qualidade do transporte, e ao mesmo tempo diminuiu em cerca de 10% o custo do transporte nas regiões fluminense e paulista.¹⁸² Permitiu também a constante busca de novas terras, que sem o elemento da ferrovia não seria possível, para manter alto o rendimento quantitativo da produção.¹⁸³ Como aborda Cano:

Essa alta produtividade das terras paulistas, aumentando as margens de lucro da cafeicultura, passava a exigir cada vez mais a ocupação de novas terras, com o que podia converter lucros em inversões na forma de novos plantios. [...] surgiria um freio

¹⁷⁷ Idem, p. 32-33. Cano aponta esses valores utilizando Taunay, que aborda que o café de terreiro tinha o valor de por volta de 5\$000/arroba, enquanto o café beneficiado tinha o valor de 8\$000/arroba.

¹⁷⁸ Idem, p. 33 e 58.

¹⁷⁹ Idem, p. 28.

¹⁸⁰ Idem, p. 33.

¹⁸¹ SILVA, Sergio., op. cit., p. 56.

¹⁸² CANO, op. cit., p. 29.

¹⁸³ Idem, p. 33.

natural a e essa acumulação, representado pelos altos custos de transportes. [...] a superação desse obstáculo se daria pela implantação do sistema ferroviário [...]¹⁸⁴

Assim, a ferrovia se constituiu em um dos componentes mais importantes do complexo cafeeiro, pois preencherá múltiplos papéis. Primeiro, o de possibilitar o desbravamento de novas terras, o que permitiu à produção ser viável na região do oeste e do novo oeste paulista – e, como já abordamos, a facilidade e possibilidade de conseguir novas terras para manter o rendimento produtivo e também proporcionar lucros privados com a venda e especulações de propriedades. Pois, segundo Cano, o sistema de propriedade privada já estaria bem consolidado na década de 1860.¹⁸⁵

Segundo, a diminuição do custo produtivo. Cano informa que as ferrovias diminuíram o custo de transporte de Jundiaí a Santos em por volta de 33%, em 1863; de Campinas a Santos, no mesmo período, em um pouco mais de 40%; para a região de Rio Claro a Santos, por volta de 1857, o custo teria sido diminuído em aproximadamente 50%. Para Cano, a média de redução que a ferrovia proporcionou no circuito de São Paulo foi de por volta de 20% do custo produtivo de exportação.¹⁸⁶

Em terceiro, será importante para elevar a produtividade física do café, uma vez que o sistema precário de mula e bois perdia boa parte da produção cafeeira no processo de transporte. No sistema ferroviário as perdas eram mínimas.¹⁸⁷

E, por último, será um elemento condutor e aglutinador dos circuitos comerciais. A ferrovia não será apenas um elemento condutor do café para exportação, mas um dinamizador das atividades internas já preexistentes,¹⁸⁸ como abordam Tosi e Faleiros:¹⁸⁹

Evidentemente, companhias como a CMEF, a Paulista e a Sorocabana tinham ciência de todo este volume comercial e traçaram planos para, de alguma forma, trazer para si os circuitos comerciais já estabelecidos e que certamente seriam dinamizados pelos

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Idem, p. 34.

¹⁸⁶ Idem, p. 33-34.

¹⁸⁷ Idem, 34.

¹⁸⁸ Os autores apontam já uma estrutura de um mercado interno conjunto com a atividade exportadora de café, pois mesmo o café sendo o centro gravitacional do circuito, as outras atividades se encaixam como elementos complementares e de contínua produção, demonstrando não só prática do cultivo do café, mas sendo comum outros cultivos em larga escala. Isso indica que o interior paulista se apresenta de forma mais multidimensional do que pensado pela historiografia tradicional, já que estes mercados locais estavam sendo conduzidos pelo elemento do giro mercantil. TOSI, Pedro Geraldo et al. Domínios do café: ferrovias, exportação e o mercado interno em São Paulo (1888-1917). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 2 (42), p. 417-442, ago. 2011.

¹⁸⁹ É claro que os autores consideram o café preponderante na constituição dos traçados ferroviários, contudo apontam que não será ele o único elemento, já que atividades micro e locais também terão preponderância na escolha dos acionistas para se estabelecer o traçado. TOSI, Pedro Geraldo et al., op. cit., p. 423.

trilhos e pelo café.¹⁹⁰

As ferrovias são introduzidas então com a Lei Imperial nº 641, que garantia para os concessionários juros de 5% sobre o capital empregado na construção das estradas de ferro, que eram adicionados normalmente também em 2% pelo Governo Provincial, além da isenção de impostos na importação de material para a construção das ferrovias.¹⁹¹

Assim, as ferrovias passam a ser um investimento ao mesmo tempo lucrativo e seguro, atraindo amplo porte de capital.¹⁹² Esse contexto permitiu o estabelecimento, no Estado São Paulo, de vinte ferrovias em 1910, das quais dezesseis foram estabelecidas pelo capital privado, duas pelo governo federal, uma pelo governo estadual e uma pelo capital estrangeiro.¹⁹³

Por isso, Cano aborda que foram investidos nas ferrovias de São Paulo, de 1895 a 1910, cerca de 360.000 contos de réis, oriundos de fontes de caráter federal, estadual, privado e estrangeiro. A capacidade de investimento ferroviário em São Paulo foi tão predominante neste período que, em 1907, o capital investido em ferrovias no Estado representava 71% do valor bruto investido em indústrias. Isso demonstra que o circuito de São Paulo também dinamizou os investimentos, já que na primeira década do século XX eles eram bastante rentáveis. Sendo assim, a Sorocabana teve, na década de 1910, um lucro médio de 9%, enquanto a Mogiana e a Paulista renderam 14% de lucro em média.¹⁹⁴ Devido isso, o Estado de São Paulo se tornou um verdadeiro emaranhado de ferrovias, como a Companhia Paulista que administrava 1.100 km de vias férreas entre essas a Mogiana e a Sorocabana que a seguiam de perto, a primeira com 1.046 km de vias férreas, e a segunda com quase 1.000 km.¹⁹⁵

Então, a ferrovia em São Paulo assentou-se sobre o capital cafeeiro, ao contrário do que ocorreu no Rio de Janeiro, onde ela se assentou sobre o capital imperial. A diferença decorreu da dinâmica do complexo cafeeiro paulista, que possibilitava a inversão de capitais em outros setores econômicos, tais como as insipientes indústrias e obras de infraestrutura. Nesse sentido

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ CANO, op. cit., p. 53.

¹⁹² Idem, p. 52-53.

¹⁹³ Idem, p. 52. A primeira ferrovia foi instalada em 1859, estabelecida pelo governo imperial. A Estrada de Ferro Pedro II pretendia ligar o Rio de Janeiro a Belém do Pará. Seu primeiro trecho tinha apenas 48,5 quilômetros e, posteriormente, em 1890, seus trilhos foram expandidos até São Paulo, ligando o Vale do Paraíba ao Rio de Janeiro. No entanto, a primeira grande ferrovia foi construída em 1858, na Província de São Paulo. Trata-se da São Paulo Railway Co. Ltda, financiada pelo Barão de Mauá, com ajuda do capital inglês. O primeiro trecho da ferrovia, ligando Santos ao Vale do Paraíba, entrou em operação em 1864; em 1867, foi concluído um novo trecho, alcançando Jundiaí. Tal empreendimento evidencia, desde cedo, a mentalidade empreendedora dos capitalistas ligados ao dinâmico complexo cafeeiro paulista. SILVA, op. cit., p. 56-58.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ SILVA, op. cit., p. 56.

expandiu-se o *coffee business*, não apenas territorialmente, mas também qualitativamente, posto que dele nasceu o capital aplicado na industrialização, que, segundo Silva, “[...] constitui-se uma infraestrutura necessária ao desenvolvimento do capitalismo, em particular na região cafeeira”.¹⁹⁶

Em suma, o complexo cafeeiro permitiu a expansão e o vazamento do capital diretamente e indiretamente para a capitalização do mercado interno. Deste modo, a modernização dos espaços urbanos e a estratificação do sistema financeiro e dos sistemas produtivos puderam dar início à industrialização.¹⁹⁷ Por isso, o café se tornou o centro motor do desenvolvimento capitalista no Brasil, como aborda Wilson Cano:

O café como atividade nuclear do complexo cafeeiro possibilitou efetivamente o processo de acumulação de capital durante todo o período anterior à crise de 1930. Isto se deveu não só ao alto nível da renda por ele gerado, mas, principalmente, por ser o elemento diretor e indutor da dinâmica da acumulação do complexo, determinando inclusive grande parte da capacidade para importar da economia brasileira no período.¹⁹⁸

1.4 Origens da industrialização de São Paulo

Neste item, procuraremos entender o processo de reorientação das forças produtivas do circuito de São Paulo e como a capitalização do sistema promoveu uma nova temporalidade. A modernização do Estado seria o resultado de um aceleração temporal, que estabeleceu rupturas nas estruturas do funcionamento do circuito econômico.

Contudo, o complexo cafeeiro não é o único elemento do processo de capitalização do circuito do Estado de São Paulo: o mercado interno também foi um dos seus elementos condutores.

O mercado interno que será formado até meados do século XIX terá uma estrutura mais complexa do que a vista em um sistema de subsistência,¹⁹⁹ já que Dean demonstra uma estrutura de giro comercial no circuito de São Paulo em que a renda circulante nas décadas de 1880-1890 era de sete a quinze dólares per capita.²⁰⁰ Essa renda era oriunda do comércio interno, baseado

¹⁹⁶ Idem, p. 122.

¹⁹⁷ Assim, para Silva, o complexo cafeeiro trouxe a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do capitalismo.

¹⁹⁸ CANO, op. cit., p. 56.

¹⁹⁹ Como é comum nos trabalhos clássicos de FURTADO, C. **Formação econômica brasileira**. 18. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982 e PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: período colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

²⁰⁰ DEAN, W., op. cit., p.10.

na pecuária, na agricultura familiar e na venda de mulas, bois e charque, entre outros produtos.

O encontro e desencontro de caminho e produtos não são oriundos apenas do circuito do complexo cafeeiro, mas de uma estrutura estabelecida antecipadamente, pois, como demonstra Cecília H. Salles Oliveira, as transformações do campo são diversificadas por causa dos planos pombalinos,²⁰¹ que originam um grupo de comerciantes que controla a distribuição de produtos e do crédito²⁰² e dão sustentação à produção agrícola denominada *plantation*.²⁰³ Por isso, Fragoso aponta que, na segunda metade do século XVIII, o Brasil apresentava 17% dos seus cativos, encontrados principalmente nos engenhos com mais de 150 escravos. Assim, é certo dizer que a maioria dos escravos estava vinculada a propriedades com menos de vinte escravos. Conclui-se, então, que a maior parte dos escravos estava presa à pequena e à média propriedade.²⁰⁴

Como podemos ver, o exemplo de Maria Coelha e de André Santos Pereira, pequenos proprietários da região norte fluminense, que pelos seus inventários apresentam certa prosperidade. Deixam de espólio nove escravos, duas rodas de mandioca, tacho de cobre, tamboretes, um par de brincos de ouro, instrumentos de trabalho, três lenços de casa, cobertas de palhas, com cinco portas, e duas janelas, mais dois lanças de casas, cobertas de palha que serviriam de cozinha, e as benfeitorias da roça: mandiocas, bananeiras e algodoais. A única dívida deixada foi para Francisco Salgado, no valor de 27.220 contos de reis, que representavam 4% do total de seus bens. Isto só confirma a existência de uma rede de comércio interno entre os *plantations* e as pequenas propriedades.²⁰⁵

Essa perspectiva de um mercado interno atuante e importante também é vista no trabalho de Tosi e Faleiros, que apresenta a região de Araraquara e São Carlos no século XIX como uma região de policultura, que alimentava a região com produtos alimentícios, principalmente cereais.²⁰⁶ Da mesma forma, é observada em Franca uma região tanto de policultura alimentícia, como de criação de animais e de cultivo do café, demonstrando uma produção híbrida tanto do café, centro gravitacional voltado para a exportação, quanto de atividades complementares

²⁰¹ SALLES OLIVEIRA, Cecília H. **A Independência e a construção do Império**. São Paulo: Atual Editora, 1995, p. 12-25, Coleção Discutindo a História do Brasil.

²⁰² FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M.; CASTRO FARIA, S. de, op. cit., p. 78.

²⁰³ Denominação dada por Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil contemporâneo*.

²⁰⁴ FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M.; CASTRO FARIA, S. de., op. cit., p. 56

²⁰⁵ Idem, p. 84-85.

²⁰⁶ Por isso, mesmo com entrada do café tanto em Araraquara como em São Carlos, as outras atividades de cultivos não foram abandonadas, e ainda tinham papel importante na economia local, além de demonstrarem como as atividades da região estavam assentadas na média propriedade, e não na tradicional referência da grande propriedade. TOSI, P. et al., op. cit., p. 419-420.

voltadas ao mercado interno.²⁰⁷ Já no espaço de Jaú, observa-se falta de especialização nas atividades na região, que se orienta por uma atividade de policultura alimentícia voltada ao mercado interno. Mesmo posteriormente, no final do século XX, com o contato do café, verifica-se a manutenção das atividades complementares e sua expansão.²⁰⁸ Os autores apresentam regiões que se ligavam indiretamente pelas feiras muares de Sorocaba, como Botucatu e Itapetininga, que tinham estrutura produtiva pautada na policultura alimentícia e prioritariamente criadora de animais, que abastecia a região do quadrilátero do açúcar.²⁰⁹ Em suma, os autores destacam que, na Província de São Paulo, em um período antecedente à cafeicultura e ao complexo, já existia uma rede interligada de diferentes circuitos e produtos. Formando-se um mosaico assentado na policultura da pequena e média propriedade, em um cenário marcado pela diversidade e não pela homogeneidade ditada pelas grandes e tradicionais análises.²¹⁰ É pertinente considerar que, sempre que se apontado a capacidade do giro comercial de São Paulo, torna-se ainda mais preponderante o seu desenvolvimento a sua atuação. Como apontam Tosi e Faleiros, situando o exemplo de Casa Branca:

[...] por exemplo, fora destacada praça comercial de escravos vindos de Minas Gerais, alocados prioritariamente nas regiões produtoras de açúcar de Campinas, Piracicaba, Porto Feliz e Itu, que por sua vez demandavam parcela do comércio de muares provenientes do sul e transacionados em Sorocaba, utilizados para transporte e tração. Franca polarizava o comércio de sal no centro-oeste brasileiro e, em sentido contrário, recebia e despachava boa parte do “gado em pé” vindo de Goiás e de Uberaba com destino ao Rio de Janeiro (capital), à cidade de São Paulo e a Campinas, pela antiga “estrada dos goiazes”.²¹¹

Para Tosi e Faleiros, o mosaico comercial constituído no interior paulista²¹² é acelerado com o complexo cafeeiro, se estabelecendo como um arquipélago de cidades-etapas. Pois, para Braudel, as cidade-etapas rodeiam o polo central, relegando-se a um papel secundário, uma vez que suas atividades se ajustam às da metrópole, já que essas alimentam sua comercialização ou produção. Desta forma, o arquipélago de cidades no interior paulista, se curva em relação ao polo central de São Paulo, se assentando na especialização de alguma atividade produtiva necessária, desde a produção agrícola, ou bens de consumo até atividades comerciais.²¹³

²⁰⁷ Idem, p. 421.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Idem, p. 422.

²¹⁰ Idem, p. 422-423.

²¹¹ Idem, p. 423.

²¹² Composto basicamente de Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, São José do Rio Preto, Sorocaba, Piracicaba, Marília, Franca, Presidente Prudente e Bauru.

²¹³ TOSI, P. et al., op. cit., p. 430. Aborda-se como essa estrutura reforça o caráter de hierarquização do circuito do complexo, explicando-se a especialização de cada cidade-etapa, em produtos e créditos.

Para Fragoso, o mercado interno será diversificado graças à constituição do crédito, instaurada por uma elite de comerciante de almas e produtos alimentícios, permitindo às atividades agrícolas complementares saírem de um possível ostracismo e se desenvolverem.²¹⁴

Pois, o crédito dos traficantes de almas fluminense era resultado da liquidez do comércio de almas, permitindo exercer a prática do crédito. Já que a mão de obra escrava, como já foi destacado no primeiro item do trabalho, tem o papel fundamental para o desenvolvimento da atividade agroexportadora. Onde no século XVIII e XIX, o Brasil seria um dos principais centros de importação, e maior parte deste comércio neste período era promovido pelos traficantes fluminenses.²¹⁵ E por isso, no início do século XIX, cerca de 38% dos escravos comercializados pelo mercado internacional, era realizada pelo porto do Rio de Janeiro, ou seja entrando cerca de meio milhão de cativos. Permitindo o enriquecimento deste grupo de comerciante, cujo seu rendimento, pode ser ilustrado, pela análise de um dos inventários da família de Amaro Velho da Silva, que se somarmos seu espólio encontraremos uma riqueza de 4% do que o Brasil exportou no ano.²¹⁶ Além de usufruir da estrutura pública para benefício privado, como aponta Malerba, sendo esta elite traficante que financiara o mantimento da coroa no Rio Janeiro, para conseguir honrarias.²¹⁷

Em segundo, há uma elite comerciante de produtos, que conseguiu liquidez para desenvolver o crédito em pequena escala, já que Salles de Oliveira demonstra que os comerciantes adquiriam contratos com a corte de comércio, graças ao vínculo com certos círculos de amizade; um vínculo também apresentado por Fragoso. Esta relação, segundo os dois autores, só foi conseguido mediante dinamização dos Planos Pombalinos, que permitiram os comerciantes de produtos enriquecerem e adentrarem para o grupo de amizades da elite açucareira fluminense e traficante de escravos e dos nobres cargos da coroa.²¹⁸

Esses mercadores, que Fragoso chama de homens de “grossa ventura”, são os que, enriquecidos pelo comércio, vão se fixar nos principais portos do país: Salvador, Rio Janeiro e Santos. Esses portos se estabeleciam como centros do circuito que distribuía produto e crédito a outras regiões do interior de pequeno porte. Então, o mercado interno era dirigido pelo crédito dos comerciantes enriquecidos aos pequenos armazéns e pequenos produtores de circuito

²¹⁴ FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M.; CASTRO FARIA, S., op. cit., p. 78-79.

²¹⁵ Idem, p. 101-104.

²¹⁶ Idem, p. 102.

²¹⁷ MALERBA, Jurandir. O cetro e a bolsa: aspectos da formação do Estado brasileiro. In: **A corte no exílio: civilização e o poder no Brasil (às vésperas da Independência)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²¹⁸ SALLES DE OLIVEIRA, op. cit., p. 23. FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M.; CASTRO FARIA, S., op. cit., p. 76.

menores. Estimulando assim o crescimento das atividades de pequenos porte como a circulação da compra e venda de produtos. Portanto, essa rede comercial entre o mercado central e a periferia é formada por um comércio de mercadorias de baixo custo, como objetos de armarinhos, bugigangas, louça grosseiras e principalmente secos e molhados (feijão, arroz, sal aguardente, entre outros) e créditos.²¹⁹ Como se destaca no exemplo de São Paulo:

São Paulo é um bom exemplo de como estes segmentos mercantis, ligados ao abastecimento interno foram permanentes [...] refutam a ideia de uma crise geral após à decadência mineira [...] pelo contrário [...] aponta incremento econômico em parte devido ao crescimento das atividades abastecimento para supri os próprios Plantations. Além das produções encharques no Rio Grande sul, é também as vendas de mulas e bois em São Paulo, e das melhorias nas estradas para crescimento deste comércio, entre outras regiões²²⁰.

Em suma, é esta a relação de abastecimento do mercado interno, tanto de escravos como de produtos agrícolas, que dá suporte às atividades agroexportadoras, dando forma ao mercado interno incipiente, como aborda Fragoso:

[...] as redes internas descritas para Rio de Janeiro, conjugadas a uma estrutura peculiar de produção de mão de obra e os baixos custos de terra, permitem que as flutuações da economia colonial assumissem uma relativa autonomia das flutuações do mercado externo. [...] do que poderíamos denominar dinâmica ou lógica de interna da economia colonial.²²¹

No entanto, esses circuitos internos são acelerados pela estrutura do complexo cafeeiro, como abordamos no item anterior. Eles promovem a reorientação do sistema de abastecimento do comércio, já que os comissionários substituíam o papel dos comerciantes de grossa ventura, apontados por Fragoso. Isso ocorre para a facilidade de se conseguir crédito no exterior, como também de importação de produtos, como maquinários e bens de consumo não duráveis para sua redistribuição.²²² É dessa forma que vinham reorientando a rede comercial já existente, redistribuindo para áreas periféricas do centro, São Paulo e Rio de Janeiro, ditados com outra temporalidade e dirigida por outros atores, no caso, os comissários.²²³

Desta forma, para Dean, o comércio se torna um dos indutores do processo de industrialização, já que a comercialização de alguns produtos não era tão rentável, como bebidas alcoólicas, produtos farmacêuticos e cosméticos. Por isso, muitas vezes, os imigrantes

²¹⁹ FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M.; CASTRO FARIA, S. de., op. cit., p. 78-79.

²²⁰ Idem, p. 80.

²²¹ Idem, p. 105.

²²² DEAN, W., op. cit., p. 26-29. Sendo o principal catalisador desse comércio para vazamento industrial às casas de exportações, contudo não devem ser negadas as formas nos centros urbanos. SILVA, op. cit., 1976, p. 95.

²²³ DEAN, W., op. cit., p. 27.

utilizam o acúmulo primitivo retido pelo crescimento do mercado interno, tanto na prática de comissário como do comércio, reinvestindo seu capital na forma de indústrias pequenas e médias, para a produção normalmente de bens de consumo.²²⁴ É o caso de Giovanni Briccola, que aos poucos emprestou à sua casa de exportação as funções de casa de crédito, quando tornou-se agente do banco de Nápoles. Das 65 firmas de importação existentes no ano de 1910, pelo menos 37 tinham capitais aplicados na indústria nacional.²²⁵ Outro exemplo é o da Família Innechhi, que chegará em Ribeirão Preto no início do século XX para implantar a Casa Innechi, uma fábrica de móveis de luxo de ferro.²²⁶ Essa fábrica foi constituída após o crescimento de sua loja de móveis de metal, e aproveitou-se do mercado já formado e do acúmulo primitivo do comércio para estabelecer-se.²²⁷ Posteriormente, a família implantará outra fábrica de massas finas.²²⁸ Conjuntamente, esses empreendimentos industriais, em 1928, valiam cerca de 304 mil contos de réis, e empregavam cerca de 99 operários.²²⁹

Cano também destaca a importância das atividades tipicamente urbanas como uma das raízes do industrialismo, como atividade bancária, escritórios, armazéns, oficinas de estradas de ferro, atacadistas, comércio de exportação e importação e ainda expansão da aparelhagem do Estado de São Paulo.²³⁰ Contudo, ele também indicará a importância das atividades de crédito pessoal, que ocorre no final do século XIX, quando a cafeicultura paulista perfaz 57% da produção nacional.²³¹ É neste instante que aumenta não só lucro do comissário, mas sua importância no trânsito do café. Então, na falta de uma rede bancária, o crédito pessoal condicionado aos comissários se torna o principal instrumento de financiamento das atividades urbanas e rurais.²³²

Todavia, esse papel bancário do comissário tenta ser diminuído pela Federação, com a

²²⁴Idem, p. 28.

²²⁵ Idem, p. 32-34.

²²⁶ CAPRI, Roberto, op. cit.

²²⁷ Idem.

²²⁸ Idem.

²²⁹ Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1930.

²³⁰ CANO, op. cit., p. 70.

²³¹ Idem.

²³² Idem, p. 71. Isso ocorre principalmente no financiamento do café, como Cano aborda: “assim, o interesse do exportador era o de manipular os preços do café para a baixa, o que lhe aumentava os lucros enquanto que os comissários, e em menor medida, os ensacadores, [...] interessavam-se sempre em obter preços altos, o que também estava conforme aos interesses do fazendeiro [...] ao romper essa cadeia intermediária, aumentando suas compras diretamente ao fazendeiro, o exportador praticamente eliminava parte dessa contradição, reforçando seu poder de negociação no mercado”. Idem, p. 72.

reforma bancária de 1890, que, além de conceder aos bancos privilégios de emissão, ainda lhes permitia o exercício de atividades extrabancárias, como, por exemplo, comércio, indústria, construção de estradas de ferro...²³³ Assim, com o colapso da política do encilhamento, em 1896 o governo federal terá que estabelecer uma política de contenção de gastos e deflacionária, em decorrência também da crise do café e mundial do mesmo ano.²³⁴ Essa crise atingirá um ponto crítico em 1900, quando vão à falência cerca de dezessete bancos nacionais. Por isso, no período de 1896 a 1906, o sistema bancário passa por inúmeras transformações, como falências, fusões, criações de novos bancos...²³⁵

Somente em 1910 é que o sistema bancário estará, segundo Cano, plenamente recuperado. Nesse período, dos quatorze bancos existentes em São Paulo, sete eram de propriedade estrangeira, e detinham também cerca de 70% dos ativos e dos empréstimos. Dos sete bancos paulistas, seis foram fundados em pleno período do “encilhamento”, contudo somente dois detinham maior expressão e importância econômica. Um era o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, fundado em 1890, que detinha cerca de 21% dos ativos bancários, se situando como o segundo maior banco do Estado. O outro era o Banco de São Paulo, fundado em 1889, que captava cerca de 7% dos ativos bancários e era o sexto maior banco do Estado.²³⁶

Assim, a maior importância do crédito internacional no financiamento do mercado interno paulista, no início do século XX, apontada por Cano, só fortalece a importância do comissário, que acabava inicialmente sendo o mediador da agência bancária internacional. Perspectiva que Tosi e Faleiros, apresentam. Para eles, desde o início da atividade cafeeira no circuito, a figura do comissário ganha um papel de principal emulador dos investimentos, para a constituição do complexo cafeeiro e de sua expansão para o oeste paulista²³⁷. Onde havia diferentes faixas de comissários, desde de maior calibre situado no polo central do circuito até comissário de pequeno porte, situado nas cidades-etapa²³⁸. Sua atividade patrocinada a juros altos, se voltava tanto cafeeira como ferrovias, dívidas públicas, comércio e indústria²³⁹. O polo central não vai ditar a especialização das atividades nas cidades-etapa, como também da

²³³ Idem, p. 72-73.

²³⁴ Idem, p. 73.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Idem, p. 74.

²³⁷ TOSI, P. et al., op. cit., p. 431

²³⁸ Idem.

²³⁹ Idem, p. 432.

atividade do crédito. Todavia, Faleiros e Tosi, destaca que seria imaginável, pensar que um fluxo crescente de atividades internas do comércio, de agricultura, pecuária e indústria, não tiver sido dinamizado pelo crédito dos comissários²⁴⁰.

Uma vez que a falta do crédito pessoal, facilita o papel dos comissários, além do desejo do crédito internacional penetrar as divisas brasileiras, dando o subsídio necessário para sua atividade. Já que o crescimento do fluxo comercial citado, é observado ao percebemos o aumento do comércio de cabotagem e de vias internas de São Paulo com o restante do país. Haja vista, o comércio de cabotagem paulista referente aos anos de 1909 a 1929, teve um crescimento de 1990%, apresentando uma taxa média de crescimento de 99,8%.²⁴¹ Onde os produtos industrializados têm uma grande importância nesta fatia, cerca de 76%, referente aos anos de 1915 e 1930.²⁴² E o comércio de vias interna paulista para resto do país, também apresenta crescimento de 23%, comparando os anos de 1911 e 1920.²⁴³

Em suma, o processo de industrialização é resultado da desestruturação do sistema escravista e da constituição do complexo cafeeiro, que situou o elemento necessário para a capitalização do sistema, que acelerou o mercado interno já existente, permitindo acúmulo primitivo e a estrutura necessário para o estabelecimento do industrialismo. Este acúmulo foi proporcionado não só pela atividade cafeeira, mas também pela comercial, como foi apontado. Ademais, salientou-se o papel fundamental dos comissários na formação do comércio e indústria.

A partir da segunda metade da década de 1860, os investimentos das indústrias vão se acelerar,²⁴⁴ já que o aumento de capital e maquinário investido marca a diferenciação do sistema artesanal já existente para a indústria.²⁴⁵ Inicia-se o surto industrial por volta de 1880,²⁴⁶ pautado também pela política do encilhamento. Surgem indústrias como de tecidos, moinhos de trigos, cervejarias, fábricas de pregos e parafusos, fábrica de canos e chumbos, fábricas de vagões ferroviários e de bondes, entre outros, enraizando-se a produção industrial em solo nacional.²⁴⁷ Desta forma, em 1889, o Brasil já conta com 639 indústrias, que empregam cerca

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ CANO, op. cit., p. 264, tabela 32..

²⁴² Idem, p. 267, tabela 37.

²⁴³ O valor foi de 48.600 e 172.800 contos de réis, respectivamente. Idem, p. 267, porcentagem alcançada pelo cruzamento das tabelas 32 e 35.

²⁴⁴ SUZIGAN, op. cit., p. 78.

²⁴⁵ SILVA, op. cit., p. 82.

²⁴⁶ SUZIGAN, op. cit., p. 45.

²⁴⁷ Esse crescimento foi induzido pelo crescimento do café, por isso, a expansão da indústria ocorrerá basicamente

de 54 mil operários.²⁴⁸

1.5 Evolução da indústria de São Paulo

O primeiro período do processo de industrialização no Brasil ocorre entre 1880 e 1920. Como observamos, esse processo estará ligado ao crescente acúmulo primitivo originário das atividades agroexportadoras e também ao início do crescimento do mercado interno, com a implantação da mão de obra assalariada. Além disso, é estimulado pelo plano do “encilhamento” de Rui Barbosa, que permitiu o advento do crédito fácil para financiar a maquinização.²⁴⁹

Desenvolve-se uma industrialização que se volta às primeiras necessidades, e inauguram-se fábricas de bebida, de tecidos, de alimentos, sapatos, com uma pequena especialização.²⁵⁰ Além disso, o programa de Rui Barbosa, que aumentou em 40% a compra de maquinário,²⁵¹ possibilitou a estruturação de indústria, pois corroborou para a diferenciação do artesanato e manufaturas para a indústria.²⁵² São Paulo registrou o funcionamento de sete fábricas têxteis com 1.670 operários, três chapelarias com 312 operários e sete metalúrgicas com cerca de 500 operários em 1889. Em 1901, dentre as 91 principais empresas industriais paulistas, 33 empregavam de 10 a 49 operários; 33, de 50 a 199; 22, de 200 a 499; duas, cerca de 600 operários.²⁵³ Já em 1889, o Brasil contava com 636 indústrias, que empregavam 54 mil operários.²⁵⁴

A industrialização da cidade de São Paulo impulsionou o crescimento populacional, que aumentou dezesseis vezes entre 1890 a 1930. Isso permitiu o ciclo dicotômico de trabalho e consumo em massa. Assim, o centro gravitacional do circuito do complexo cafeeiro se reproduz pela sua atração de investimentos, de circuitos e de produtos, fazendo com que milhares de imigrantes entrem no porto de Santos, em direção à capital. Por isso, o crescimento foi contínuo de 1890 (quando a cidade tinha cerca de 64 mil habitantes) até a década de vinte, com se chegou

entre 1880 e 1895, pois em 1895 veremos uma retração do mercado exportador do café. Idem, p. 45-82.

²⁴⁸ SIMONSEN, Roberto. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora USP, 1976. p. 16.

²⁴⁹ SUZIGAN, op. cit., p. 78.

²⁵⁰ Idem, p. 45. Como fábricas de pregos e parafusos, fábrica de canos e chumbos, fábricas de vagões ferroviários e de bondes.

²⁵¹ Idem, p. 48.

²⁵² Ocorrerá também pela aplicação do valor do capital oriundo do complexo cafeeiro, pelo trabalho do operário que não tinha papel central na produção e pela organização técnica do trabalho, principalmente pela sua mecanização. SILVA, op. cit., p. 82.

²⁵³ Idem, p. 77, apud AZIZ, Simão. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus, 1966, p. 22-23.

²⁵⁴ SIMONSEN, Roberto, op. cit., p. 16.

ao número absurdo de 1 milhão de habitantes.²⁵⁵

A reprodução do sistema também contou com a contribuição cultural dos imigrantes, que trouxeram hábitos próprios do espelho e centro, como de consumo, habilidades e técnicas para o trabalho industrial.²⁵⁶ Influenciaram também a formação de um empresariado urbano, como já foi abordado neste trabalho.²⁵⁷

O crescimento também foi resultado da entrada da energia elétrica de alto porte, proveniente da empresa canadense, que com recursos volumosos no mercado financeiro internacional pôde rapidamente aumentar a estrutura energética da cidade. Com a instalação da usina em Santana de Parnaíba, no rio Tietê, barateou-se a energia e produção industrial na cidade.²⁵⁸

Desta forma, as empresas industriais e de serviços tiveram condições favoráveis para se capitalizar e crescer substancialmente já no início do século XX. Foi o caso de firmas como Companhia Antártica Paulista, Comp. Central Paulista, Comp. Industrial Rodovalho, Fiação e Tecido Anhaia Fabril, Comp. Água Luz de São Paulo, Comp. Matarazzo, Comp. Ipiranga de Tramways e Construções, Companhia Mecânica e Importadora e Banco União de São Paulo (proprietário da Fábrica de Tecidos Votorantim e da Fábrica de Calçados União).²⁵⁹ As principais indústrias estavam pautadas no ramo de primeiras necessidades, como já foi apontado, contudo suas estruturas já superavam – e muito – as antigas oficinas indústrias do século anterior, pois já existia uma ampla gama de empresas que empregavam mais de duzentos operários e com capital acima de 1:000\$000:000 réis. Na tabela 2 abaixo, podemos observar empresas com cerca de 600 a 1500 operários e com capital de 8 a 10 milhões de contos de réis, número grandioso e absurdo no período.²⁶⁰ A maioria delas se instalou nos bairros da Mooca, da Água Branca, da Lapa, e no principal deles, o Brás, cujo espaço densamente habitado era formado por uma simbiose de casas e fábricas.²⁶¹

Tabela 2 - Indústrias de São Paulo (1909): Setor, Capital e Operários

²⁵⁵ SAES, Flávio A. Marques. Industrialização e urbanização. In: CAMARGO, Ana Maria de. **São Paulo: uma viagem no tempo**. São Paulo: CIEE, 2005, p.120

²⁵⁶ Idem, p.121.

²⁵⁷ Como foi abordado no item 2.3.

²⁵⁸ Idem, 122-123.

²⁵⁹ SAES, op. cit., p. 123

²⁶⁰ Idem, p.124.

²⁶¹ Idem, p. 126.

Empresa	Capital	Operários
Fiação e Tecelagem		
Cia. Fabril Paulistana	3:687:151\$000	400
Regoli e Crespi	2:000:000\$000	610
Cia. Industrial de São Paulo	3:200:000\$000	500
F.Matarazzo & Cia	2:000:000\$000	450
Cia. Nacional de Tecidos de Juta	8:793:000\$000	1.500
Cia. Aramina	1:500:000\$000	200
Antônio A. Panteado	2:00:000\$000	85
Calçados		
Elias Farhat & Irmão	200:000\$000	450
Coelho da Rocha & Cia	630:000\$000	500
Clark & Cia	500:000\$000	300
Souza Nogueira &	200:000\$000	450
Cerveja		
Cia. Antarctica Paulista	10:000\$000	362
Chapéus		
M. Serichio & Cia	180:000\$000	205
Fundição		
Cia. Mecânica e Importadora	5:000:000\$000	353
Lidgerwood & Co	2:975:000\$000	206
Moinho de Trigo		
F. Matarazzo & Cia	4:000:000\$000	200
Fósforos		
Cia. Nac. Fósforos de Segurança	2:000:000\$000	600
Óleos e Resinas		
F. Matarazzo & Cia	1:000:000\$000	50
Materiais de Construção		
Cia. Melhoramentos de São Paulo	1:600:000\$000	308
Jácomo Cresta & Cia	1:200:000\$000	220
Cia. Progresso Paulista	1:200:000\$000	154
Vidros e Cristais		
Vidraria Santa Marina	1:000:000\$000	408
Dr. Manoel Silva	1:000:000\$000	186
Conrado Sorgenitch	1:000:000\$000	102
Ribeirão Preto		
C. A. Dicks & C (Ind. Couro)	200:000\$000	60

F. A. A. Sá (Serralheria)	15:000\$000	5
Diederichsen (Serralheria)	80:000\$000	43
Referência: CIB (Centro Industrial do Brasil). O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907. p.117-131.		

Referência: CIB (Centro Industrial do Brasil). O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907. p.117-131.

Já o período entre 1900 a 1912 possui especificidades próprias. Veremos o prelúdio de uma especialização industrial e um crescimento contínuo até 1912,²⁶² mesmo com a crise do valor do café de 1895 a 1910.²⁶³ Esta será ditada pelo vazamento do lucro deste setor (formado tanto por comissários como por cafeeiros) para a indústria,²⁶⁴ proporcionando o crescimento no investimento em maquinário,²⁶⁵ como também pelo favorecimento da estabilidade cambial de 1905 a 1911, com a “lei de Similares”²⁶⁶ e o investimento do governo federal em infraestrutura.²⁶⁷ Elevam-se, então, o consumo interno e a estruturação bancária.²⁶⁸

No entanto, essa primeira etapa da industrialização será dinamizada com o período da Primeira Guerra Mundial, uma vez que os principais centros produtores estarão voltados para o conflito. É a denominada Guerra Total, teorizada por Hobsbawm.²⁶⁹ Observaremos a indústria

²⁶² SUZIGAN, W., op. cit., p. 53, 83-84.

²⁶³ CANO, op. cit., p. 42.

²⁶⁴ Idem, p. 150.

²⁶⁵ Como informa Suzigan (p.78) no **gráfico 1**, crescente compra de maquinário, e Wilson Cano segundo a indicação de importação de maquinário a partir do ano de 1904; tendo uma crescente de 7.000 toneladas de maquinário para 40.000 em 1912-1913.

²⁶⁶ Lei que proíbe a isenção de tarifas para importações que pudessem competir com produtos similares aos já produzidos no Brasil. DEAN, W., op. cit., p. 93.

²⁶⁷ Moinhos de trigo, fabricação e refino de açúcar, cervejarias, metal-mecânicas (ver sentido total em SUZIGAN, p. 114) fósforos, sabão, vestuário, mobiliário, editorial e gráfico. SUZIGAN, W., op. cit., p. 83.

²⁶⁸ Um crescimento cinco vezes maior dos números de estabelecimentos industriais, em comparação ao número de indústrias de 1899 a 1907 no Brasil em 1889, ou seja em 18 anos números de indústrias subiu de 638 a 3.238; além de ter quase triplicado números de operários, definindo alto crescimento mesmo no momento de crise do café. Comparação dos dados de SIMONSEN (p. 16) de 1897 e de SILVA, Sergio (p. 78) de 1907. As principais indústrias são: têxtil, algodão, juta, lã, chapéus e calçados.

²⁶⁹ Hobsbawm demonstra que a Guerra Total inicia-se provisoriamente na primeira guerra mundial e ocorre inteiramente na segunda, com a mobilização de todos os segmentos socioeconômicos para a produção da guerra. Como Hobsbawm aponta: “O monstro da guerra total do século XX não nasceu já do seu tamanho. Contudo de 1914 em diante, as guerras foram inquestionavelmente guerras de massa. Mesmo na Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha mobilizou 12,5% [...] Podemos observar de passagem que um tal nível de mobilização de massa durante anos não pode ser mantido a não ser por uma economia industrializada de alta produtividade e – ou alternativamente – em grande parte nas mãos de setores não combatentes da população. As economias agrárias tradicionais não podem em geral mobilizar uma proporção tão grande de sua força de trabalho, a não ser sazonalmente, pelo menos na zona temperada, pois há momentos no ano agrícola em que todos os braços são necessários (por exemplo, para a colheita). Mesmo em sociedades industriais, uma tão grande mobilização de mão-de-obra impõe enormes tensões à força de trabalho, motivo pelo qual as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalhismo organizado e produziram uma revolução no emprego de mulheres fora do lar: temporariamente na Primeira Guerra Mundial, permanentemente na Segunda”. HOBBSAWM, Eric. **Era dos**

paulista de 1913-1920 com um crescimento vertiginoso, uma vez que 1913 apresentava uma produção industrial de 300.000.000 contos de réis e em 1920 chega a praticamente mais do que o dobro: 700.000.000 contos de réis.²⁷⁰ Além disso, quase se triplica o número de operários no Brasil, chegando a 149.000 (24.000 em São Paulo). Podemos identificar um crescimento no salário dos operários em São Paulo, que segundo Cano quase dobra na comparação com os valores de 1914. Do mesmo modo, aumenta-se o custo de vida, através do crescimento do comércio interno, pressionando pelo crescimento da população urbana à procura em sua maioria por produtos manufaturados e pela especulação imobiliária.

E diferentemente do pensado pela historiografia tradicional²⁷¹, é um período do circuito de São Paulo de crescimento das importações,²⁷² sendo que apenas 24,5% do capital industrial (pelo recenseado de 1920) se destinava à indústria no período da guerra.²⁷³ Os dados nos levam a crer no enraizamento e no crescimento da atividade industrial, o que pode ser deduzido por conta do número de operários já apontados, pelo aumento de pequenas e médias indústrias e pelo crescimento do comércio interno, pois, mesmo com a queda no investimento em maquinário,²⁷⁴ a indústria brasileira continuou em crescimento de 3,5%,²⁷⁵ enquanto a paulista cresceu 4,5%.²⁷⁶ É necessário lembrar que o crédito neste período era escasso por causa da guerra, portanto, o nível de investimento cai, mas o crescimento da produção não.

Então, a indústria da cidade de São Paulo, que estava ligada ao setor de bens de consumo, tem um amplo crescimento nos ramos têxtil (fiação e tecelagem de algodão, juta e lã), de calçados, de chapéus, de moagem de trigo, de cerveja, de fósforos, de fundições, de açúcar, de móveis, de confecções e de massas.²⁷⁷

Na década de 1920, com a diversificação do parque industrial da cidade, as atividades também se centravam nos ramos de bens de capital, insumos industriais e em alguns bens de consumos duráveis. Podemos citar como exemplos: Companhia Brasileira de Cimento Portland, Fábrica de Aço Paulista, Pirelli (pneus) e Fichet Schwarz-Hautmont (estruturas metálicas), no

extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 51.

²⁷⁰ Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1933. Gráfico de produção. **Ver em anexo Gráfico 2.**

²⁷¹ Celso Furtado e Caio Prado Júnior.

²⁷² Dados retirados de CANO, op. cit., Tabela 31, baseada no Anuário Estatístico do Brasil, 1939 – 1940.

²⁷³ SILVA, Sergio, op. cit., p. 101 apud **Recenseamento de 1920**, vol. V, tomo I, XX.

²⁷⁴ SUZIGAN, op. cit., p. 51.

²⁷⁵ Idem, p. 51.

²⁷⁶ CANO, op. cit., p. 218-219.

²⁷⁷ Idem, p.127.

setor de insumos; Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia, no setor de bens de capital; Elevadores Atlas e as montadoras Ford, General Motors e International Harvester, no setor de bens de consumo duráveis.²⁷⁸ Esse processo também marcou o início da segunda expansão do núcleo industrial, que começa migrar dos bairros tradicionais de São Paulo para cidades da chamada “Grande São Paulo”, como Santo André e São Caetano do Sul, inicialmente. Trata-se de busca por espaços mais amplos, capazes de suportar longas estruturas e grandes parques industriais.²⁷⁹

No entanto, a expansão da indústria também se refletiu em outras atividades urbanas, como comércio, atividades bancárias, construção civil e serviços de responsabilidade do Estado. Por isso, observamos um grande avanço do comércio na cidade de São Paulo. Em 1914, havia 142 lojas de materiais para construção, elétricos e ferragens; já em 1929, o número é de 580. As lojas de máquinas, aparelhos e equipamentos passam de 59 para 201; as de veículos, peças e acessórios, de 31 para 218; as de móveis e utilidades domésticas, de 212 para 513; as de combustíveis e lubrificantes (postos de gasolina), de 71 para 891.²⁸⁰

Em suma, observamos que a segunda etapa da industrialização de São Paulo iniciou uma especialização do processo industrial, que depois foi aproveitada no governo de Getúlio Vargas. Utilizando de certa autonomia do mercado interno, não mais tão dependente do agronegócio, com o do surto industrial no Estado de São Paulo, sendo elemento primordial dos dois períodos de crescimento, de 1920 à 1923 e de 1925 à 1928. Esses ciclos quadrienais, também foram influenciados pela política monetária brasileira diante da recessão monetária mundial de 1921.²⁸¹

No primeiro ciclo quadrienal, pode ser analisado um crescimento de cerca 50% ao ano, no entanto, essa taxa não representa o valor real do desenvolvimento interno, pois ocorre um salto pela atuação monetária com o intuito de se valorizar o café. Isso fica claro com a mudança do plano monetário em 1924. Veremos uma redução brusca na produção industrial, que cai em um ano 25%, se adequando ao valor real de crescimento, que foi de 10,5%.²⁸²

Já no segundo ciclo quadrienal, observamos um crescimento pautado pela diversificação de ramos industriais que não vai mais só depender da produção de bens não duráveis das

²⁷⁸ Idem, p. 128.

²⁷⁹ Idem. Isso era possível pela atração das linhas férreas, que possibilitavam rápido diálogo com a capital e Santos.

²⁸⁰ Idem, p. 130

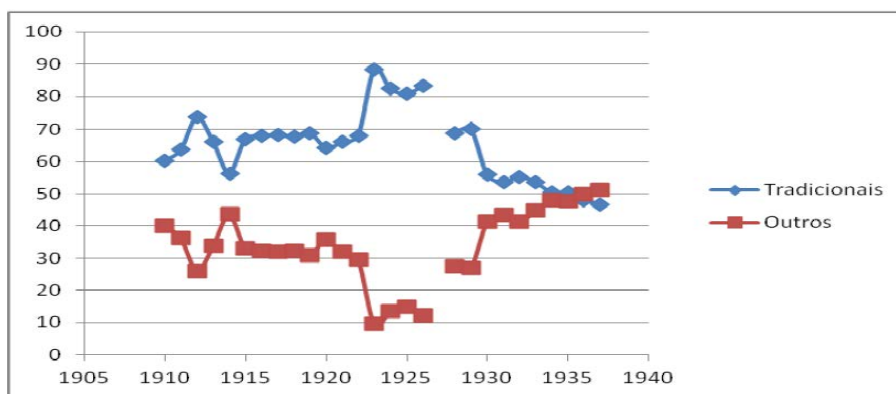
²⁸¹ Fez os preços do café se desvalorizarem em 45%, veja em anexo, tabela 3. SUZIGAN, op. cit., p. 85.

²⁸² O valor de Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1933. Veja o Gráfico 1 e Tabela 4, ver em anexo.

indústrias clássicas, como as fábricas de alimento ou de transformação agrícola. Volta-se a uma produção de bens semiduráveis, duráveis e de transformação, como siderúrgicas, indústrias de cimento, usinas de ferro-gusa, produção de máquinas agrícolas pesadas, indústrias de construção e aparelhos elétricos, fabricas de óleo, entre outros.²⁸³ Isso pode ocorrer também graças ao crescente investimento de maquinário, que pode ser observado desde do início da década de 1920 até 1930.²⁸⁴

Marson, como observamos na Figura 1, também aborda o crescimento da diversificação da indústria de São Paulo. Na década de 1910, o setor tradicional²⁸⁵ puxado principalmente pela indústria têxtil era o principal representante, cerca de 48,9% em 1917, mas a partir de 1919 houve uma mudança na tendência, como já foi apontado.²⁸⁶ Na primeira parte da década de 1920, há uma centralização na indústria tradicional, que chega a representar 88% da produção industrial do Estado. Contudo, na segunda metade, essa dinâmica é reduzida, apresentando-se um crescimento dos produtos não tradicionais. Essa permanência será registrada após 1930, como veremos na figura abaixo, representando dessa forma a maior parte dos bens produzidos pelo Estado.²⁸⁷ Ou seja, a nova dinâmica da indústria especializada em ramos não tradicionais inicia-se em São Paulo ainda na Primeira República, e não na invenção da política varguista. Esta apenas dinamizará os ramos já existente.

Figura 1 - Participação relativa da produção industrial de produtos tradicionais, em relação ao total de indústrias do Estado de São Paulo, 1910-1937, em porcentagem.



Fonte: Marson, ob. cit. Tabela A. 4, no apêndice.

²⁸³ SUZIGAN, op. cit., p. 87.

²⁸⁴ Idem, p. 78. Veja em anexo, Gráfico 1.

²⁸⁵ Assim como Suzigan, Marson segmenta as indústrias e considera algumas delas tradicionais, como a de tecidos diversos, artefatos de tecidos, chapéus, gorros, bonés, calçados, bebidas, fumos, charutos e cigarros, móveis, conservas, doces e biscoitos. Já categoria “outros” é representada por produtos de perfumaria, velas, fósforos, louças e vidros, ferragens, farmacêuticos e químicas, máquinas e oficinas mecânicas e diversos.

²⁸⁶ MARSON, op. cit., p. 87-88.

²⁸⁷ Idem, p. 88.

Por isso, observamos na Tabela 5²⁸⁸ de Marson, de 1920 a 1928, uma evolução na participação e na produção industrial de transformação e nas oficinas mecânicas. Esses dados complementam o Gráfico 1, desenvolvido por Suzigan, e vemos o aumento vertiginoso na importação de maquinário industrial. Para Marson, essa diversificação da indústria de produção é resultado do crescimento urbano, haja vista que até 1919 a maioria dos produtos fabricados atendia às necessidades do espaço agrícola, como máquinas para beneficiamento e arados. A partir de 1920, a indústria de produção se volta para as máquinas de consumo urbano, como no caso do tear para indústria têxtil, e, a partir de 1930, constitui-se a indústria de bens de capital como máquinas operatrizes e máquinas para produção.²⁸⁹

Entendemos a estruturação da industrialização de São Paulo por outro viés: buscamos ver o mercado interno e o mercado externo como segmentos separados, sem que nenhum dos dois seja proeminente,²⁹⁰ mas demonstrando-os de forma conjunta.

No século XIX, observaremos o crescimento do mercado interno e a aceleração das dinâmicas internas com a abolição da escravatura. Desenvolve-se uma nova dinâmica das novas relações capitalistas.²⁹¹ Desta forma, podemos identificar uma dialética entre mercado interno e externo, já que a imigração de trabalhadores – em sua maioria de europeus assalariados – produzirá um crescimento no mercado interno, que só ocorre pelo suporte das plataformas de exportações agrárias, conduzindo o circuito de São Paulo para uma transição do mercantilismo para o capitalismo.²⁹²

Como é percebido em 1880 a 1895,²⁹³ com o crescimento das exportações do café é possível observar o re-investimento na formulação da indústria, já que o mercado interno vem sendo acelerado pelo complexo cafeeiro, dando suporte com o consumo dos imigrantes, do transporte das ferrovias, e do financiamento primeiro dos comissários e depois de redes bancárias. Observando uma lógica interna de mercado, reafirmando a relação conjunta de mercado externo e interno, é não de só uma.

²⁸⁸ Ver anexo.

²⁸⁹ MARSON, op. cit., p. 99.

²⁹⁰ Essa ótica de formação industrial está presente nas teorias de Sergio Silva e Wilson Cano, contudo, como o próprio Suzigan questiona, primeiro pelo mercado interno, porque este capital cafeeiro é alimentado pelo mercado externo, que dá forma à industrialização, assim se contradizendo.

²⁹¹ Ver SILVA, Sergio (cap. 3) e CANO (cap. 1).

²⁹² Como já apontamos, e levou o aumento dos investimentos britânicos, demonstrado por Sergio Silva. Ver em anexo, Tabela 3.

²⁹³ Como apresenta Sergio Silva, com o crescimento da produção do café de 1880-1890 (ver Tabela 1), quase dobrando-se a produção e arrecadação, que para Suzigan enraíza a estrutura de capitais industriais. SILVA, Sergio, op. cit., p. 50-51; SUZIGAN, op. cit., p. 80-81.

Podemos ver essa relação também com o início da diversificação da indústria de 1908 a 1913,²⁹⁴ mesmo com a crise do valor do café de 1895 a por volta de 1910 a 1911,²⁹⁵ havendo já uma certa autonomia e crescimento do mercado interno. Pois a diversificação do mercado ocorre antes da Primeira Guerra Mundial, não ocorrendo uma inversão de capitais,²⁹⁶ como Cano observa,²⁹⁷ mas foi a lógica interna que propôs a necessidade da diversificação da indústria, pois, segundo essa tese, a diminuição das importações gera um crescimento da indústria, então por que a indústria continua crescendo após 1908 (ou seja, pós-crise do café)?²⁹⁸ E por que a indústria cresce após da Primeira Guerra Mundial até 1923? É o exemplo da indústria de São Paulo, que terá uma produção de dois bilhões trezentos milhões de contos de reis no período.²⁹⁹

O crescimento também é visto na indústria nacional, que vai se quadruplicar ao compararmos o valor de 1920 com o de 1907,³⁰⁰ mesmo havendo no período de 1918 a 1920 um crescimento nas importações do Brasil e do Estado de São Paulo.³⁰¹ Observaremos no período de 1920-1923 uma redução das importações, de 29,8 milhões para 18,6 milhões em 1921, uma redução que continua em 1922, indo para 13,8 milhões, mas volta a crescer somente em 1923 e 1924, quando vai para 17 e 23,9 milhões, no Estado de São Paulo. Já no Brasil ocorre uma redução de 50,6 milhões em 1920 para 29,1 milhões em 1921, havendo crescimento contínuo de 1921 a 1924, chegando a 38,6 milhões.³⁰² Contudo, o crescimento industrial em São Paulo será contingente de 1920 a 1923, mesmo com a redução das importações, chegando a uma produção de 2.100.000 de contos de réis, apenas 8% abaixo do nível de produção de 1928, que foi o maior patamar da década³⁰³. A relação entre mercado externo e mercado interno

²⁹⁴ SUZIGAN, op. cit., p. 83-84.

²⁹⁵ CANO, op. cit., p. 42.

²⁹⁶ Definição de Celso Furtado, sobre a qual Cano desenvolve sua tese. CANO, op. cit., p.125.

²⁹⁷ Outro problema é que, com a Primeira Guerra Mundial, há um grande crescimento industrial em São Paulo, que não vai despencar como anunciado, mas continuar crescimento, ocorrendo queda somente em 1924. A crise será recuperada já em 1927. FURTADO, op. cit.

²⁹⁸ Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1933. Veja o Gráfico 2 e Tabela 4, em anexo.

²⁹⁹ Idem, veja o Gráfico 2 e Tabela 4, em anexo.

³⁰⁰ Com uma produção de 2.959.176 contos de réis. SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p.78 (Tabela 1).

³⁰¹ Importação que vai de 10,8 milhões em 1918 a 29,8 milhões em 1920 no Estado de São Paulo. Já no Brasil, vai de 29, 9 milhões para 59,6 milhões. Dados retirados de Wilson Cano (tabela 31) e do Anuário Estatístico do Brasil, 1939 – 1940.

³⁰² Dados retirados de Wilson Cano (tabela 31) e do Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940.

³⁰³ Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1933. Veja o Gráfico 2 e Tabela 4, em anexo.

foi estabelecida por uma dialética cíclica, um começa onde o outro termina, por isso, devemos conjugá-los em conjunto, mas não definirmos sua lógica somente por essa relação, uma vez que há limites para a atuação tanto de um como de outra.

Outro elemento dessa lógica é a ampliação do mercado interno, e mesmo com o período da Grande Depressão, de 1928 a 1932, e com a crise do preço do café, observaremos certa autonomia deste, já que vai se sustentar a produção industrial do Estado. Como mostram as estatísticas do Estado de São Paulo, desde 1925 há um crescente da produção industrial até o ápice, que chega em 1928 com uma produção de 2.300.000.000 contos de réis, mesmo com queda do valor do café desde 1924.³⁰⁴ Com a crise, a produção industrial terá uma redução de 18%, contudo, em 1933, já se apresentará uma recuperação na produção, voltando ao patamar de 1928,³⁰⁵ em parte pelos planos getulinos, mas também pelo enraizamento da indústria, mesmo com o preço do café ainda em crise.³⁰⁶

Esse período de crescimento da indústria, de 1925 a 1928, em São Paulo e no Brasil, é um período quase contínuo de crescimento das importações. Somente no ano de 1926 as importações diminuem, demonstrando novamente que não há uma inversão de capitais.³⁰⁷ Além disso, vemos o consumo do Estado São Paulo em pleno crescimento, como revela Antonie Renard, e isto mostra uma produção – em São Paulo –, de 1924 a 1929, de 8.626.202.128.073, dos quais 80,2% consumidos no próprio Estado e apenas 19,8% exportados para outros, apresentando-se um mercado consumidor complexo e amplo, não se definindo enquanto estático, como visto pela historiografia tradicional.³⁰⁸ Portanto, o consumo foi bem amplo mesmo com a queda de capacidade de compra da elite cafeeira. Apresenta-se uma burguesia industrial e uma classe média que mantêm, mesmo em crises, o rendimento da indústria e do consumo, o que demonstra um sistema industrial mais amplo do que apenas a perspectiva de substituição de importação.

³⁰⁴ Ver tabela 2, em anexo.

³⁰⁵ Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1933. Veja o Gráfico 2 e Tabela 4, em anexo..

³⁰⁶ Idem.

³⁰⁷ Vemos um crescimento em São Paulo nas importações em 1924: 23,9 milhões para 36, 8 milhões de contos de réis; no Brasil, de 38,9 milhões em 1926 para 54,4 milhões em 1928. Dados retirados de Wilson Cano (tabela 31) e do Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940.

³⁰⁸ É sabido que esta obra tem resquícios ufanistas e de manipulação para glorificar São Paulo. O próprio título, *São Paulo é Isto!*, ao fazer uso da preposição isto, retrata um sentido algo próximo ao autor, ou seja, ele vai apresentar uma São Paulo próxima dele, este sentindo de imposição está no modo que este visualiza São Paulo, que vai considerar o correto. Contudo os dados citando de consumo está presente nos relatórios de prefeito do período. RENARD, Antonie. **São Paulo é isto!** São Paulo, 1933.

1.6 Industrialização em Ribeirão Preto

A industrialização em Ribeirão Preto foi pautada pelo avanço do complexo cafeeiro, que permitiu a entrada de imigrantes. Em 1904, dos 28 mil imigrantes, 22.854 estavam economicamente ocupados, sendo 17.051 envolvidos com atividades agrícolas.³⁰⁹ O crescimento demográfico proporciona o crescimento do mercado de primeira necessidade e consumo, uma cultura que o imigrante estabelecerá, como já destacamos no item anterior.

Então, o comércio terá uma importância fundamental de induzir o crescimento da indústria de Ribeirão Preto, e podemos apontar três formas pelas quais isso se deu:

Primeira, a busca dos comerciantes por uma indústria local, já que alguns produtos não tinham uma rentabilidade na comercialização – geralmente produtos não duráveis, como bebidas, alimentos, roupas e chapéus.³¹⁰ Abaixo, exemplo de um jornal da cidade.

FABRICA DE CHAPÉOS

alguns commerciantes desta cidade solicitaram da camara municipal favores para a instalação de uma fabrica de chapéos nesta cidade;

Fonte: Jornal a Cidade; 16 outubro de 1911, p.1.

A segunda foi estabelecida pelo crescimento da classe urbana. Em 1914, cerca de 19.000 pessoas (1/3 da população do município) moram na cidade, onde havia 2.835 prédios.³¹¹ O crescimento foi contínuo, pois em 1925 havia 4.600 prédios,³¹² ou seja, em dez anos o número de prédios dobrou, demonstrando a velocidade do crescimento urbano. Tal crescimento demográfico fez crescerem as atividades urbanas. Em 1904, eram 954 atividades econômicas urbanas, enquanto em 1912 já eram 2.256.³¹³ Isso estimulou o mercado pelo maior consumo, levando à diversificação da produção industrial, por volta de 1914.

A terceira forma de vazamento de capitais do comércio para dar forma à indústria é exemplificado por Antonio Diederichsen. Formado na Europa em Agronomia, trabalhou por um período na fazenda Santa Adelaide, de seu tio Arthur Diederichsen. Contudo, seus interesses

³⁰⁹ Salto populacional de 12.033 habitantes, em 1856, para 59.195 habitantes em 1890, conforme Walkert. WALKER, T.; BARBOSA, A. de S. **Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX**. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000, p. 40.

³¹⁰ DEAN, W., op. cit., p. 28.

³¹¹ CAPRI, Roberto, op. cit.

³¹² Idem.

³¹³ CAPRI, Roberto, op. cit. Relatório de 1904 apresentados à Câmara Municipal de Ribeirão Preto pelo prefeito Dr. Leite Ribeiro na sessão de 7 de Janeiro de 1905. Tipografia e papelaria de “A Cidade”, 1905, **Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto**. Sá, Manaia & Cia., 1913.

não estavam no labor da terra, mas no faturamento da cidade, o que o leva a sair da fazenda e ingressar no comércio em 1903, após a falência do antigo Banco Construtor e Auxiliar de Santos, que mantinha na cidade uma oficina mecânica, uma fundição e uma serraria. Sem capital suficiente para o arrendamento das empresas, propôs sociedade com João Hibbeln, que financiou a empreitada de Diederichsen, criando então a denominada “Diederichsen & Hibbeln”, que ocupava a esquina das ruas José Bonifácio e São Sebastião. O jovem agrônomo conseguiu criar uma das grandes empresas da cidade, formada por uma serraria a vapor, oficina de máquinas e fundição de ferro e bronze, além de um empório comercial. O crescimento da empresa fez a seção industrial ficar em um prédio na Vila Tibério. Na década de 1930, seu capital industrial era de cerca de 400.000 contos de réis, se tornando o quinto maior empreendimento da cidade, ficando atrás apenas das grandes empresas nacionais, como a Antártica, a Paulista, a Metalúrgica e a Empresa de Luz.³¹⁴

Outros empresários também atuavam concomitantemente no comércio e na indústria, como Domingos e Paschoal Innechi, que em 1914 possuíam uma fábrica de camas e casas de móveis, e Branccato, que no mesmo ano teve uma loja de brinquedos e uma fábrica de vidros.³¹⁵ Também há casos de famílias que atuavam em vários setores, como a família Uchoa. Esta era representada principalmente pelo Dr. Flávio, empreendedor da metalurgia e da empresa de energia e luz, que juntas perfaziam capital de 16.000.000 contos de réis, mas havia também o Dr. Theodoro, administrador de uma casa capitalista, Theodomiro e Fábio, ambos cafeicultores.³¹⁶

Portanto, é importante reconhecer o valor da dinâmica cafeeira, que acelerou o desenvolvimento urbano da cidade, mas não foi condutor exclusivo e direto para a industrialização da cidade.

Os principais cafeicultores indicados pelo *Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto* de 1914 e por *O município e a cidade de Ribeirão Preto na comemoração do 1.º centenário da independência nacional* estão listados na Tabela 6:

Tabela 6 - Principais cafeicultores em 1914

Principais cafeicultores em 1922

³¹⁴ Dados econômicos de Diederichsen retirados da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1930.

³¹⁵ *Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto*. Sá, Manaia & Cia., 1913.

³¹⁶ Idem, 1913; GUIÃO, João. *O município e a cidade de Ribeirão Preto na comemoração do 1.º centenário da independência nacional (1822 - 1922)*. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1930.

Nome	N. de cafeeiros	Nome	N. de cafeeiros
Francisco Schmidt	6.075.500	Cia. Francisco Schmidt	4.500.000
Cia. Agrícola de Dumont	3.999.990	Cia. Agrícola de Dumont	2.500.000
Cia. Guatapará	2.112.700	Cia. Guatapará	1.600.000
D. Francisca Val	977.000	D. Francisca Val	1.050.000
Manoel Maximiano Junqueira	696.000	Iria Alves Junqueira	1.290.000
Iria Alves Junqueira	693.000	Joaquim da cunha Diniz Junqueira	711.000
Joaquim da cunha Diniz Junqueira	650.00	Manoel Maximiano Junqueira	700.000
Total	14.324.890	Total	12.351.000

Fonte: **Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto**. Sá, Manaia & Cia., 1913; Guião, João. O município e a cidade de Ribeirão Preto na comemoração 1.º centenário da independência Nacional (1822 - 1922). Ribeirão Preto: Casa Salles, 1923.

Os coronéis citados eram responsáveis por 61,6% e 47,5% da produção do município nos anos de 1914 e 1922. No tocante às suas atividades econômicas, verificamos que a maior parte dos investimentos era reaplicada diretamente na cafeicultura, ampliando a área de cultivo e modernizando os processos agrários, criando-se um ambiente no qual o complexo cafeeiro só se reproduzira nele mesmo.

Como no caso de Schmidt,³¹⁷ que resumiu seus investimentos na “indústria agrícola” pautados no uso maquinário agrícola, na infraestrutura de suas fazendas, de engenhos de refinação de açúcar e pelas atividades agroexportadoras do algodão, da cana e da pecuária.³¹⁸

Henrique Dumont³¹⁹ é o segundo na tabela de maiores produtores, e depois fundará a

³¹⁷ Mesmo considerando limitadas as oportunidades dos imigrantes, em 1878 Schmidt abriu um armazém em Descalvado, importante plataforma de acúmulo primitivo de capitais para a compra de sua fazenda Bela Passagem, em 1890; mas foi com a fazenda de Monte Alegre que Schmidt iniciou seu império, em sociedade com Arthur Aguiar Diederichsen, que embora tenha desistido do negócio cumpriu a importante tarefa de estabelecer contato com a firma Theodoro Wille & Co., financiadora da saga agroexportadora de Schmidt

³¹⁸ Infraestrutura definida pelas boas moradas dos colonos, com eletricidade em suas fazendas, facilmente ligada à ferrovia. **Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto**. Sá, Manaia & Cia., 1913 e MORAIS, Maria L. de P. Melo. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1980. p. 87.

³¹⁹ Descendente de família portuguesa vinda com a corte em 1808, Dumont pôde concluir seus estudos na França, onde se formou engenheiro civil, profissão que exerceu quando ocupou cargo na Diretoria Geral de Obras Públicas, em Ouro Preto. Casando em 1856, foi trabalhar na fazenda de seu sogro, sem, contudo, abandonar

Companhia Dumont.³²⁰ Observamos que a maior parte de seu capital também é endereçado ao cultivo do complexo agrícola, sendo pautado na exportação de café e algodão. Apenas na década de 1920, investiu em indústrias no ramo de sabão e recuperação de automóveis, com capital de 10.000 e 80.000 contos de réis, respectivamente, uma aplicação média para o período, mas se comparada ao capital disponível inglês, é baixa. Todavia, não foi catalisadora para desenvolvimento industrial³²¹.

O terceiro, a Companhia Guatapará,³²² fundada por Martinho Prado, aponta grande diferencial dos outros produtores, pois, além de seu complexo de agrícola, observamos um relativo capital de refinação de açúcar, que a torna a principal refinadora de açúcar de Ribeirão Preto. Iria Alves Ferreira,³²³ única mulher entre os principais cafeicultores da cidade, tinha, assim como os primeiros cafeicultores, um complexo sistema de produção cafeeiro. Contava treze quilômetros e era dividido em três grandes seções de colônias, com quase mil trabalhadores. Tudo era iluminado por energia elétrica e composto por um aperfeiçoado sistema

totalmente a engenharia, contribuindo na construção de um trecho da Estrada de Ferro Central do Brasil, terminado em 1876. Após esta última obra, deixou de lado a engenharia para administrar a fazenda de café do sogro, localizada no vale paraibano fluminense, e ainda presa às antigas técnicas cafeeiras, levando a obter baixos resultados. Talvez por isso ouviu conselhos de seus amigos cafeicultores Pereira Barreto e Martinho Prado, mudando-se para Ribeirão Preto, onde encontrou a “melhor terra do mundo” para se produzir café. Chegou por volta de 1879, trazendo 80 escravos e 300 mil contos de réis recebidos de herança do seu sogro. Em poucos anos vai se tornar o primeiro “Rei do Café”, graças à adesão ao modelo “agrícola industrial”, posto que em sua fazenda havia não só um ramal da Mogiana, mas todo um sistema de maquinização do campo.

³²⁰ Em 1891, adoecido, vendeu a propriedade por um milhão de libras esterlinas, que mais tarde foi rebatizada como Dumont Coffee Company.

³²¹ **Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto**. Sá, Manaia & Cia., 1913; GUIÃO, João, op. cit.; Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1929.

³²² Originário de Campo Alto, Mogi Mirim, formou-se em Direito na faculdade de São Paulo, em 1866, onde se tornou promotor público. Contudo, não vai advogar por muito tempo, pois tinha farpas diárias com Tavares Bastos, Presidente da Província, o que o levou ser remanejado para Santos, uma represália não aceita por Martinho. Demitiu-se e resolveu rejeitar qualquer cargo público. Aderiu à agricultura, já que havia deixado o direito, e foi para o interior cuidar de duas fazendas do pai, em Campo Alto e Santa Cruz. Em 1877 teve oportunidade de conhecer as terras da então Vila Ribeirão Preto, com o amigo Jesuino de Mello. Sua visita foi marcante, pois se impressionou com o potencial da terra roxa ribeirão-pretana, e isso o fez adquirir sua primeira fazenda em Ribeirão, a Albertina. O ótimo resultado com suas novas terras levou-o a comprar a fazenda de Guatapará, de seis mil alqueires, ao preço de 70.000 contos de réis. Implementou na fazenda uma produção “industrial” do café, utilizando maquinário agrícola, trabalhadores livres antes da abolição, tendo sido um dos propagandistas para trazer a ferrovia em Ribeirão, assim como fez em Araras. Os contínuos bons resultados com a produção cafeeira em Ribeirão prosseguiram e ele expandiu sua produção, aumentando sua estrutura fundiária. Assim, convencendo o pai e o irmão, compra em conjunto a fazenda de São Martinho, que era a segunda maior plantação de café do Brasil, e a maior em um único bloco de terra, chegando a ser comprada no valor de 600.000 mil contos de réis. No entanto, morreu em 1900, por uma grave moléstia no cérebro, não podendo administrar o seu grande império agrícola.

³²³ Proprietária da fazenda Pau Alto, com 1.500 pés de café. Esta formosa representante da elite cafeeira ocupou, sob olhares de muitos, a posição de matriarca e comandante das atividades econômicas da herança de seu falecido, deixando de lado a tradição, que recomendava a seu primogênito ocupar o lugar do pai. Assim, ela era um coronel como qualquer outro, tendo pulso forte para manter seus domínios. No entanto, construiu a imagem de benemerita, contribuindo com a Sociedade Amiga dos Pobres, com o Centro Operário S. Benedicto, com o Asilo dos Inválidos, entre outros.

de maquinário agrícola. Havia também outras atividades, como Martinho Prado, como o plantio da cana e a pecuária e além de olarias e serralharias³²⁴.

Maximiano Junqueira, quinto na tabela: sua produção estava dividida em três grandes propriedades – Bachadão, Serra e Capão da Cruz –, que somavam 3.060 alqueires. Nessas fazendas, além dos cafezais, havia considerável quantidade de implementos agrícolas e maquinário de beneficiamento movido a eletricidade. Como industrial, era proprietário de um engenho que produzia açúcar e aguardente em Igarapava.³²⁵ Outro Junqueira, Quinzinho da Cunha, um dos principais símbolos do PRP em Ribeirão Preto, também compunha um complexo sistema produtivo, como ter um ramal da Mogiana em sua fazenda interligando uma excelente infraestrutura, composta por iluminação elétrica, água encanada, maquinário de beneficiamento e grandes terreiros ladrilhados para secagem de café. Toda essa estrutura era movimentada por mil trabalhadores. Suas principais atividades, além do café, eram a pecuária, não se voltando em nenhuma atividade industrial.³²⁶

Portanto, como já apontamos e exemplificamos nos descritos anteriores, observamos uma predominância em que a maior parte dos empresários agrícolas vão investir a maioria dos seus lucros em complexos agrícolas, a

Dotando máquinas modernas que permitiam o aumento da produtividade, tais como máquinas de beneficiar café, refinarias, torreões e outros ou novos ramos, como a produção de algodão, açúcar e pecuária. Assim, suas atividades industriais não são determinantes para estimular o processo, até porque a maioria amplia o processo agrícola, como refinarias de açúcar.

No entanto, será importante como aglomerado para trazer estrutura do complexo cafeeiro e sua modernização. Paziani destaca a plutocracia cafeicultora e empreendedora de Martinho da Silva Prad acionista das companhias “Paulista” e “Mogiana” de Estradas de Ferro; Antônio da Silva Prado, acionista da “Companhia Paulista” e do “Banco de Comércio e Indústria de São Paulo”; e Flavio Uchoa, presidente e principal acionista da “Empresa de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto” e da “Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto”. Por fim, também auxiliou na diversificação do sistema produtivo, na investida de estabelecer uma metalúrgica em

³²⁴ CAPRI, Roberto, op. cit, p. 331-332. No entanto, essas atividades industriais de olarias e serralharias não estarão presentes no Anuário do Comércio do Estado de São Paulo de 1904, nem no Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto em 1914, no Almanaque do Centenário da Independência de 1922 ou nas Estatísticas da Indústria de 1928-1933, sendo citadas apenas no Almanaque do Estado de São Paulo de 1914. Deduz-se que eram pequenos aglomerados industriais cuja produção destinava-se ao suprimento das dinâmicas internas da fazenda.

³²⁵ Informações retiradas do **Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto**. Sá, Manaia & Cia., 1913; e **Impressões do Brasil do Século XX**, 1913, p. 351.

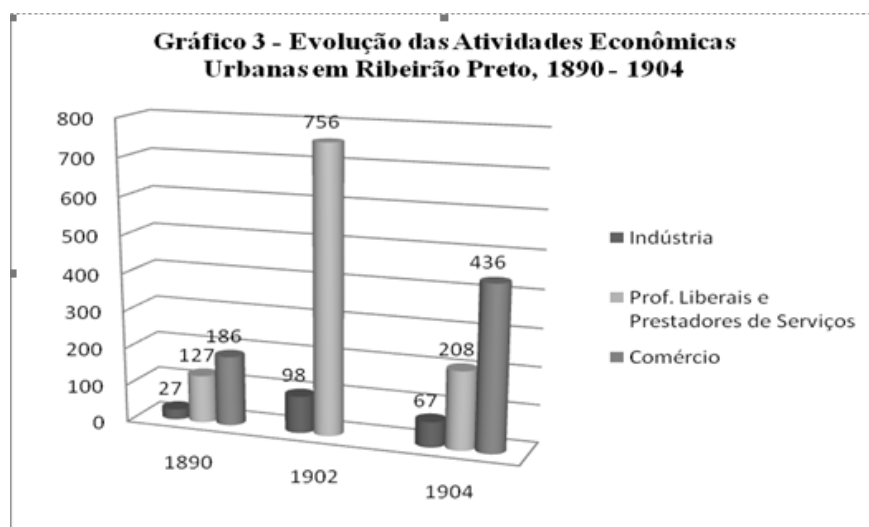
³²⁶ GUIÃO, João, op. cit.p. 46.

Ribeirão Preto, que era a maior da América Latina, mas durou somente de 1922 a 1930.³²⁷

A evolução industrial na cidade Ribeirão Preto no final do século XIX e início do século XX é marcada por um crescimento significativo, pois, de 1890 a 1902, observamos um crescimento de cerca 355%, apoiado na fábrica de calçado, fábrica de carroças, fábrica de fábrica cervejas, fábrica de licores e olearias.³²⁸

Contudo, provavelmente este aumento na indústria acompanhava o crescimento da entrada dos imigrantes, como aponta Holloway,³²⁹ onde de 1880-1890, por volta de 690 mil imigrantes entraram em São Paulo, dos quais em 1902 já formavam, 65%, da população de Ribeirão Preto, cerca de 33.119 habitantes. Havendo em 14 anos, um aumento de 41 vezes o valor de estrangeiros na cidade.³³⁰

Por isso, com os números de habitantes se estabilizando na primeira década do século XX, resultado possivelmente da crise do valor do café, ocorre uma diminuição da entrada de imigrantes, que perfazem na década cerca de 350 mil, uma redução pela metade na imigração de estrangeiros para São Paulo. Enquanto isso, a participação do imigrante na população em Ribeirão reduz-se de 65% para 45%, demonstrando-se mais um elemento desta estabilidade.



Fonte: *Almanaque do Estado de São Paulo, 1890, Jorge Seckler & Comp. 1890. Centro de Memória da UNICAMP; Relatório de 1902 apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto pelo prefeito Dr. Manuel Aureliano de Gusmão, na sessão de 10 de janeiro de 1903, São Paulo: Duprat & Comp. 1903, Arquivo Público de Ribeirão Preto; Anuário comercial do Estado de São Paulo 1904. São Paulo: Anuário Loureiro & C, 1904, Arquivo Público de Ribeirão Preto.*

³²⁷ PAZANI, Rodrigo Ribeiro. Nos Tempos da “Petit Paris”: a urbanização de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, no auge da economia cafeeira (1880-1930). In: **Estudios Históricos**, n. 11, dez. 2013.

³²⁸ Ver Tabela 7 completa da indústria de 1902 no anexo.

³²⁹ HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

³³⁰ Em 1886, havia 761 estrangeiros, segundo relatório apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto pelo prefeito Dr. Manoel Aureliano de Gusmão, na sessão de 10 de janeiro de 1903. São Paulo; Duprat & Comp.

A estabilização da população em Ribeirão Preto, na primeira década do século XX, impedirá o contínuo crescimento da indústria na cidade, assim sobrecarregando o mercado, porque haverá uma diminuição em 1904 de 32%, como pode ser observado no gráfico acima. Isso também pode ser entendido por um processo de diversificação da indústria em 1904, como as fabricas de cadeiras de palha, fábrica de chapéus, fábrica de eletricidade de café e fubá, fábrica de gasosas e licores, fábrica de costuras e serrarias a vapor. Frise-se a entrada de indústrias com mais capacidade produtiva, que faz diminuir a quantidade de indústrias por ramos, como acontece no caso da fábrica de calçados: havia 25 fábricas em 1902, substituídas por sete com a produção elétrica.

Concluindo, em parte a queda da indústria pode ser entendida por sobrecarregar o mercado, como já foi observado, e em parte se deve à diminuição do ramo de calçados, uma vez que somente este ramo constituía cerca de 25% das atividades industriais em 1920. Além das indústrias com maior porte produtivo, vai comportar 26,8% das indústrias de 1904, ou seja, $\frac{1}{4}$ do mercado.³³¹

As atividades comerciais, assim como a indústria, também apresentam um grande surto de crescimento no século XX. Dos 186 estabelecimentos comerciais em 1890, chega-se a 436 em 1904, quase triplicando o seu valor em 14 anos.³³² O crescimento do comércio, ao que tudo indica, se deve principalmente ao crescimento do mercado de primeiras necessidades, como de armarinhos e secos e molhados, nas fazendas e na cidade, pois somente elas representam 60,3% dos estabelecimentos comerciais da cidade.

Todavia, também identificaremos o crescimento de um consumo referente à urbanidade e à formação de uma classe média, por isso, veremos o aumento no número de açougues, padarias, hospedarias e, principalmente, o estabelecimento de botequins, que representam 12% dos estabelecimentos. Além disso, há o surgimento de bazares, chapelarias, armadores, depósitos de fumos, de armas, cal e casas de penhores. Também surgem estabelecimentos destinados à indústria, como armazéns de couro, de madeira e lojas de ferragem, que representam 3,0% dos estabelecimentos comerciais. Outro principal demandante do comércio foi a elite aristocrática, que, em sua fome por artigos de luxo e por complementos do complexo cafeeiro, representava 7,5% dos estabelecimentos comerciais, tais como bancos, compradores de café, casas capitalistas, bilhares, confeitarias, depósitos de vinho, hotéis, livrarias e papelaria

³³¹ Sendo dessas sete a vapor e onze a eletricidade. Ver Tabela 8 completa da indústria de 1904 no Anexo.

³³² Almanaque do Estado de São Paulo 1890, Jorge Seckler & Comp. 1890; Relatório de Prefeitura, apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto pelo prefeito Dr. Manuel Aureliano de Gusmão, na sessão de 10 de janeiro de 1903, São Paulo: Duprat & Comp. 1903, Arquivo Público de Ribeirão Preto.

e tipografias.³³³

Esse desenvolvimento tornou-se mais intenso a partir de 1914, já apresentando certa diversidade de ramos, produzindo-se camas, cadeiras, objetos de vime, carroças e instrumentos musicais. Ícone deste período foi a Antártica, que contava com 279 operários e um capital de 6.000.000 contos de réis, na década de 1920³³⁴.

Em 1914, observamos uma continua redução da indústria, que passa a ter 44 estabelecimentos. É um período marcado pela entrada de duas indústrias de grande porte, a Antártica e a Paulista³³⁵.

A Antártica foi fundada em 9 de fevereiro como “Companhia Antarctica Paulista”, uma sociedade anônima com 61 acionistas, sendo os principais João Carlos Antonio Zerrenner, Adam Ditrik Von Bulow, Antonio Campos Sales, Antonio de Toledo Lara, Augusto Rocha Miranda, Teodoro Sampaio e Asdrubal do Nascimento. O capital da companhia nascente era de 3.000:000\$000, dividido em quinze mil ações de duzentos mil réis (200\$000) cada uma.³³⁶ Já em 1909, a empresa tinha um capital de 10:000\$000 e 362 funcionários; em 1920, tinha capital de 12:500\$000; por fim, em 1930, tinha um capital de 16:000\$000.³³⁷

Neste período de contínuo crescimento a empresa edificará sua primeira filial em Ribeirão Preto. Para isso, a Câmara Municipal cedeu, por requisição da Antártica, isenção predial por vinte anos para todos as construções da fábrica e suas dependências, garantia de que por vinte anos não fosse alterado o Imposto de Indústria e Profissão e, por fim, a possibilidade de usar as águas do ribeirão Preto, para uso dos resfriadores e de outras partes da fábrica, contudo sem a poluí-lo.³³⁸

Figura 2 - Companhia Antártica Pauslista em 1911

³³³ Podemos definir esses estabelecimentos como atrelados à elite, visto que bancos, representantes de bancos, compradores de café, casas capitalistas, são articulações do complexo cafeeiro, já os estabelecimentos de bilhares, atribuído encontro de senhores de status social como uma charutaria, e os estabelecimentos confeitarias, depósitos de vinho, livrarias e papelaria, são representação de artigos para uma elite, como também de hotéis que serão frequentados por pessoas de capitais, que são efetuadas por viajantes e encontros de negócios, e por último tipografias, feita como usada para imprimir jornais, livros, relatórios da câmara, que vão procurar adquirir seus instrumentos econômicos será a elite, ou estabelecimento de jornal, que para elite. Veja as tabelas 9 e 10, para verificar atividades comerciais e de profissionais liberais completas, em anexo.

³³⁴ Veja a tabela 11, em anexo.

³³⁵ Idem.

³³⁶ KÖB, Edgard. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 161 (409), p. 29-58, 2000. Como a cerveja se tornou a bebida brasileira: história da cerveja no Brasil do início até 1930.

³³⁷ **Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo**. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1930. Tabela 19, em anexo.

³³⁸ **Actas das sessões da Câmara Municipal de Ribeirão Preto**. N. 09, 1909-1912. p. 77, sessão de 4 de junho de 1909. Aprovada sem discussão.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 173, 17, JPM.

Estabelece-se, então, na antiga Chácara do Martinico, na avenida Jerônimo Gonçalves, a fábrica de cerveja, gelo, águas gasosas e bebidas sem álcool. Foi inaugurada em 11 de agosto de 1911 com uma festa no mirante da fábrica e com senhores célebres da cidade: o prefeito Macedo Bittencourt, o vereador Maximiano Junqueira, o coronel Schmidt e o Dr. Meira Junior, o mesmo que em 1914 fundará a Cia. Cervejaria Paulista, inaugurando uma das maiores rivalidades industriais da cidade. Com um serviço de *rotisserie* e a luz do horizonte da cidade, o prefeito abriu o primeiro tonel de cerveja fabricada, servindo chopes aos convidados, e então discursou sobre o desenvolvimento da cidade.³³⁹ A indústria, na década de 1920, vai contar com 279 operários e um capital de 6.000.000 de contos de réis.³⁴⁰

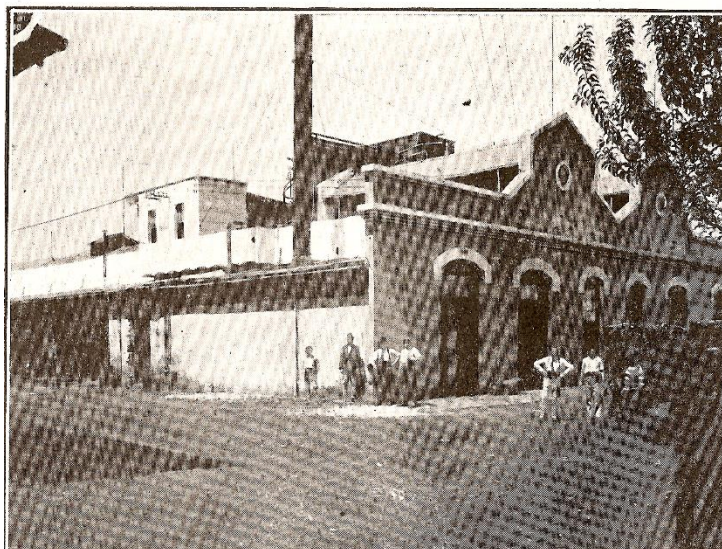
A Paulista foi fundada em 25 abril de 1913, e sua primeira diretoria era formada por Meira Junior (Presidente), Alfio Messina (Gerente) e Hanz Scherholz (Diretor-Técnico). Estabeleceu-se na rua Visconde do Rio Branco, com um capital de 300.000\$000 réis. Em 18 de abril de 1914, iniciou uma grande rivalidade com a Antártica, ao se instalar logo em frente desta, na avenida Gerônimo de Gonçalves.³⁴¹

Figura 3 – Cervejaria Paulista de Ribeirão Preto em 1922

³³⁹ **O Estado São Paulo**, 16 ago. 1911, p. 8.

³⁴⁰ Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1929.

³⁴¹ **Diário da Manhã**, 18 abr. e 28 mar. 1952.



Fonte: A CAPITAL ARTÍSTICA NA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO - 1922. São Paulo: 1922.

Podemos ver esta disputa primeiro pela utilização das águas do ribeirão Preto, que a Cia. Paulista requereu à Câmara na sessão do dia 15 de abril. Um mês depois, o pedido foi contestado por um requerimento da Antártica, pois seu acordo de 1911 havia proibido o uso das águas por parte de outra empresa. O caso vai parar na Comissão de Justiça e Obras, que na sessão seguinte, do dia 15 de junho, apresentou seu parecer, autorizando a Cervejaria Paulista a utilizar-se das águas do ribeirão Preto e a atravessar a avenida Gerônimo Gonçalves com o encanamento a fim de captá-las. Para isso, foi aprovada uma emenda que retirava o monopólio do uso de 20 anos, por parte da Antártica, do ribeirão Preto. Isso demonstrou a estrutura coronelista do poder político da municipalidade, pois concedeu-se a Meira Júnior e companhia o que a Câmara na sessão de 6 agosto de 1909 não havia concedido a Henrique Richart, pois era alguém fora do circuito do poder.³⁴²

A nova fábrica inaugurava também o seu capital aumentado para 450\$000, e produzirá as suas novas cervejas Poker e Trust, que, em conjunto com a Níger, despontarão no comércio regional e depois nacional. Desta forma, rapidamente seu capital cresce: em 1915 já era de 1:000\$000 réis e, na década de 1920, de 3:000\$000 réis, operando com 205 operários.³⁴³

Por isso, haverá também uma segunda disputa entre Antártica e Paulista, que chega até ao jornal *O Estado de São Paulo*, que destaca a natureza bélica da luta. A Antártica impôs um regime de monopólio ao estabelecimento que vislumbrasse revender seus produtos, ou seja, que

³⁴² **Actas das sessões da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.** N. 09 e 10, 1909-1912; 1912-1917, p. 82, 97, 99 e 104.

³⁴³ Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1929.

quiser vender Antártica só pode trabalhar com ela. Essa aposta não resultou em muitos resultados, fazendo a Antártica mudar sua abordagem: em vez do medo, a gratificação. Assim, os estabelecimentos que revendessem seus produtos podiam ter melhorias patrocinadas pela empresa, além de serem dadas geladeiras para sua utilização. Esta prática teve tanto êxito que conquistou estabelecimentos tradicionalmente de sua adversária, como a Confeitaria Paulicéa, que obteve 5 contos de réis para reformar seu empreendimento.³⁴⁴

A política bélica da Antártica foi um dos principais instrumentos que permitiram a consolidação do seu reinado no Estado de São Paulo como principal indústria de cerveja. Porém, ela recorreu também à compra de concorrentes, como de sua principal rival em São Paulo, a Bavaria, em 1905, por 3:700\$000.000 contos de réis. Também tentou, conjuntamente com a carioca Brahma, regular os preços de 1907 a 1911, e a possibilidade de financiamento externo permitia que tivesse uma capacidade maior de investimento para ampliar sua produção. Por fim, procurava preparar melhor seus funcionários especializados, mandando-os para cursos de aperfeiçoamento nas escolas técnicas de cervejarias na Alemanha. A empresa só não se expandiu para outros espaços do país por causa do custo do frete e das taxas alfandegárias estaduais, que emperravam seu crescimento.³⁴⁵

O crescimento da indústria cervejeira no Brasil, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro,³⁴⁶ não reduz em muito o valor da cerveja, que no período não era um produto barato. Em 1919, o salário diário de serralheiro comprava em torno de seis a oito cervejas, o de um operário no setor têxtil, de quatro a dez, e o de uma faxineira somente duas garrafas e meia de cerveja da Antartica. Por conseguinte, a fábrica familiar e regional tinha êxito nesse mercado de baixa renda, por conseguir normalmente ser em média um terço mais barata, custando cerca 230 contos de réis.³⁴⁷

Esse período é marcado pelo ensejo de algumas das principais indústrias de Ribeirão Preto, como Pascoal e Domingos Innechi, Antonio Diederichsen, Serra e Marleba.³⁴⁸

O comércio continua a sina de sua diversificação, reduzindo o número de casas de secos e molhados de 43,8% para 27,5%; também é notável a diminuição de botequins e lojas de

³⁴⁴ **O Estado de São Paulo**, 15 abr. 1914, p. 9.

³⁴⁵ KÖB, Edgard, op. cit.

³⁴⁶ A produção total do Brasil de cerveja era de 1.741.900 hectolitros em 1928, dos quais 1.506.997 eram produzidos somente no Sudeste: 822.255 e 622.073 hectolitros no Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente. Ou seja, cerca de 83% da cerveja eram consumidos no Distrito Federal e em São Paulo. Idem.

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ **Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto**.

fazenda em meio à queda geral no número dos estabelecimentos comerciais, que em 1904 eram 436 e, em 1914, 272, ou seja, uma diminuição de 36% no comércio.³⁴⁹

Por fim, a década de 1920 é marcada pelo crescimento da indústria, que passou de 44 indústrias em 1914 para 119 em 1924, crescendo quase três vezes em apenas 10 anos. O apogeu ocorreu em 1927, com 137 indústrias, contudo, a crise vai deixar marcas, por isso, em 1930, observamos uma redução de cerca de 45%, com 79 estabelecimentos.³⁵⁰ Além disso, observaremos na tabela 13 o crescimento do capital da indústria local, havendo já quatro indústrias com capital acima de 350 mil contos de réis e 100 operários e sete indústrias com capital de 150 a 350 mil contos de réis. Contudo, a maioria ainda se situava entre 50 mil e 150 mil contos de réis. Outro dado importante é a diversificação industrial, como observamos na Tabela 14, que aponta já duas indústrias de base, treze de bens duráveis e treze intermediários, cerca 32% da produção industrial da cidade. Mas sua maioria ainda está vinculado aos bens não duráveis: cerca de 54 estabelecimentos, que representam 68% da produção industrial, demonstrando a importância do consumo urbano, formado por um classe média urbana e da região.

Tabela 13 - Nível do Capital da indústria em Ribeirão Preto, 1930

Capital da Indústria	N. de Estabelecimentos
Pequena 0 - 49.000	47
Média 50.000 - 150.000	24
Grande Local 150.000 - 350.000	7
Grande Nacional 350.000 ...	4
Total Geral	80

Fonte: Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1930.

Tabela 14 - Tipo de indústria em Ribeirão Preto, 1930

Tipos de Indústrias	N. de Estabelecimentos
Bens duráveis	13
Bens não duráveis	54
Bens Intermediários	11
Base	2
Total Geral	80

Fonte: Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1930.

Este crescimento, permitiu a formação de um aglomerado de indústrias que

³⁴⁹ Idem. Ver o Gráfico 3 e a Tabela 12, em anexo.

³⁵⁰ Ver o Gráfico 5. Para verificar a relação de indústrias no anos 1924 e 1930, ver as tabelas 15 e 16, em anexo.

denominamos de “Grande Nacional”, que se refere a indústria com porte de capital de 1:000.\$000 de contos de réis e mais 100 operários. Como era o caso das já citadas, Antártica e Paulista, além do aglomerado industrial da plutocracia cafeicultora, representado pela Metalúrgica de 1922, e da Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto, presente desde do início do século XX na cidade.

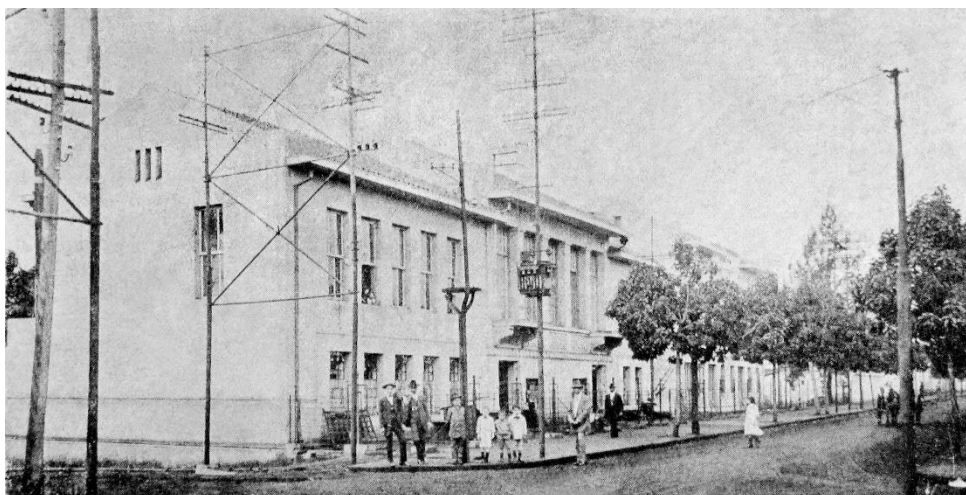
As empresas da plutocracia ribeirão pretanas, eram dirigidas por Flavio Uchôa, este era natural de Sergipe, formado em engenharia civil na Politécnica do Rio de Janeiro, iniciou sua carreira profissional na Uruguaiana de Porto Alegre, e em seguida trabalhou em diversas funções na Diretoria de Obras Públicas de São Paulo, na área de tratamento de esgoto. Mudou-se em 1900 para Ribeirão Preto a fim de trabalhar na foz de Guataparã, do proprietário de Martinho Prado. Sua boa relação com a família Prado, permitiu desenvolver a sua saga de administrador de empresas de capital cafeeiro.

As primeiras empresas administradas por Flávio Uchôa, ocorreram em resultado do alastramento de epidemia de febre amarela e de crise no aparato sanitário da cidade de Ribeirão Preto. Neste contexto de crise, permitiu que o aglomerado plutocrata cafeicultor pressionasse a compra da empresa de serviços público, “Empresa de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto”. Pois a administração do aglomerado plutocrata cafeicultor garantia as melhores “condições” e “bem estar” para cidade.

Assim, por volta de 1908, Flávio Uchôa em representação à família Prado, busca expandir os empreendimentos do aglomerado plutocrata cafeicultor, adquirindo uma usina hidrelétrica que seria responsável por aumentar a rede e intensificar o serviço de iluminação elétrica na cidade de Ribeirão Preto e dos municípios vizinhos. Para assim vender energia para “Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto”, de Rufino de Almeida e pressionar sua venda, manipulando o preço da energia a ser vendida a ele. E ao mesmo tempo, insurgir a Câmara Municipal de Ribeirão Preto, que Rufino não teria condição de garantir suporte energético a cidade em franco crescimento. Táticas que funcionaram e permitiram, que no ano seguinte adquirisse a empresa. Ainda, em 1910, transformou a “Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto” em sociedade anônima com sede em São Paulo, conseguindo receber mais capital e investimentos externos ao aglomerado plutocrata cafeicultor.³⁵¹

Figura 4 – Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto em 1911

³⁵¹ PAZANI, Rodrigo Ribeiro, op. cit.



Fonte: ALMANAQUE ILUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Sá, Manaia & Cia.: 1913.

Além de conseguir renovar o seu contrato com a Câmara em 1909 e 1918, com a justificativa de trazer iluminação para todos os prédios da cidade, contudo observamos nas Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, diversas reclamações de bairros periféricos, que desejam iluminação, como é caso da Vila Virgínia, Barracão, Vila Tibério, entre outros, que acabam sendo negadas pela empresa de luz, já que a fantasia da modernidade não é para todos.³⁵²

A terceira e última empresa do aglomerado será a “Metarlúgica Eletro-Brasiliense”, formada em 1922, que segundo a Estatística Industrial do Estado de São Paulo de 1930, a empresa contará com um capital de 10.000\$000 contos de réis, e 129 operários, a maior da capital da cidade, entre as indústrias.³⁵³ Contava com dois altos fornos, de uma força motriz de 5.200 C.E., que fundia o minério de ferro trazido do Triângulo Minério via Mogiana,³⁵⁴ e enviava as ligas para São Paulo. Toda esta estrutura foi possível também pelo subsídio dos governos mineiro e paulista.³⁵⁵

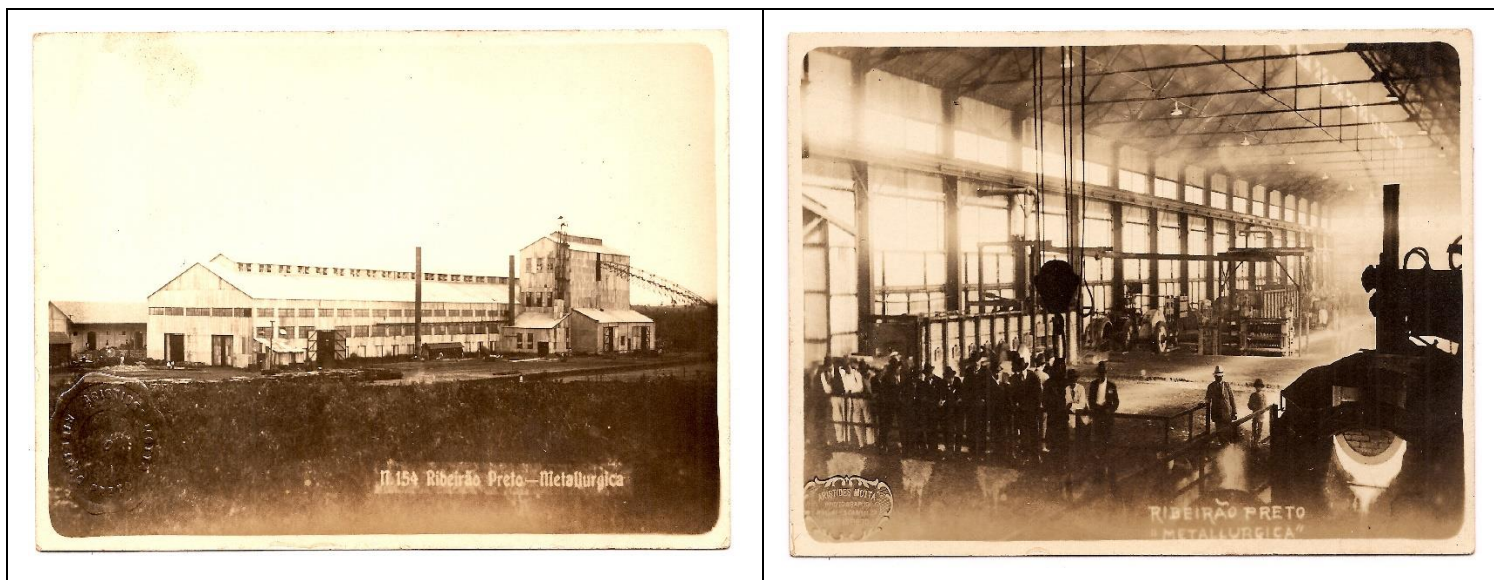
Figura 5 - Metarlúgica Eletro-Brasiliense em 1924, fachada e parte interna.

³⁵² Idem, mas aprofundaremos este tema no Capítulo 3.

³⁵³ Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1930.

³⁵⁴ Possível graças aos poderes políticos plutocratas, que permitiram a construção da Mogiana, de uma linha ligando a estação de Serrinha, com estrada de São Paulo a Minas, a Ribeirão Preto, além de intercalar um terceiro trilho até São Sebastião do Paraíso, em 1925-1926. **O Estado de São Paulo**, 26 mar. 1926, p. 10. Também indicado pela Câmara Municipal para assim facilitar o processo de desapropriação e implantação da ferrovia. **Atas da Câmara Municipal. 1922-1929**, p. 25, 19 jan. 1923.

³⁵⁵ Jornal do Comércio do Rio apud MELLO, Antonio D., op. cit. Como anuncia o jornal *O Estado de São Paulo*, a reunião de Uchoa com Epitácio Pessoa, referente à busca de auxílios do Congresso do Estado de São Paulo para construção da metalúrgica em Ribeirão. 19 jun. 1920, p. 1.



Fonte: Arquivo Municipal de Ribeirão Preto, 878, 77, Edgard Machado.

Já a metalúrgica nasce segundo o novo desejo de progresso, desenvolvimento e os ecos do espírito de Fausto, do modernista Goethe, que norteiam o rompimento com o passado. Para a construção de uma nova cidade, erguida sobre os paradigmas da modernidade, que seria indicada pelo caminho da industrialização. Podemos ver indícios desta perspectiva em referência as representações da metalúrgica.

A primeira, na reunião da Sociedade Paulista de Agricultura,³⁵⁶ o Presidente da Sociedade, Dr. Francisco Ferreira Ramos,³⁵⁷ considerando a iniciativa da metalúrgica em Ribeirão Preto de suma importância para o desenvolvimento da agricultura e da indústria, para não depender de produtos importados de preços elevados, que resultam na dependência do mercado externo, que leva ao aumento do custo produtivo. Assim, a metalúrgica seria um passo “a nossa defesa nacional contra a agressões estrangeiras, pois nos libertamos da importação [...]”. Por isso, conclui dizendo que a Sociedade não pode passar omissa em meio a esta realização, no entanto tem o dever de apoiá-la.³⁵⁸ O artigo ocorreu alguns dias depois de o jornal

³⁵⁶ Onde a é resultado de uma reunião da Sociedade Paulista de Agricultura, qual foi formada após a Viagem de Luiz Pereira Barreto aos Estados Unidos em 1901 e de Carlos Botelho em 1903, engajando-se num projeto de modernização da agricultura, seguindo modelo estadunidense, que será desenvolvida pela Sociedade Paulista de Agricultura e pelo seu porta voz Revista Agrícola A Proposta de modernização era patudada: uso de princípios científicos e tecnologia na organização do trabalho agrícola, a diversificação da agricultura, desenvolvendo novos cultivos adequados a áreas onde o café não se adaptava, estimulando colônias de imigrantes para estabelecimento de pequenas propriedades, estímulo a pesquisa, desenvolvimento da tecnologia estrangeira a nossa realidade. FERRARO, Mário Roberto. **A gênese da agricultura e da silvicultura moderna no Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP, 2005, p. 51–52 e 93-94.

³⁵⁷ Era engenheiro civil de São Paulo que esteve sempre relacionado em obras voltadas à cafeicultura, além de ter a denominada fazenda do Monte Alto. Casado com a filha de Francisco Schmidt.

³⁵⁸ **O Estado de São Paulo**, 27 abr. 1920, p. 4.

Estado de São Paulo anunciar o início da constituição da metalúrgica em Ribeirão Preto,. No entanto, o apoio da Sociedade Paulista de Agricultura demonstra a representação simbólica da modernidade e sua fantasia, do espírito de Fausto, em meio a esta elite plutocrata. Como podemos observar na relação de acionistas da empresa, já que a maioria dos acionista dá continuidade a relações familiares apontadas por Paziani, das famílias Junqueira, Prado e Uchôa.³⁵⁹ As mesmas que constituem as empresas de serviço público, como ferrovias, serviço de esgoto e água e energia, como já apontamos.

A segunda perspectiva está presente no discurso de Dr. João Alves Meira Júnior, que era representante da elite perepista, afiliado de Quinzinho da Cunha, e isso permitiu que ascendesse nos espaços público e privado. Por isso, passou a ser presidente da Cia. Paulista em 1914, e foi o primeiro presidente da Metalúrgica Eletro-Brasiliense de Ribeirão Preto, além de passar de delegado para vereador, presidente da Câmara, deputado estadual e senador.³⁶⁰ Discursando na inauguração da Metalúrgica, descrita na Ata de Ribeirão Preto de 1917-1922, indica uma defesa à independência econômica do Brasil, que seria encaminhada pelo investimento em uma indústria de base como, por exemplo, a Metalúrgica de Ribeirão Preto. Por isso, representa o principal expoente do progresso industrial do Estado. E também passa a ser um instrumento de valorização do potencial mineral do país, desta forma, ungindo-se como

³⁵⁹ 1. Flavio Uchoa, 905 ações, 2. Osório Cunha Diniz Junqueira 750 ações, 3. Sylvio Alvares Panteado, Dr. Caio da Silva Prado, Martinho da Silva Prado, Manoel da Silva Prado, Manoel Maximiano Junqueira, Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, Dr. Theodomiro de Mendonça Uchôa, Dr. João Pinto Machado Portella, D. Francisco Silveira do Val, Dr. Cicero da Silva Prado, Paulo da Silva Prado, com quinhentas ações cada um. 4. Gervasio Pires Ferreira, trezentas ações, 5. Francisco de Andrade Junqueira, D. Antônio Diederichsen, Francisco da Cunha Junqueira, D. Anna Claudia Villela de Andrade, Dr. George A. Hodge, Jeronymo Ipolito, D. Maria Paula Junqueira Uchoa, Eugenio Gomes do Val J. D. Margins J. Martin Stuart, Antônio Prado, Coronel Francisco Diniz Junqueira, D. Genoveva C. Junqueira Netto, Banco do Comércio e da Industria de São Paulo, Dr. Fábio da Silva Prado, Orlando Ferreira da Rosa, Aurélio de Andrade de Junqueira, Companhia Guataparã, duzentas ações cada um. 6. Dr. Agustuo Elysio de Castro Fonseca, Saturino de Carvalho, Dr. Joaquim Mendonça Filho, Commandante Francisco Junqueira de Oliveira, Coronel Júlio Pedro Pontes, 150 ações cada um. Retirados do: VEIGA, A. Gabriel. **Empresa de Força e Luz**. 11. Tabela de Ribeirão Preto, 1923, p. 102 e 103.

³⁶⁰ Com o crescimento agrícola regional, a política local será conduzida por uma relação de cordialidade e a posse da máquina pública se torna posse dos coronéis, por via direta e indireta de seus representantes nas Câmaras Municipal e Estadual e no Senado, como é o caso dos doutos de Joaquim Macedo Bittencourt, João Alves de Meira Júnior, João Rodrigues Guião, Fábio Barreto e Flávio de Mendonça Uchôa, que seriam a ala do Coronel Quinzinho da Cunha. Mas também havia a ala do Schmidt, formada por João Pedro da Veiga Miranda, Renato Jardim e os irmãos Eduardo e Floriano Leite Ribeiro. PAZIANI, op. cit. Como também, Mattioli, demonstrá esta afiliação em dois casos, o primeiro o delegado Laudelino de Abreu, começou incomodar o Coronel. Quinzinho da Cunha, quando foi contra a campanha sua campanha de grilhar as terras da região, por isso pediu a Meira Junior, como senador uma intervenção, para retirada do delegado, que rapidamente foi promovido, enviando-o para a capital, tornando se titular na 1ª Delegacia da Capital. Segundo, é que novo delegado, também atrapalha os afiliados grilheiros de Quinzinho da Cunha, por isso novamente revindica a Meira Junior intervir, colocando um delegado que pusesse ser mais inclinado ao seus afiliados. MATTIOLI, Alexandre F. **A Teia do Poder: O Coronel Junqueira e a política da Primeira República – Ribeirão Preto de 1889 – 1932**. Dissertação de Mestrado. Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. 2014, p. 119 - 121.

defensor da pátria e representante ao desejo nacionalismo.³⁶¹ Demonstra na sua construção discursiva um novo viés do progresso, do desenvolvimento, do nacionalismo: a industrialização. Por fim, configura a representação do progresso e da cidade de Ribeirão Preto, uma figura incipiente de “polycultora ou agroeconomica”, como é percebido na sua descrição ideal de Ribeirão Preto:

E quando através da vida urbana, por entre as veredas da cidade se erigirem as atas chaminés de multiplas fábricas e oficinas, como outros tantos templos de oração ao trabalho produto, o clamor e o estrepido dessas maquinas [...] em lavoura da patria, cantarão a gloria do brasileiro notável que tanto contribuiu para essa maravilha do nosso progresso.³⁶²

A terceira perspectiva também está presente no discurso de inauguração da metalúrgica registrado na Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, realizada por João Guião, e no seu almanaque de 1922, em comemoração ao centenário da independência do Brasil.

João Guião, de formação em direito e militar – era tenente-coronel da Guarda Nacional –, ingressou no mundo político para ser mais um representante do PRP, a pedido de Francisco Glicério, líder do partido. Assim, participou em 1895 das eleições para deputado estadual, tendo sido eleito. Contudo, foi em Cajuru que fez sua carreira política. Nesta localidade, foi fazendeiro, vereador, presidente da Câmara e prefeito municipal. Como prefeito da cidade, coordenou os elementos da modernização via complexo cafeeiro, desenvolvendo projeto do ingresso da luz, da ferrovia Mogiana, estradas municipais e estaduais. Essa carreira se estendeu a Ribeirão Preto, em 1904, quando instalou uma bancada de advocacia. Ingressou na máquina pública municipal como juiz da comarca e advogado da prefeitura de 1913 a 1919. Na sociedade civil, foi diretor e proprietário do *Diario da Manhã*, principal voz não só do PRP, como também da ala de Quinzinho da Cunha e companhia. Torna-se, na década de 1920, vereador e prefeito, de 1920 a 1926. Como prefeito, será um dos principais agentes da modernização e da fantasia da modernidade, implementando diversas interferências urbanas, do calçamento ao assentamento paralelepípedos, da ampliação da rede de tratamento de esgoto à iluminação.³⁶³

³⁶¹ **Actas das sessões da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.** N.10, 1917-1922, p. 388-394.

³⁶² *Idem*, p. 394.

³⁶³ **Arquivo público de Ribeirão Preto.** Entre as obras que realizou como prefeito destacam-se: a organização do Código de Posturas Municipais; calçamento com paralelepípedos da Praça Schmidt, de um quarteirão da Vila Tibério e da área ao redor do Teatro Carlos Gomes; construção da ponte sobre o córrego do Retiro na rua José Bonifácio; colocação de balaustradas nos paredões do ribeirão Preto, calçamento de mosaicos nos passeios laterais e aumento da iluminação; ereção da herma ao Dr. Luiz Pereira Barreto na Praça XV de Novembro; substituição dos carros a tração animal por carros automóveis do Corpo de Bombeiros; aquisição de um trator e uma máquina niveladora para manutenção das estradas; abertura dos primeiros trechos da Avenida Independência (atual av. 9 de Julho); saneamento da várzea do ribeirão Preto com a retificação do leito deste curso d’água a partir da confluência do córrego do Retiro até a rua Capitão Salomão; construção da piscina do Comercial Futebol Clube; criação da Inspetoria de Estradas de Rodagem e da Repartição de Matas e Jardins;

É também grande propagador das obras da cidade, tanto por conta da constituição de um almanaque do centenário da República em Ribeirão Preto como pela divulgação da efeméride via Diário da Manhã. Além disso, aproxima-se do alto escalão político, o qual convida para visitar e divulgar as obras da cidade. É o caso da constituição da metalúrgica da cidade, em 1922, cuja inauguração foi promovida por Eptácio Pessoa, então Presidente da República. Na ocasião, também discursou e postulou o terceiro indício da nova representação do progresso. Primeiro destaca que o fundamento para o progresso do país seria tanto o investimento nas atividades agropecuárias como na independência econômica, com o investimento na indústria de base.

É obedecendo a este fundamento, que o governo tem formado dar o mais desenvolvimento possível a produtividade dos nossos campos; tem estimulado a indústria pastoril que vai ser em cada Estado, uma das maiores fontes de riqueza pública; tem amparado o carrão e o ferro destinado a serem os futuros alicerces da nossa independência econômica...³⁶⁴

Já no almanaque se retrata o progresso, atrelando-o a uma superação evolutiva, sendo que Ribeirão Preto já passara pelas “fases” agrícola e comercial, e agora estava passando por uma “fase industrial”. Há referência novamente ao signo de centro agroeconômico.

A cidade já conquistou para o seu desenvolvido commercio a vida activa e itensa dos habitantes [...] Ribeirão Preto – agrícola – e comercial – vai agora passando para a phase industrial; e então completar-se como cidade moderna a disputar um lugar de honra no civilisção. [Dando] [...] continuo progredi³⁶⁵

A industrialização na década de 1920, em Ribeirão Preto, também ampliará as atividades das indústrias que consideramos “grandes locais”, que remontam a um capital entre 150 e 350 mil contos de réis, variando de quatro em 1928, cinco em 1929 e sete em 1930.³⁶⁶ Os empreendedores que tiveram maior constância de aparecimento de valor de capital e apresentaram empresas com mais de 50 operários, demonstrando uma superação para um sistema industrial, e não mais artesanal, foram Antônio Diederichsen e Pascoal e Domingos

ampliação do Mercado Municipal e substituição das telhas de zinco por telhas francesas, substituição do pavimento de cimento por ladrilhos de mosaico; construção de um coreto no Bosque Municipal; início das obras na praça Aureliano de Gusmão (atual praça 7 de Setembro); lançamento da pedra fundamental do edifício da Escola de Artes e Ofícios (atual Escola José Martiniano da Silva); ereção e inauguração do Obelisco Comemorativo da Independência, no dia 07/09/1922, no extremo da rua Tibiriçá; instalação de banheiros públicos nas praças 13 de Maio e XV de Novembro; organização do serviço de matrícula de cães; etc. Ainda durante o seu mandato como prefeito recebeu a visita do Presidente (governador) do Estado Washington Luiz no dia 02/07/1922 para a inauguração da estrada de rodagem Ribeirão Preto-São Paulo.

³⁶⁴ **Actas das sessões da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.** N.10, 1917-1922. p. 388.

³⁶⁵ GUIÃO, João, op. cit. Aprofundaremos as novas referências significativas da cidade idealizada no almanque, que é o reflexo da fantasia da modernidade, no Capítulo 4.

³⁶⁶ Veja as Tabelas 18 -19.

Inecchi. As *Estatísticas da Indústria de São Paulo* dos anos de 1928 a 1930 apontam empreendimentos deste porte que aparecem e desaparecem, ou seu capital retrai-se conjuntamente à crise de 29. É o caso de Ragazzi, que aparece em 1928 como industrial de calçados, com capital de 800 mil contos de réis, mas que nos outros anos já desaparece.

Antonio Diederichsen, após se formar na Alemanha, retornou ao Brasil e o seu destino era a fazenda “Santa Adeilade”, de seu primo Arthur Diederichsen, no município de Ribeirão Preto. Estabeleceu como ajudante do administrador Salvador Carlos Almeida. Posteriormente, seu primo Arthur Diederichsen e seu sócio Alfredo Jordão compram a fazenda “Retiro do Desengano”, em Batatais, com quatorze mil pés de café, e enviam Antônio para ser seu administrador. Seria esta sua prova de fogo como agrônomo. Neste empreendimento, Antônio pode utilizar suas aspirações de engenheiro mecânico, haja vista que não havia muito dinheiro para a instrumentação da fazenda. Então, ele foi forçado a fazer seus próprios instrumentos, como arados de ferro, pontes, carros de boi... Contudo, com a queda do valor do café, em 1903, Antônio Diederichsen preferiu exonerar-se do cargo de administrador para se dedicar a uma empresa de produtos mecânicos agrícolas.

Para isso, aproveitaria seu conhecimento das terras de Ribeirão Preto e da Sorocabana. Faz um inventário a respeito para o Banco Brasileiro-Alemão, e acaba conhecendo administradores, donos e terras. Percebeu que poderia criar um mercado bem específico de instrumentos agrícolas.

Assim, no mesmo ano, aproveitou-se da falência da filial em Ribeirão Preto do Banco Construtor e Auxiliar de Santos, que era composto de uma fundição, uma oficina mecânica e uma serraria a vapor,³⁶⁷ que funcionavam para atender as lavouras e as máquinas de beneficiar o café. Por isso, rapidamente propôs um arremate de trinta contos da massa falida do Banco Construtor de Ribeirão Preto, de Luiz Lins Vasconcelos, situado nas ruas José Bonifácio e São Sebastião, com um capital inicial de 27:992\$850.

Com os seus contatos adquiridos por seus trabalhos como administrador e inventariado, dos respectivos empreendedores Arthur Diederichsen e Ruppe, e se aproveitando do pequeno mercado de serrarias na região,³⁶⁸ permitiu se consolidar com a principal indústria de ferramentas agrícolas da Região de Ribeirão Preto. Assim, em 1906 pode ampliar uma seção de vendas de ferragens para construção civil da cidade. O funcionamento da serralheria era das seis da manhã às 21 horas da noite.

³⁶⁷ A Capital Artística na Comemoração do Centenário – 1922.

³⁶⁸ No período havia apenas três, segundo o *Anuário Comercial do Estado de São Paulo* de 1904.

Em 1912, com o crescimento da serraria, foi obrigado a transferir a parte pesada para a Vila Tibério, permanecendo no antigo local apenas o maquinário de desdobro e aparelhamento. No meio da Primeira Guerra Mundial, se aproveitando do aquecimento do mercado nacional, Antônio Diederichsen, em 1916, comprou a parte de seu sócio Hibbeln, em dinheiro e em títulos que deveriam ser resgatados no prazo de seis anos. Contudo, a empresa não ficaria sem sociedade, já que Diederichsen chamou seus auxiliares mais diretos³⁶⁹ para serem sócios.

O crescimento da empresa na década de 1920 se aproveitou do novo maquinário instalado na Vila Tibério, da boa média produtiva de sacas de café entre 1910 e 1918³⁷⁰ e da importação de produtos importados Alemanha.

Figura 6 – “Antigo Banco Constructor” de Ribeirão Preto em 1920



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 114, 08, JPM.

Já na década de 1920, com o aumento vertiginoso de edificações na cidade,³⁷¹ a seção comercial de ferragens necessitou de uma ampliação, e três anos depois foi ampliada novamente. Após o incidente de alagamentos em 1927, o setor da empresa em José Bonifácio teve grandes perdas, o que forçou sua transferência para o setor industrial pesado, na Vila Tibério, formando-

³⁶⁹ Manoel da Penna, Camilo Luttenschlager, José Gonçalves Barbosa, Germano Reinell da Silva e Guido Gambini.

³⁷⁰ Média de 2 milhões e meio de sacas de café, segundo LOPES, Luciana Suarez, op. cit., p. 86.

³⁷¹ Veja no Capítulo 3.2.

se um núcleo industrial e comercial em uma área de trinta mil metros quadrados. A seção industrial englobava um ramo de máquinas agrícolas, que contava com 64 operários, e uma serralharia de madeira, que contava com 54 operários. Cada ramo possuía o capital de 300.000:000 réis em 1929.³⁷² Já a seção comercial serve de grande empório para ferragens de construção, louças, utensílios domésticos e máquinas para lavoura e indústria.³⁷³ O seu reconhecimento industrial na cidade, permitiu atrelar a si, imagens referidas a uma extensão do progresso, pois as representações simbólicas são fabricadas para assujeitar uma imagem de moderno. Por isso, o almanaque *A capital Artística na Comemoração do Centenário* se refere a ele, em decorrência do seu empreendimento industrial, como “empreendedor”, “arrojado”, “não conhece dificuldades”, “ele tudo tenta tudo consegue” – e toda sorte de adjetivos vinculados ao imaginário do sucesso e do progresso.

[...] homem arrojado e empreendedor que não conhece dificuldades, Ele tudo tenta tudo consegue ... o único naquela zona que vem prestando relevantes vantagens à lavoura e à indústria, com o fornecimento completo e a preços vantajosos de material para qualquer construção e instalação de qualquer machina, especialmente nas propriedades agrícolas, que formam a riqueza do município³⁷⁴.

Domingos Inecchi chegou a Ribeirão Preto em 1880, ainda sem a mulher e o filho, buscando a sorte na terra do café, por meio do investimento de uma oficina funileira que fabricava alambiques para a construção de engenhos de açúcar na região de Ribeirão Preto, Minas Gerais e Goiás. Depois de 26 anos de empreendimento na cidade, conseguiu economizar o necessário para trazer sua esposa e seu filho Paschoal da Itália.³⁷⁵

Por volta de 1910, Domingos e Paschoal montam seu principal empreendimento na cidade, a Casa Innechi, que era uma fábrica de móveis de luxo para escritório, para sala de visitas, de jantar e dormitório. Dentre os artigos, havia camas de ferro esmaltado e colchões de lã, de crina vegetal, de crina animal e de algodão.³⁷⁶ Seu prédio ficava na rua Amador Bueno 28-30, e contava, em 1928, 1929 e 1930, com 10, 60 e 39 operários, respectivamente, além de um capital de cerca de 150 mil contos de réis.

Vendia para toda a região, já que a primeira indústria do gênero fundada ali.³⁷⁷ As indústrias concorrentes, como Dellolagono, Heitor Rigon e Arthur de Souza, entre outras, só se

³⁷² Veja na tabela 18, , em anexo.

³⁷³ A capital Artística na comemoração do Centenário - 1922. São Paulo. 1922.

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ **Diário da Manhã**, 28 mar. 1952.

³⁷⁶ Idem; **A Capital Artística na Comemoração do Centenário – 1922**.

³⁷⁷ Como indica a Tabela 11, segundo o **Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto**. Sá, Manaia & Cia., 1913.

instalaram por volta de 1920, permitindo assim que atraíssem investimentos para a constituição da indústria de massas. O empreendimento foi inaugurado em 1915, na rua D. Mariana Junqueira, e depois, na década de 1920, como uma instalação mais moderna, na rua Duque de Caxias 92.³⁷⁸ O prédio de dois andares contava em 1929/1930, com 60 operários e um capital de 150 mil contos de réis.³⁷⁹ Produzia cerca 7.000 quilos de massa refinada de clotina, semonila e ovos, produtos fornecidos aos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás.³⁸⁰ Ainda em 1925, os empreendimentos Innechi, agora sob direção somente de Paschoal, passam a chamar-se somente Paschoal Inecchi, e investem também numa panificadora.³⁸¹

Figura 7 – Casa e Pastifício Innechi de Ribeirão Preto em 1922



³⁷⁸ Como indica a **Ata da Câmara Municipal, 1917-1922**, 15 jul. 1920, p. 252.

³⁷⁹ **Estatísticas do Estado de São Paulo**, Tabela 18 e 19, em anexo.

³⁸⁰ **A Capital Artística na Comemoração do Centenário – 1922**.

³⁸¹ **Diário da Manhã**, 28 mar. 1952.



Fonte: A CAPITAL ARTÍSTICA NA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO - 1922. São Paulo: 1922.

A Casa Innechi também era uma revendedora de produtos comerciais, como se pode ver em propagandas no jornal *O Estado de São Paulo*, dentre os quais os produtos Energo para tratamento de sífilis, tapetes artesanais da empresa selo de ouro Congoleum, aparelhos de louça, entre outros.³⁸²

Assim, com todo o crescimento de suas indústrias, o mesmo *Almanaque da Capital Artística na Comemoração do Centenário* emula novos signos do progresso, atrelados à pessoa de Paschoal e de seu empreendimento. Primeiro, na matéria da Casa Innechi, aponta o espírito escolhido para o trababalho e para o progresso, pois não “conhece dificuldades”. Na segunda matéria, alia o espírito moço, moderno, à modernidade de sua empresa de massas.

Paschoal Innechi seu filho, alma moça de grandes empreendimentos e trabalhador incansável, nunca conheceu dificuldades [...] espírito arrojado e empreendedor, moço de nobres ambições e de bellas iniciativas deve Ribeirão Preto, o mais sintuoso e importante Pastificio, que hoje se impõe a geral admiração por sua instalação modelar perfeita e completa, com machinario hydraulico dos mais modernos [...].³⁸³

Tudo isso demonstra que um dos focos do almanaque *A Capital Artística na*

³⁸² *O Estado de São Paulo*, 03 out. 1924, p. 10; 09 mai. 1924, p. 10; 04 ago. 1923, p. 8.

³⁸³ *A Capital Artística na Comemoração do Centenário – 1922*.

Comemoração do Centenário é o desenvolvimento do comércio e da indústria, pois se preocupa a ilustrar os principais industriais e comerciantes da cidade, e assim criar uma nova significância do progresso e fomentar novos atores históricos representante do progresso. Como os estabelecimentos comerciais Casa Brancato, Rainha da Moda e Raffaelle Di Zino, e os estabelecimentos industriais Torquato Rizzi, Innechi, Cervejaria Paulista e Diederichsen. Isso difere do almanaque de 1914, no qual os atores do progresso eram os principais cafeicultores da cidade, como Schmidt, Iria Alves Ferreira, Maximiano Junqueira, Arthur Diederichsen e Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.³⁸⁴

Por fim, observamos os dois últimos grupos industriais, com capital de até 50 mil réis e 150 mil contos de réis. São a maioria na cidade, havendo 47 com um capital de até 50 mil réis e 24 com capital de até 150 mil réis. Aponta-se ainda uma industrialização concentrada em oficinas, que sobrevivem aproveitando-se do consumo local e regional. Seus produtos têm preço final menor do que os praticados pelas indústrias de produção de larga escala, já que seu gasto produtivo é mais reduzido: têm em médio de cinco a dez operários, com uso restrito de maquinário.³⁸⁵

Podemos destacar aqui os senhores Salvador Spdoni, detentor de uma fábrica de parafusos com um capital de 120.000\$000 contos de réis e seis operários; José Pimentel Carvalho, com uma fábrica de cadeiras com capital de 100.000\$000 contos de réis e cinco operários; Marleba, com uma destilaria no valor de 200.000\$000 contos de réis e cinco operários; José Correia Rangel, com uma fábrica de perobas e madeiras de 120.000 contos de réis e 16 operários; Dellolagono, com uma fábrica com capital de 205.000 contos de réis e 16 operários; Torquato Rozzi, industria alimentícia com 110.000\$000 e vinte operários; Heitor Rigon, indústria de móveis, com 76.000:000\$000 e 44 operários.³⁸⁶

No tocante à diversificação da produção, observamos o aparecimento de uma metalúrgica, duas fábricas de produtos químicos e máquinas agrícolas, duas de parafusos, duas fundições, duas serralherias, dez fábricas de móveis e duas fábricas de material para construção³⁸⁷.

Já no comércio, a década de 1920 é marcada por estabelecimentos voltados em sua maioria ao mundo da cidade, não mais do campo, com o surgimento de relojoarias, joalherias,

³⁸⁴ Aprofundaremos esta perspectiva no Capítulo 3.

³⁸⁵ **Estatísticas do Estado de São Paulo**, Tabela 18 e 19, em anexo.

³⁸⁶ **Estatísticas do Estado de São Paulo**, Tabela 19, em anexo.

³⁸⁷ Veja tabela 16, em anexo.

oficinas de vulcanização, material automobilístico, bares, lojas de departamento (como Pernambucanas, Matarazzo, Britânicas, Excelsior), além de distribuidoras de filmes (como Paramount, Fox, Universal, Ulfa Film de Berlim, Serrador) e principalmente as concessionárias automotivas de marcas como Ford, Chevrolet, Fiat, Hudson, Dodge, entre outras³⁸⁸.

Portanto, a década de 1920 emula uma nova referência do significativo progresso atrelado, que agora se atrela ao comércio. Como é visto em “Os Municípios Paulistas” de 1925, que apregoa Ribeirão como “o terceiro maior comércio do estado”,³⁸⁹ perdendo apenas para a capital e para Santos. No almanaque de 1922, de Guião: “O município tem na agricultura a sua maior glória, e a cidade já conquistou para seu desenvolvimento o commercio”.³⁹⁰ No almanaque de Ribeirão Preto, de 1927, considera: “Ribeirão Preto, depois da Capital e de Santos, é sem dúvida alguma a cidade paulista de maior movimento comercial [...] As suas casas commerciaes são das mais importantes”.³⁹¹

Em 1933, eram 1.036 estabelecimentos comerciais, demonstrando sua recuperação após a crise de 1929. Havia novos açougues, bares e restaurantes, alfaiatarias, sapatarias e lojas de fazendas, secos e molhados – muito embora as lojas de secos e molhados tenham diminuído a sua participação relativa de 38%, em 1914, para 19,9%, em 1933³⁹².

Portanto, o desenvolvimento do comércio e da indústria foi um dos condutores da modernidade e das novas representações de progresso, que por sua vez fomenta novos ritos sociais, bem como a mentalidade apregoadada por um vértice urbano. O modelo de moderno vincula-se ao comércio, à indústria e à urbanidade.

1.7 Conclusão: As novas dimensões do progresso

Todo este breve resumo da industrialização de São Paulo e de Ribeirão Preto é de suma importância para apontarmos dois pontos fundamentais. Primeiro, para mostrar que Vargas não cria um complexo industrial, como é abordado na historiografia tradicional. Contudo, reorienta as forças produtivas já existentes com a inclusão e a concentração do Estado dinamizador.³⁹³ Segundo, o processo de capitalização/modernização orientado pelo complexo cafeeiro emula

³⁸⁸ Veja relação do comércio completo, na tabela 20, em anexo.

³⁸⁹ EGAS, Eugenio, op. cit.

³⁹⁰ GUIÃO, João, op. cit.

³⁹¹ **Almanaque de Ribeirão Preto. Diário da Manhã**, 1927

³⁹² Veja a relação completa do comércio de Ribeirão Preto, em 1933, na tabela 21, em anexo.

³⁹³ Veja a página 151.

uma nova representação simbólica sobre o ideal de progresso, que indicará um novo modelo de sociedade, como observaremos no governo varguista.

Lucíolia de Almeida Neves destaca que o populismo das décadas de 1940 a 1960 será caracterizado pelo signo da modernidade e estará atrelado a um programa de industrialização calcado no nacionalismo. Essa defesa da independência econômica do Brasil e do progresso atrelado à industrialização não nasce artificialmente em 1940, contudo, já há indícios de sua formação com o crescimento das classes médias na década de 1920 e o início da constituição de grupo.³⁹⁴

Isso já observamos, por exemplo, nos diversos discursos em defesa e exaltação da metalúrgica de Ribeirão Preto, na voz da Sociedade Paulista de Agricultura, do Dr. João Alves Meira Júnior, de João Guião e do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro.

Essa noção de progresso e modernidade estará presente nos almanaques de 1922, de Guião, e de 1927, de Dias. Ambos remetem o progresso ao urbano, à cidade, daí os signos, como em Guião: “[...]também o commercio e industria são elementos indispensáveis ao progresso, para alcançar a meta suprema da civilização”³⁹⁵. Em Dias, Ribeirão Preto é uma cidade nova, com ruas calçadas, arborização e luz elétrica, vivendo o surto da industrialização: “Ribeirão Preto é uma cidade nova, com ruas calçadas, arborização e luz electrica” ; “[...] Ribeirão Preto [...] já tem elementos de independência industrial, [algo] poderoso e robusto. É admirável o surto fabril operado nestes últimos annos”.³⁹⁶

Esses signos da modernidade faústica caracterizam o progresso como futuro da civilização, um futuro industrial, febril. No entanto, essa ressonância também pode ser vista relacionada ao centro do complexo cafeeiro. Como a São Paulo, vista no almanaque de Roberto Capri³⁹⁷, de 1922, em comemoração do centenário da Independência, que tinha como objetivo celebrar o progresso, como uma referência atrelada agora a industrialização e a civilidade. Se tornando como as representações das Exposições Universais, Nacionais, e o modelo haussmaniano de exposição, um veículo de venda, e dignificação da imagem do Estado e da cidade.

³⁹⁴ NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 172. Segundo este signo, Vargas estabelecerá uma política que mescla a social-democracia e o assistencialismo estatal, que ao mesmo tempo dinamizará a política industrial e distribuirá direitos trabalhistas.

³⁹⁵ GUIÃO, João R.

³⁹⁶ MELLO, Antônio D, op. cit.

³⁹⁷ Conhecido organizador de almanaque e memorialista, desenvolvido não só no Estado de São Paulo, como de 1913, mas também em Uberlândia, Paraná acompanhando o mundo do Complexo cafeeiro.

Desta forma, Roberto Capri,³⁹⁸ em *A capital Artística na comemoração do Centenário*, divulga e celebra novas representações simbólicas do Estado, demonstrando que o café não é a única representação e o único discurso sobre o progresso e a modernidade. Pois ambos estão atrelados ao crescimento vertiginoso da década de 1920, à policultura agrícola e à ampliação do comércio, com o crescimento da urbanização.

S. Paulo, num surto vertiginoso, acordou, ergueu os braços herculeos vigorou as forças esquecidas, fitou o sol, e, numa exaltação febril, inquietante, caminhou para luz do século vinte. [...] O Café ainda nosso principal produto. E São Paulo que possui hegemônica mundial desse commercio, porquanto nenhum outro paiz pode apresentar melhores typos desses productos. Além do café, varais produccções agricolas vão se desenvolvendo consideravelmente, sendo hoje um facto incontestavel a policultura entre nos: Algodão, o fumo, o arroz, a canna de assucar os cereas em geral [...] O commercio de S. Paulo é hoje avultadíssimo e prova esta na quantidade das cosas intercambiaes³⁹⁹.

Além de relacionar uma das marcas do desenvolvimento, ao patamar de florescimento da indústria:

A indústria vae em pleno florescimento e já milhares de fabricas e usinas se assentam firmemente. No interior são dignas de menção as fabricas de tecidos de Itauba, Thaubaté, Piracicaba, as fabricas de tecido e de papel de itú, fabricas de tecidos de Jundiahy, Sorocaba, São Roque, Campinas, São Carlos, Espirito Santo do Pinhal, São Bernardo, Mogy das Cruzes, Jacareby, Guarantiguetá e muitas outras onde trabalham milhares empregados; as fundições de ferro e metaes, as serrarias, as fabricas de moveis, de machinas, os engenhos de assucar, etc... [...] S. Paulo que caminha para o progresso com orgulho crente na boa vontade [...] A frente do governo [...] Dr. Washington Luís [...] ansioso de por penetrar os novos horizontes do seu máximo desenvolvimento.

O Estado Município de 1924,⁴⁰⁰ de Marcelo Piza, registra também esta marca ao indicar as principais indústrias da cidade. Afirmar tratar-se do “principal centro industrial do Brasil”,⁴⁰¹ além de destacar a capacidade urbana da cidade, referindo-se a ela como a maior da América Latina. Chega a descrever o número de automóveis, cerca de 9000, para apontar o progresso. Já *Os Municípios Paulistas*, de 1925,⁴⁰² evidencia São Paulo como símbolo do Brasil, do

³⁹⁸ *A Capital Artística na Comemoração do Centenário – 1922*.

³⁹⁹ Idem.

⁴⁰⁰ OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE S. PAULO. informação interessante coligidas por Mercello Piza, do departamento estadual de trabalho. Secretaria da agricultura, indústria, comércio e obras públicas do Estado de S. Paulo. São Paulo. 1924. Almanaque do Estado tem como papel transpor números oficiais do desenvolvimento, agrícola, industrial e Comercial, e ao mesmo tempo ser um veículo comercial, como é apontado na parte “Aos Leitores”.

⁴⁰¹ Idem, p. 258.

⁴⁰² EGAS, Eugenio, op. cit. O autor tem busca apresentar a prosperidade do Estado para comemorar e representar a celebração de 100 anos República em São Paulo. Estes dados foram catalogados e informados pelas prefeituras e repartições públicas. Indica também que, nos dois anos levantando os dados do Estado, ele percebeu que o espírito do município é: “S. Paulo quer ordem para trabalhar; quer trabalho para enriquecer”.

progresso, da inteligência e do trabalho.

Durante dois anos pude sentir e avaliar a grandeza d'alma ... encantadora dos paulistanos, brasileiros e estrangeiros, que trabalham nesta região, onde o oceano de riqueza se junta caudoloso rio de ouro para, em duas cores lindas, ficar em palpitante evidencia o symbolo do Brasil, sob cuja proteção trabalhamos e progredimos. S. Paulo quer ordem para trabalhar, quer trabalhar para enriquecer.⁴⁰³

Porém, para verificarmos se o rastro desta noção de progresso poderia ser atrelada a um discurso em formação, não somente a uma prática comum dos almanques (que pretendem vender, dignificar e veicular seu anunciante ou seus dados), observemos o principal veículo midiático do complexo cafeeiro, *O Estado de São Paulo*, na década de 1920.⁴⁰⁴ Hoje é possível pesquisar como o signo progresso era utilizado, pois os bancos de dados digitalizados do jornal permitem buscarmos também palavras-chaves, não apenas o periódico, ainda nos apontando quantas vezes a palavra - chave é utilizado na década ou nos anos desejados.

O termo “progresso”, no Jornal *Estado de São Paulo* será popular nas primeiras décadas do século XX, sendo utilizado, nas décadas de 1900 e 1910, 4597 e 7824 vezes, respectivamente. Já na década de 1920 seu uso diminui para a metade, cerca de 3631 vezes, mas ainda continua um termo popular e requerido. Os anos de 1927 e 1930 foram os de mais procura: 564 e 720, respectivamente. Esse recuo antecede outro crescimento, uma vez que nas décadas de 1930, 1940 e 1950 o uso será bastante dominante: 6277, 10536 e 15233, respectivamente.

O termo “progresso”, segundo os dois principais dicionários da época – “Novo Dicionario da Língua Portuguesa”, de Figueiredo, e “Diccionario contemporaneo da língua Portuguesa”, de Caldas Aulete –, terá uma significação constante e de pouca variação entre 1889 e 1930. Em Figueiredo, consta a definição: “m. Marcha ou movimento para deante. Progredimento, desenvolvimento. Melhoramento ou aumento. Qualquer adeantamento, em sentido favorável. (Lat. progressus)”.⁴⁰⁵ Em Caldas Aulete, define-se com mais amplitude: “s. m. Marcha ou movimento para deante. Desenvolvimento, continuação ou accrescentamento de uma acção. [...] bom êxito. Adeantamento, aperfeiçoamento: Progresso sciencias. Aumento progressivo e gradual. Movimento progressivo da civilização e das instituições politicas;

⁴⁰³ Idem. Esta simbologia do progresso continua sua obra na descrição da localização do Estado: “Mas, deixemol-os entregues ao seu destino. Olhemos á direita, observando nesta viagem o desenvolvimento sem par do nosso Estado. Ligando-nos ao Quartel-General da Columna, em Assis, e acompanhando dahi por diante as operações militares até as margens do rio Paraná, experimentamos a mesma sensação de surpresa de todos aqueles que pela primeira vez percorrem os 904 kilometros da linha férrea. Sorocabana nessa zona de S.Paulo. Constitue, pois, obra de elevado patriotismo divulgar o quando de progresso se verifica numa grande extensão de território, cujo impulso excede a toda expectativa, parecendo obedecer, pela sua exuberância vertiginosa, á fantasia de alguma divindade mythologica, ressuscitada dos velhos tempos imemoriais”.

⁴⁰⁴ Veja mais sobre a estrutura e linha ideológica do jornal no Capítulo 4.

⁴⁰⁵ Significado igual nas obras de 1899, 1922 (4ª edição), 1924 (5ª edição) e 1929 (6ª edição).

tendência do gênero humano para a sua perfeição, para a felicidade [...]”.⁴⁰⁶ Nos dois dicionários, percebemos a ideia do avanço, contudo Figueredo não relaciona esse avanço a nenhum adjetivo específico, diferente de Caldas Aulete, que relaciona o avanço à ciência, à civilização e à busca do gênero humano pela felicidade, indicando elementos que compõem a face do progresso, a evolução da ciência, da civilização e do homem em procura da felicidade. Uma construção de mundo racional, dirigida pela fantasia da tecnocracia, como Fausto, rege o mundo segundo sua imagem, como aborda Nicolau Sevecenko:

Esses técnicos insistem obstinadamente em controlar as sociedades, submetendo-as a modelos consagrados de racionalidade ortogonal, otimização de fluxos, discriminação espacial e higienização sanitária, para ato contínuo se verem frustrados pela plasticidade esquiva com que as populações pobres escapavam aos seus planos intrincados, invadindo áreas reservadas, desviando e captando recursos clandestinamente, aproveitando oportunidades imprevistas e remodelando os usos e espaços segundo suas demandas específicas.⁴⁰⁷

Entretanto, esses elementos de significação atreladas ao signo do progresso, do avanço, no jornal *O Estado de São Paulo*, na década de 1920, se configura mais próximo ao significante de Caldas Aulete, indicando cada vez mais um progresso condizente ao avanço econômico e industrial, ou seja, é referente ao processo de modernização e da construção do mundo de Goethe.⁴⁰⁸ É isso que observamos nos exemplos abaixo, sobre o progresso do Estado pelo avanço da Sorocabana, que cria fantasia da modernidade e promove a divindade do novo:

Mas, deixemo-los entregues ao seu destino. Olhemos à direita, observando nesta viagem o desenvolvimento sem par do nosso Estado. Ligando-nos ao Quartel-General da Columna, em Assis, e acompanhando dahi por diante as operações militares até as margens do rio Paraná, experimentamos a mesma sensação de surpresa de todos aqueles que pela primeira vez percorrem os 904 kilometros da linha férrea Sorocabana nessa zona de S.Paulo. Constitue, pois, obra de elevado patriotismo divulgar o quando de progresso se verifica numa grande extensão de território, cujo impulso excede a toda expectativa, parecendo obedecer, pela sua exuberância vertiginosa, à fantasia de alguma divindade mythologica, ressuscitada dos velhos tempos imemoriais.⁴⁰⁹

Também sobre a modernização na imagem da cidade de São Paulo, o autor a ressalta como um milagre do progresso, comparando-a aos grandes centros econômicos das áreas centrais, já que qualquer comparação no Brasil seria uma ironia.

O progresso material de São Paulo tem se expandido numa tal propulsão crescente, que surpreende. Nos campos lavrados onde vicejam os cafesaes e se expandem outras produções valiosas desse perene manancial de riquezas agrícolas que é a terra paulista; percorrendo suas linhas férreas e essa rede admirável de estradas de rodagem

⁴⁰⁶ Definição referente às obras de 1881 e 1911.

⁴⁰⁷ SEVCENKO, Nicolau, op. cit., p. 45-46.

⁴⁰⁸ Isso é possível graças a termos avaliado as 3631 citações que o jornal fez sobre o tema.

⁴⁰⁹ **O Estado de S. Paulo**, 22 nov. 1924, p. 1 (grifo nosso).

que se estende por toda a ampla superfície de seu solo fecundo, e encurtam distancias e cada vez mais estreitam, por novos e rápidos meios de comunicação, os laços que vinculam centros populosos e produção; dilatando o olhar [...] Mas temo, na verdade, que o progresso de S. Paulo – progresso material semelhante aquele que levou o subtil Fradique Mendes a observar que Nova York aprendeu a civilização de cor – acabe operando o milagre (quantos outros já não produziu elle em tão poucos annos!) de arrebatrar de Santos, cá para as planícies do Ipiranga ou da Moca [...], enquanto o Rio de Janeiro – irônico contraste! [...].⁴¹⁰

O autor continua nos propondo os adjetivos deste progresso, como o uso de ferro nas construções, os milhares de automóveis, a cidade que nasce à noite com suas milhares de luzes, além das fábricas enegrecendo, conjuntamente às ferrovias, o ambiente em São Paulo:

O progresso que é um conjunto perturbador e desconcertante de aço e ferro fundido, electricidade e vehiculos vertiginosos, ruas congestionadas de automóveis atropelando gente e multidões numerosas de homens ardendo na febre voraz dos negócios, casas de cimento armado e estrutura metálica de dez e vinte andares, ascensores e machinas numa trepidação constante, grandes hotéis moldados, por um mesmo e invariável typo internacional onde a lingua que menos se fala é a nacional, chaminés de fabricas enegrecendo, locomotivas resfolegantes arrastando comboios entre alivos e vibrações de freios, luxo e miséria, riquezas e penúria, banquetes em que tilintam taças de Crystal, e soam orquestras, e ventres comprimidos pela forme, palácios e monumentos majestosos de bronze e granito e tugúrios onde se abriga e pobreza mal vestida e mal alimentada, avenidas faustosas que, para surgirem tiveram de demolir construcções com que coexistem recordações palpitantes, do passado – é pesado demais e despersonaliza as cidades, destrói-lhes os traços gentis que a caracterizavam, igualando-as todas umas ás outras com as únicas diferenciações que lhes põem na physionomia a moldura da natureza e as manifestações da intelligência e do pensamento.⁴¹¹

Sintuando-se no caminho de assumir o sagrado signo da modernidade, o progresso aponta para onde esta luz divina deve seguir e deve obstinadamente continuar, no caminho sem fim da capacidade humana. Eis a metabolização da modernidade, como Sevcenko aborda: “para esses grupos a errância tanto pode seguir no sentido territorial, quanto pode agora se traduzir também numa metabolização constante de símbolos, por meio da qual as pessoas agregam a si signos e sentidos que conotam a força e o prestígio da ‘modernidade’”.⁴¹²

Além do progresso estar relacionado aos elementos imateriais da modernidade, como o desenvolvimento da instrução, uma prática da civilidade, seu calabouço da racionalidade, já apontadas por Weber e Elias. O autor indica que a sociedade paulista, passa por um grande surto material do progresso, contudo para alcançar o “estágio” completo do progresso necessita ser acompanhado por um crescimento intelectual:

O nosso progresso tem sido vertiginoso mas esse progresso a passos agigantados é

⁴¹⁰ **O Estado de S. Paulo**, 26 jan. 1926, p. 4 (grifo nosso).

⁴¹¹ Idem (grifo nosso).

⁴¹² SEVCENKO, Nicolau, op. cit., p. 42-43.

apenas o progresso material. A nossa cultura não caminha com a mesma velocidade. Vem atrás, a imensa distancia, trôpega e enfezados, sem folego para emparelhar, na sua arrancada victoriosa, dom o nosso avanço econômico, de que tanto nos ufanamos. Em riqueza, andamos aos saltos: em cultura marchamos a passo tardo. [...] Quaes com efeito as nossas preocupações absorventes. As preocupações da ordem, econômica. Pelas questões economicas, mais do que por quaesquer outras, se interessam os nossos homens de Estado, e as nossas classes dirigentes. Só os assumptos econômicos são entre nós considerados realmente importantes: Só eles conseguem atrair todas as atenções. Os problemas econômicos – costuma-se dizer – são os nossos problemas máximos, pois, precisamos, antes de tudo, desenvolver, a nossa riqueza, alicerce da nossa grandeza generalizada traçou a directriz do nosso progresso, fazendo-nos orientar toda a nossa atividade num sentido estritamente utilitário. Dahi o nosso progresso material, com o nosso progresso intelectual.⁴¹³

O indício desta nova noção de progresso, que assume uma visão de mundo fáustico, emula uma nova construção de mundo, pois esta perspectiva será apropriada pelo Partido Democrata de São Paulo. Edgard indica que a ascensão da burguesia de São Paulo implode o PRP, auxiliado por alguns grupos agrários, segundo esta nova noção de mundo e progresso, como já observamos na recomendação da Sociedade Paulista de Agricultura sobre a independência da econômica brasileira, investindo atividades de base⁴¹⁴. Assim, o PD será uma fusão entre o Partido Popular, de Antônio Prado e Merrey Júnior, e o Partido Liberal, de Valdemar Ferreira, com apoio do Partido da Mocidade. A comissão que será organizada em 1926, sendo composta por Antônio Prado, Frederico Steidel, Francisco Morato, Marrey Junior, J.J. Cardoso de Melo Neto, Valdemar Ferreira, Abraão Ribeiro, Ademar de Sousa Queirós e Vicente de Azevedo. Todavia, mesmo mergulhados nessa visão fáustica do progresso, ainda não conseguiram promover uma construção ideológica propriamente pronta e madura, girando em termos genéricos, como “defendendo os princípios liberais consagrados na constituição”, além de apresentar incríveis contradições, como defender os direitos da agricultura, do comércio e da indústria na direção dos negócios públicos, mas também o bem-estar das classes trabalhadoras.

No entanto, mesmo em formação e com o discurso em construção, a fantasia fáustica expande-se rapidamente no meio urbano. Ela pode ser sentida, ouvida e tocada.⁴¹⁵ Assim, há

⁴¹³ **O Estado de S. Paulo**, 08 set. 1920, p. 4 (grifo nosso).

⁴¹⁴ Veja na página 83-84, deste trabalho ou **O Estado de São Paulo**, 27 abr. 1920, p. 4.

⁴¹⁵ Isso é resultado da expansão das atividades industriais, pois Carone indica que, em 1929, pela primeira vez na história, a renda da indústria supera a da agricultura. Houve também o avanço da classe média. O operariado, em 1919, apresentou um salário médio vinculado à indústria têxtil de 5.759 a 7.035 réis por dia. Na indústria de alimentos, o salário girava em torno de 3.709 a 5.843 réis por dia; na de vestuário, de 4.723 a 7.582 réis por dia; na indústria metalúrgica, no caso de fundidor, de 5.033 a 8.775 réis por dia, de torneiro, de 5.750 a 8.986 réis por dia. Já na indústria de calçados, na função de cortador, o salário vai de 5.178 a 8.747 réis por dia; no caso de acabador, de 3.100 a 7.850 réis por dia. De acordo com Wilson Cano, esse rendimento dos salários permitiu caracterizar o valor de compra de uma classe média. Como Sergio Silva observa, ao relacionarmos o custo de vida e o crescimento nominal na década de 1920, identificaremos um custo de vida de 1.630 réis por dia e um valor nominal do operariado de 3.080 réis por dia. Contudo, em 1925 esse valor quase dobra, com o

87 delegações no I Congresso do PD, que ainda em 1926 funda instrumentos midiáticos, como *A Folha do Partido Democrático* e o *Diário Nacional*, com ampla circulação e influência. Com isso, elegee em 1927 três deputados, e só não conseguem maior êxito por conta da máquina eletiva, que seguia sob o controle do PRP.⁴¹⁶

Esta barreira a ser vencida se reflete no Fausto, que chama Mefistófeles uma última vez para ser livrar do casal de velhinhos que impediam a criação de seu mundo de progresso. Assim, o PD se alia com os gaúchos, que por sua vez invocam os tenentistas no exílio, em 1927 e 1929, em busca do mesmo alento. Alguém precisava fazer o “trabalho sujo” para prosseguir com o progresso.⁴¹⁷

A aliança liberal, formada por tenentistas, gaúchos, mineiros, paulistas e paraibanos, tinha foco a derrocada da plutocracia do PRP, denominados dos “Senhores da República”⁴¹⁸. Desta forma, a aliança liberal tinha uma ligação idelógica frágil e superficial, basicamente voltada sob o lema “Representação e Justiça”, que procuravam retirar o poder da mão dos corruptos do PRP. Sendo assim se materializando como a imagem da moral e da reforma política, por isso propunham a reforma eleitoral, a criação de uma justiça eleitoral, na defesa do voto secreto, da moralização dos costumes políticos e das liberdades individuais.⁴¹⁹

No entanto, o PD se torna órfão da Revolução. Assim como Mefistófeles pede sua conta pelo trabalho, aqui a conta eram as divergências políticas entre os tenentistas e o partido. Assim, Getúlio assume, de certa forma, a luta tenentista, por ser contrário aos ideias liberais. Ou seja, está mais próximo de um Estado centralizador e dinamizador.⁴²⁰ Por isso, não coloca Morato, líder do PD, como presidente da província, como fora acordado antes da Revolução. Ao

custo de vida a 2.520 réis por dia e um valor nominal 4.520 réis por dia. Valores estes que terminam a década, nos anos de 1928 e 1929, respectivamente, como 2.630 e 2.610 réis por dia de custo de vida e valor nominal de 7.470 a 7420 réis por dia. Assim, deduz-se por esses dados o estabelecimento de um mercado interno em crescimento, mesmo com as crises de 1923 e de 1929, por já estar inserido na estrutura econômica. Por isso, veremos apenas pequenas quedas nesses períodos no valor nominal e no custo de vida, apresentando-se uma lógica interna do mercado e uma classe média já estabelecida. É o que acontece em São Paulo, onde, em 1930, já se pode ver operariado da indústria têxtil alcançando um salário de 10.000 de réis por dia, como indica Capeleto. CANO, Wilson, op. cit., p. 128, Tabela 13; SILVA, Sérgio, op. cit. apud SIMONSEN, Roberto. **A Evolução Industrial do Brasil Federação das Indústrias de São Paulo do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1939, p. 40-41; CAPELATO, M. Helena. **O Movimento de 1932**: causa paulista. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 66.

⁴¹⁶ CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 58-61.

⁴¹⁷ Idem, p. 65-66.

⁴¹⁸ Como era visto nos panfletos e nos discursos de Vargas.

⁴¹⁹ Idem, p. 67.

⁴²⁰ CAPELATO, M. Helena, op. cit., p. 12-13.

contrário, coloca um líder tenentista, João Alberto, uma caricatura do poder central. Capelato afirma que essa mudança acarretará a refutação do movimento de 1930 não pelo movimento, mas pela não participação do poder deste, como mostra o manifesto de sete de abril 1931, que clama a necessidade de se criar um movimento que liberte São Paulo. O manifesto coloca que “São Paulo é um território militarmente ocupado”.⁴²¹

Então, como Carone e Boris Fausto⁴²² indicavam, a construção ideológica partidária dos democratas era frágil, superficial. Contudo, na refutação da revolução de 1930, ganha mais corpo, por isso, Capelato demonstra que sua construção ideológica vai dar forma à Revolução de 32. Quanto à sua identidade, afirma:

As classes econômicas foram diretamente atingidas na sua vitalidade pela maiorção de impostos, pelo torquedismo fiscal [...] Ao lado essas extorsões fiscais, o comércio vem sendo vítima do cambio fictício [...] de outro lado, a uma situação sem programa, sem idealismo construtor, forjado para perpetuar o gozo e prestígio do poder, mesmo com sacrifício da fortuna pública e particular e das vidas de gerações esperançosas do Brasil.⁴²³

Importante ressaltarmos como o PD assumirá um projeto ideológico, liberal, no qual o progresso se atrela ao desenvolvimento e à industrialização, elementos de que Vargas se apropria em sua política populista, demonstrando assim como as indicações de progresso, na década de 1920, vão aos poucos ganhando vida, interiorizando-se na sociedade. Desta forma, o PD fomenta seu discurso liberal, com a crítica aos impostos e à intervenção cambial, contestações claras ao intervencionismo, ao uso do poder central “para gozo e prestígio do poder”. Suas ideias são golpes contra centralismo no poder e não ao federalismo. Por isso, defendem um programa federal e liberalista, que afirma: “A confederação eleva os Estados ao mesmo plano político do mais forte, enquanto o unitarismo nivela o Estado mais forte aos de pequena importância”.⁴²⁴ Mais adiante: “São Paulo, criador de riquezas que é, não pode deixar a riqueza que já criou, e a que está habilitado a ir criando, à mercê da pilhagem sistemática e crescente, por meio do governo central”.⁴²⁵ E, por fim: “A família, o direito, a liberdade, a

⁴²¹ Idem, p. 15.

⁴²² Boris Fausto afirma que o PD não consegue se definir e, assim, apresentar um plano para o desenvolvimento do país. Diante da incapacidade de promover seus interesses de classe de forma autônoma e congruente, algumas vezes há uma ou outra vitória política, mas, mesmo assim, torna-se clara a ineficiência do grupo para dar o golpe de 1930. Essa ineficácia da burguesia como agente de classe leva o exército a assumir o lugar do desenvolvimento nacional, aludindo à sua velha imagem de protetor da nação, de modo que o Estado “burguês” só será representada pelo golpe militar tenentista. Por meio dele, serão criados modelos econômicos de desenvolvimento. FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 50 e 91.

⁴²³ CAPELATO, M. Helena, op. cit., p. 23.

⁴²⁴ CAPELATO, M. Helena apud **O Estado de S. Paulo**, 27 fev. 1932.

⁴²⁵ CAPELATO, M. Helena apud **Manifesto Confederacionista**. A constitucionalidade será a principal

nacionalidade, a religião, a prosperidade da qual naquele momento cada cidadão deveria se transformar em zelador e guarda fiel”.⁴²⁶

A constitucionalidade será a principal justificativa da Revolução, mas o objetivo de fato era instalar-se no poder. Contudo, ela estará atrelada à identidade que revela como predestinada do progresso paulista, oriunda desde os bandeirantes. Então, a Revolução é a causa de São Paulo pelo Brasil, para promover a constitucionalidade, e mais, para guiar a nação ao progresso. O progresso, assim, assume de uma vez por todas a centralidade do imaginário paulista. Como observamos, na sua propaganda partidária, no *Plateia*:

São Paulo desafia a ditadura em nome do Brasil, [...] São Paulo em pé de Guerra não é São Paulo, é o Brasil. Para falar em nome do Brasil basta a São Paulo a grandiosidade do seu progresso, o esplendor de sua cultura, a pujança do seu civismo. Para Falar em nome do Brasil, basta a São Paulo o Ser São Paulo.⁴²⁷

Mesmo com a derrocada da Revolução de 1932, os ideais de progresso não afundam, pois, como Weffort aborda, o populismo é um sistema representado por um líder que procura mediar os segmentos sociais participantes no processo político, para assim garantir suporte e dependência do seu programa político.⁴²⁸ Por isso articula uma política, que se pauta em incluir os segmentos societários no programa político nacional, com alguns elementos e reivindicações superficiais. Como por exemplo a formação de uma política voltada para as classes populares, constituindo pela criação dos direitos trabalhistas, que permite controlar os sindicatos e proibir as greves. Ao mesmo tempo dotado de uma política industrialista, que atrai apoio dos burgueses, como os paulista. E assim com o apoio dos diversos segmentos dá suporte ao seu programa político.⁴²⁹

A construção de Estado dinamizador, desenvolvimentista e industrializante, segundo Sônia Regina Mendonça, pode ser indentificada no programa econômico varguista na década de 1930 a 1945. Segundo esse programa, o Estado desenvolvimentista primeiro promove o crédito com taxa de juros baixas, tarifária de proteção à indústria nacional, abolição dos impostos interestaduais. Para assim promover e facilitar a circulação de produtos em esfera

justificativa da Revolução, contudo era poeira, para querer instalar-se no poder. Por isso termos afirmações como:

⁴²⁶ CAPELATO, M. Helena apud **A Gazeta** 14 ago. 1932.

⁴²⁷ CAPELATO, M. Helena apud **A Platéia** 19 jul. 1932.

⁴²⁸ Resultado da inclusão de novos grupos ao processo político, com a Revolução de 1930 e a falência do sistema oligárquico, introduzindo assim-se uma classe média, popular, no âmbito de discussão do poder. WEFFORT. **Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 68-69.

⁴²⁹ Idem, p. 70 e 75. Denominado de “Estado do Compromisso” ou “Estado das Massas”, que se configura por meio de “aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais”.

nacional e a industrialização. Segundo, promove uma política sindical, baseada na fixação do salário mínimo e nas leis trabalhistas, em favor de produzir a ordem e assim não haver greves. Além do salário mínimo, gerar um consumo mínimo que favorece o crescimento do mercado interno. Terceiro, a captação de divisas pela exportação de produtos agrários e ao mesmo tempo desestimulando a sua produção para diminuir os seus preços internacionais, e revestir seu acúmulo primitivo no processo da industrialização.

Já na década de 50, o Estado Desenvolviccionista amplia seu modelo industrial, pois para garantir a industrialização, não bastava fomentar um núcleo industrial no país, mas era necessário ampliar o setor de base. Onde por meio de empréstimo externos a empresa pública garantia capacidade para ampliação da indústria de base. Como caso da CSN e Vale do Rio Doce. Além do Estado dinamizar a industrialização, via a criação do BNDE e do Plano de Reaparelhamento Econômico. Esta política industrial, produziu altos índices de crescimento econômico e industrial, e assim levou rápido êxodo rural e aumento do espaço urbano, elevando a capacidade consumo, aumento gama de serviços e trabalho no espaço da cidade. E abrindo um espaço maior para produtos de bens mais sofisticados, como eletrodomésticos, automóveis, eletrônicos... Este programa é denominado por Sônia Mendonça como “modelo de capitalismo independente associado”, onde o capital privado estrangeiro figura-se numa dupla modalidade de empréstimos e investimentos diretos para implementar o setor de bens de consumo duráveis no país.⁴³⁰

Portanto a consagração de uma política desenvolviccionista, industrializante, pode ter sido resultado da nova representação do progresso na sociedade paulistana na década de vinte, como apontamos, em Ribeirão Preto e São Paulo, qual movimentou possivelmente não só a implosão do sistema oligárquico, como alimentou a constituição de um novo programa político no país.

⁴³⁰ MENDONÇA, Sônia Regina. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: Maria Vieda Linhares (org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio Janeiro: Campus, 2000.

Capítulo 2 - Programas e Fantasias da Modernidade: Ressonâncias de São Paulo a Ribeirão Preto.

Assim, nos caminhos da representação, é possível passar da “cidade maravilhosa” ao “país das maravilhas”, sem que a hipertransfiguração do real deixe de ser convincente. Se a travessia enfrenta riscos, a invenção de um universo, “além das aparências, mais belo que o universo de todos os dias”, soluciona problemas pelo poder ilimitado da imaginação.

Sandra Jatahy Pesavento

2.1 - Modernização: nova temporalidade

A modernização, como indicam Berman e Lefebvre, é um período durante o qual a tecnologia em massa alcança toda a economia-mundo, por meio da velocidade da comunicação, do transporte e da informação. As rupturas se tornam tão rápidas e tão presentes que o sujeito histórico é cada vez mais assujeitado pelos tentáculos da totalidade do moderno, alienando-se ao novo e ao querer ser a imagem do novo.⁴³¹ Segundo Sevcenko, essas mudanças vão afetar desde a ordem estrutural até as hierarquias sociais, e principalmente as noções de tempo e de espaço, de sentir e de expressar, resultando em um processo dramático de mudança de hábitos, práticas e percepções.⁴³²

Lefebvre ainda acrescenta que o processo da modernidade é um processo de totalidade, em que as novas significações do “novo” criam novas percepções de mundo. Elas não podem ser pensadas ou refletidas, mas consumidas, seguindo a figura do progresso, já que qualquer contestação é deslegitimada na significação ao ser tida como retroativa e atrasada.

É neste contexto de modernização da economia-mundo que a república emerge, segundo um novo mundo, dirigido pelas novas potências energéticas, como a eletricidade e os derivados do petróleo, que dão sobrevida às cidades, permitem todo tipo de produto e dão vida ao automóvel. Formam-se também novos ramos da indústria, como a indústria de eletrodomésticos, de eletrônicos, de automóveis, de microbiologia, bacteriologia, bioquímica... Confere-se uma maior ênfase à conservação da vida, com a introdução da farmacologia, medicina, higiene e profilaxia, prologando-se a vida do ser humano.⁴³³ Seu impacto é devastador, pois recria novas maneiras de pensar, agir e falar, e ainda dá uma nova dinâmica à vida, pautando-se na velocidade, na força dinâmica dos novos bens como:

[...] automotores, transatlânticos, aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica, e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiofusão, a televisão, os arranha-céus e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricas, as rodas-gigantes, as montanhas-russas, a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escola de dentes e o dentifrício, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão a gás, o aquecedor elétrico, o refrigerador e os sorvetes, as comidas enlatadas, as cervejas engarrafadas, a Coca-Cola, a aspirina.⁴³⁴

⁴³¹ BERMAN, op. cit., p. 17-21.

⁴³² SEVCENKO, op. cit., p. 8

⁴³³ Idem, p. 9.

⁴³⁴ Idem.

Tudo isso invade o cotidiano, fazendo o homem cada vez mais dependente das novas tecnologias e de suas novas estruturas industriais, como o telefone, o avião, o carro, elevadores, estradas. Além disso, o cidadão se vê entretido ou seduzido pelos novos avanços da vida, retradados pelo fonograma, o cinema, o rádio. Assim, a revolução científico-tecnológica fez a humanidade sentir a plenitude do novo, pois seu efeito de acelaramento do tempo, promove uma nova busca por experiências e sensações, criando uma nova cultura e identidade, que configura a denominada sociedade moderna.⁴³⁵ Como destaca Sevcenko:

A intensificação dos contatos e das trocas internacionais promovida pela instauração do regime republicano naturalmente acelerou esse curso de transformações históricas. Na dinâmica da nova ordem, tanto ampliou-se a construção de uma consistente esfera pública, reforçada pela expansão crescente da imprensa e das oportunidades de convívio cultural, quanto se agudizaram os sentidos e valores associados ao desfrute de experiências de privacidade⁴³⁶.

Produz-se uma nova temporalidade da cidade, que, como espelho, busca refletir a modernidade europeia, tendo como símbolo máximo a Paris de Haussmann. Por isso, observaremos as reformas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. A elite procura enxergar além do espelho e penetrar na fantasia da modernidade, vista pelo alinhamento arquitetônico da cidade, pelos produtos de última linha do capital e pelas novas práticas urbanas, como restaurantes, hotéis, casas de comércio luxuosas, formação de clubes esportivos e automotivos e assim por diante.⁴³⁷ Como bem delimita Sevcenko:

Esse período abrangeria grosso modo de 1900 a 1920 e assinala a introdução no país de novos padrões de consumo, instigados por uma nascente mas agressiva onda publicitária, além desse extraordinário dinamismo cultural representado pela interação entre as modernas revistas ilustradas, a difusão das práticas desportivas, a criação do mercado fonográfico voltado para as músicas ritmadas e danças sensuais e, por último mas não menos importante, a popularização do cinema.⁴³⁸

Em suma, este capítulo busca evidenciar como o processo de capitalização e modernização emula a fantasia da modernidade, indicando para quem ela chega? E como chega? Como se fomentam as novas percepções e os novos códigos de conduta?

2.2 Cidade: centro indutor da modernidade

⁴³⁵ Idem, p. 9-10.

⁴³⁶ Idem, p. 30.

⁴³⁷ PESAVENTO, op. cit., p. 57-59.

⁴³⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 39

Entendemos que a cultura da modernidade é inerente ao espaço urbano, como destaca Pesavento, uma vez que a modernidade e a urbanidade são duas dimensões indissociáveis. Já que a cidade é o centro da ação das forças modernizantes, como tal se torna sujeita às manifestações culturais e artísticas modernistas, referentes à experiência da modernidade, como de Baudelaire e Goethe.

Desta forma, Simmel, em sua obra *Vida mental na metrópole*, destaca como a metrópole é indutora da modernidade, recriando nela não apenas novas práticas, mas elevando o sujeito a uma nova concepção de mundo.⁴³⁹ Por isso, destaca como a vida moderna transforma a personalidade do indivíduo, já que os valores da cidade se fundem no interior do sujeito histórico, transpondo uma valorização na sua individualidade.⁴⁴⁰ Também promove um sentimento blasé, que distancia os indivíduos uns dos outros, e a hierarquização da sociedade transforma as relações sociais, que parcialmente se tornam econômicas e, como tais, individuais e calculistas.

A exaltação da liberdade faz os indivíduos se tornarem antagonistas de si mesmos, por isso, é nesse contexto que se difundem os espaços de autopreservação, como as sociedades religiosas, as associações, os partidos. A liberdade retira o homem do mundo medieval, mas, ao mesmo tempo, aprisiona-o em espaços de autopreservação.⁴⁴¹ Ademais, a individualidade promove mudanças na estrutura psíquica do indivíduo, pois, na multidão de olhares e encontros e desencontros, ele precisa lutar para conseguir impor sua personalidade. Para isso, muitas vezes procura peculiaridades, extravagâncias, e assim a vida mental da metrópole acaba ditando maneirismos e preciosismos na construção da aparência, na fala, nos bens, em signos que transportam afirmações modernas.⁴⁴² Tudo isso relega o indivíduo a uma posição mínima, quase inexistente, e ele cai na esfera da negligência, como aborda Simmel:

Pois a divisão de trabalho reclama do indivíduo um aperfeiçoamento cada vez mais unilateral. E um avanço grande no sentido de uma busca unilateral com muita frequência significa a morte para a personalidade do indivíduo. Em qualquer caso, ele cada vez menos pode equiparar-se ao supercrescimento da cultura objetiva. O indivíduo é reduzido a uma quantidade negligenciável, talvez menos em sua consciência do que em sua prática e na totalidade de seus obscuros estados emocionais derivados de sua prática. O indivíduo se tornou um mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso, espiritualidade e valores.⁴⁴³

⁴³⁹ SIMMEL, op. cit., p. 14-15.

⁴⁴⁰ Idem, p. 16-18.

⁴⁴¹ Idem, p. 19-20.

⁴⁴² Idem, p. 24-25.

⁴⁴³ Idem, p. 27.

Benjamim, seguindo o caminho de Simmel, também procura desvendar a reorientação mental que a cidade moderna promove. Contudo, suas percepções são orientadas pela experiência da vida moderna de Baudelaire, segundo a ótica de Marx, e ele termina percebendo como se promovem novas estruturas psíquicas, sob uma percepção freudiana. Benjamin enxerga a cidade como o centro da experiência da vida moderna, que funciona como um indutor das forças modernizantes, que estão vinculadas à industrialização e à fetichização. Neste prisma, a vida moderna da cidade é um processo da multidão que é coisificada e alienada pela nova relação socioeconômica capitalista, que torna o indivíduo uma mercadoria. Como tal, ele segue as tramas da produção, que é ditada pelo ritmo da *nouveauté*.⁴⁴⁴ Como Berman analisando a obra de Goethe, destaca que a modernização é um processo que necessita de sacrifícios, como a desigualdade e a destruição não só do espaço da cidade, mas das antigas tradições sociais. Estes traumas no interior da cidade, são reprogramados pela fetichização do indivíduo, pela nova referência da cidade, como a beleza dos novos jardins e dos novos espaços reformados. Não fazendo criticar ao processo, porém apenas celebrar a representação da modernidade, do consumo, inserido no ciclo do sempre-do-mesmo.⁴⁴⁵

A modernização no Brasil situa-se inicialmente no desejo de se constituí-la aos moldes deste novo mundo representando pela matriz Europa. Devido a isso se assenta nas novas correntes da ciência europeia, como o darwinismo social do inglês Spencer, o monismo alemão e o positivismo francês de Auguste Comte.⁴⁴⁶ Se utilizando da preponderância da riqueza do café, para conseguir situar estes novos ideais, e introduzir a modernização a “todo o custo”, foi se catequizando segundo os dogmas europeus, como desde das reformas do espaço da cidade, à novos códigos sociais, como aborda Sevcenko:

Velho Mundo, procurou impor seus padrões e seus fins a uma natureza e a populações que tratava como meros instrumentos de seus projetos maiores. Seu recurso para efetivar esses fins eram códigos rígidos e sistemas de racionalidade, aplicados com vistas a modelar os comportamentos e as práticas, desde o âmbito geral até os recônditos da intimidade da consciência de cada habitante do país⁴⁴⁷.

Então, para acompanhar o progresso, essas elites do complexo cafeeiro procuram se alinhar ao ritmo de desenvolvimento da economia europeia, focando-se nas suas cidades, em

⁴⁴⁴ BENJAMIN, Walter, op. cit., p. 53

⁴⁴⁵ Idem.

⁴⁴⁶ Idem, p. 11.

⁴⁴⁷ SEVCENKO, op. cit., 1998, p. 39-40. Sevcenko busca ilustrar com o poema de João Cabral de Melo Neto. “A luz, o sol, o ar livre/ Envolvem o sonho do engenheiro/ O engenheiro sonha coisas claras:/ Superfícies, tênis, um copo de água./ O lápis, o esquadro, o papel;/ o desenho, o projeto, o número:/ o engenheiro pensa o mundo justo,/ mundo que nenhum véu encobre”.

seu comércio e na sua indústria. Desejosa de vestir-se do moderno e do civilizado, a nova burguesia do complexo toma como obsessão esses símbolos, por isso, observaremos reformas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.⁴⁴⁸ Mais tarde, tudo será parte da nova representação visual da cidade, que se criava como nova e deixava para trás significâncias coloniais, de modo a se situar como cosmopolita e civilizada. É esse o caso de São Paulo e do Rio de Janeiro nas regiões centrais, principalmente nas áreas do Triângulo e da Rua do Ouvidor, nas quais eram comuns os terraços e as salas com vistas panorâmicas para que se pudesse contemplar a “vida moderna”, ou seja, para celebrar o novo!⁴⁴⁹

Pois, como indica Barbuy, a cidade exposição e a representação da cidade desejo, a cidade reformada aos moldes da matriz da civilidade, a Europa. Considerando as novas edificações, do comércio, da indústria, do espaço público, como “verdadeiros monumentos para a venda de mercadorias”, e da imagem da cidade, como moderna.⁴⁵⁰ Como aborda Bresciani, que destaca o processo europeu de urbanização dos séculos XIX e XX (que será importado ao Brasil), há a construção de uma linguagem da burguesia em volta do ecletismo. É possível verificar a profusão de objetos díspares, a falta de divisões internas e externas, a utilização de gradeados de ferro retorcido na mesma eterna posição e, principalmente, o contraste de claro e sombrio, que produz uma sensação de perplexidade no indivíduo, criando-se o cenário perfeito para tornar os espaços modernos lugares de fascínio, temor e devoção, fundidos ao emaranhado das máquinas, do dinheiro, da tecnologia, ou seja, a uma nova imagem de adoração entre seu novo deus e o homem.⁴⁵¹ Por isso, a autora destaca:

[...] mundo capitalista do século XIX, afirmou ter sido a arquitetura burguesa “uma linguagem de símbolos sociais”, a expressão da sua autoconfiança, manifesta em edificações cuja dimensão extraordinária nada tinha a ver com a finalidade a que se destinava. As milhares de libras esterlinas gastas em prédios destinados a acolher um grande número de pessoas proclamavam a riqueza e o poderio das cidades [...] A confiança no caráter duradouro da indústria e do comércio orientou a edificação desses templos da produção e da mercadoria [...] ⁴⁵²

Para Lefebvre, a cidade moderna burguesa dos séculos XIX e XX assume um duplo papel: de consumo de lugar, representado no lazer, no prazer e no turismo, e de lugar de

⁴⁴⁸ SEVCENKO, op. cit., 2003, p. 41-42

⁴⁴⁹ BARBUY, op. cit., p. 104.

⁴⁵⁰ Idem.

⁴⁵¹ BRESCIANI, Maria Stella M. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**, n. 8/9, 1985, p. 43.

⁴⁵² Idem.

consumo, espelhado pela centralidade gravitacional que a cidade configura.⁴⁵³ A burguesia faz das linhas da cidade instrumentos ideológicos e representativos do progresso e do racionalismo, que procuram apagar as velhas representações da cidade medieval e a imagem do antigo regime.⁴⁵⁴ Sobre isso, Lefebvre afirma:

[...] Otimiza-se num modelo as informações ou as comunicações. Esse urbanismo tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primado da técnica), não hesitaria em arrasar o que resta da Cidade para dar lugar aos carros, às comunicações, às informações ascendentes e descendentes. Os modelos elaborados só podem entrar para a prática apagando da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a Cidade [...]⁴⁵⁵

Desta forma, a modernização imposta pela burguesia às antigas cidades europeias, como Paris, cria um novo modelo urbano, o haussmaniano, que se dirige pelos interesses da higiene, do comércio e da estética,⁴⁵⁶ e por isso se constitui por avenidas centrais que assegura o fluxo de homens, de mercadorias e de controle.⁴⁵⁷ Conjuntamente, tudo isso contribui para promover sua higienização e serviços que se tornam próprios da cidade moderna, como galerias de esgoto, água e gás.⁴⁵⁸ Surge também uma nova estética de embelezamento, com prédios monumentais que se tornam síntese do progresso, já que a tecnologia utilizada representa o que havia de ponta na época.⁴⁵⁹

Contudo, a cidade europeia dos séculos XVIII e XIX, acaba se tornando contraditória, já que a modernização caminha de forma lenta, somente para alguns espaços, distintos da velocidade e da totalidade que o capitalismo e a indústria representam. Por isso, o ideal de civilidade para a cidade, inspirado no classicismo e no modelo de Atenas, em Voltaire e no industrialismo de Adam Smith,⁴⁶⁰ se contrapõe nas descrições de Tucker e Cobbett da Londres do final do século XIX, tida como um tumor, uma doença e uma monstruosidade: “Londres, a metrópole da Grã-Bretanha, é há muito tempo lamentada como uma espécie de monstro, com

⁴⁵³ LEFEBVRE, op. cit., 2011, p. 17.

⁴⁵⁴ Idem, p. 19. Como o autor aborda: “A burguesia ‘progressista’ que toma a seu cargo o crescimento econômico, dotada de instrumentos ideológicos adequados a esse crescimento racional, que caminha na direção da democracia e que substitui a opressão pela exploração esta classe enquanto tal não mais cria; substitui a obra pelo produto. Aqueles que guardam o sentido da obra, inclusive os romancistas e os pintores, se considerem e se sentem ‘não burgueses’ [...] Com efeito, a obra depende mais do valor de uso do que do valor de troca [...]”.

⁴⁵⁵ Idem, p. 28.

⁴⁵⁶ PESAVENTO, op. cit., p. 93.

⁴⁵⁷ BRESCIANI, op. cit., p. 44.

⁴⁵⁸ Idem, p. 46.

⁴⁵⁹ Idem.

⁴⁶⁰ Idem, p. 56.

uma cabeça imensa em total desproporção com seu corpo”.⁴⁶¹

Motivadas pela nova consciência social do direito à moradia, as classes menos abastadas, em meio ao descontentamento de suas condições na cidade, se movimentam diante do Estado, guiadas por líderes da esquerda, e reclamam mais casas e melhores condições de moradia. Conjuntamente, os projetos públicos e semipúblicos propõem-se a domar o monstro da cidade e suas vozes, para assim cristalizar no conceito de civilidade.⁴⁶² Bresciani destaca esse processo na Inglaterra:

Mirando-se no exemplo da Paris do Segundo Império, também os administradores Ingleses unidos às empresas de construção passam a considerar a moradia popular como ponto central de estratégia domesticadora do homem pobre. A teoria do meio ambiente urbano perde a exclusiva conotação patológica que lhe fora atribuída desde os finais do século anterior, ganhando os contornos de condições manipuláveis e com força suficiente para formar o homem disciplinado e moralizado. Os resultados das pesquisas efetuadas pelas comissões parlamentares chefiadas por Chadwick, nas décadas de 1830 e 1840, haviam demonstrado em termos contábeis o alto custo econômico e social das más condições de vida do homem pobre.⁴⁶³

Pesavento destaca que as reformas haussmanianas buscavam esses novos referenciais de uma cidade aberta, de rápida circulação, embelezada e higienizada, para transpor ideias e imagens de uma representação da cidade moderna,⁴⁶⁴ uma vez que as intervenções na realidade do espaço urbano promovem novas expressões de saberes, de sensibilidade e de práticas que induzem a uma nova representação de si e do outro, ou seja, do indivíduo e da cidade, estabelecendo-se uma identidade própria concebida ao olhar e pensar a cidade.⁴⁶⁵ A cidade se moderniza, destruindo-se a memória e as referências que a cidade velha representava, substituídas pelos valores da modernidade, que também rescrevem a memória no sujeito. Essa superação prevê também ao sujeito a assimilação dos novos valores da modernidade.⁴⁶⁶

Esta perspectiva apresentada por Pesavento é respaldada em Benjamin e Simmel. Pois primeiro devemos entender como Benjamin, retrata a leitura de Baudelaire da Paris do século XIX reformada. Observando como as forças modernizantes da cidade, acabam induzindo o subconsciente do sujeito histórico e o reorientando segundo as novas referências de prazer e desejo, transposto pela *nouveauté* da cidade. Como a vida noturna agora facilitada com a luz à

⁴⁶¹ Idem, p. 64.

⁴⁶² LEFEBVRE, op. cit., p. 23.

⁴⁶³ BRESCIANI, op. cit., p. 63.

⁴⁶⁴ PESAVENTO, op. cit., p. 93 e 94.

⁴⁶⁵ Idem, p. 94, 98 e 111.

⁴⁶⁶ Idem, p. 111.

gás, permitindo o sujeito histórico adentrar aos teatros, cassinos, cabarés, grandes magazines, tudo que o prazer da cidade pode oferecer...⁴⁶⁷

Segundo, entendemos como Benjamin aponta em Marx o processo de cosificação do indivíduo, que passa por um constante desfiguramento de sua alma, tornando-se refém da nouveauté. Desta forma, o sujeito histórico para manter-se seguro na aura do novo, acaba se prostituindo, se vendendo, para manter segundo o ideal do novo. E assim, reorientando o seu interior pela dialética, entre a fetichização do novo e a sua empatia pelo mesmo. Iniciando o círculo do sempre-do-mesmo. Portando o indivíduo alienado ao novo, vive recebendo a cada novidade, traumas no seu interior, em sua memória, contudo eles são rapidamente assimiladas pelo desejo obscuro pelo novo, que justifica tudo.⁴⁶⁸

Terceiro, em Simmel, a cidade é ao mesmo tempo o espaço da modernização, como também da construção da identidade da modernidade. Em paralelo, Pesavento ressalta que esta identidade é uma “forma da política de encaminhar o problema social, eliminando os elementos de tensão, tais como eram concebidos, em nome de uma modernidade urbana”.⁴⁶⁹ Ou seja, a identidade da modernidade, não se importa com suas mazelas e seus custos, pois o importante é “ser moderno”.

Percebe-se, assim, na transformação de Paris, a busca por referências do moderno, a totalidade instruída por redes, as quais, para Pesavento (citando Siegfried Giedion), são desenvolvidas por três fases ou redes.⁴⁷⁰ A primeira fase se situando na área central de Paris, e procurou desmoronar as ruelas e modelos de casas medievais, expropriando a “velha Paris”, com o prolongamento da Rue Rivoli até o Louvre e da Place de la Concorde até o Hotel de Ville – e, posteriormente, até a Bastille⁴⁷¹. Permitiu-se a construção dos Grandes Halles, e o surgimento da Place de Châtelet, o que mudou por completo a aparência dos bairros mais populosos de Paris.⁴⁷² Foram organizados espaços de lazer para a burguesia, como o Bois de Boulogne, ao qual se chegava pela elegante Avenue de Foch, e o hipódromo de Longchamp.⁴⁷³

Na segunda etapa, as mudanças tiveram como foco o cruzamento da Châtelet no sentido leste-oeste e no sentido norte-sul, pelo *boulevard* de Strasbourg e pelo *boulevard* de

⁴⁶⁷ BENJAMIN, Walter, op. cit., p. 48-49.

⁴⁶⁸ Idem, p. 52.

⁴⁶⁹ PESAVENTO, op. cit., p. 94.

⁴⁷⁰ Idem, p. 94-95.

⁴⁷¹ Idem, p. 95.

⁴⁷² Idem.

⁴⁷³ Idem.

Sabastopol, ambos na margem do lado direito do Rio Sena, e também o atravessamento da La Cité até o Quartier Latin, com a abertura do *boulevard* Saint Michel.⁴⁷⁴ Percebe-se o império da linha reta, do predomínio das largas avenidas, para então serem aclamadas em suas linhas as formas da modernidade a qualquer custo.⁴⁷⁵ Há também a anexação de novos territórios para além do Mur des Fermiers Généraux, como Belleville, La Villette, Grenelle, Vaungirad. Isso permitiu à cidade chegar a mais de um milhão de habitantes. Essas áreas que foram rapidamente habitadas com a industrialização eram absolutamente deficientes em equipamentos urbanos, portanto, a plena demolição nesta região teve como intuito tirar a imagem de monstro e de Babel da cidade. A anexação desta região e as reformas na aparelhagem implicaram em uma extensão de “deveres” da cidadania – a saber: pagamento de impostos – para que se pudesse transpor o melhoramento urbano.⁴⁷⁶

Por fim, a terceira etapa de Haussmann trouxe a natureza para o terreno urbanizado, recriando-se os espaços naturais artificiais, que retomavam simbolicamente os laços com o campo, do qual a cidade tinha se separado. Como exemplos, temos o Parque de Montsouris ao sul e Buttes Chaumont ao norte, que também representam o espaço de lazer e descanso para a população. Outra medida da última etapa foi a interferência sanitária do espaço urbano. Redes de esgoto foram construídas, e se organizou a produção de água potável e não potável pela construção de canais pela cidade. Houve também medidas de embelezamento, como a reconstrução dos Halles, o ajardinamento dos Champs Elysées e a organização da Place de la Concorde e da Étoile.⁴⁷⁷

Então, as reformas em Paris obedecem o desejo de racionalizar o espaço da cidade, tendo sido ustentadas pela ideia do “urbanismo de organização”, que situa reformas no preceito da circulação, do saneamento, da predominância da linha reta e do desenvolvimento dos equipamentos públicos na cidade. Contudo, o resultado dessa transformação foi uma nova paisagem urbana, que Pesavento entende como uma nova roupagem simbólica da cidade, que permite situar Paris como metrópole do século XIX e constituir o “Mito de Paris”.

No entanto, as novas estruturas urbanas promovem uma dicotomia na memória e no imaginário social, pois primeiro devemos entender o espaço urbano como um referencial simbólico de identificação por meio de imagens concretas da cidade. Desta forma, em segundo lugar teremos um imaginário social que é estabelecido com a relação entre sujeito e cidade, que

⁴⁷⁴ Idem, p. 95.

⁴⁷⁵ Idem, p. 96.

⁴⁷⁶ Idem, p. 96.

⁴⁷⁷ Idem, p. 97.

é construído pelas sensações do vivido e que formam representações individuais e sociais da cidade idealizada. A reformulação quase total do espaço urbano com reformas, como no caso de Paris, também promove no meio da sociedade uma reorientação de sua identidade, de sua representação e imaginário social. Como Pesavento coloca: “[...] cidade imaginária, acessível pela representação, ao mesmo tempo individual e coletiva, que nos é transmitida pela memória/evocação e pela experiência/sensibilidade do vivido”.⁴⁷⁸

As forças da modernização em Paris, representadas pela destruição das reminiscências da cidade medieval para lhe atribuir um novo referencial, agora moderno, progressista e civilizado, não agem apenas no espaço material/representativo, mas conjuntamente às reformas evocam fraturas nas tradições configuradas nos monumentos da cidade, como também na memória social. Pois, com a destruição dos espaços da cidade, desfazem-se patrimônios da memória social, e como tal se refaz a identidade social. Nesse sentido, aborda Pesavento:

Ora, sendo a identidade uma representação social que dá sensação de pertencimento, aquela mudança ocasionava a dolorosa perda de referências, fazendo que o habitante da urbe não mais o reconhece a sua cidade.⁴⁷⁹

Promovendo um novo imaginário/representação de Paris, uma imagem idealizada e mitificada, que fazem a Paris fictícia ser sobreposta na Paris real. Os símbolos que constroem a Paris inventada e imaginada, são descrições de espectadores privilegiados do espaço social, a aqueles que traduzem o vivido sensível para imagens literárias, pinturas, fotografias e caricaturas, qual fomentam uma nova referência imaginária/representativa da cidade.⁴⁸⁰

Por isso, entendemos que a literatura urbana é um dos fios condutores que tecem o imaginário representativo da cidade. Ao analisá-la, é possível traçar como as sombras evidenciam suas novas formas. Desta forma, Pesavento busca na literatura urbana de Paris a nova constituição referencial de Paris, pautando-se principalmente por Baudelaire e Zola, para entender o novo imaginário, a representação e a mitificação da cidade das luzes.⁴⁸¹

Via Baudelaire, Pesavento observa como a metrópole traz à tona o movimento da multidão, uma massa sem forma, sem semblante e aleatória, que segue o movimento das

⁴⁷⁸ Idem, p. 98.

⁴⁷⁹ Idem, p. 111.

⁴⁸⁰ Idem, p. 99. Como Pesavento aponta: “À mudança nas formas materiais corresponde uma mudança nas representações criada sobre a cidade que se expressariam ela literatura, pela pintura, pela fotografia e pela caricatura”.

⁴⁸¹ Idem.

mercadorias, da novidade, do turbilhão de mudanças, de novos sonhos oníricos.⁴⁸² Contudo, aos olhos do autor, a modernização é um reflexo das tensões entre belo e o feio, ou seja, a metamorfose da cidade de Paris teve seus sacrifícios, mas também aglutinou todo tipo de espaço social, posicionando o novo e o belo ao lado do espaço aterrorizante e traumático da pobreza.⁴⁸³ Por isso, sua poesia antipastoral promove ferrenha crítica ao espetáculo da modernidade. No entanto, Pesavento considera essa crítica a agonia de alguém que tem sua memória violada, pois, para Baudelaire, Paris não poderia ser mais reconhecida após as reformas haussmanianas. A destruição de seu referencial de Paris desfez também sua memória e identidade com a cidade, e esse trauma produziu uma sensação de perda e desequilíbrio, que acabou por levá-lo a não aceitar a superação do novo.

Quanto a Zola, podemos verificar os novos valores da urbanidade apresentados em suas obras na segunda metade do século XIX. O naturalismo e o cientificismo (ou realismo) eram suas perspectivas descritivas, que nos permitiam mergulhar na Paris de Napoleão III. Contudo, mesmo com a precisão de sua descrição, devemos entender que a visão literária da cidade é uma evocação de uma imagem, de uma significação da cidade real, mas não é a cidade de fato.⁴⁸⁴ Sua estratégia metodológica dos lugares parisienses se aproxima do modelo indicado por Benjamin, e Zola sobrepõe o espaço imaginativo ao espaço real, traduzindo este último a uma visão crítica da urbanidade.⁴⁸⁵ Assim, podemos encontrar traços da Paris do século XVIII, em que se nos apresenta o espaço social, exemplificado pelas condições de vida e pelas minudências usuais da família “Rougon-Macquart”. Por fim, demonstra-se a desigualdade dos espaços sociais, o que traz à tona também as insurreições populares, que o contraste social promove em Paris.⁴⁸⁶

Em suma, de Baudelaire a Zola, constitui-se um olhar literário que traduz a experiência vivida da modernização em Paris. Mediante traços individuais do moderno, Pesavento busca reconstruir o imaginário urbano da Paris moderna, um processo que denomina “visão literária da cidade moderna”. Seu intuito é fazer um cruzamento entre a cidade histórica real e a cidade-desejo idealizada.⁴⁸⁷ Nesses termos, Pesavento define:

[...] as recorrentes visões literárias do urbano desde o final do século XVIII, e sua atividade costumeira de recolher trapos e remexer no lixo, conduzem também à

⁴⁸² Idem, p. 102.

⁴⁸³ Idem, p. 103.

⁴⁸⁴ Idem, p. 113.

⁴⁸⁵ Idem, p. 114.

⁴⁸⁶ Idem, p. 131.

⁴⁸⁷ Idem, p. 139.

imagem do historiador-detetive de que nos fala Ginzburg, a recompor e cruzar sinais e indícios ou à montagem de justaposição aludida por Walter Benjamin.⁴⁸⁸

Então, entendemos que as reformas da Paris do século XVIII, não trouxeram mudanças apenas materiais, mas de seu imaginário e da sua representação, de modo que sua experiência acaba promovendo significações para além dos limites nacionais, voltando-se como modelo universal. Consta no *Gran Dictionnaire du XIX*, do ano de 1867, ilustrado por Pesavento: “Londres é não mais do que uma grande cidade, uma aglomeração enorme, o centro de um povo poderoso. Paris, por seu lado, é o lugar comum da vida moderna [...] é o centro do universo, o coração da humanidade”.⁴⁸⁹

Sendo assim, o final do século XVIII ao século XIX, é imbuído desta nova representação literária de Paris, que é a tradução das novas identidades e imaginários da modernidade, qual tecem o “mito de Paris”. Se tornando uma referência e modelo de planejamento urbano, considerado moderno. Já que esta “cidade imaginária” teve ampla difusão pela mídia internacional, formulando a significação e o desejo do moderno, em meio aos circuitos-mundo, produzindo então traços urbanos globais.⁴⁹⁰ No entanto, este modelo de urbanização, em cada hierarquia da economia mundo, será apropriada e ressignificada segundo a temporalidade e cultura do circuito-mundo. Por isso, avaliaremos como as ressignificações percorrerão os programas urbanos no circuito de Rio de Janeiro, São Paulo à Ribeirão Preto.

2.3 A fantasia da modernidade no Rio de Janeiro

Antes de tudo é preciso observar a cidade como um espaço de significações que compõem a identidade social de que é culturalmente formada.⁴⁹¹ As cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, no final do século XIX e início do século XX, promovem a transposição do ideal da cidade moderna em seus espaços, já que esta é pensada e formulada segundo o reflexo de um imaginário. Desta forma, a cidade-desejo nasce, na busca de se transpor a cidade real e convertê-la ao modelo da cidade ideal. No caso, Paris, com sua evocação mítica e universal do

⁴⁸⁸ Idem, p. 106.

⁴⁸⁹ Apud PESAVENTO, op. cit., p. 112. In: DETHIER, Jean; GUILIEUX, Alain. Dir. **La ville, art et architecture en Europe 1870-1993**. Paris; Centre Georges Pompidou, 1994, p. 57.

⁴⁹⁰ Idem, p. 138.

⁴⁹¹ Lefebvre aborda o moderno não como algo natural, mas produzido por uma mídia elitizada, que usa desses signos para se justificar, para se celebrar. Contudo, não se restringe seu caráter aleatório, já que, como Berman aborda, a modernidade são forças destruidoras sobre as quais o feiticeiro perdeu o controle, contudo a elite, por meio da mídia, de certa forma consegue se apropriar de seus valores, e até produzi-los pelo mercado.

referencial de moderno, será adotada como ideal de cidade.⁴⁹² Pesavento denomina este processo de “efeito de espelho”, pois corresponde ao predomínio do simbólico sobre o real.⁴⁹³

No caso do Rio de Janeiro, essa sobreposição do real foi feita com o intuito de se construir uma “Paris-sur-mer” no mundo tropical, tornando-se referencial o sonho onírico, o desejo a ser alcançado. Por isso, observaremos nas reformas de Pereira Passos, a introdução do conceito de *boulevard*, de fachadas ecléticas ou em *art nouveau*, de uma avenida central, com seus majestosos prédios públicos.⁴⁹⁴ Como aborda Nicolau Sevcenko:

Acompanhar o progresso significa somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia onde “nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso e a rapidez desse progresso miraculoso”. A imagem do progresso – versão prática do conceito homólogo de civilização – se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia.⁴⁹⁵

Desta maneira, as reformas de Pereira Passos procuram derrubar as imagens e referências da cidade mercantil, para emergir o novo tempo parisiense, da higiene, da beleza, da arte, do conforto.⁴⁹⁶ Assim, são demolidos imensos casarões coloniais e imperiais, bem como os cortiços que concentravam a maior parte da população pobre, para dar vida a largas e imponentes avenidas, a praças e jardins, a palácios de mármore e cristal. O império de linha reta vai dando forma ao traço urbano do Rio de Janeiro, culminando na exposição nacional em 1904, que trouxe à cidade a definitiva referência de cidade ideal, civilizada, progressista e industrial.⁴⁹⁷

Nicolau Sevcenko considera guiado por alguns princípios fundamentais o processo de modernização e reforma do Rio de Janeiro, dentre eles: a condenação dos hábitos e costumes ligados à memória da sociedade tradicional e a negação de qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada, daí a política de expulsão dos grupos populares da área central, que é uma transformação inspirada no modelo urbano e de vida parisiense.⁴⁹⁸

Ademais, é necessário um plano em três dimensões, que se possa executar simultaneamente: a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana. Foram

⁴⁹² PESAVENTO, op. cit., p. 158.

⁴⁹³ Idem, p. 159.

⁴⁹⁴ Idem, p. 161.

⁴⁹⁵ SEVCENKO, op. cit., 2003, p. 41-42.

⁴⁹⁶ Idem, p. 42.

⁴⁹⁷ Idem, p. 43.

⁴⁹⁸ Idem, p. 43.

formados, então, três grupos técnicos, o primeiro encabeçado pelo engenheiro Lauro Muller, para conceber a reforma urbana do porto, o segundo, pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz, para fazer o saneamento da cidade, e por último, o do engenheiro urbanista Pereira Passos, para fazer a reforma urbana.⁴⁹⁹

As instalações portuárias cariocas eram obsoletas, ao ponto de tornarem impraticáveis as atividades do porto (o Rio de Janeiro era o terceiro maior porto da América).⁵⁰⁰ Sendo assim, não havia capacidade para se dar vazão ao elevado número de mercadorias. Além disso, não era permitido que as grandes embarcações e os modernos transatlânticos abordassem diretamente no porto, em decorrência de sua baixa profundidade. Por isso, as embarcações ancoravam à distância e transferiam suas mercadorias ou pessoas por um complicado sistema de transbordo de embarcações menores. Tudo isso tornava o sistema, além de lento, precário e extremamente oneroso. Outro problema que a cidade enfrentava era a dificuldade de fluidez de mercadorias, já que o seu sistema estrutural era do período colonial. Sendo assim, era composto de vielas e caminhos tortuosos, que tornavam muito lento, difícil e oneroso o transporte das mercadorias por meio de caminhões na cidade. O núcleo da reforma se concentra no centro, pois este cercava o acesso ao porto, sendo o principal indutor que comprometia a segurança sanitária⁵⁰¹ da cidade, além de bloquear o livre fluxo e circulação, algo indispensável em uma cidade moderna.⁵⁰²

Dá-se início, então, ao processo de demolições dos casarões da área central, que concentrava a maior parte da população pobre da cidade. Esse processo ficou conhecido pela imprensa como “Regeneração”⁵⁰³. A demolição não previa indenizações para as desapropriações, o que forçou a população a sair da área central e migrar para as áreas externas. Usando restos de materiais no porto, são erigidos cortiços e hotéis baratos, os “zugas”. No entanto, como esses espaços acarretavam riscos à ordem sanitária, a administração da saúde se

⁴⁹⁹ SEVCENKO, op. cit., 1998, p. 23. Pois, como aborda o autor: “Esses técnicos insistem obstinadamente em controlar as sociedades, submetendo-as a modelos consagrados de racionalidade ortogonal, otimização de fluxos, discriminação espacial e higienização sanitária, para ato contínuo se verem frustrados pela plasticidade esquiva com que as populações pobres escapavam aos seus planos intrincados, invadindo áreas reservadas, desviando e captando recursos clandestinamente, aproveitando oportunidades imprevistas e remodelando os usos e espaços segundo suas demandas específicas”. (Idem, p. 46)

⁵⁰⁰ Como aborda Sevcenko: “O Rio de Janeiro era o principal porto de exportação e importação do país e o terceiro em importância no continente americano, depois de Nova York e Buenos Aires. Mais que isso, como capital da República ele era a vitrine do país”. (Sevcenko, op. cit., 1998, p. 22)

⁵⁰¹ Haja vista que há no Rio uma grande crise epidêmica, como aborda Sevcenko: “O Rio apresentava focos permanentes de difteria, malária, tuberculose, lepra, tifo, mas suas ameaças mais aflitivas eram a varíola e a febre amarela, que todo verão se espalhava pela cidade como uma maldição”. (Idem)

⁵⁰² SEVCENKO, op. cit., 2003, p. 43.

⁵⁰³ Idem.

voltou contra eles com uma campanha de vacinação para a erradicação da varíola, feita por meio de batalhões. Os cidadãos eram obrigados a se vacinar e ganhavam uma revista gratuita como brinde para novo despejo de suas moradias. Foi a gota d'água para a população pobre, resultando em um surto espontâneo e em massa da população contra os batalhões e a força policial que faziam as vistorias. Em decorrência da revolta, as massas se dirigiram ao centro, onde as reformas estavam sendo feitas, para protestar e destruir o que estava sendo construído com as ferramentas e materiais da própria obra. Os reforços policiais que vinham controlar a situação não deram conta da tarefa, e o levante só foi realmente controlado com a interferência do exército.⁵⁰⁴ A Revolta da Vacina demonstra como a modernização que se enquadra em nosso país tem um caráter corporativista e desigual, haja vista que esse modelo do Rio de Janeiro será seguido pelos outros centros do país. Por isso, Milton Santos afirma que esse ideal de urbanização é o vilão da desigualdade no país, atribuindo ao problema um caráter sistêmico.⁵⁰⁵

No entanto como em Paris, Baudelaire viu a modernização como uma violação de sua memória, de sua identidade e da população mais pobre. Também Olavo Bilac condenou o processo de modernização do Rio, aludindo ironicamente aos alardes da civilidade:

A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto imponente. Com que alegria cantavam elas – as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante rítmico celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte.⁵⁰⁶

Mas as proclamações de Bilac infelizmente eram apenas um brilharco dentro da atmosfera da mídia do Rio, que via o processo de “Regeneração” como um surto das forças da civilização e do progresso. O novo, a aura sagrada, justificava as mortes, as perdas, e criava novos símbolos, como Santos Dumont e seu invento voador, que fez “a Europa curva-se ante o Brasil”. Neste prisma, o moderno preenche o espaço do Rio e seus olhares com o progresso da urbanização, o crescimento econômico, a ânsia para industrialização. Até a nova matriz étnica trazida pelo imigrante reconfigura a imagem do país, que torna-se mais branco e mais

⁵⁰⁴ Idem.

⁵⁰⁵ SANTOS, Milton, op. cit., 1994, p. 104. Que também é o reflexo do modelo de cidadania brasileira, já que José Murílio de Carvalho o considera um dos elementos da cidadania brasileira corporativista, voltado assim somente para grupo social, um grupo de ofício, uma associação (CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 61 e 223-227). Essa realidade não se modifica, diria Milton Santos em *Espaço do Cidadão*, pois o sujeito histórico está alienado no sonho onírico ao invés de estar atendo em seus direitos e espaço cidadão.

⁵⁰⁶ Apud SEVCENKO, op. cit., 2003, p. 43-44.

civilizado.⁵⁰⁷

Então, o resultado mais concreto das reformas de Pereira Passos foi dar à burguesia carioca a imagem da “cidade-desejo” de seu fetiche, representada por um espaço público central na cidade, totalmente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado. Produzindo a fantasia da modernidade, que faz cada buguês entrar pelo espelho do “país da maravilha” de Alice.⁵⁰⁸

Todavia, diferente da cidade imaginária, a cidade real tem suas mazelas, como Bilac descreve, que o processo de remodelação do centro do Rio de Janeiro, promoveu a elevação brutal dos aluguéis na região, forçando ainda mais a população menos abastada a ser expulsa das regiões reformadas. Restringindo ainda mais o espaço da modernidade, e de seu sonho incontido, e assim enjaulando as classes menos abastadas em subúrbios, morros que circundam a cidade. Além da lei de “caça aos mendigos”, que expulsava qualquer indigente, pedinte, esmoleiro ou prostituta dos espaços da modernidade. A exorcização a tudo que representa ao retrocesso, ao antigo, e destinada às formas da cultura e religião popular afrodescendente, visto como uma doença, uma preguiça, uma ignorância e atraso. Assim exilando as festas populares, como de São João, enclausurando a umbanda, o candomblé e seus batuques, o carnaval só era agora representado segundo o formatado do mundo ideal ou das ideias, tudo em nome da aura sagrada da civilidade.⁵⁰⁹ Para assim não despertassem os convencidos burgueses da sua fantasia para a “cidade real”.⁵¹⁰

As reformas nos espaços destinados às famílias mais abastadas produzem também mudanças nas representações, práticas e hábitos. Para alinhar o seu desejo da “cidade imaginária”, à sua fantasia da modernidade. Por isso, observaremos as mudanças no alinhamento de diversas fachadas seguindo as linhas da art-Nouveau rebuscado do fim da Belle Époque, em primeiro momento. E depois a arte nacional, propõe, uma linha arquitetônica própria que sobrepunha a moda europeia, evocada no neocolianismo. Concomitantemente, a modernidade agora é desenhada por novos apetrechos, que seguem a matriz preferida Paris, caminho destinado aos seus mobiliários, roupas, notícias, peças, livros, escolas, predominâncias de comportamentos, de lazer, estética, agora tudo vira consumível, tudo viria a ser um passe para o mundo das fantasias.⁵¹¹

⁵⁰⁷ SEVCENKO, op. cit., 1998, p. 34.

⁵⁰⁸ SEVCENKO, op. cit., 2003, p. 47.

⁵⁰⁹ Idem, p. 46-47.

⁵¹⁰ Idem, p. 48.

⁵¹¹ Idem, p. 51.

Além disso, transforma-se também o indivíduo. Ele não faz mais uso da sua sobrecasaca e da cartola, ambas pretas, que representam símbolos da austeridade patriarcal e aristocrática. Agora, impõem-se as finas, leves e democráticas vestes dos tempos modernos, representadas pelo paletó de casimira clara e pelo chapéu de palha, aceitando-se também o rigor *smart* dos trajes ingleses. Por seu lado, as mulheres exibiam as últimas extravagâncias dos tecidos, dos cortes e dos chapéus franceses.⁵¹²

Essa configuração permeia também o espaço da ação, do hábito, dos burburinhos da mídia carioca, que promove o panteão da vida moderna.⁵¹³ A burguesia carioca deixa os antigos espaços das varandas e dos salões coloniais para desfrutar a vida moderna, para dirigir seus carros na avenida central, atual avenida Rio Branco, em meio aos gritos de *Vive la France* e *bonjour*, apreciando novos aparelhos urbanos, os jardins, o *boulevard*, aos palácios. Na Rua do Ouvidor, entrega-se ao novo mundo do consumo, da vitrine, dos produtos de luxo embalados pelas novas fachadas arquitetônicas, que contemplam *art nouveau* em mármore e cristal, que dão vida à nova cidade noturna, com o auxílio da força da luz elétrica.⁵¹⁴

A burguesia prova a nova temporalidade do novo, deixava a “tristeza” do campo para enfrentar uma agitação de carros, a massa de pedestres, as novas excentricidades do espaço urbano que agora percorriam para além do tempo natural. O homem cria seu próprio dia, pois a luz que ilumina o sujeito histórico o faz desfrutar dos novos prazeres da urbanidade, como cassinos, teatros, cinemas, magazines, charutarias...⁵¹⁵ Essa catequização europeia do Rio de Janeiro é muito bem ilustrada e concluída por Sevcenko, inspirado por Sergio Buarque:

[...] os estímulos introduzidos pelos potenciais das novas técnicas, equipamentos, artigos, símbolos, procedimentos ou quadros de valores associados à “vida moderna”. Ou seja, para esses grupos a errância tanto pode seguir no sentido territorial, quanto pode agora se traduzir também numa metabolização constante de símbolos, por meio da qual as pessoas agregam a si signos e sentidos que conotam a força e o prestígio da “modernidade”⁵¹⁶.

⁵¹² Idem, p. 44 e 51-52. Proteção de sua fantasia e de sua civilidade era tudo a burguesia, até proibia aos que adentrassem ao seu mundo tivesse que conjunto de sua fantasia moderna, ou seja implicava aos homens, calçados, meias, calças, camisa, colarinho, casaco e chapéu.

⁵¹³ Haja vista que o novo tempo do mundo, no Brasil, é introduzindo conjuntamente à Revolução Industrial e ao capitalismo, que promovem assim hábitos e práticas “modernas”. Como coloca Sevcenko: “A Revolução Científico-Tecnológica se cristaliza, difundindo as novas condições da economia globalizada e seus princípios de racionalidade técnica. Esse efeito globalizante e o ‘bando de ideias novas’ que o acompanham iriam articular a inserção do país nesse contexto modernizador e propiciar a gestação das novas elites formadas pelos modelos de um pensamento científico cosmopolita”. SEVCENKO, op. cit., 1998, p. 35.

⁵¹⁴ Idem, op. cit., 2003, 52-53; SEVCENKO, op. cit., 1998, p. 29.

⁵¹⁵ Idem, p. 52.

⁵¹⁶ Idem, p. 42.

2.4 A fantasia da modernidade em São Paulo

A cidade de São Paulo, no final do século XIX, era ainda uma figuração do modelo colonial. Suas estruturas eram feitas de taipas e tijolos, os casarões e as casinhas precárias que aglomeravam-se no centro da cidade se dissolviam com as chuvas, destoando do modelo de cidade ideal. Com a ânsia de assentar-se sobre a fantasia da modernidade, notaremos um processo de transformação da estrutura urbana da cidade entre 1890 e 1910.⁵¹⁷

De 1885 até a primeira década do século XX, observaremos uma remodelação da cidade, que passará por um processo de demolições e transformações, para se criar “uma nova cidade, que substituíra antiga”. Adere-se a um ideal de civilidade, que, claro, não será para todos, mas estará voltado ao centro da cidade, que se alinhará aos moldes do mito europeu de modernidade. Deste modo, o espaço central da cidade,⁵¹⁸ além de se redesenhar, também passará por forte processo de crescimento. No início do século XX, a região abrigava 21 mil prédios, em 1905 havia 25 mil e em 1910 já abrangia 32 mil. Contudo, o processo de remodelação acompanha o ciclo incompleto e contínuo da modernidade, colocado por um Benjamin como sempre-domesmo, por isso, tudo parecia sempre incompleto e sujeito a remodelações contínuas.⁵¹⁹

O primeiro processo de transformação da cidade inicia-se como João Alfredo Correia de Oliveira, e sua atuação foi marcada pela preocupação com o ensino técnico e a reorganização administrativa e pela institucionalização de modernos instrumentos de transformação material, incluindo intervenções urbanísticas.⁵²⁰

O ensino de engenharia foi reformado, transformando-se a Escola Central da Corte em Escola Politécnica, também um resultado do processo de modernidade. Como aborda Sevcenko, o progresso será cada vez mais vinculado à racionalização técnica da sociedade.⁵²¹ O programa vai se fundamentar no aterro e saneamento das áreas alagadiças e na criação de novas áreas de expansão urbana, com o estabelecimento de vias de ligação entre elas, entre elas e o centro e

⁵¹⁷ MARTINS, P. C. Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, F. História da Vida Privada no Brasil República: Da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. III. p. 172-173.

⁵¹⁸ Quando citamos a área central, referimo-nos às áreas dos Campos Elísios, porções da Santa Ifigênia, da Liberdade e, sobretudo, Higienópolis e mais tarde a Avenida Paulista. Essas regiões passaram a concentrar as principais famílias da cafeicultura paulista e, mais tarde, também as famílias de imigrantes enriquecidos com o comércio, a indústria e atividade financeiras e imobiliárias, disputando assim o espaço simbólico com os suntuosos palacetes dos “barões do café”. Idem, p. 175.

⁵¹⁹ CAMPOS, Candido Malta; SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. **Palacete Santa Helena**: um pioneiro da modernidade em São Paulo. São Paulo: Editora Senac/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 19.

⁵²⁰ CAMPOS, op. cit., p. 53-54.

⁵²¹ Idem, p. 55; SEVCENKO, op. cit., 1998, p. 34.

entre elas e as estações ferroviárias.⁵²² Esboçava-se um circuito viário em torno da cidade, prefigurando-se soluções circulares que pudessem facilitar o fluxo entre as áreas de expansão urbana e o acesso às estações ferroviárias da Luz e do Brás.⁵²³

Esse processo ficou conhecido por alguns historiadores como a segunda fundação de São Paulo, e estabeleceu o calçamento das ruas do “Triângulo”, do Largo do Rosário e da Praça da Sé, além da reforma do Jardim da Luz e a regularização do Largo dos Curros (atual Praça da República). Por fim, houve a abertura e o alargamento de ruas Conde d’Eu, Licério, João Teodoro, da Palha, do Pari, do Gasômetro e do Hospício Municipal, atual Ladeira. Promoveu-se igualmente a melhoria da aparelhagem urbana, inaugurando-se a iluminação pública a gás e os bondes puxados por tração animal.⁵²⁴

Porém, a principal transformação foi trazida pelo *boulevard*, que seria formado entre a larga e arborizada avenida Ipiranga e o Brás, passando pela várzea do Tamanduateí, a rua João Teodoro e a Luz, para chegar à ponte grande.⁵²⁵ Além disso, foram incluídos no projeto a construção do palácio comemorativo da independência, na colina do Ipiranga, e a regularização do rio Tamanduateí, do córrego do Anhangabaú e do córrego do Tamanduateí em parques ajardinados.⁵²⁶

Com o período republicano, a densidade demográfica dos distritos populares aumentou drasticamente. A média populacional nessas regiões passou de 6,2 de habitantes por domicílio para 10, devido ao aumento de cortiços e outras formas de moradia coletiva. Essa explosão demográfica levou à primeira crise sanitária na cidade, um surto de cólera. Por isso, o fundamento de intervenção urbana na última década do século XX se volta basicamente a solucionar o controle sanitário, ao combate a epidemias e à construção de grandes edifícios públicos para abrigar novas instituições republicanas – e, assim, embelezar o espaço, que ainda contava com tons coloniais e crescimento desmedido.⁵²⁷

As crises urbanas promoveram a criação de uma intendência municipal. Na realidade, de duas: a primeira durou apenas dois anos, mas a segunda, criada em 1896, foi dividida em quatro segmentos: Justiça, Higiene, Finanças e Obras. Para esta última, foi nomeado o

⁵²² Idem.

⁵²³ Idem, p. 56. ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta. Antecedentes. In: SOMEKH, Nadia; CAMPOS, Candido Malta (orgs.). **A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX**. São Paulo: Mackpesquisa, 2002, p. 11.

⁵²⁴ ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta, op. cit., p. 11.

⁵²⁵ CAMPOS, op. cit., p. 56.

⁵²⁶ Idem, p. 57.

⁵²⁷ ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta, op. cit., p. 14.

engenheiro Pedro Augusto Gomes Cardim, que no mesmo ano criou uma Comissão Técnica de Melhoramentos, chefiada pelo engenheiro João Pereira Ferraz. O objetivo era criar um novo plano viário da cidade, baseado em uma grande via perimetral formada pelas avenidas Paulista e Itatiaia (atual Avenida Angélica) e as ruas de São João (atual Avenida São João), Vergueiro e da Liberdade. Contudo, seu plano não foi concluído, já que também esta intendência foi dissolvida, em 1898, mas serviu de base e foi colocado em uso na primeira década do século XX.⁵²⁸ Este novo plano promoveu normativas para quem quisesse executar reformas ou reconstruir prédios. As novas edificações deveriam seguir o recuo proposto e teriam que contribuir para a duração do imóvel, condenando-se o uso de taipa.⁵²⁹

As principais interferências ocorreram com a inauguração do bairro de Higienópolis e da Avenida Paulista. Priorizavam-se ações ligadas às sensibilidades visuais, ambientais e higiênicas do quadro urbano, aproximando-as da criação de uma cidade mais atrelada à aura sagrada da civilidade.⁵³⁰

Desta forma, para os proprietários evitarem recuos e demolição, optavam por fazer a reforma literalmente de “fachada”, elaborando as reformas na aparência dos imóveis, que por fora ganhavam a aura moderna em sua estética, mas ainda conservando a estrutura portuguesa, com algumas mudanças, como as das paredes de tabiques, que eram substituídas pelo uso de alvenaria de tijolos, e dos antigos pilares, trocados por colunas de ferro.⁵³¹ Esta prática acaba sendo o padrão na região do Triângulo, por isso, Barbuy afirma que, 1884 a 1902, era mais comum reformar do que construir.⁵³²

Outro precedente que se abriu com as reformas nas propriedades foi o desejo dos comerciantes de exporem de forma atrativa suas mercadorias, seguindo os moldes da fantasia moderna. Por isso, o padrão municipal implicava no aumento das dimensões de portas e janelas, o que dava uma maior importância na prática de exibição dos produtos à venda, aderindo-se ao modelo de vitrines.⁵³³

Houve o remodelamento das áreas urbanas, com o aumento tanto da densidade urbana (e, conseqüentemente, do comércio) quanto do plano viário, fazendo então as propriedades centrais perderem, em suas plantas, o uso de pátios e quintais, para que fosse possível utilizar

⁵²⁸ Idem.

⁵²⁹ BARBUY, op. cit., p. 50.

⁵³⁰ CAMPOS, op. cit., p. 75.

⁵³¹ BARBUY, op. cit., p. 57.

⁵³² Idem, p. 51-52.

⁵³³ Idem, p. 54.

100% de sua área.⁵³⁴ A necessidade de lojas mais amplas, armazéns e escritórios promoveu também não só o uso total do espaço, mas o início de sua verticalização. O procedimento era feito, normalmente, cobrindo-se as antigas áreas abertas, sobretudo com claraboias de vidro com ventiladores. Mudanças de escadas de lugar também eram comuns, buscando-se primeiro melhor iluminação e mais circulação de ar, seguindo os princípios higienistas. Tudo, como já foi dito, para melhorar a exposição dos produtos, tornando assim os espaços mais amplos e iluminados.⁵³⁵ Este padrão, mais tarde, sofrerá profundas críticas, já que criará grandes espaços urbanos verticalizados sem quase nenhuma densidade verde.⁵³⁶

Portanto, o plano viário promoveu uma transformação nas feições da cidade, reorientando a aparência urbana do centro para uma espécie de ecletismo, com reinterpretações da *art nouveau*. Foi comum neste primeiro momento das transformações em São Paulo uma mudança parcial da aparência, das fachadas, do modelo de apresentação do produto, da iluminação do espaço, ampliando-se o espaço do comércio. Ou seja, apenas adaptou-se o espaço, que foi maquiado com tons da modernidade, em vez de realmente terem seido totalmente substituídos os edifícios.⁵³⁷

No entanto, o início das principais modificações da cidade amoldou os parâmetros de modernidade ao alinhamento da fantasia europeia em São Paulo. Os responsáveis foram o prefeito Antônio Prado e o engenheiro Victor Freire.⁵³⁸ Seu programa tinha como núcleo a área central, e, embora os recursos fossem limitados se comparados aos dispensados pelo presidente Rodrigues Alves na reformulação do Rio, o desejo era de ser tão brilhante quanto.⁵³⁹

Sua proposta se amparava em dar continuidade à fantasia de modernidade da elite, por isso, foram regularizados os critérios estéticos da cidade.⁵⁴⁰ Outros objetivos eram melhorar o fluxo das atividades econômicas da cidade⁵⁴¹ e cumprir parâmetros da higienização, por isso,

⁵³⁴ Idem, p. 51.

⁵³⁵ Idem, p. 51 e 57.

⁵³⁶ Idem. Como Barbuy aborda: “A falta dessas antigas áreas verdes é que deve ter levado, em 1911, à publicação de um artigo não assinado no jornal *O Estado de S. Paulo*, que falava sobre ‘os jardins suspensos modernos’. O urbanismo paulistano, cada vez mais tendente à verticalização de influência norte-americana”.

⁵³⁷ Idem, p. 54. Martins destaca as mudanças abordando como as novas moradias também pensavam no espaço privado, distanciando os cômodos das casas médias da circulação das ruas. Ademais, jardins frontais e laterais garantiam a intimidade dos palacetes. Além dessas novas moradias, as residências asseguravam a fantasia moderna, se modelando segundo os padrões franceses – classista ou *art nouveau*. MARTINS, op. cit., p. 176.

⁵³⁸ Formado na Escola Politécnica de Lisboa e na École de Ponts et Chaussées de Paris. Permaneceu na Diretoria de Obras por 27 anos, ou seja, até 1927 (Intendência que virou Seção e depois Diretoria).

⁵³⁹ CAMPOS, op. cit., 82.

⁵⁴⁰ Idem, p. 83.

⁵⁴¹ Como Aborda Campos e Ackel, “a cidade estava praticamente engessada em seu antigo trajeto urbano de ruas tortuosas e estreitas, por isso, era necessário uma reforma para aumentar o fluxo da cidade, não só pelo desejo

suas transformações se voltaram ao centro da cidade. Cerca de 11 mil contos de réis foram direcionados à construção do Teatro Municipal,⁵⁴² que seria a materialização da fantasia da modernidade. Foi construído entre 1903 e 1911, pois se gastaria a maior parte do seu orçamento para as reformas na cidade, já que as áreas periféricas ainda situavam-se em uma urbanidade rural.

Houve a remodelação do Largo do Palácio e o alargamento da elegante rua comercial Quinze de Novembro, em cujo final se formou a atual praça Antônio Prado e o palacete Martinico Prado,⁵⁴³ e para isso foi demolida a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Esse processo modernizador não poderia perder sua essência contraditória, já que no ritual do novo eram necessário sacrifícios: além da destruição das referências atemporais da cidade, também era necessário expulsar a população negra.⁵⁴⁴ Como Campos e Ackel abordam:

Enquanto isso, a legislação municipal e a política sanitária estadual procuravam expulsar a população de baixa renda residente no centro, coibindo cortiços e outros usos "indesejáveis". Podemos dizer que o programa urbanístico do início do século passava pela eliminação dos estratos populares do cenário urbano.⁵⁴⁵

Esse processo de modernização e substituição do espaço, seguindo-se a cidade-desejo idealizada pela elite paulista, implementou a nova figura do trabalhador. Assim, a importação do imigrante europeu seguia moldes do determinismo biológico e do darwinismo social, vide anseios que vinham desde a independência até a República de branquear a população. Isso faria o país não só parecer mais civilizado, mas seria um item necessário para se subir na cadeia da evolução e do progresso.⁵⁴⁶

ser moderno. Nos primeiros anos do século XX, com o grande aumento da população e o rápido crescimento das atividades comerciais, quase todas localizadas no tradicional 'triângulo', este tornava-se uma região crescentemente congestionada. A cidade ameaçava parar – pelo menos a 'cidade' entendida na época como sua área central, ainda limitada à colina histórica – exigindo investimentos para alargamento e realinhamento da sua malha de ruas antigas, estreitas e tortuosas". ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta, op. cit., p.16.

⁵⁴² CAMPOS, op. cit., p. 83; idem.

⁵⁴³ Seria o maior "arranha-céu" da cidade, com cinco andares. O prédio era propriedade do irmão do prefeito Martinho Prado Júnior, e lá se instalaram a Light e o jornal *O Estado de São Paulo*.

⁵⁴⁴ CAMPOS, op. cit., p. 83. ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta, op. cit., p. 16. Por isso, os novos programas sanitários de 1892-94 em São Paulo antecipavam os do Rio de Janeiro, já que se propunham a expulsar a população pobre e suas habitações de cortiço. MARTINS, op. cit., p. 173.

⁵⁴⁵ ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta, op. cit., p. 16.

⁵⁴⁶ Assim, tenta-se retratar a área central, considerada menos civilizada, já como uma referência de modernidade, com a instituição de grandes edifícios oficiais, consolidando edifícios monumentais que espelhassem a modernidade europeia, além dos alargamentos das ruas centrais que permitiram melhorar a fluidez de pessoas e o comércio, trazendo mais símbolos de modernidade ao traçado urbano. O novo não poderia combinar com figuras atemporais e retrógradas, justificadas nos ideais raciais do período, levando à expulsão dos afrodescendentes, e toda sua habitação, cultura e práticas que ameaçassem a fantasia da modernidade. MARTINS, op. cit., p. 173 e 179.

Outras mudanças no espaço de São Paulo por Antônio Prado foram o ajardinamento da Praça da República (1902-1905), o novo arranjo do Largo do Arouche e a construção dos jardins em estilo francês no Museu do Ipiranga. Contudo, Campos considera esse processo modernizador e civilizador aos moldes europeus incompleto, por isso, pediria novas mudanças:

[...] mas em São Paulo a ideia de uma “avenida central” propriamente dita, atravessando o centro, era de difícil viabilização em virtude da topografia e da carência de recursos. Isso impedia a cidade de adquirir um espaço-vitrine de civilização [...] não obstante, as premissas ideológicas que embasavam as iniciativas de transformação urbana eram semelhantes. Não faltariam portanto, propostas de “avenidas centrais” adaptadas à realidade paulistana [...] ⁵⁴⁷

Pois o centro ainda abrigava diversas casas em estado precário e espaços com aspectos rurais, como, por exemplo o Morro do Chá e diversas áreas vazias que eram aproveitadas pela população marginalizada, como invasores, mendigos e bandidos refugiados. ⁵⁴⁸ Isso demonstrava, na perspectiva da elite, uma produção da fantasia da modernidade no centro da cidade como um conjunto incompleto da civilidade, já que ainda não foi possível exorcizar todos as representações fantasmagóricas do velho em seus espaços. ⁵⁴⁹

Por isso, antes de deixar o cargo, Antônio Prado enviou um ofício ao presidente do Estado requerendo um maior orçamento público, ressaltando a importância de serem realizadas mais intervenções urbanas, conseguindo uma concessão de dez mil contos reis. ⁵⁵⁰

Isso permitiu intervenções mais profundas no espaço urbano, e sucumbiu-se ao desejo de dar continuidade a diversos projetos, como o do engenheiro formado na Politécnica do Rio de Janeiro e vereador Silva Teles, publicado sob o título “Melhoramentos de São Paulo de 1906”. ⁵⁵¹ Então, em 1910, boa parte da elite, em uma petição ao Congresso Legislativo, solicitou urbanização e melhorias no quadrante oeste de São Paulo ⁵⁵². Esse grupo era representado por conde de Prates, Ramos de Azevedo, Plínio da Silva Prado (filho de Martinho Prado Júnior e sobrinho do prefeito Antônio Prado), José Paulino Nogueira (fazendeiro e chefe político da região entre Campinas e Limeira), José Martiniano Rodrigues Alves, Arnaldo Vieira de Carvalho (fundador da Escola de Medicina e consogro de Júlio Mesquita), Nicolau de Sousa Queirós (filho do barão de Sousa Queirós), Francisco Vicente de Azevedo (barão de Bocaina,

⁵⁴⁷ CAMPOS, op. cit., p. 84.

⁵⁴⁸ Idem, p. 109-110.

⁵⁴⁹ Idem, p. 105 e 107.

⁵⁵⁰ ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta. op. cit. p. 22.

⁵⁵¹ CAMPOS, op. cit., p. 112.

⁵⁵² Idem, p. 115.

irmão de Pedro Vicente de Azevedo, ex-presidente da província e da Câmara Municipal), Horácio Sabino (loteador da Vila América e um dos promotores da Companhia City) e Sílvio de Campos (membro eminente do PRP).⁵⁵³

Assim, haverá duas propostas para responder ao anseio da elite de São Paulo: a primeira será encabeçada pelo diretor de obras municipais Vitor Freire e seu assistente Eugênio Guilherme,⁵⁵⁴ cuja ideia central era transformar o Vale do Anhangabaú, alargando a rua Líbero Badaró. Associavam-se a isso outras ações, como o viaduto ligando a rua Boa vista ao Largo do Palácio e a um eixo entre a Sé e o Largo São Bento até o Largo Santa Ifigênia, o alargamento dos cruzamentos da atual Álvares Panteado com a rua de São Bento e alargamento da rua São João, ligando-a ao viaduto para a praça Antônio Prado ao Largo do Paissandu.⁵⁵⁵ Ou seja, o principal ponto seria melhorar o fluxo na área central e ampliar a cidade para oeste, para dar continuidade ao progresso e à atividade da capital.⁵⁵⁶ O principal problema era que parte das desapropriações previstas no parque Anhangabaú não agradava os principais detentores imobiliários, como o Conde Prates.

Então, a segunda proposta, de Samuel das Neves, foi encomendada por Conde Prates, sendo diferente do projeto anterior. Neves era um urbanista autodidata, que procurava agradar os interesses imobiliários, deixando os problemas estruturais da cidade (como o da circulação e fluxo no centro) em segundo plano.⁵⁵⁷

Para resolver o impasse entre os dois projetos, foi trazido um urbanista que representasse uma imparcialidade e um símbolo de civilidade. Trata-se de Joseph-Antoine Bouvard, que trazia tanto o prestígio e a cultura francesa quanto a proximidade de ter projetado o novo centro de Buenos Aires.⁵⁵⁸ Além da legitimidade, seu projeto conseguiu ser um conciliador entre as duas propostas. Esse arranjo ocorreu em duas etapas, primeiro procurando-se resolver os problemas estruturais das cidades abordados pelos “melhoramentos”, sem haver um custo muito alto, mas que agradasse à especulação imobiliária.⁵⁵⁹ Ao mesmo tempo, se traria uma

⁵⁵³ Referência de nomes retirados de CAMPOS, op. cit., p.115.

⁵⁵⁴ O projeto se intitulava “Melhoramentos do centro da cidade de São Paulo”, que se baseava e avançaria o projeto de 1906 de Teles.

⁵⁵⁵ Idem, p. 122.

⁵⁵⁶ Idem.

⁵⁵⁷ Idem, p. 122-123. Campos destaca: “O projeto resultava, portanto, em compromisso mal resolvido entre o modelo parisiense importado via Rio de Janeiro, a solução dos problemas de circulação que afligiam o centro paulistano e a garantia dos interesses fundiários por meio de novas avenidas, a exemplo do projeto Anhangabaú”. (Idem, 125)

⁵⁵⁸ ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta, op. cit., p. 27; idem, p. 143.

⁵⁵⁹ Idem, p. 144.

emulação da modernidade, que permita a São Paulo experimentar a representatividade de Buenos Aires e do Rio de Janeiro.⁵⁶⁰

Então, o projeto de Bouvard era dividido em três seções, primeiro se focalizava no Vale Anhangabaú, e se propuseram duas alternativas, emulando os projetos de Telles e Freire de belvedere, com dois edifícios isolados e simétricos que emoldurariam o parque e emulariam o panorama estético-paisagista.⁵⁶¹ Foram incluídas as propostas da prefeitura de alargamento e prolongamento da Rua Líbero de Badaró⁵⁶² e de abertura da Praça do Patriarca, fazendo com que esses blocos do Anhangabaú se transformassem em uma intermediação entre o espaço livre do vale e a massa do centro cívico. Em suma, o programa buscava integração:

[...] procura integrar princípios estético-paisagísticos com interesses imobiliários. Assim, o aproveitamento dos terrenos do conde de Prates poderia ser conciliado com o ajardinamento do Anhangabaú e a valorização da paisagem, para a qual poderia concorrer o desenho dos próprios edifícios⁵⁶³.

A segunda fase de intervenção do Plano Bouvard foi a implantação de um Centro Cívico. Para isso, foi necessário demolir as antigas igrejas da Sé e de São Pedro, além de dois quarteirões ocupados por cortiços e uma zona de prostituição, tudo para se conseguir êxito na fantasia da modernidade. No local foram construídos novos símbolos da civilidade, como a nova Catedral de São Paulo, o Palácio da Justiça, o Paço Municipal e o Congresso Estadual. Procurava-se a todo custo emular o panorama novo/europeu,⁵⁶⁴ como Bouvard afirma:

⁵⁶⁰ Idem, p. 145. Por isso, a prefeitura, por meio do novo código de costume, proibiu a construção dentro do perímetro urbano com o uso de barro e saibro. Assim, acelerou-se o uso da alvenaria de tijolos e de outros materiais, como o granito e o mármore, além de se tornar comum o uso de pisos de cimento ou ladrilhos e colunas e balcões de ferro fundidos. BARBUY, op. cit., p. 62.

⁵⁶¹ Idem, p. 146. ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta, op. cit., p. 28. A arquitetura dos palacetes foi desenhada em 1911 por Cristiano Stockler das Neves, filho de Samuel das Neves, formado arquiteto na Universidade da Pensilvânia naquele mesmo ano. Adotou-se um estilo de Renascença modernizado, formando prédios de cinco andares. CAMPOS, op. cit., p. 152. Campos e Ackel consideram seu plano ideal e conciliador: “A proposta de Bouvard realmente se apresentou como uma solução conciliadora: no fim, todos se renderam e São Paulo ganhou um dos mais belos conjuntos urbanos já criados no Brasil, o Parque Anhangabaú, onde arquitetura e paisagismo tinham notável coerência. Além dos palacetes e da Residência Prates, e do Teatro Municipal concluído em 1911, o parque seria emoldurado pelo Clube Comercial, projeto de Ramos de Azevedo, pelo Hotel Esplanada e pela sede da Light”. ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta, op. cit., p. 29.

⁵⁶² Assim, para manter o panorama europeizado e homogêneo, foram estabelecidas matrizes a serem cumpridas. Os prédios deveriam ter pelo menos três andares e seguir determinadas linhas arquitetônicas, com cantos de quarteirão oitavados ou em arco de círculo, formando blocos e conjuntos. Não poderia haver quebras nas linhas horizontais da fachada e os blocos deveriam ser construídos de forma sucessiva. Idem, 157. Seguiu-se um modelo arquitetônico com uma mistura do ecletismo e *art nouveau*, como Barbuy destaca: “O ecletismo vignelesco dominava as fachadas com suas colunas à antiga, os frontões triangulares sobre as janelas e as platibandas retilíneas com pináculos, às vezes encimadas por grupos escultóricos de pretensões monumentais. Eram pontuadas, aqui e ali, por exemplares de um *art nouveau* pouco arrojado”. BARBUY, op. cit., p. 66.

⁵⁶³ ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta, op. cit., p. 28.

⁵⁶⁴ Campos demonstra como o programa conseguiu emular a fantasia moderna, tornando-se um dos principais pontos de apreciação da cidade. “O Teatro Municipal (concluído em 1911), a praça Ramos de Azevedo, os

Está decidida a construção da cathedral, do congresso, do palacio do governo, do paço municipal, do palacio da justiça. Serão porventura distribuídos ao acaso? Evidentemente não: é de necessidade absoluta collocal-os methodicamente, de fôrma a que concorram para um conjunto que póde ser do maior effeito.⁵⁶⁵

Contudo, o projeto para a Sé não conseguiu ser concluído na totalidade, por conta da valorização desta área, tanto pelas reformas como pela facilidade do fluxo promovida pela construção do Viaduto do Chá e dos novos bairros residenciais da Zona Oeste (Higienópolis e Campos Elíseos) das classes mais abastadas.⁵⁶⁶

A última parte do programa se situava na região da Santa Ifigênia, onde as reformas procuravam dar ao local um ar de boulevard afrancesado.⁵⁶⁷ Para isso, foi feito o prolongamento da Rua Dom José de Barros, por meio do alargamento da Rua Onze de Junho (atual Rua Antônio de Godoy), ligando-a ao Largo da Santa Ifigênia e à Rua Conceição, que seria alargada, dando forma à Avenida Cásper Líbero. A proposta se centrava em facilitar o fluxo das atividades comerciais e dar suporte a uma possível expansão, além de facilitar o acesso às estações ferroviárias da Luz e Sorocabana. Por isso, retomam-se os modelos de “grandes avenidas”, idealizadas anteriormente por Alexandre de Albuquerque.⁵⁶⁸

Desta forma, a linha do centro da cidade agora será ordenada pelo modelo triângulo tradicional por um circuito externo, em volta da colina histórica, ao “Centro Novo” e Santa Ifigênia, e se formará um entorno horizontal de bairros residenciais, acessados por linhas radiais de bondes, implantadas pela Light, facilitando o fluxo para a região oeste/sudeste da cidade,

palacetes Prates, abrigando prefeitura e Automóvel Club (terminados em 1914), o ajardinamento do Parque Anhangabaú em si (1915-1917), o largo da Memória (remodelado entre 1918 e 1921) o monumento a Carlos Gomes (1922), o Hotel Esplanada (1923), o edifício-sede da Light (1924), a praça do Patriarca (terminada em 1926), o Clube Comercial (1929) – tudo concorreria para a criação de um espaço urbano esteticamente unificado. A integração obtida nesse ponto entre arquitetura, paisagismo e topografia conformaria um dos maiores ‘cartões-postais’ da capital – reservado, evidentemente, aos usos de prestígio e ao desfrute das camadas privilegiadas”.

⁵⁶⁵ Apud ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta, op. cit., p. 30.

⁵⁶⁶ CAMPOS, Candido Malta; SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo, op. cit., p. 30.

⁵⁶⁷ Seguindo no centro cívico a mesma linha homogênea destaca na primeira seção. CAMPOS, op. cit., p. 157.

⁵⁶⁸ ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta, op. cit., p. 30-31. Contudo, mesmo com as intervenções dos Planos de Avenidas pensados por Alexandre de Albuquerque, conseguiu-se tornar a região um grande centro econômico e, assim, barrar seu processo de deterioração. Como Campos aponta: “Ao norte, um grupo de construções mais precárias separava a São João do conjunto formado pelo Viaduto Santa Ifigênia (1913), entre o largo e Mosteiro de São Bento (reconstruído entre 1910 e 1914) e o largo e Igreja de Santa ifigênia (inaugurada em 1922). As ligações entre esse conjunto e as estações (rua Antônio de Godói, aberta a partir de 1915, e avenida Conceição, atual Cásper Líbero), mais o alargamento da rua Santa Ifigênia, não seriam suficientes para reverter a deterioração da região e transformá-la no centro comercial elegante sonhado por Alexandre de Albuquerque”. CAMPOS, op. cit., p. 182.

onde vai se formar a Companhia City.⁵⁶⁹ Em suma, o programa de Bouvard e Freire promoveu:

Os planos de Freire e Bouvard não se limitavam ao reordenamento da paisagem, esboçando a reestruturação do centro paulistano. O núcleo terciário denso sobre a colina histórica seria estruturado pelos dois “triângulos” concêntricos (o original mais o “circuito exterior” de Vitor Freire) e ladeado por espaços verdes planejados. Na direção menos privilegiada, o Parque Dom Pedro II (concluído em 1925) organizava usos menos nobres: exposições utilitárias (Palácio das Indústrias, inaugurado em 1922), comércio de alimentos (Mercado Municipal, iniciado em 1925) e quartéis, intermediando a passagem entre o centro urbano e a “outra cidade”, industrial e operária, da Zona Leste. A oeste, na direção mais valorizada, o conjunto do Anhangabaú configuraria novo centro simbólico para São Paulo.⁵⁷⁰

Paralelamente ao início do novo programa de reformas de Bouvard, ele intermediou e assessorou a compra, em 1912, da região formada pelos atuais bairros Jardim América, Pacaembu, Alto de Pinheiros, Boaçava, City Butantã e Alto da Lapa por um grupo de acionistas de Londres, que darão forma à “City of São Paulo Improvements”.⁵⁷¹ O objetivo da empresa inglesa era construir bairros aos moldes dos projetados pelos consagrados arquitetos ingleses Barry Parker e Raymond Unwin, importando uma proposta de habitações suburbana que foi a solução em Londres para trazer casas para classes médias e pobres, e então atenuar as precárias condições de moradia na capital inglesa.⁵⁷² Formulavam-se ruas sinuosas, muitas áreas verdes e arborizadas e casas em meio a jardins, como idealizado por Howard no modelo arquitetônico das *garden cities* inglesas. O primeiro modelo de bairro a ser vendido foi o Jardim América, entre 1917 e 1919, mas, ao contrário das cidades-jardim britânicas, seu modelo de moradia não vai alcançar os segmentos menos favorecidos da cidade, e sim as classes mais abastadas, fazendo então a empresa inglesa abandonar as ideias iniciais do empreendimento e destiná-lo às classes mais abastadas da cidade de São Paulo.⁵⁷³

Isso ocorre para o modelo de bairro assegurar uma vizinhança exclusivamente residencial⁵⁷⁴ e de caráter urbanístico homogêneo, práticas novas ao espaço de São Paulo.⁵⁷⁵ Esses novos ideais eram ventilados na mídia,⁵⁷⁶ promovendo-se outro modelo de cidade de

⁵⁶⁹ ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta, op. cit., p. 32-33.

⁵⁷⁰ CAMPOS, op. cit., p. 182.

⁵⁷¹ ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta, op. cit., p. 33.

⁵⁷² MARTINS, op. cit., p. 181.

⁵⁷³ Idem, p. 181-182

⁵⁷⁴ Então, Parker conseguiu incorporar dentro da legislação municipal um disposto que garantisse sua propaganda e proposta de um bairro exclusivamente para uso residencial.

⁵⁷⁵ Além de este modelo apresentar a melhor qualidade de vida, proibindo-se outros usos além do residencial unifamiliar, adotando-se lotes de grandes dimensões dos lotes com recuos frontais e laterais obrigatórios, arborização e plantio de jardins. Seus traçados serão um misto entre as vias retas e curvas, garantindo lotes mínimos de 300 m². ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta, op. cit., p. 33.

⁵⁷⁶ Como Martins aborda, em anúncios da companhia, em que se destacavam as dez razões que distinguiam o

desejo para a elite, de cidade idealizada. E, é claro, como Pesavento destaca, esse espelhamento temporal e espacial acaba sendo reorientando à realidade cultural de nosso circuito econômico cultural.⁵⁷⁷ Demonstrando como Le Goff aborda que a quinta etapa de evolução da mídia, permite sua difusão, fazendo a memória coletiva ser exteriorizada e massifica, promovendo o que Chartier denomina a construção de representações simbólicas, que assujeitam e configuram a aparelhagem mentais do indivíduo. Onde os sujeitos históricos alienados ao novo, são condicionados por uma modernidade fabricada, como Lefebvre destaca, que são em parte preposições artificiais de uma elite que comando os veículos de mídia. Dirigindo o indivíduo por novos sonhos oníricos, que fomentam novos modelos de cidades desejadas, como já abordamos por meio de Simmel e Pesavento.

Desta forma, o modelo da Companhia City não foi seguido apenas pelo seu empreendimento, mas foi incorporado pela região oeste/sudeste da cidade, surgindo diversos novos bairros-jardins, como Jardim Europa, Jardim Paulistano, Cidade Jardim, Sumaré, Jardim das Bandeiras. Era possível andar quilômetros e mais quilômetros pelos bairros-jardins, que acabaram se tornando aquilo que distinguia São Paulo das outras grandes cidades da primeira república no seu processo de modernização, já que nessa região não havia nenhum sinal da *belle époque* francesa.⁵⁷⁸ Ao mesmo tempo, demonstrava-se o abismo e o contraste das outras regiões periféricas da área operária das cidades, destacando o conceito do Milton Santos de cidades e cidadãos.⁵⁷⁹

A expansão periférica da cidade não ficou apenas situada na área oeste/sudeste da cidade, mas também nas regiões que as linhas ferroviárias e a oferta de energia elétrica favoreciam. Contudo, esses espaços não serão destinados às diretrizes da City, e sim à implantação de bairros operários, formando-se a Lapa, Barra Funda, Bom Retiro, Pari, Brás, Belém, Mooca, Ipiranga, que vão acompanhar as estradas de ferro nas áreas baixas das várzeas dos rios Tietê e Tamanduateí. Além da facilidade de fluxo da mão de obra trabalhadora, havia o custo barato das plantas para construção das casas operárias.⁵⁸⁰

Essas áreas serão dominadas por imigrantes, tendo sido outrora um espaço de escravos que foram expulsos com a expansão “civilizada” da cidade e seus novos códigos

bairro: “Por que se deve comprar e construir neste bairro: [...] porque Jardim América é em São Paulo o único bairro reservado exclusivamente para residências [...] porque todo o proprietário tem a vizinhança garantida mediante servidões mútuas”.

⁵⁷⁷ PESAVENTO, op. cit., p. 159-160.

⁵⁷⁸ MARTINS, op. cit., p. 185-186.

⁵⁷⁹ Idem, p. 186.

⁵⁸⁰ ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta, op. cit., p. 34.

sanitários de 1892-1894 e 1910.⁵⁸¹ As habitações operárias que dominaram a região desde a década de 1880 seriam normalmente alinhadas diretamente com as calçadas, cujas janelas ficavam de frente às ruas, demonstrando uma clara diferença para as áreas da elite, tanto dos palacetes como das cidades-jardins, que têm em sua planta uma proteção à vida privada do lar, diferenciando-se com mais clareza os espaços públicos e privados.⁵⁸² Essa mistura do privado e do público nas moradias operárias resulta no aproveitamento dos imigrantes das áreas de calçada e da rua, haja vista que a escassa movimentação automotiva permite a prática de transformar essas áreas em pequenas salas de estar, formadas por rodas de cadeiras espalhadas pela rua e a calçada.⁵⁸³ Martins considera a profusão do espaço como se “metamorfoseando a sociabilidade dos vilarejos rurais europeus, as músicas, o vozeiro alto e acalorado rompia os tênues limites de paredes e vidraças, fundindo experiências – e fomentando a solidariedade”.⁵⁸⁴

Então, observaremos diferentes mudanças na aparelhagem da cidade de São Paulo na década de 1910, como a ampliação do espaço do automóvel com a criação de avenidas, o alargamento de ruas, a formação de viadutos, a expansão do bonde elétrico e sua inteiração em meio à paisagem da cidade, o saneamento da várzea do Tamanduateí mediante a canalização de rios e ribeirões, a criação de serviços como a distribuição de água potável e tratamento da água – e tudo isso permitiu atrair e abranger mais novos moradores.⁵⁸⁵ Assim, haverá um pequeno crescimento vertical da cidade, introduzindo-se os arranha-céus na cidade, que na década de 1920 tinha cerca de 46 edificações com mais de cinco andares.⁵⁸⁶ Campos e Simões Junior vão considerar esse apanhado de arranha-céus: “Esses trechos de arranha-céus, conforme levantamento funcional efetuado por Nice Lecoq Müller, abrigavam as funções mais complexas do Centro: comércio, pequena indústria, finanças, administração pública, profissões liberais, hospedagem, alimentação, diversões”.⁵⁸⁷

Os arranha-céus são também um nova perspectiva de modernidade e de cidade-desejo,

⁵⁸¹ MARTINS, op. cit., p. 174.

⁵⁸² Idem, p. 173.

⁵⁸³ Idem, p. 173-174.

⁵⁸⁴ Idem, p. 174.

⁵⁸⁵ CAMPOS, Candido Malta; SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo, op. cit., p. 21 e 23.

⁵⁸⁶ Esta verticalização foi dinamizada em São Paulo por interesse da prefeitura nas áreas mais cosmopolitas, por isso, a Lei n. 1.011 concedia isenção de impostos para aqueles proprietários que construíssem prédios com mais de dois pavimentos acima do solo. Essa concessão conferia isenção de cinco anos dos impostos de calçada, passeios e de todos os outros denominados de viação, de indústria e profissão. Além disso, havia o incentivo à mudança arquitetônica na fachada que seguisse padrões da lei, no caso de acompanhar a fachada ao lado para manter a homogeneidade e dar impressão de imóveis maiores e mais cosmopolitas. BARBUY, op. cit., p. 61-62.

⁵⁸⁷ CAMPOS, Candido Malta; SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo, op. cit., p. 24.

por serem considerados um símbolo máximo das grandes metrópoles estadunidenses, qual se formaram no final do século XIX.⁵⁸⁸ O conceito de arranha-céu, na expressão inglês *skyscraper*, se pauta por uma ruptura na escala do volume construído, por isso, os estudiosos consideram que eles deverias ter no mínimo 20 andares, por isso, o elevador se torna determinante para sua estrutura e função. Esse modelo de edifício de muitos andares foi implementado por ser uma importante estratégia econômica estadunidense, pois com isso se conseguiu aumentar a área imobiliária de regiões valorizadas. Ou seja, houve multiplicação do espaço urbano, aumentando-se logicamente seu rendimento. Os primeiros arranha-céus eram de pequena altura, tanto os estadunidenses como os paulistanos. Um bom exemplo desta primeira fase é o Palacete Santa Helena, que, com seus dez pavimentos, representou, portanto, um rompimento de altura na escala dos edifícios circundantes. Inicialmente, esse tipo de edificação acaba ajudando a difundir as tendências neoclássicas e ecléticas das cidades europeias, como podemos ver na Inglaterra e na França. Ou seja, esta perspectiva de novo sonho onírico ainda não está tão clara neste período, mas se torna aos poucos um sonho próprio estadunidense e uma referência de progresso.⁵⁸⁹

A primeira fase foi inicialmente financiada nos Estados Unidos por companhias que elaboravam seus próprios edifícios, como bancos, empresas seguradoras, corretoras de valores e outras instituições financeiras. Os arranha-céus foram usados como verdadeiros símbolos de poder, status e progresso por essas empresas. Já a segunda fase é constituída pela necessidade crescente de espaço em algumas regiões das cidades, o que levou algumas empresas a buscar novas formas de construir os arranha-céus e ampliar o espaço locatário para, principalmente, os escritórios. As inovações acabam centradas no elevador, no telefone e na estrutura de aço, pois fornecem a base para o funcionamento desses edifícios cada vez mais altos. O aço aperfeiçoado por Baron Jenney permitiu o crescimento em altura de um lado e a abertura de grandes vãos do outro, facilitando também a iluminação de extensas áreas do pavimento.⁵⁹⁰

Já a segunda fase inicia-se nos Estados Unidos principalmente na cidade de Nova Iorque na década de 1910, onde a escala vertical dos edifícios já simbolizava o tamanho típico das grandes cidades. Isso transformaria a paisagem urbana da cidade e a tornaria o novo símbolo de cidade moderna. Símbolo este que certamente foi importado por São Paulo, na ânsia de

⁵⁸⁸ Já que Campos e Simões Júnior ponderam que a representação do arranha-céu era: “Os primeiros arranha-céus americanos, em resumo, representaram um mundo industrial em pleno desenvolvimento, constituído a imagem do liberalismo triunfante”. Idem, p. 44.

⁵⁸⁹ Idem, p. 39.

⁵⁹⁰ Idem, p. 43-47.

alcançar a fantasia do moderno, como poderemos ver no Edifício Martinelli, com seus quase trinta andares,⁵⁹¹ erguido entre 1924 e 1929 e seguindo o projeto nova-iorquino do Edifício Equitable.⁵⁹² Contudo, os arranha-céus na cidade seguiram em sua maioria o ecletismo como linguagem arquitetônica, e os arquitetos acabam flertando com diferentes modelos arquitetônicos históricos.⁵⁹³

Esses espaços serão difundidos em São Paulo por conta da busca incontrolável do setor terciário por espaços modernizados. Nas reformas de Bouvard, a fantasia da modernidade não seria apenas desfrutada pelos seus participantes, mas apropriadas nas figuras de suas empresas, ou seja, se tornando embaixadores do mundo do vindow.⁵⁹⁴ Por isso, vão se aglutinar no mesmo espaço da cidade, mas a concentração também será consequência do sistema de transporte predominante – no caso, o bonde –, já que o carro só se tornará o principal modelo de transporte na década de 50, situando-se assim os edifícios nas principais plataformas onde havia as redes de bonde próximas.⁵⁹⁵

Quanto ao arranha-céu Martinelli, ele foi ao mesmo tempo o principal condutor das possibilidades verticais da cidade e o principal condutor do novo sonho que a cidade emite, promovendo-se na década de 1920 o anseio por uma nova cidade-desejo, que deixasse para trás os moldes europeus haussmanianos para celebrar os moldes estadunidenses, que exaltam em seu tamanho e na sua imponência o capitalismo liberal. Como Campos e Simões Junior apontam:

Entretanto, anteriormente o Palacete Santa Helena, de 1921 (inaugurado em 1925), que seria demolido cinquenta anos depois para a remodelação da praça da Sé, já configurava o progresso paulistano, na medida em que suas torres rompiam com a homogeneidade haussmanniana de seu corpo, “arranhando” o céu. É como se o Santa Helena significasse, isoladamente, para a relação estabelecida por suas partes entre si, aquilo que os edifícios mais altos, como o mais alto deles, o Martinelli, transmitiriam como sentido da ruptura com o pano de fundo de pretensões parisienses.⁵⁹⁶

Todavia, o crescimento vertical foi limitado pelas normativas da prefeitura na década de 1920, que estabelecia que a altura máxima para os edifícios não poderia ultrapassar três vezes a largura da rua, quando essa tivesse mais do que 12 metros. Isso resultou em embates entre os

⁵⁹¹ Em 1929 inaugurou-se com 12, e somente em 1935 ficou com 30 andares.

⁵⁹² Idem, p. 50. O crescimento vertical em São Paulo na década de 1920 também é estimulado pelas novas normativas de zoneamento, como destacam Campos e Simões Junior: “[...] em São Paulo as normativas de zoneamento começam a ser produzidas nos anos 1920, mais para estimular do que para controlar o crescimento vertical. A limitação de altura concentrava-se no centro histórico. As zonas de expansão tinham gabaritos (80 metros) que incentivavam o crescimento vertical”. Idem.

⁵⁹³ Idem, p. 54-55.

⁵⁹⁴ Idem, p. 57-58.

⁵⁹⁵ Idem, p. 55.

⁵⁹⁶ Idem, p. 59.

construtores e o engenheiro Vitor Freire, como no caso do edifício Sampaio Moreira, de 54 metros de altura, situado na Líbero Badaró, uma rua mais larga que as restantes do Centro Velho, com 18 metros. O projeto foi embargado pela prefeitura por ultrapassar o limite estabelecido pelo Código de Obras, que não foi seguido, mas acabou liberado pela insistência do engenheiro da obra, Stockler.⁵⁹⁷ Por isso, no período da década de 1920, eram poucos os edifícios que poderiam ser chamados de arranha-céus, e isso já era visto como um problema técnico e estrutural para a cidade.⁵⁹⁸ No triângulo central, nas proximidades da Sé, havia a maior concentração de prédios do uso para escritórios, uma quantidade que já era significativa, enquanto os edifícios residenciais estavam principalmente localizando nos bairros lindeiros ao Centro.⁵⁹⁹

Percebia-se também o início da mudança da linguagem arquitetônica repleta de ornamentos, na qual sobressaía-se o ecletismo, para um racionalismo modernista, com a adoção do estilo *art-deco*, que era ainda ornamental, mas geometrizado. Essa mudança, embora ainda incipiente, estava se tornando referência da verticalização da cidade. Além disso, observamos um processo de expansão do centro comercial e da elite do triângulo histórico em direção ao núcleo novo, situado entre o Vale do Anhangabaú e a Praça da República.⁶⁰⁰

Em suma, as reformas urbanas tanto de Antônio Prado como de Bouvard tinham o desejo de promover a modernização e a “europeização” de São Paulo. Como Pesavento bem aborda, foi transposta a realidade como espelho para se representar a fantasia não do “País das Maravilhas”, mas do novo, do sonho onírico e do fetiche pelo novo.⁶⁰¹ Contudo, a representação do novo mundo não era para todos, pois ela será catalisada pela elite local, pelo corporativismo, que, como diria José Maurílio de Carvalho, utilizará de suas dominações urbanas e regionais para a implantação do novo e de suas infraestruturas restritas às áreas de alto padrão da cidade: primeiro o triângulo central, depois a Avenida Paulista e os bairros-jardins—. ⁶⁰² Isso acaba embelezando a cidade e aumentando o equipamento do espaço público, por meio da apropriação do modelo haussmaniano, que seria o desejo de ser como o mito parisiense de civilidade e modernidade, ao mesmo justificando-se os adereços do novo da elite agrária e urbana, tornando

⁵⁹⁷ Idem, p. 60.

⁵⁹⁸ Idem, p. 62.

⁵⁹⁹ Idem, p. 66.

⁶⁰⁰ Idem, p. 64. Assim, em 1926, estes eram os principais arranha-céus de São Paulo; estão na Tabela 5, com as principais áreas verticalizadas.

⁶⁰¹ CAMPOS, op. cit., p. 95; PESAVENTO, op. cit., p. 158-159.

⁶⁰² Idem, p. 95-96.

seu espaço da produção, do consumo e do prazer aceito em meio ao circuito-mundo⁶⁰³. Por isso, Campos afirma:

Assim, embora a importação de modelos de cidade moderna fosse necessária para transformar a cidade em empório de civilização, mostruário no progresso possibilitado pelo sistema internacional de trocas, acabava comprometida pelo comércio do solo urbano. Os avanços urbanísticos eram apropriados apenas parcialmente, para assinalar os espaços dominantes, mantendo à margem a maior parte da cidade e ignorando os setores desprivilegiados [...]⁶⁰⁴

Todavia, o processo das reformas da cidade de São Paulo era ditado por duas vertentes urbanísticas. A primeira, importadora, seguindo-se os moldes do Rio de Janeiro, que prefere aderir ao padrão urbanístico idealizado na economia-mundo; a segunda, que procurava desenvolver um projeto autônomo e atualizado, que procura soluções funcionais de interesse produtivo e exportador.⁶⁰⁵ Contudo, essas vertentes é que buscam transformar a capital paulista na cidade-exposição, na cidade-vitrine, e acabam se chocando com a especulação imobiliária, que será indissociável do processo de reformas urbanas. Este, por sua vez, será uma terceira vertente, mas com caráter impositivo e regulador das outras perspectivas.⁶⁰⁶ Portanto, mesmo com as reformas e o alinhamento dos espaços aos padrões europeus, que permitiram a São Paulo ser um grande centro-econômico da América do Sul, a elite não abandonou a visão de cidade agroexportadora, que estava subordinada ao projeto de avenidas centrais, que colocava as atividades industriais e comerciais em segundo plano.⁶⁰⁷

Nesse processo de modernização havia conjuntamente o processo de segregação. Além de as reformas terem sido centralizadas nas áreas principalmente elitizadas, também promoveram a expurgação da “gentinha”, da pobreza, dos cortiços e seus esmoleiros, por meio das reformas sanitárias de 1894, 1896 e 1910. Praticamente se tornou proibida a entrada da ralé no mundo para além do espelho, para que a fantasia não voltasse à tona e à realidade.⁶⁰⁸

O espaço operário acaba entregue ao poder privado, haja vista que a municipalidade criará inúmeras leis estimulando a construção de bairros proletários, permitindo-se a

⁶⁰³ Idem, p. 96, 187. Nos séculos XIX e XX a racionalização do urbanismo europeu assumirá um modelo técnico e científico que retratará a economia-mundo e o modelo da civilidade como dogmas, que serão impostos aos mercados periféricos, aliados também ao preceito do desejo. Contudo, sua incorporação passará por ressignificações locais, frutos dos debates locais, com a formação dos espaços técnicos e acadêmicos. Idem, p. 188.

⁶⁰⁴ Idem, p. 189.

⁶⁰⁵ Idem, p. 189.

⁶⁰⁶ Idem, p. 190.

⁶⁰⁷ Idem, p. 190.

⁶⁰⁸ Idem, p. 96 e 188.

disseminação destes. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a fábrica Votorantim, próxima de Sorocaba, que instalou mais de 3 mil casas na Vila Maria Zélia.⁶⁰⁹

As transformações estavam vinculadas ao desejo do comerciante de se apresentar civilizado e moderno, por isso, ele vai se alinhar às mudanças arquitetônicas da cidade, seguindo a *art nouveau* e o ecletismo, para assim se situar como representante do novo. Promovendo as novas representações da cidade, que cria um novo comportamento social, que é fomentado e alinhado pela lógica da economia-mundo, evocada e irradiada pelo seu centro, a Europa. Onde esta mentalidade transpõe o ideal da cidade vitrine, cidade exposição⁶¹⁰, como Barbuy apresenta:

Vê-se, assim, que a lógica e o sistema da vitrine, da luminosidade abundante, da aeração, dos espaços favoráveis à circulação e à visualização que permearam esta espécie de “revolução comercial”. [...] exposições, comércio e cidades inteiras foram, isto sim, fenômenos expressivos de uma cultura visual de exibição que se estabeleceu no Ocidente, no século XIX; manifestações da sociedade industrial, que se pretendeu propagar e propagou, do centro para fora, gerando, no entanto, ricos e imprevistos processos transculturais.⁶¹¹

2.5 Fantasia da modernidade em Ribeirão Preto

A modernização ressoa no interior de São Paulo seguindo os trilhos do complexo cafeeiro, postulada por indicações do fenômeno mundial da modernidade, que é constituído nos circuitos da economia-mundo. Então, a circulação e a apropriação de sentidos e significados se desmancham na gênese das áreas centrais para as regiões do extremo da semiperiferia, e neste caminho se presenciam rupturas, revoluções tecnológicas e a reorientação política na construção da República no Brasil. O mesmo contexto procura se configurar na evolução da modernidade, alinhando-se não só a capital do Estado São Paulo ao desejo da nova temporalidade do moderno, como também “as pequenas e acanhadas vilas de Barretos, Franca, Araraquara, Mococa, entre outras, que [...] viram-se integradas a uma sôfrega modernidade no decorrer da Primeira República, pois atreladas ao universo rural e agrícola, representado pelos lucros e pelos espólios da expansão cafeeira”.⁶¹²

Cabia então ao Estado de São Paulo regular o *modus operandi* do processo de modernização para assentar mais rapidamente as referências de “civilizado” e “moderno”. Para

⁶⁰⁹ Idem, p. 96.

⁶¹⁰ BARBUY, op. cit., p. 226.

⁶¹¹ Idem, p. 229-230.

⁶¹² PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. Outras leituras da cidade: experiências urbanas da população de Ribeirão Preto durante a Primeira República. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 175-200.

isso, era necessária uma domesticação do espaço da cidade por meio de ideias higienizantes, como a canalização de esgotos, a drenagem de água estagnada, a coleta de lixo, a construção da rede de esgotos, a limpeza das ruas. De igual importância foi a setorização dos serviços e equipamentos, de modo que na região central ficassem apenas as residências e, nas áreas periféricas, tudo aquilo pudesse causar doenças, como hospitais, cemitérios, fábricas. Retrata-se no interior uma política de concentração de infraestrutura, que celebra e transporta a modernidade vivida na fantasia do novo, mas também fomenta a exclusão, pois se expulsa o pobre, o menos afortunado, para longe dos estandartes da modernidade⁶¹³. Porém, ele não fica não totalmente de fora, pois o *modus operandi* da civilidade e modernidade começa a tomar todos os espaços, muito embora, é claro, de forma mais lenta e com menor extensão na periferia.

A nova paisagem urbana a Ribeirão Preto é construída nas últimas décadas do século XIX, com a canalização da água, a instalação da luz elétrica e o advento da rede de esgotos, nos anos de 1897, 1899 e 1900, respectivamente. Ao mesmo tempo, a vila ultrapassa os limites impostos pelos ribeirões Preto e Retiro, resultado tanto da propaganda da terra roxa de Martinho Prado como da chegada da ferrovia Mogiana, que trouxe com ela milhares e milhares de imigrantes de todas as partes do mundo, proporcionando um *boom* populacional. O crescimento proporcionou uma expansão desordenada da área urbana.⁶¹⁴

Contudo, nesse início de transformações já havia uma fome pela modernização, um desejo pelo alinhamento com a modernidade, por isso, a elite ribeirãno-pretana promoveu uma reconstrução da imagem da Praça XV, primeiro na constituição do Teatro Carlos Gomes, que representa a implementação de medidas ordenadoras e estéticas, emulando-se também o cotidiano das metrópoles europeias, com espetáculos de óperas, concertos musicais, peças teatrais e assim por diante. A modernidade se vê em sua fachada neoclássica de influência italiana e no seu espaço interno, inspirado em modelos europeus, como o Garnier, com suas escadarias de mármore, candelabros de bronze alemão e os vitrais italianos da entrada. A plateia, com cadeiras no estilo Luiz XV, tinha forma oval e capacidade para quatrocentas pessoas. Além disso, ficava envolta de frisas de veludo. Já a galeria abrigava cerca de duzentos lugares, e o pavimento superior abrigava um salão para recepções e bailes.⁶¹⁵

⁶¹³ DA SILVA, Adriana C. Borges, **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto**: os Bairros Surgidos a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 2008. p. 80.

⁶¹⁴ VALADÃO, Valéria. **Memória arquitetônica em Ribeirão Preto**: política de preservação e plano diretor. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Faculdade de História, Direito e Ciências Sociais do Trabalho, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998. p. 40

⁶¹⁵ Foi projetada por Ramos de Azevedo, que uma década depois constituiu o Teatro de São Paulo. VALADÃO, op. cit., p. 76-78 e 103.

Figura 8 – Fachada do Teatro Carlos Gomes de Ribeirão Preto em 1904



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 15, 01, JPM.

Figura 9 – Interior do Teatro Carlos Gomes de Ribeirão Preto em 1936.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 307, 30, JPM.

Esse alinhamento do moderno incluía o ajardinamento e arborização da praça XV de Novembro, após a demolição do antigo edifício da Igreja Matriz, configurando-se, como um eixo com a estação Mogiana, uma nova realidade do encontro, da chegada, da venda, do

trabalho, que antes era vista para contemplação religiosa.⁶¹⁶

Surgem também novos edifícios públicos e de serviços, bem como os casarões e palacetes dos “coronéis do café”.⁶¹⁷ Entre os novos edifícios se planejava uma nova Matriz, que pudesse acompanhar o novo tempo vivido, contudo com um limite de gastos. Assim, Carlos Ekman foi o escolhido, e deveria assumir o encargo não só de tornar o templo mais amplo para atender o maior número de fiéis, mas deixar para trás sua velha imagem quase colonial, de grandes tijolos de barros secos ao sol. Priorizam-se traços e significações mais modernos, como os representados pela estética neogótica, que ao mesmo tempo seguia o padrão do primeiro século e atendia a um ar mais provincial.⁶¹⁸ Como podemos observar no alinhamento da rua Duque de Caxias em frente da praça XV e o Palacete do Cel. Francisco Maximiano Junqueira, apresentado abaixo:

Figura 10 - Palacete do Cel. Francisco Maximiano Junqueira na Duque de Caxias em frente da praça XV em 1907.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 150, 14, JPM.

Novos espaços de lazer, como a Sociedade Recreativa, que foi inaugurada em 1908, situada ainda na rua Barão do Amazonas, esquina com a Duque de Caxias, dá continuidade ao

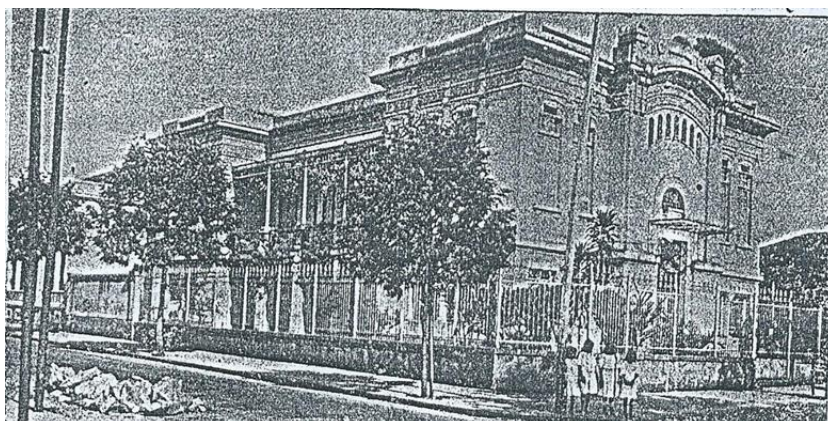
⁶¹⁶ FARIA, Rodrigo Santos. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930): o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. p. 145-148.

⁶¹⁷ VALADÃO, op.cit., p. 97.

⁶¹⁸ Idem, p. 104 - 106

mundo fantástico da modernidade no eixo da praça XV, já que ficava aos fundos do Theatro Carlos Gomes. A Sociedade Recreativa usa da capacidade do capital privado, arrecadado entre os sócios, uma das demonstrações do desejo da elite pelo civilizar. O edifício de autoria do arquiteto Affonso Geribello segue uma trilha arquitetônica eclética. Tinha dois pavimentos, sendo o térreo formado por um hall composto de escada, um salão, salas menores e sanitários. Já o piso superior repete a mesma estrutura interna, mas os salões dos dois lados são servidos por varandas.⁶¹⁹

Figura 11 – Sociedade Recreativa de Ribeirão Preto em 1913



Fonte: ALMANAQUE ILUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Sá, Manaia & Cia.: 1913.

Porém, os toques de modernidade na área central ainda eram bem rarefeitos por causa das condições enfrentadas pela cidade, como enchentes, epidemias e desordem. Assim, para contornar o caos na homogeneização da modernidade, foi necessário o estabelecimento de determinados serviços, como o Serviço de Higiene e Desinfecção, cujos anexos eram o Serviço de Limpeza Pública e o Serviço de Arborização de Ruas. Claro que a aperelhação se centralizará principalmente na área central, que passou a constituir a área nobre, onde as famílias de fazendeiros e comerciantes enriquecidos passaram instalar as suas residências, aproveitando-se de seu próprio mundo moderno, já que a capital estava a algumas horas de distância. A periferia, a parte baixa da cidade, como o Barracão, a Vila Tibério e o Morro do Cipó, era ocupada pela classe pobre, longe das estruturas da modernidade, como Silva destaca na o quadro abaixo:⁶²⁰

Tabela 23 - Obras de Infraestrutura Realizadas em Ribeirão Preto a partir da década de 1880.

Data	Obra	Local
1883	Retificação primeiros trechos de Ribeirão Preto	Quadrilátero Central
1887	Primeira expansão para além do Quadrilátero	Núcleo Colonial Antônio Prado,

⁶¹⁹ Idem, p. 98.

⁶²⁰ DA SILVA, op. cit., p. 82-84, 88.

	Central	na Zona Norte
1889	Início do calçamento das ruas com macadame	Quadrilátero Central
1890	Demarcação do Largo da Matriz	Quadrilátero Central
1893	Emancipação do Núcleo Antônio Prado	Núcleo Colonial Antônio Prado, na Zona Norte
1896	Criação do 3º Distrito Urbano, Através da Lei n.23, de 18/01/1897 foi criado o Distrito do Barracão (atual Campos Elíseos),	Parte da Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1896	Serviço de Higiene e Desinfecção (anexos criados: Serviço de Limpeza Pública e Serviço de Arborização de Ruas)	Quadrilátero Central
1897	Canalização de água	Quadrilátero Central
1899	Luz elétrica	Quadrilátero Central
1899	Ramal da Mojiana para Sertãozinho	Segunda Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1903	Rede de água e esgoto – “Empresa de Água e Esgoto” e “Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto”	Quadrilátero Central
1915	Início do calçamento das ruas com paralelepípedos	Quadrilátero Central
1922	Ramal da estrada de Ferro São Paulo-Minas	Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado

Fonte: DA SILVA, op. cit., p. 88.

Assim, a proliferação da febre amarela na cidade acaba sendo consequência da falta de rede de esgoto e de a água tratada estar voltada apenas para a parte alta da cidade, deixando a parte de baixo à mercê da proliferação da doença. Como Ribeiro descreve, a epidemia foi a pior do Estado, ocasionado 810 casos na cidade, com 254 mortes,⁶²¹ levando à expansão do higienismo da área central para a periferia, com a constituição de uma Comissão Sanitária permanente, dividida em três distritos, cada uma com seu inspetor sanitário, responsável pela fiscalização e por certificar-se de que as medidas sanitárias fossem aplicadas no espaço público e privado.⁶²²

Com a constituição do segundo Código de Posturas Municipais, propôs-se um alinhamento estético, que definia dimensões, tipos de materiais e normas de saneamento. Sendo assim, seguia a sombra deixada pelo código estadual. Por exemplo, o capítulo 3 do artigo 65 proíbe ter nos quintais ou dependências depósitos de lixo, águas estagnadas ou materiais de fácil corrupção, capaz de prejudicar a salubridade pública.⁶²³ Já o capítulo 2 do artigo 30 estabelece a fiscalização de todas as obras, que deveriam seguir e respeitar as normas de

⁶²¹ Cerca de mais da metade dos casos com morte no Estado de São Paulo. Idem, p. 103; FARIAS, op. cit., p. 151-152.

⁶²² RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim... inventário da saúde pública**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993. p. 85-86.

⁶²³ FARIAS, op. cit., p. 152.

seguranças, de higiene e de estética da cidade. Concomitantemente regulamenta e legitima a expulsão das barreiras para a construção do moderno, como estalagens, cortiços, e construções do gênero, promovendo a saída dos pobres da área central.⁶²⁴

Então, na primeira década do século XX, os prefeitos priorizam uma política de realizar o máximo de obras possível, acumulando-se, obviamente, uma dívida para o município. Afinal, buscavam-se importantes empréstimos e outro meios para financiar o desejo de civilizar a cidade.⁶²⁵ Desejo este presente nos olhares e discursos da elite ribeirão-pretana, como se pode ver no artigo publicado pelo jornal *Diário da Manhã* de 6 de junho de 1907, intitulado “Prédios Velhos”, que criticava as imagens velhas de edificações antigas, a sujeira decorrente da falta de calçadas e o pavimento das ruas do centro da cidade, elementos que destoavam do fetiche do moderno e faziam a cidade acordar de seu sonho. Como observamos abaixo:

Por entre as belas que já se destacam do conjunto imponente que apresenta o aspecto geral da cidade, notam-se às vezes, aqui e ali, como manchas encardidas de cousas velhas e archaicas, algumas casinholas a enfeiam o bello panorama. Não se poderia desmanchar essas velharias sujas para limpar a cidade, ao menos nas ruas centrais? As vezes entre cosas de bonita architectura, pintadas de novo, numa limpeza de encantar, o olhar do curioso sente-se de repente ferido pela ruína nauseante de um casebre sujo, sem colíça pelas paredes, sem tinta pelas portaladas denotando na geringonça desarticulada de suas juntas um espécie de andaime perigoso amarrado aos flancos dos bons prédios. É preciso uma reforma nesse sentido, reforma que renderá não só benefícios da esthética, mas também da Hygiene.⁶²⁶

Por isso, o município, na tentativa de ordenar o antigo e exorcizar o velho, desde 1902 inicia o calçamento do centro com paralelepípedos o centro. Os trabalhos começam na Rua da Estação, atual General Osório, no trecho entre a Praça Shmidt e a rua Álvares Cabral, já que a rua conectava o grande Largo e a Estação Mogiana, onde se assentava o principal eixo econômico da cidade, que contava com cerca 219 edifícios. Esse eixo se torna o principal promotor da imagem da cidade como “Capital D’Oeste”, uma vez que era tomado pelas principais casas comerciais, por hotéis, farmácias e serviços profissionais, tornando-se o principal espaço de compra da elite ribeirão-pretana.⁶²⁷ Como podemos verificar na fotografia abaixo que retrata a Rua General Osório, vista a partir da Av. Jerônimo Gonçalves, em pleno movimento do comércio, de pessoas e carroças.

Figura 12 – Rua General Osório, vista a partir da Av. Jerônimo Gonçalves em 1910.

⁶²⁴ DA SILVA, op. cit., p. 82.

⁶²⁵ FARIAS, op. cit., p. 185.

⁶²⁶ **Diário da Manhã**, 06 jun. 1907 apud SILVA, op. cit., p. 90.

⁶²⁷ FARIAS, op. cit., p. 186-187.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 115, 08, JPM.

Porém, o calçamento das outras principais regiões do centro foi feito apenas com uma camada de pedra britada socada com saibro, de aproximadamente trinta centímetros de espessura, como era na Praça XV de Novembro que ainda era envolto por novos jardins, nas ruas Lafaita e São José. O processo de calçamento só realmente se concluirá no centro na década de 1920.⁶²⁸

A cidade exposição tomava forma, pois ao mesmo tempo, que embelezava e ordenizava o principal centro de venda e promoção da cidade, a área central. Também facilitava a circulação de bens, produtos e o acesso aos bairros periféricos, a parte de baixo do rio Ribeirão Preto. Contudo, concomitantemente promove a mesma problemática apontada por Baudelaire, na Paris Hausmaniana. A facilidade de circulação de bens e produtos abria a porta para a entrada de todo tipo de pessoa, até aquelas consideradas pela elite como a “Família de Olhos” de Baudelaire. São verdadeiros despertadores da modernidade, pois carregam consigo o constrangimento da lembrança dos sacrifícios pela novidade. No entanto como o casal de amantes de Baudelaire, sua dor pode ser rapidamente solucionada com a retirada dos objetos atemporais do tempo vivido, ou seja a excomunicação das pessoas pobres dos centros burgueses.

Desta forma observamos o caso da “gentinha” invadindo o espaço de lazer das “nobres” e “civilizadas” famílias ribeirão pretanas num domingo a noite na praça XV de Novembro. Pondo fim a trilha sonora que embalava a fantasia da modernidade, e sintonizava para o novo

⁶²⁸ VALADÃO, op. cit., p. 72.

tempo, que a banda Euterpe entoava pelo clássicos autores europeus. O fim do lazer começou quando a “gentinha” atormenta com sua presença, com sua imagem, com sua referência, o espaço destinado a burguesia desfrutar seu momento, algo que a municipalidade e autoridades “não podiam aceitar”. E nesta perspectiva que relato se refere-se:

O espetáculo a que assistimos revoltados no domingo à noite, quando tocava no jardim público a banda filhos Euterpe, não pode e não deve repetir-se [...] não pode estar dominado por este elemento pernicioso que atenta a vida publica e audiosamente contra os mais comensuráveis deveres sociais, e que vai além, muito do além, chegando desrespeitar as famílias, fazendo-as retrahirem-se, fugirem daquele lugar [...] o jardim é de todos, mas todos os educados [...] Esperamos o corretivo enérgico da parte das autoridades, mesmo que se torne precisa uma postura municipal proibindo ali a entrada dessa gente mal educada⁶²⁹

Então para elite ribeirão pretana, o mundo civilizado e moderno, só poderia ser vivido, conectados por espaços homogêneos, formado de pessoas que seguem e estão adaptados as normativas da civilidade, como é visto “o *Jardim é de todos, mas todos os educados*”. Já que as imagens consideradas incivilizadas cumpririam o papel de arruinar a fantasia da modernidade e trazer a burguesia para de volta a cidade real. Por isso, o autor é enérgico em reivindicar a atuação das autoridades, que devem “*corretivo enérgico [...] proibindo ali a entrada dessa mal educada*”. Para que assim ninguém acorde a burguesia ribeirão pretana de seu conto da “belle époque”.

Criando uma cidade cada vez mais segregada da parte de alta e central rica para parte baixa periférica pobre, seguindo a dualidade de civilizados e bárbaros, qual a mistura étnica e social não era aceita pela elite ribeirão pretana, como demonstrava “A Cidade”::

“Misturam-se todas as classes”, procura-se a Sociedade na Igreja e que se vê é uma mistura de todas as classes. No jardim público, onde aos domingos reúnem-se as famílias não há seleção, a confusão ainda é notável: pretos, brancos e mulatos. Gente limpa e gente das baixas camadas se acotovelam nas abas do elegante parque.⁶³⁰

Demonstra-se, assim, que a imagem da “gente limpa” não pode ser violentada pelas “genteas das baixas camadas”, pois perde-se o senso de “sociedade”, de “seleção”, pondo-se fim à esfera “elegante”, moderna. Pode-se, assim, dizer do parque da fantasia, representado no teatro do encontro público.

Então, para reafirmar a idealização e o desejo por cima do real, se tece pelo fio das representações simbólicas uma nova realidade, descrita na perspectiva da cidade idealizada. Como observamos, já na década de 1910 do século XX a revista *Brazil Magazine* afirmava (em

⁶²⁹ *A Cidade*, 02 mai. 1905 apud FARIAS, op. cit., p. 196-198.

⁶³⁰ *A Cidade*, 10 abr. 1907 apud idem, p. 198.

1911):

Cortada de bellas ruas, e largas avenidas, calçadas e betumadas, bordadas de construcções particulares e estabelecimentos de commercio, fortemente illuminada a electricidade e com abundante serviço de agua potavel, Ribeirão – Preto é um grande centro urbano, beneficiando de todo o confortável material da vida e de todos os praseres da civilização moderna (...) D’entre as construcções officiaes se destacam a Camara Municipal, o mercado público, a bibliotheca, o admiravel grupo escolar que se impoem pela sua bellesa architectural e o moderno hospital de isolamento que com outros postos do serviço de hygiene attestam as previdentes disposições officiaes pela salubridade publica,⁶³¹

A revista trazia escritos em francês e português, e fazia referência a Ribeirão Preto como “Le Pays Du Café”, um mundo rico, que produz um ambiente todo embelezado e saneado, ditado pelas “bellas ruas, e largas avenidas, calçadas e betumadas”, glorificadas pelos tons modernos “fortemente iluminada a electricidade”, com “abundante serviço de agua potável” e luxuoso comércio, sem contar os fundamentos de civilidade que as construções oficiais, como a “Camara Municipal, o mercado público, a bibliotheca, o admiravel grupo escolar [...]o moderno hospital”, produzem na esfera pública, deixando de lado e rejeitando as mazelas das partes baixas da cidade, do Barracão ao Morro do Cipó, pois são encobertas pelo brilho e pelo desejo da modernidade.

A década de 1910, então, dá continuidade ao desejo da esfera pública de fazer emergir um mundo moderno, encabeçado pela prefeitura e pelo capital privado, produzido pela nova sede da Câmara Municipal, pelo Palácio do Rio Branco, pelo Ginásio do Estado, pela Prudente de Moraes, pelas escolas municipais (como a Guimarães Júnior e a Fábio Barreto, na Lafaite e Amador Bueno, respectivamente), pelas escolas privadas Metodista e Santa Ursula. Além dos bochicos, movimentado pelas idas e vindas cada vez mais presentes no comércio e seus prazeres do consumo, entretenimento, da reflexão e até lascívia, vista passando pelos bares, cafés, cassinos e prostíbulo da nova cidade. Já que o bom dia de lazer, em Ribeirão Preto, neste período, começava num bom café na Confeitaria Paulitéia, passando pela sessão de cinema matutina no Cinema/Teatro Polythema, chegando ao meio dia para ver o novo conferista na Sociedade Recreativa, sem esquecer de um bom jogo de futebol no fim da tarde no campo Comercial Futebol Clube na Tibiriçá. O término deste dia só é completo, com as terríveis e intermináveis noites no Cassino Antártica com suas fantásticas dançarinas.⁶³² Aonde este processo de racionalização, embelezamento que emulam a cidade exposição, na região central, pode ser contemplado claramente com a fotografia entre as ruas General Osório e São Sebastião.

⁶³¹ Apud SILVA, op. cit., p. 90.

⁶³² VALADÃO, op. cit., p. 77-78 e Cidade.

Vista de parte do centro da cidade.

Figura 13 - As ruas General Osório e São Sebastião em 1910

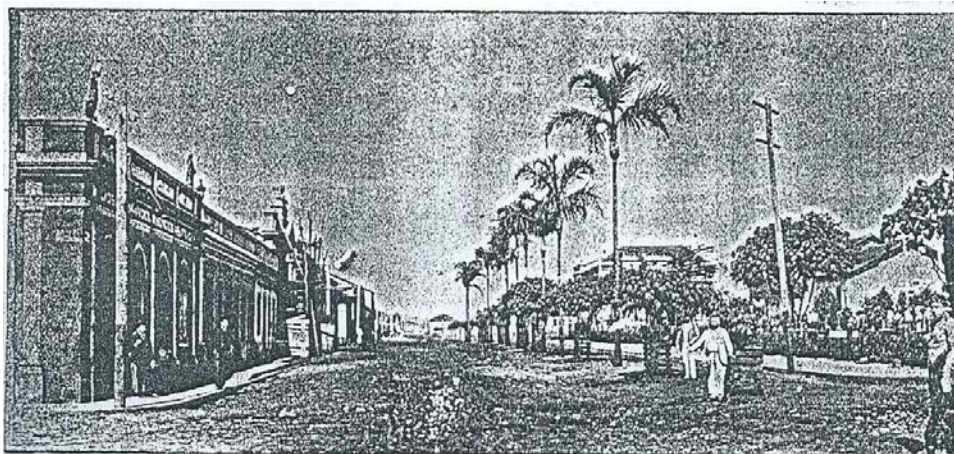


Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 138, 12, JPM.

O prefeito Macedo Bittencourt promoveu uma significativa transformação do paisagismo da cidade, com o plantio de palmeiras imperiais no trecho próximo à rua Álvares Cabral. O Paisagismo é concluído no período do prefeito Rodrigues Guião, que também incluiu a reforma da praça XV de Novembro, erguendo na região central da praça o bar da Antártica. Era formado por um edifício de forma circular, circundado por colunas de ferro, que eram acompanhadas da reformulação do paisagismo racionalizado com formas geométricas, cortesia dos novos mobiliários.⁶³³

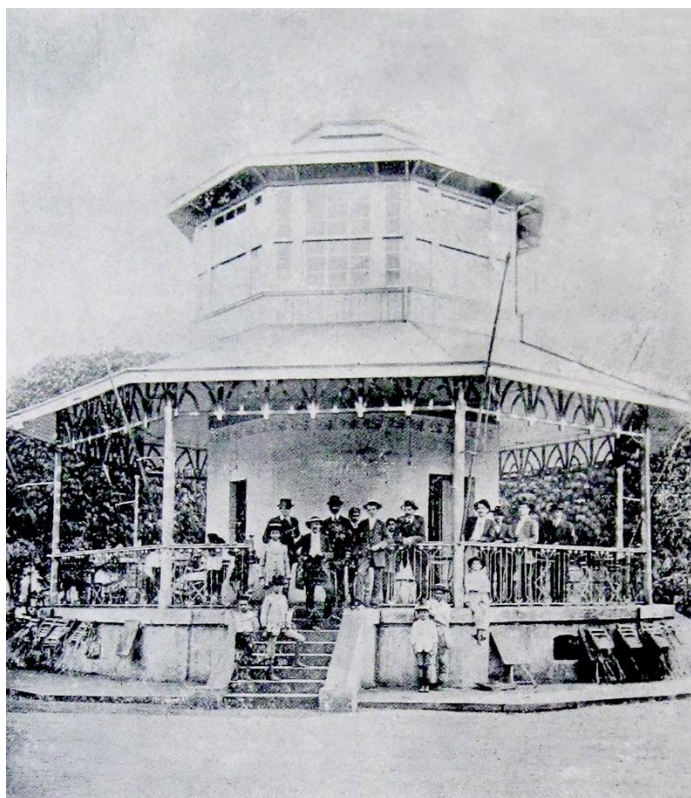
Figura 14 – Rua Duque de Caxias com a Álvares de Cabral, em frente a praça 15 de Novembro, em 1913.

⁶³³ Idem, p. 79.



Fonte: ALMANAQUE ILUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Sá, Manaia & Cia.: 1913

Figura 15 – Bar Antártica na Praça XV de Novembro em 1913



Fonte: ALMANAQUE ILUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Sá, Manaia & Cia.: 1913

No entanto, Macedo Bittencourt coroa o período de construção da cidade civilizada, constituindo em 1917 o Palácio Rio Branco, que seria o principal edifício da década. O seu estilo é marcado pela influência da *art nouveau*, que procura apropriar-se do imaginário da *Belle Époque*, sendo composto de dois pavimentos mais porão. O térreo era formado de um hall, dividido por colunas híbridas de proposta jônica, e salas assimétricas ladeadas até a escada de acesso superior. Entre as escadas havia as demais salas do pavimento. Já o segundo andar era formado de banheiro principal voltado para a fachada e de um “jardim de inverno”. Havia

também o salão nobre e o salão de reuniões, mais outras salas distribuídas entre eles.⁶³⁴

Figura 16 – Palácio do Rio Branco de Ribeirão Preto, em 1923



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 463, 40, JPM.

O crescimento urbano reforçou a possibilidade e o desejo para a continuidade da construção significativa de “cidade moderna”, voltando-se à fomentação e à apropriação de signos do novo e da civilidade, por meio da mídia. O *Almanaque Ilustrativo de Ribeirão Preto* de 1914 foi um dos seus principais promotores. A obra, de extensão considerável, busca sintetizar todas as dimensões da cidade, no entanto reforça referências da civilidade, como no seu início, quando se faz um resumo da história da cidade, voltando-se até o presente:

[...] a capital agrícola de São Paulo [...] empório colossal da Lavoura, do commercio, da indústria, e ao mesmo tempo centro intelectual, scientifico e artistico [...] predios monumentos com finíssimos e architectonicos adornos, jardins [...] e uma das mais artisticas egrejas do Brazil; ruas amplas que se assemelham a bellissimas avenidas, ostentando arborização nova e copada, praças duma extensão extraordinaria [...] florescimento agrícola, commercial e industrial [...] fios telefônicos que se estendem facilitando as comunicações; a riqueza e o bem estar da população [...] assegura a comodidade e o prazer do exisitir; enfim instrução o maior elemento de civilização.⁶³⁵

⁶³⁴ Idem, p. 109-110.

⁶³⁵ *Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto*. Sá, Manaia & Cia., 1913. p. 16.

Usa-se todo tipo de adjetivo que possa criar a cidade desejada, alinhada ao progresso econômico, “a capital agrícola de São Paulo [...] empório colossal da Lavoura, do commercio, da indústria”; ordenada, “[...]ruas amplas que se assemelham a bellíssimas avenidas, ostentando arborização”, contemplada de diversos e belos monumentos, “[...]predios monumentos com finíssimos e architectonicos adornos [...]”, e por fim um centro de instrução, que segundo o autor é a base da civilização “[...]centro intelectual, scientifico e artistico[...]”.

Os símbolos da urbanidade também estarão presentes no almanaque de T. Oscar Marconde, de 1916, que lança mão de termos como “cidade das luzes”, “ponto de parada obrigatória para os viajantes” e outros, que ressaltam não só beleza, como a importância da compra. O exemplo poderia ser muito bem ilustrado por uma vitrine, que representa o lugar do desejo, da compra, do novo. Atrela-se assim a construção de um imaginário social e político, não delimitado no café, para o comércio e o serviço da cidade.⁶³⁶

Com a expansão urbana na década de 1910, a cidade já continha 2.818 prédios residenciais e por volta 286 estabelecimentos de comércio na cidade, cerca de 60 mil habitantes no município, dos quais 19 mil já viviam no espaço urbano.⁶³⁷ Assim, os veículos de mídia podem, com mais facilidade, reforçar a imagem da cidade de forma ordenada, higienizada e moderna. *O Almanaque Ilustrativo de Ribeirão Preto* descreve os principais edifícios da cidade, apontando-os não só devido à sua arquitetura e estrutura, que representam a civilidade, mas porque reforçam os elementos do novo. É o caso de prédios públicos que promovem instrução, higiene, organização e fé, como “Escola Guimarães Júnior, Santa Casa de Misericórdia, Catedral, Fórum e Cadeia”, além dos prédios particulares que indicam o progresso econômico, intelectual, urbano e de lazer, como “Antartica, Recreativa, Praça XV de Novembro, Teatro Carlos Gomes e Hotel Central”.⁶³⁸

A civilidade da urbanidade também é reforçada, demonstrando-se que a fantasia do novo também pode se encontrar na extensão da cidade, não só do centro. Por isso, procura enumerar os bairros que formam o município, como Barracão, Santa Cruz de Jacques, Vila Tibério e Retiro, salientando-se o aspecto do crescimento econômico, da urbanidade, da ordem e da fé que dão forma à civilidade, apontando somente no Retiro a falta desses elementos.

O Barracão é considerado o lugar do operariado, daí ser chamado de “Braz de Ribeirão

⁶³⁶ Citações retiradas de SOUZA, T. Oscar Marcondes. **Os municípios do Estado de S. Paulo**. São Paulo: Gráfico Universal, 1916.

⁶³⁷ CAPRI, op. cit; SOUZA, T. Oscar Marcondes. **Os municípios do Estado de S. Paulo**. São Paulo: Gráfico Universal, 1916.

⁶³⁸ Idem, p. 19.

Preto”, resultado, diz o autor, do seu grande movimento comercial e industrial, que se assemelha ao “de uma grande cidade[...]”. A higienização está presente graças à Santa Casa de Misericórdia, a instrução da ordem e da fé, graças à Igreja São Antônio dos Pobres e à Escola Estadual. Já Santa Cruz de Jacques é um bairro de “aspecto animador”, por ser formado de bom número de prédios regulares, e o autor sugere que este elemento atesta um desenvolvimento econômico, em que o espaço aponta temas da higienização, com presença de praças, da ordem (com a instrução e controle da capela) e de escolas estaduais. Por último, celebra-se a Vila Tibério como “[...] incontestavelmente a Hygenopolis da Capital d’Oeste”, onde situa-se centro do crescimento da cidade, a fábrica Antártica, serviços públicos que mantêm a salubridade e a fé, com a sociedade dos amigos do pobres, e a instrução não poderia faltar, com a Escola Noturna de Opérarios.⁶³⁹

Deixa-se apenas para o Bairro do Retiro a falta da civilidade, não em tom crítico, apenas descrevendo-se a sua barbárie, sem condenações ou recomendações, buscando-se até dar-lhe um fundamento de crescimento, por conta do grande número de habitações: “Possue um bom numero de predios, porem ainda não foi favorecido com luz electrica, falta-lhe igualmente agua canalizada e rede de esgosttos [...] fica na proximidade do Bosque Municipal”. No entanto, os elementos indicados pelo almanaque, para sua barbárie, para sua atemporalidade, que são a falta de água, luz, rede de esgoto, de instrução secular e civil, também podem ser vistos nos outros bairros. Ou seja, se indicavam em algumas partes de seu espaço elementos de definição de sua civilidade, assumida em uma representação que mascara a da cidade idealizada.⁶⁴⁰

Paziani nos delimita as problemáticas do mundo real da cidade, presentes desde áreas do centro civilizado até o centro do operariado no Barracão, a falta de água, de luz e de limpeza urbana:

Falta d’água’: Reclamam diversos moradores da parte alta da rua Amador Bueno que nestas últimas noites, de oito horas em diante, sentem-se privados deste precioso líquido [...]

Diversos moradores do bairro do Barracão pedem-nos que reclamemos atenção a quem de direito para o verdadeiro estado de abandono em que se acha parte do Município. Nas ruas o mato e capim bravo cresceram a ponto de atingir a altura dum homem; o trânsito está quase impraticável devido também ao péssimo estado das mesmas cheias de buraco [...]

Os moradores da rua General Osório, esquina da S. João, pedem-nos que sirvamos de seu porta-voz para reclamar da Empresa de Força e Luz que jaz uma lâmpada naquelas alturas.⁶⁴¹

⁶³⁹ Idem, p. 22-23.

⁶⁴⁰ Idem, p. 23

⁶⁴¹ Apud PAZINI, op. cit, p. 184-185.

A Ata da Câmara Municipal de 1917 à 1922 corrobora para esta realidade, a falta de infraestrutura na região central. Devido a isso, o programa de reformas da cidade de Ribeirão Preto na década vinte, implica na expansão do calçamento com macadâmia, estradas de rodagens com paralelepípedos, e o atendimento da rede de esgoto e luz na área central. Como podemos observar na opção da Comissão de Obras e Finanças, encabeçada por Antonio Rodrigues Silva, volta-se para um modelo de modernização desigual, como informa:

As Comissões de Obras e Finanças da Camara Municipal de Ribeirão Preto depois de estudar detidamente o problema do calçamento da cidade, encarando-o por todos seus aspectos, têm a honra de oferecer à apreciação da Câmara o seguinte projeto da lei procedido dos agendamentos abaixo, e foi sempre pensamento predominante no atual Câmara o calçamento da parte central da cidade de preferencia ao de seus pontos internos.⁶⁴²

A justificativa da modernização da área central é pautada não pela vontade pública, que seria contrária a ela – “Em primeiro lugar, a opinião pública de Ribeirão Preto tem sempre se manifestando de um modo inequívoco”⁶⁴³ –, mas pela vontade da Câmara. A Ata continua: “[...] uma Instituição como a Câmara, que se elege por meio de voto popular, não pode e não deve desprezar essa opinião, cabendo-lhe nela inspirar-se em suas revoluções”⁶⁴⁴. Na visão da Câmara, a modernização seria justa enquanto centrada na região de maior concentração de população e de prédios, que é também onde se encontram as principais casas comerciais:

Em segundo lugar, em todo o melhoramento público, deve-se ter em vista o beneficio e gozo da maior parte da população, atendendo-se igualmente ao interesse das classes [...] Sendo assim é realmente uma injustiça calçarem-se ruas quase desertas, de poucos edificios privando-se de tal melhoramento outras que estão literalmente edificadas, para onde ordinariamente afluê a maior parte da população e onde se acham situados os mais importantes estabelecimentos comerciais.⁶⁴⁵

Constituindo uma visão de modernização referente ao modelo cidade-exposição, vista no item anterior, deve-se atentar que este programa de modernização é aonde se concentra o espaço de compra, de movimento, pessoas e grupos sociais, desde o trabalhador, a senhora de luxo com suas compras, do colono da fazenda ao viajante fazendo loft para fechar uma empreendimento. Por isso, a cidade, torna-se o lugar da vitrine que a representa e a vende.

⁶⁴² **Ata da Câmara Municipal, 1917-1922**, p. 261.

⁶⁴³ Idem, p. 262.

⁶⁴⁴ Idem.

⁶⁴⁵ Idem.

Por isso, esse tipo de modernização não deve se ocupar das partes externas, e sim onde haja circulação de compras e de pessoas, delimitando-se e restringindo-se a uma dimensão social. Desta forma, os pedidos de infraestrutura nas áreas periféricas são rejeitados, sendo vistos de maneira desnecessária ou de segunda importância:

[...] diversos moradores da rua Silveira Martins, na Villa Tibério, pedindo iluminação naquela via pública. _ As comissões de Finanças e obras [...] ⁶⁴⁶

[...] diversos proprietários residentes na rua Golçanves Dias, na Vila Tibério, pedindo a instalação de dois postes de luz naquela rua. [...] Rejeitando o requerimento dos moradores das ruas Golçalves Dias e outras, solicitando instalação de luz. ⁶⁴⁷

[...] diversas propriedades e moradores da avenida “Luiz da Cunha” na Vila Tibério, pedindo iluminação da rua Barão de Cotegipe e de dois quarteirões da mesma avenida, antes daquele na pública. A Comissão de Finanças. [...] mandando aguardar para o futuro exercício o pedido de iluminação feito pelos moradores da rua Barão de Cotigipe e fim da Avenida Antartica, visto não comportar essas despesas no orçamento deste ano. ⁶⁴⁸

Então, a modernização só era encontrava quando o elemento da importância econômica ou da importância de ser vitrine se encontrasse também, não importante assim sua localidade. É o que observamos no caso da constituição de uma rede esgotos no quarteirão da rua D. Mariana Junqueira entre as ruas José Bonifácio e Jeronimo Gonçalves, pois lá se encontrava a fábrica de massas de Paschoal Innechi, um dos principais industriais da cidade, ⁶⁴⁹ cujos produtos era vendidos a um amplo número de compradores de Ribeirão Preto e região, além de Minas e São Paulo. Então, era um lugar de compra e de representação, daí ser necessário ordená-lo e modernizá-lo. Como a Ata relata:

[...] autorizando o sr. dr. Prefeito a mandar construir o coletor de esgotos do quarteirão da rua D. Mariana Junqueira, entre as ruas José Bonifácio e Jeronimo Gonçalves, atendendo assim, ao pedido de Paschoal Innechi, proprietário de uma fabrica de massas alimentícias naquele trecho [...]

Isso não quer dizer que a modernização foi um processo único e delimitado da região central, mas sua perspectiva estava pautada na referência de cidade-exposição. Desta forma, Valadão acrescenta: “Realmente, ao final da década de 10, diversas ruas e praças centrais (aí incluídas as dos bairros Vila Tibério e Barracão) já se encontravam ajardinadas e arborizadas” ⁶⁵⁰ como o *Almanaque Ilustrativo de Ribeirão Preto* apontava, só que de maneira

⁶⁴⁶ Idem, p. 90.

⁶⁴⁷ Idem, p. 100 e 120.

⁶⁴⁸ Idem, p. 283 e 301.

⁶⁴⁹ Para saber mais de Paschoal, veja Capítulo 2, item 7.

⁶⁵⁰ VALADÃO, op. cit., p. 79.

amplificada e mistificada.

A década de 1920 será marcada pelo embelezamento da cidade, pautado em normas higiênicas e técnicas constituídas pelo código de postura do período, como também pela planificação da estruturação estética da cidade, pautada no calçamento de paralelepípedos e macadame, instalação de rede esgotos e água, ajardinamento das praças 15 de Novembro e 13 de Maio e retirada dos serviços da área central, como cemitério, posto veterinário, matadouro e mercado.

Segundo o Relatório da Câmara Municipal de 1924, que apresentou o parecer do primeiro triênio do programa de calçamento, de 1920 a 1922 foram calçados cerca de quarenta quarteirões, por volta de 30.000 metros quadrados, e gastos 343 contos de réis. Já no ano de 1923, foram calçados cerca de 10.000 metros quadrados, em uma área de 14 quarteirões, com gasto de 131 contos. No total, foram calçados cerca de 40.000 metros quadrados, com um custo de 480 contos de réis. Foram respeitados dois pontos fundamentais, que já apontamos: áreas de maior concentração de edifícios e de casas comerciais, priorizando-se primeiro a região central, e só depois foram calçadas outras áreas externas, como a Vila Tibério e o Barracão. Para a execução desse programa, foi necessária a aprovação da lei 275, de 1923, que permitiu a criação de um fundo especial e permanente para as obras de calçamento da cidade, por meio da autorização de empréstimos de 200 contos de réis anuais, para serem pagos em cinco anos. No entanto, a divisão de valores permitia o pagamento da metade do empreendimento, e a outra metade seria paga pelos proprietários.

O esforço do programa de modernização valia-se do desejo de poder assumir a fantasia do moderno, trilhando-se o caminho do progresso de Goethe, que é pautado na destruição das velhas pontes do passado para a construção de uma nova identidade, voltada à referência daquilo que se denomina progresso, como denominado pelos agentes da modernidade e seus signos – que, no caso, seriam as esferas da agricultura, do comércio e da indústria, que posteriormente seriam resumidas por agronegócio.⁶⁵¹ Como o Relatório nos indica:

[...] crescimento acelerado da cidade, e sua admirável expansão progressista, reclamando o concurso imediato e dispendioso da administração na execução de vários serviços públicos necessários e urgentes, tornavam difícil, senão impossível, a realização de um serviço de calçamento de acordo com as exigências imperiosas de nosso desenvolvimento [...] pois tudo vem indicando que esta evolução econômica tende a acompanhar o impulso do progresso, incrementando-se e antecipando-se ao futuro grandioso que está reservado a esta importante metrópole agrícola, comercial, industrial do Estado de São Paulo.⁶⁵²

⁶⁵¹ Como podemos observar no almanaque de 1927, cuja análise está no Capítulo 4.

⁶⁵² **O Estado de São Paulo**, 25 jan. 1924.

O programa municipal manterá esse esforço para constituir o atmosfera do novo, como se vê no Relatório da Prefeitura de 1925, que discorre sobre o período de seis anos de obras, que perfazem 56.000 metros quadrados de calçamento e paralelepípedos, além da construção de cerca 8.807 metros de galerias pluviais, que contemplam obviamente as principais ruas do centro, como Rua São Sebastião entre as ruas S. João e Garibaldi, Rua Amador Bueno entre as ruas D. Mariana Junqueira e Barão do Rio Branco, Rua Saldanha Marinho entre as ruas General Osório e São Sebastião. São calçados quatro quarteirões da parte alta da cidade, nas ruas Campos Salles, Visconde de Inhaúma, Prudente de Moraes e Barão do Amazonas, na rua General Osório, em toda a praça que circunda o Teatro Carlos Gomes, no quarteirão entre as ruas Duque de Caxias e General Osório, na Rua 7 setembro até a Garibaldi e no prolongamento da Rua Garibaldi. Há obras de embelezamento na praça 15 de Novembro, na Praça da Estação e no jardim da Praça 13 de Maio.⁶⁵³

Figura 17 – Praça 13 de Maio entre 1920/1930



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 476, 42, Ernesto Kühn.

Figura 18 – Praça XV de Novembro entre 1920/1930

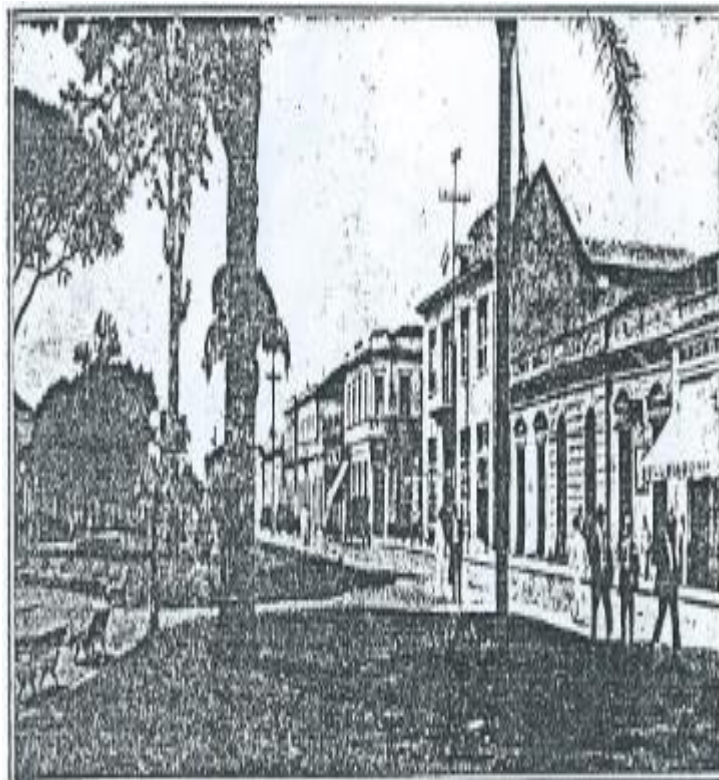
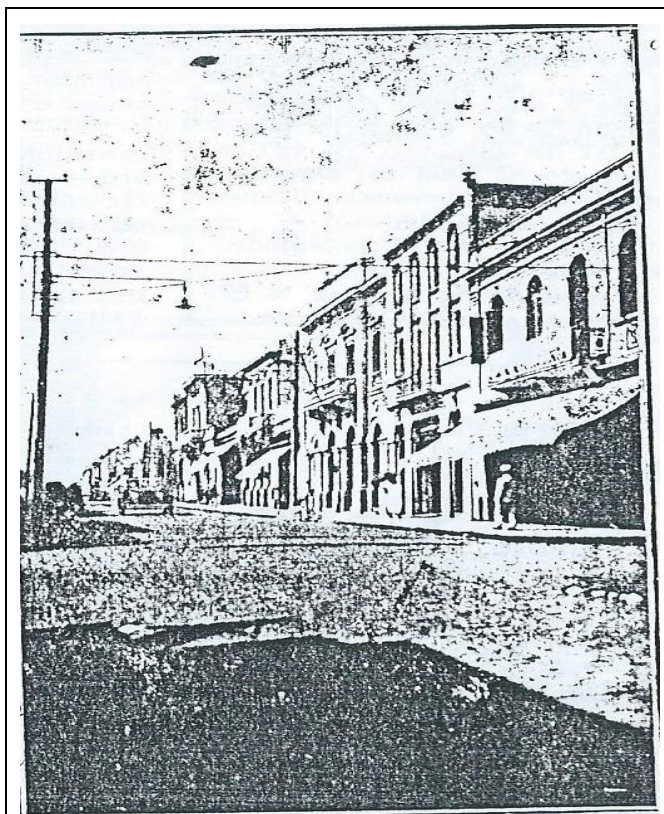
⁶⁵³ RELATÓRIO DE PREFEITURA, correspondente ao exercício de 1925, Ribeirão Preto: 1926; **Acta das sessões da Câmara Municipal de Ribeirão Preto**. N. 11. (1917-1922). p. 177, 241, 254, 261, 340, 459; **Acta das sessões da Câmara Municipal de Ribeirão Preto**. N. 12. (1922-1929). p. 51.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 287, 28, JPM.

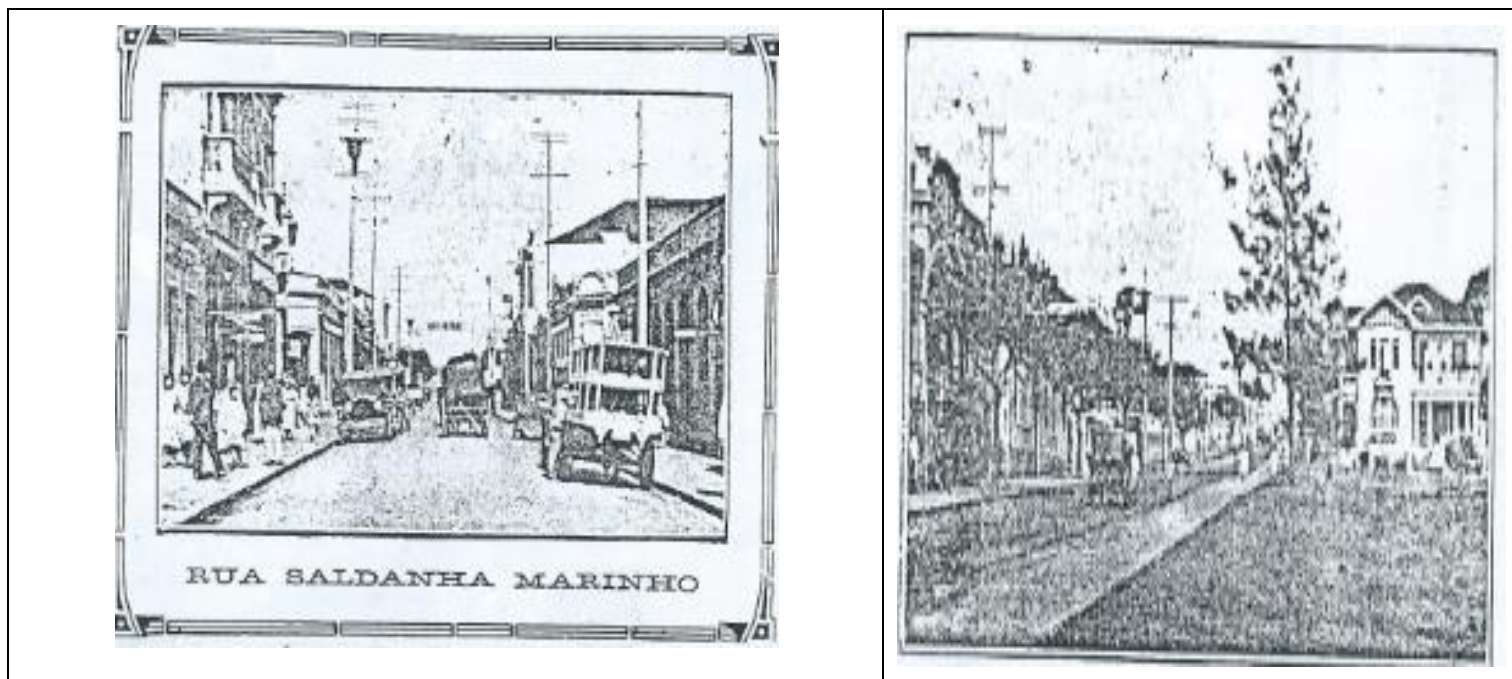
Criando um novo paisagismo cultural a cidade, que era necessário para produzir a fantasia da modernidade, qual podemos verificar nas fotos do centro de Ribeirão Preto, retiradas do almanaque de Mello:

Figura 19 - Ruas General Osório e Praça XV de Novembro em 1927:



Fonte: MELLO, Antonio D.. **Almanaque de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto; Diário da Manhã, 1927.

Figura 20 – Ruas Saldanha Marinho e Tibiriça em 1927



Fonte: MELLO, Antonio D.. **Almanaque de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto; Diário da Manhã, 1927.

Então, esse processo é uma dicotomia da construção da modernidade (representatividade) e da busca por ser moderno (o desejo), por isso, a primeira etapa de calçamento e embelezamento da cidade estava calcada no número de moradias, mas principalmente nas classes que mais favorecem a cidade e os espaços onde estão situados os principais pontos de comércio, demonstrando-se como o processo de urbanização e modernização está centrado em um grupo e seu discurso. Por isso Faria, afirma:

Uma metrópole moderna e progressiva, restrita, porém, à burguesia local, que em toda a história manipulou os programas econômicos e urbanos em benefício particular; construíram como ainda fazem, uma cidade para poucos. Como se pronuncia no léxico urbanístico contemporâneo, uma cidade dos incluídos nas possibilidade advindas com a modernidade.⁶⁵⁴

A modernização não será encontrada apenas no espaço público, como também no espaço privado. Assim, os programas residenciais dos mais abastados apropriam-se dos signos do novo e da comodidades que as revistas francesas ofereciam. Primeiro, a residência e a rua deveriam ser separadas por jardins racionalmente projetados, para aumentar a privacidade em relação à rua e a comodidade do silêncio em meio aos barulhos das metrópoles em formação. Na década de 1920, torna-se importante a garagem para os automóveis. Segundo, a constituição do hall de

⁶⁵⁴ FARIA, op. cit., p. 248.

entrada e de pé direito duplo no interior dos espaços. Isso permite uma circulação francesa à residência, pois isolam-se entre si as áreas de estar, de serviço, de repouso e de lazer. Desta forma, do hall poderíamos ter acesso independente à seção de estar, que correspondia à sala de estar, ao escritório e à biblioteca.⁶⁵⁵ Ao mesmo tempo, também se dava acesso à seção de serviços, que era destinada à sala de jantar, à copa, à cozinha, à despensa, ao banheiro e ao quarto dos criados (nos fundos dos lotes). Por último, encontramos no seu centro do hall as escadas para o pavimento superior, onde se encontrava a seção de repouso, voltada para os quartos (tanto os da família como os destinados aos visitantes) e para o banheiro. Ainda havia a seção de lazer, que era configurada no segundo pavimento, com espaço para salas de música, costura e jardim de inverno; no porão, ficava um salão de jogos.⁶⁵⁶ Como é representado no palacete de Camilo de Mattos:

Figura 21 - Palacete do Camilo de Mattos, na rua Duque de Caxias esquina com rua Tibiriçá, vista pela praça XV de Novembro.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 889, 77, Edgard Machado.

Esse processo não será delimitado apenas aos mais abastados, mas também a uma classe média em ascensão, oriunda da década de 1920, com o boom do crescimento do comércio e da indústria na cidade, como abordamos no Capítulo 2, que vai quase quatruplicar em dez anos.

⁶⁵⁵ Denominado de “fumoir”, elemento novo na distribuição do espaço na década de 1920, que estava totalmente voltado ao homem.

⁶⁵⁶ VALADÃO, op. cit., p. 120-126.

Nessas residências, também procurava-se ter a casa separada da rua, com um espaço de quintal reduzido, mas suficiente pra garantir mais privacidade e comodidade, e seguir os critérios da circulação francesa, como as casas mais abastadas. Como tal, centrava-se no hall, que separa, as seções de estar e repouso. Obviamente, com menor espaço, não havia tantas seções. Assim, o hall dava acesso para a sala de visitas, para o gabinete e para a sala de jantar e estar. Eventualmente, também para a copa, se a cozinha fosse no porão. Na casas térreas, o porão era um espaço destinado à seção de repouso, com dormitórios e banheiro; no caso de sobrados, o segundo pavimento seria esse espaço. Na década de 1920, houve introdução da seção de serviços, com a criação de pequenas edículas para os empregados, e também de garagens no fundo e separação da sala de estar com a de jantar.⁶⁵⁷

O processo de modernização na década de 1920 em Ribeirão Preto foi situado principalmente nos mandatos de João Guião, que para Silva se concentrou especificamente na área da central:

Em suas duas administrações, o Prefeito João Guião calçou 61,36% a mais do que o Prefeito Joaquim Macedo Bittencourt em nove anos, criando inclusive um Fundo de Calçamento, mas que atendia apenas a parte central da cidade.⁶⁵⁸

Porém, diferente do que Silva aponta, parte do processo de modernização encontrou em menor escala as regiões periféricas da Vila Tibério e do Barracão, demonstrando uma expansão do espaço da modernidade. O calçamento, a instalação de rede esgoto e o embelezamento nas áreas mais humildes ocorreram posteriormente ao início das obras centrais, pois, como já apontamos, as primeiras estavam em segundo plano. Sua representatividade econômica, como centro do operariado, permite a ascensão do espaço social, que se torna um segundo centro de compra de produtos em massa, de movimento de pessoas e de mercadorias. Por isso, Dr. Camillo de Mattos indicará a autorização para calçar com macadame e paralelepípedo; antes disso, já fora autorizada a instalação de rede de esgoto e água.⁶⁵⁹

atendendo a indicação dos srs. dr. Camilo de Mattos e Pedro Marzola, autorizando o calçamento a morador na Villa Tibério, opinando entretanto a comissão de obras para que seja feito esse serviço em ocasião oportuna, depois de concluídas as obras de calçamento de parte central da cidade.⁶⁶⁰

⁶⁵⁷ Idem, p. 126-129.

⁶⁵⁸ SILVA, op. cit., p. 121.

⁶⁵⁹ [...] autorizando a Prefeitura, a colocar, digo, a mandar instalar galerias de esgotos, a colocar guias nas ruas do perímetro urbano, nas dos bairros do Barracão e Vila Tibério, que unida não estiverem servidas desses melhoramentos [...]. **Ata da Câmara Municipal, 1917-1922**. p. 277.

⁶⁶⁰ Idem, p. 344.

O calçamento ficará mais centrado na Vila Tibério, e a Ata de 1917 a 1922 indica o “calçamento a paralelepípedos de cinco de seis quarteirões”⁶⁶¹ do bairro. Houve também o embelezamento da rua General Osório, que se tornaria uma das principais praças do comércio, que ocorreu conjuntamente com os paralelepípedos, mosaicos e embelezamento das praças em volta do Ginásio Estadual.⁶⁶²

O crescimento representativo do bairro motivou uma matéria no jornal *O Estado de São Paulo*, na véspera do natal de 1928, na qual o autor procura alinhá-lo ao ideal dos bairros operários de São Paulo, como o Brás. Ocorre uma divisão parecida em ambas as cidades: na capital, situa-se o centro pelo parque D. Pedro; em Ribeirão Preto, a Vila Tibério situa-se pela praça Schmidt. Entre o Brás e a cidade, existe o Tamanduateí; na Vila Tibério, o ribeirão Preto a separa do resto da cidade. O autor considera o bairro uma cidade dentro da cidade de Ribeirão Preto. Além de alinhar sua divisão, destaca também as características “civilizatórias” dos dois bairros, nos quais, para o autor “nada falta”, pois diz que o bairro era seguido por ruas simétricas, calçadas, rede de esgoto e água e prédios com uma perspectiva moderna; inúmeras fábricas, grupo escolar com prédio próprio, mais outras diversas escolas, importantes estabelecimentos comerciais, sociedades beneficentes, sociedade recreativas, imponente igreja, belíssima praça ajardinada. Conclui afirmando: “Villa Tibério [...] diz bem da pujança, do progresso de Ribeirão Preto”.⁶⁶³

Portanto, realmente a Vila Tibério passa por um processo de modernização, tanto de infraestrutura, embelezamento e ampliação dos serviços, e ao mesmo tempo amplia sua importância econômica, concentrando uma grande gama de consumo e, consequentemente, atraindo atividades econômicas e serviços. Devido a isso, procura também ser moderna, lembrando que, como Lefebvre salienta, os instrumentos da mídia são os fabricantes da fantasia do novo, pois esta se refere ao que é o moderno e ao que se liga com sua aura. Desta forma, se aliam a estes instrumentos modelos de significações, para assim resignificar sua imagem da década anterior, de pobre, sujo, por não haver obras de saneamento, um local ainda envolto de carroceiros, das más condições das ruas, um mundo rural ligado à cidade, como foi descrito no jornal *A Cidade*, na matéria de 1909 de Gito Ditoso.⁶⁶⁴ A cidade se afirma moderna e civilizada não só por uma construção material, mas também por ter idealizada uma rede de

⁶⁶¹ Idem, p. 367.

⁶⁶² Idem, p. 369-370.

⁶⁶³ *O Estado de São Paulo*, 23 dez. 1928, p. 10.

⁶⁶⁴ *A Cidade*, 04 abr. 1909, p. 1. Conclui-se acerca das condições do bairro: “Em uma palavra: - A Villa Tibeiro e a Republica precisam de enxadas para carpas nas ruas – (serum anti-ophidico) – aterros, abaulamentos e bolas aos cães. Serviços pouco onerosos e que as necessidades publicas reclamam com urgência”.

signos. Ao mesmo tempo, os bairros do Retiro, Vila República e Santa Cruz de Jacques ficam de lado deste processo.

Por isso, Faria afirma que a modernização estaciona na Praça da Estação, na Vila Tibério, constituída pelo imponente edifício de linhas ecléticas, projetado por Ramos de Azevedo, que conjuntamente demonstra a expansão da Arquitetura e do Urbanismo, da paisagem modernizadora seguida por uma política de seneamento.⁶⁶⁵ Não se deixam de lado totalmente as áreas de menor número de edificações e de menor representatividade econômica, mas elas não fazem parte da cidade idealizada, da rede expositiva da cidade, ou seja, se não há funcionalidade de exposição de uma imagem e de compra de produtos, não há necessidade de se modernizar, como já observamos na justificativa do embelezamento da região central. Devido a isso, observamos o descaso nas regiões periféricas, como a Vila Virgínia, que em virtude do crescimento populacional de operários acabou sendo um dos centros de formação de vilas operárias.⁶⁶⁶ Contudo, mesmo assim, ainda falta luminosidade ao bairro, que foi requerido pelo empreendedor de vilas operárias Alvaro Lima. Tal requerimento foi aprovado pela Câmara, no entanto, a Empresa de Força de Luz responde a ele afirmando haver “dificuldade de ser levada a energia”. Não se aponta a razão da impossibilidade, e isso tampouco é requerido pela Câmara, que de forma unânime aceita o ofício da empresa. Como relata a Ata:⁶⁶⁷

Representação da Empresa Força e Luz sobre a dificuldade de ser levada à Villa Virgínia a rede de iluminação pública. Todos os papéis foram despachados às Comissões respectivas. [...] As Comissões de Justiça e Finanças no requerimento de Alvaro Lima solicitando, o assentamento de quatro lâmpadas de iluminação pública, na “Villa Virgínia”, foram de parecer favorável ao ofício Empresa Força e Luz [...] Todos os pareceres acima foram unanimamente aprovados.⁶⁶⁸

Todavia, há outros espaços que são atingido de forma pontual pelo processo de modernização, como o Bairro do Tanquinho, resultado da inauguração da Electro-Metalurgica Brasileira em 1922, e também – em 1925 – da instalação do ramal da Ferrovia São Paulo-Minas, fazendo a ligação entre Ribeirão Preto e São Sebastião do Paraíso, de onde provinha a matéria-prima da metalúrgica.⁶⁶⁹ O cenário tornou-se, com isso, de geração de emprego, facilitação de transporte e entrada de moradias operárias.

⁶⁶⁵ FARIA, op. cit., p. 228.

⁶⁶⁶ Como aponta a Ata de Câmara Municipal, de 1922-1929, como maior parte dos pedidos de implantação de vilas operárias, como no caso do empreendimento de Alvaro Lima e de Antonio Fernandes. p. 121 e 190.

⁶⁶⁷ Idem, p. 220, 231, 232 e 264.

⁶⁶⁸ Idem, 232 e 264.

⁶⁶⁹ SILVA, op. cit., p. 121

O crescimento de uma certa infraestrutura dos bairros periféricos e o *boom* do comércio e da indústria na década de 1920 em Ribeirão Preto, como já foi apontando no Capítulo 1, possibilitou a cidade de Ribeirão Preto ser um espaço propício para o investimento imobiliário, principalmente de casas operárias. Com o aumento de operários, como apresenta as Estatísticas da Indústria do Estado de São Paulo de 1929, cerca de 1071 operários, e de uma média mais alta de salários⁶⁷⁰, permite inflacionar os aluguéis e levar uma grande procura de melhores e novos estabelecimentos.⁶⁷¹ Por isso observaremos o crescimento predial na cidade de 1925-1926, como foi por exemplo o de 3968 habitações.⁶⁷²

O primeiro caso relatado na Ata de 1917 a 1922 foi um requerimento de Antônio Stefani para construção de casas de tijolos, com um alinhamento de cinco metros, nos bairros da Vila Tibério e Vila Virgínia. Não só foi aprovado como criou-se uma lei pelo vereador Antônio Uchôa para autorização de estabelecimentos de casas populares de até 8 mil contos de réis, com isenção de impostos por três anos.⁶⁷³

O segundo caso consta na Ata de 1922 a 1929, e aponta a disposição de Arthur Stefani de empreender casas operárias na cidade. Contudo, não foi pedida nenhuma isenção, pois já estava submetida por lei municipal, mas aprovação do alinhamento da obra, que foi rapidamente aceita.⁶⁷⁴ O terceiro caso, presente na mesma Ata, nos indica o requerimento de Antonio Fernandes de Oliveira para a isenção de impostos na constituição de uma vila operária, denominada “Villa Balbina”, que ficava no novo bairro da Vila Virgínia. A expansão de casas operárias, portanto, não ficou restrita à Vila Tibério, ao Barracão e ao Retiro, tendo ocorrido também em outras localidades, como a Vila Virgínia. Por isso, o pedido de isenção impostos, já que a lei municipal anterior não embarcava o novo espaço, que foi atendido.⁶⁷⁵ Houve diversas outras licenças para constituição de novas vilas operárias neste período, como de João Fonseca, Guilherme Schmidt, Albino Grota, Silveira, Luiz V. Pinto e, novamente Arthur Stefani, demonstrando a expansão do empreendimento.⁶⁷⁶

Por fim, o último caso, presente na Ata de 1922 a 1929, nos aponta que as casas operárias eram destinadas não somente para o aluguel, como também para venda a prestação, como

⁶⁷⁰ GUIÃO, JOÃO R., op. cit.

⁶⁷¹ Veja em anexo a Tabela 16.

⁶⁷² **Ata da Câmara Municipal, 1922-1927**, p. 199.

⁶⁷³ **Ata da Câmara Municipal, 1917-1922**, p. 459 e 466.

⁶⁷⁴ **Ata da Câmara Municipal, 1922-1929**, p. 205 e 216.

⁶⁷⁵ Idem, p. 263.

⁶⁷⁶ Idem, p. 197, 208 e 375

aparece relatado no requerimento de Sampaio Keijasoksi: “Requerimento da empresa Sampaio Keijasoksi limitada, de construção de casas para operários, em prestações tivesse favores da Câmara”.⁶⁷⁷ O requerimento foi indeferido pela Câmara, contudo não se indica se o empreendimento não ocorreu nem que atividade seria praticada. A empresa provavelmente seguiu funcionando, já que requereu à Câmara, por mais duas vezes, isenção de impostos para atividade de construção de casas operárias a prestação.⁶⁷⁸

O jornal *O Estado de São Paulo* também corrobora para perspectiva, com o anúncio de venda de quatro grupos de casas operárias, geminadas ou separadas, na rua Sergipe: “Vende-se um grupo de 4 casas, juntas ou separadas, distante 6 minutos da Mogiana e 3 minutos da futura estação da Metallurgica, logar saudável [...]”.⁶⁷⁹ A ênfase na “boa” localização, por estar a seis minutos da estação da Mogiana e a três da nova Estação Ribeirão da Metarlúgica, e a indicação de ser um lugar agradável de se viver, demonstram a necessidade de reforçar a venda das casas, de se diferenciar e de se valorizar no mercado, ou seja, havia um mercado quente e disputado, pronto a ser aproveitado por meio dos mecanismo da mídia.

O jornal também nos indica a presença de um forte mercado imobiliário rural, com o balanço anual da imobiliária de João Fonseca, que vendia lotes em todo o Brasil e até nos Estados Unidos e Europa, tendo diversas filiais em São Paulo, Santos, Ribeirão Preto, Fort-de-France, Paris e Nova Iorque. Seu balanço relatou as localidades em que houve mais imóveis vendidos, destacando-se Ribeirão Preto como a segunda principal região, com 700, ficando apenas atrás de São Paulo, com 500, e na frente de Santos e Campinas, com, respectivamente, 596 e 250 imóveis vendidos.⁶⁸⁰

Desta forma, o prefeito Guião, no almanaque de comemoração dos cem anos da independência, alerta para o alto custo de vida, o aumento da população e o seu nível de consumo. A média do aluguel das casas populares situava-se entre 40 e 100 contos de réis. Já para as famílias de classe média, que viviam em prédios mais elegantes e confortáveis, os aluguéis variavam entre 150 e 400 contos de réis. Por último, as casas comerciais, as casas de médio porte e os armazéns pagavam cerca de 200 contos a 1.200 contos de réis. Os grandes palacetes dos cafeicultores, comerciantes e industriais eram normalmente de posse própria.

As casas operárias em Ribeirão Preto estavam centradas nos bairros de Vila Tibério,

⁶⁷⁷ Idem, p. 31.

⁶⁷⁸ Idem, p. 49 e 76-77.

⁶⁷⁹ *O Estado de São Paulo*, 26 mar. 1926, p. 10.

⁶⁸⁰ *O Estado de São Paulo*, 14 jul. 1924, p. 1.

Vila Virgínia, Ipiranga e Campos Elíseos, que estabeleceram quarteirões subdivididos em vilas, aproveitando assim o máximo do solo urbano para abrigar os trabalhadores e tornar ainda mais rentável o investimento imobiliário. Por isso, os lotes eram reduzidos, resumindo-se sua estrutura em três ou quatro cômodos enfileirados no alinhamento da rua e, ao mesmo tempo, eram geminados com outro lote, ou seja o espaço público e privado não tinha clara divisão, como observaremos nas casas dos mais abastados. Como em São Paulo, os operários usavam a porta de casa e a calçada como sala de estar, para encontros de amigos e festas. A distribuição espacial era constituída de sala na frente, seguida de um quarto, posteriormente de uma varanda ou copa, terminando na cozinha. No entanto, como os espaço eram reduzidos, muitas vezes tinham mais de uma função, então a cozinha assumia o espaço da preparação do alimento e de sala de jantar, assim como os quartos, que serviam de escritório e dormitório.⁶⁸¹ Sua fachada seguia uma simples ornamentação, executada com argamassa pelos “fechadistas”.⁶⁸² Contudo mesmo com poucos recursos, os empreendedores procuram uma decoração personalizada em suas fachadas, não só seguindo o modelo das residências mais abastadas, como também sua representação “de palacete”, “moderno”, “belo”.⁶⁸³

Este programa mínimo visto na estrutura da casa operária é resultado dos artigos 104 e 105 do Código de Postura, de 1921. O novo código era necessário por causa da situação precária das edificações de Ribeirão Preto da década de 1910 para a de 1920, sendo resultado da falta de organização técnica, e não somente de falta recursos, como aborda Faria, analisado o relatório do Prefeito Joaquim Macedo Bittencourt, em 15 de janeiro de 1920. Era necessário, então, que um engenheiro municipal se reponsabilizasse por todo tipo de construção, e assim orientasse obras. Nesse sentido, será desenvolvido o novo Código de Postura do Município, em 1921, que resolverá também elementos não postulados no código de 1902, como a criação de um órgão técnico incorporado por profissionais, para examinar e fiscalizar todo e qualquer projeto de construção urbana e, desta forma, orientar sobre materiais a serem usados, condições de solidez, higiene e conforto.⁶⁸⁴ Foram elencados os elementos básicos da casa operária, como, por exemplo, as instalações sanitárias:

Art. 104 — Quando forem construídas várias casas unidas, as paredes divisórias terão a espessura mínima de 30 centímetros e irão até o telhado, sendo os respectivos terrenos separados internamente por cercas ou muros. Deverão ser providas de instalação sanitária consistente em encanamento e distribuição de água e latrina com

⁶⁸¹ VALADÃO, op. cit., p. 131-132.

⁶⁸² Valadão explica que era um operário de construção especializado em acabamentos de fachadas de qualquer edifício. Contudo, a prática acabou caindo em desuso.

⁶⁸³ VALADÃO, op. cit., p. 132.

⁶⁸⁴ FARIA, op. cit., p. 211 e 215.

ligação à rede de exgotos.⁶⁸⁵

Também se proíbe qualquer forma de cortiço, um referencial do velho, da promoção da sujeira, das formas incivilizatórias, que agora dão lugar à fantasia do novo, vide artigo 105:

Não se comprehende como cortiço as habitações de famílias pobres com mais de um repartimento, cosinha e exgoto em separado, observadas as prescripções de hygiene e asseio dos regulamentos sanitários.⁶⁸⁶

Por fim, segundo Valadão, as casas operárias, para seguir estas normativas, deveriam ter no mínimo três cômodos, para assim garantir ventilação e mínima salubridade, instalações de água e esgoto e uma latrina.

Sendo assim, o código foi importante instrumento “civilizatório” e “higienizador”, pois seus 429 artigos discorriam extensivamente acerca das edificações, dimensões, materiais, aberturas e recuos necessários para manter a higiene das habitações, dos estabelecimentos comerciais, das ruas e das praças. Tratava também do controle de matadouros, cocheiras e estábulos, e dava atenção especial à precaução de epidemias.⁶⁸⁷

Além disso, dava sustentação ao alto investimento feito no processo de embelezamento e homogeneização da cidade, pois indica a proporcionalidade e simetria nas aberturas (portas e janelas) das fachadas, na altura dos pés-direitos, na utilização de ferro fundido ou cantaria nas sacadas dos sobrados e nos gradis dos jardins.⁶⁸⁸ Como Faria já destacou, a organização técnica do código solidificou a formação de engenheiros e arquitetos, para dar luz ao mundo moderno, inspirado em Alberti, Vignola, Mansard e Philibert Delorme. Permite-se a recriação do mito de Paris, cerne da imagem da fantasia do novo, remontada em sua maior parte ao formato eclético da capital da luzes, principal referência da modernidade. Porém, agora com a introdução dos ideais nacionalistas oriundos dos modernistas, assumidas por Ricardo Severo, engenheiro e arqueólogo português, sócio de Ramos de Azevedo. Busca-se a construção de uma referência de modernidade, que remontasse às raízes da nacionalidade, respondidas na nova leitura da arquitetura colonial, como também já apontamos em São Paulo. Ramos Azevedo cria alguns edifícios sob prisma, como a residência de Sinhá Junqueira (1927), à rua General Osório (atual Biblioteca Altino Arantes), e houve muitas outras residências construídas sob esses mesmos

⁶⁸⁵ VALADÃO, op. cit., p. 133-134

⁶⁸⁶ Idem, p. 134.

⁶⁸⁷ VALADÃO, op. cit., p. 91.

⁶⁸⁸ Idem, p. 111-112.

moldes na cidade, ao longo das décadas de 1930 e 1940.⁶⁸⁹

Figura 22 - Biblioteca Altino Arantes



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto

O programa municipal de modernização de Ribeirão Preto na década de 1920 também destacava a importância do fluxo de produtos e pessoas, que é um dos fundamentos do modelo de urbanização da cidade-exposição. Concebe-se, primeiro um programa de melhorias das vias de rodagens da cidade, que se inicia em 1923, com a aprovação da petição do então prefeito de Ribeirão Preto, João Guião, pelo Congresso de São Paulo, para comprar máquinas para implementação e manutenção das estradas de rodagem.⁶⁹⁰ Assim, torna-se possível a instalação de 200 quilômetros de estradas de rodagem, já que as estradas de terra acumulavam muita lama com as chuvas, dificultando a circulação das charretes e carros. Transporta-se o ideal da fantasia da modernidade, e o *rush* de carros sobre algumas vias era suficiente para construir a fantasia. O relatório da prefeitura indica que a década de 1920 apresentou um grande crescimento de automóveis, mas a falta de sinalização e fiscalização criava um ambiente hostil, por isso, foi devidamente organizado o espaço público, com placas informando a velocidade máxima, vias simples e duplas, onde se podia estacionar e assim por diante. Proibiu-se a abertura de escapamentos dos carros e aumentou-se o número de viaturas para fiscalizar as normativas.⁶⁹¹ Por fim, amplia-se a infraestrutura das estradas de rodagem entre Ribeirão Preto, Brodowski e São Paulo.⁶⁹²

⁶⁸⁹ Idem, p. 146-147.

⁶⁹⁰ **O Estado de São Paulo**, 21 out. 1923, p. 5.

⁶⁹¹ **Ata da Câmara**, p. 151-152 e 456-457.

⁶⁹² Idem, p. 57.

Segundo com a ação privada, com a construção de uma linha ferroviária ligando a estação serrinha a estrada de Ferro São Paulo – Minas à Ribeirão Preto, em 1926. Assim facilitando importação de minério do triângulo mineiro pela “Eletro-Metalúrgica” e sua exportação de ferro fundido para em sua maioria São Paulo.⁶⁹³

As matérias d’*O Estado de São Paulo* relatam o caráter expositivo que as estradas de rodagem trouxeram à cidade. Primeiro, porque os visitantes, após chegarem de trem, podiam apreciar o novo centro, recém-embelezado, repleto de lojas, confeitarias, charutarias, bares, restaurantes... Podiam, assim, reter a imagem de uma cidade moderna e civilizada, cidade-fantasia, como descreve o Estadão:

Há muito cuidado com a conservação das estradas de rodagem. Activamente transitadas por grande numero de automóveis e caminhões. As transições bancárias, de grande vulto, são feitas por sete bancos. A cidade tem todos os melhoramentos de uma capital adiantada.⁶⁹⁴

O Rally ou Raid de 1924, realizado no trajeto São Paulo – Ribeirão Preto – São Paulo, foi outra oportunidade não só de vender a cidade, como de fazer parte do circuito da fantasia da modernidade, tendo ocorrido sobre as estradas locais e percorrido a cidade. Ribeirão Preto configurou-se como ponto de chegada da primeira parte do Rally e início da segunda parte, demonstrando a sua importância. Foi uma celebração da cidade e dos carros, que desfilavam na entrada e depois saíam estrada afora.⁶⁹⁵ A corrida, organizada pela Associação de Estradas de Rodagens, foi um evento perfeito para as grandes marcas venderem a imagem do automóvel possante e confiável. Por isso, normalmente, as empresas representantes do carros é que investiam nos seus modelos, para ganhar notoriedade. Assim, um Oldsmobile, modelo da Chevrolet, de Cassio Muniz, representante desta na capital e em Ribeirão Preto, conseguiu fazer todo o longo percurso sem trocar o óleo e com baixíssimo consumo – segundo a propaganda, um litro por quilômetro. Desta forma, conseguiu em uma semana vender 25 carros, sendo dois para Ribeirão Preto, para Marco Junqueira e Sampaio Couto.⁶⁹⁶ O Programa Municipal também se desenvolvia atrelado à política:

[...] de altiva independência nos domínios da atividade partidária Ribeirão Preto se pode colocar na invejável e brilhante situação em que actualmente se encontra,

⁶⁹³ *O Estado de São Paulo*, 28 out. 1924, p. 2.

⁶⁹⁴ *O Estado de São Paulo*, 9 jan. 1926, p. 6. Matéria que destaca o centenário da cafeicultura no Estado, descrevendo o avanço do café no município e sua decadência. Retrata também o crescimento da cidade e das indústrias, além de outras atividades agrárias.

⁶⁹⁵ São Paulo a Ribeirão Preto, passando por São Paulo a Ribeirão Preto, depois Jaboticabal, Tayuva, Bebedouro, Araraquara e, por fim, novamente São Paulo, com um percurso de 1.500 quilômetros.

⁶⁹⁶ *O Estado de São Paulo*, 16 nov. 1924, p. 1; 10 set. 1925, p. 1; 12 out. 1924, p. 3; 14 set. 1924, p. 3.

apontando em todo o Estado de São Paulo e vanguarda destemida e intrepida de suas forças progressistas e civilisadoras.⁶⁹⁷

As “forças progressistas e civilisadoras” podem ser entendidas ao analisarmos os processos da Câmara Municipal de Ribeirão Preto na década de 1920. Primeiro, como progressista, por haver o desenvolvimento de uma política de industrialização, encabeçada por Camillo de Mattos; segundo, como civilizadora, por haver um programa civilizatório, que já destacamos, de embelezamento e ordenamento da cidade, mas que também fomenta a ampliação da rede ensino, práticas higienizadoras, política assistencialista e a regulamentação do horário de trabalho do comércio.

Então, trata-se do prelúdio de um programa industrial, que seria um possível agente progressista, como observamos no projeto de Camillo de Mattos:

Atendendo a grande desenvolvimento comercial, agrícola e mesmo industrial a que ultimamente tem atingido este Município; tendo em consideração o progresso constante [...] trabalhando com empenho para que seja ele dotada de grandes indústrias e desenvolvido Comércio, – indico que a Prefeitura faça público, divulgando com o maior empenho que esta Câmara, se obriga a auxiliar na medida do possível e ao seu alcance as indústrias que aqui se estabelecerem que ocupem matérias primas nacionais, auxiliando a Câmara, material e moralmente com as subvenções e isenções que forem possíveis.⁶⁹⁸

O projeto foi aprovado de forma unânime,⁶⁹⁹ permitindo por exemplo a instalação da indústria de camisas de Martins Fernando com isenção de imposto. Demonstra-se no imaginário político a constituição de um progresso voltado à “evolução” do município, agora para a fase industrial, como afirma João Guião, no seu Almanaque de 1922. Por isso, será tão importante patrocinar o progresso industrial. No entanto, a aprovação baseava-se no número de máquinas e operários, que deveria ser realmente satisfatório, ou seja, buscava-se aprovar somente sistemas produtivos mais próximos de indústrias, não de pequenas oficinas operárias. Como observamos no parecer de Martins Fernando:

Parecer aprovado, desde que o número de máquinas e operários seja satisfatório para sua isenção, pois segunda vez que câmara faz o mesmo requerimento para isenção: Martins e Fernando, solicitando isenção de impostos para uma fábrica de Camisas, prezamos esta, foi ela de parecer que os requerentes apresentassem uma lista dos maquinismos a serem empregados na fábrica projetada, bem como o número aproximado de operários a serem ocupados. Submetido a votos, foi o parecer aprovado.⁷⁰⁰

⁶⁹⁷ Relatório da Prefeitura de 1924, transcrito no jornal **O Estado de São Paulo**, 16 jan. 1924.

⁶⁹⁸ **Ata da Câmara Municipal de Ribeirão, 1922-1929**, p. 157-158.

⁶⁹⁹ Idem, p. 177.

⁷⁰⁰ Idem, p. 216.

Já o programa civilizatório pautava-se na constituição de uma rede de ensino que não só ensina o código de conduta básico para convívio social, como o aprendizado básico para preparar o aluno a ingressar no mercado de trabalho. Devido a isso, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto promulgou, em 1920, pela lei N. 1750, quais escolas particulares, associações beneficentes ou filantrópicas de operários e agrícolas poderiam ser subvencionadas ou subsidiadas. Para tal, as escolas deveriam: primeiro, ser uma escola de nível primário, como também ministrar as aulas em português; segundo, cobrar mensalidades baratas dos alunos e ter no mínimo 30 alunos; terceiro, ser dirigida por um brasileiro, e seus professores ministrarem o conteúdo básico de português, matemática, geografia e história do Brasil. Além disso, todas as escolas deveriam comemorar os feriados da República e estar prontas para a inspeção municipal, sob pena de os infratores serem multados com valores de 20\$000 a 50\$000 e ter o valor subvencionado cassado.⁷⁰¹

Devido a essa política, o ensino no município teve um surto expansionista, com a instalação de vinte novas escolas, três grupos reunidos e um grupo escolar. A política de subvenção alcançava 21 instituições de ensino, dentre elas: Escola “Fundão”, na Fazenda de Dumont; Escola “Santo Antonio”, na fazenda São Antonio; Escola “Modello”, na Fazenda Santa Lydia; Escola “Nocturna”, na Fazenda Guataparã; Internato “Brasil”, na rua Lafaiete 13; Escola “Estrela D’Oeste”, na rua São Sebastião; “Escola São Luiz”, na rua Lafaiete 84; Internato “Santa Ignez”, na rua São Sebastião 121; Escola “Progresso”, rua Padre Feijó; Escola “Amiga dos Pobres”, na rua Castro Alves 14; e Colégio “Alamada”, na Vila Bonfim Paulista.

Além disso, o município contava com ensino superior, com as Faculdades de Farmácia e Ondotologia, que também era subvencionado pela Câmara Municipal com o valor anual de 10:000\$000.⁷⁰² No ensino profissional, havia seis estabelecimentos: o “Instituto Comercial”, também era subvencionado pela Câmara, que tinha os cursos de contadores, guarda-livros e datilógrafo; “Cursos Escolares Reunidos”, patrocinado pela Associação de Empregados do Commercio, que ocorriam na própria sede, formando nos mesmos cursos; Escola “Remigton”, apenas voltado para o curso de datilografia; escola profissional do “Asylo Analia Franco”, que funcionava em prédio próprio, mantido pelo Estado, era destinado às crianças órfãs; e, por fim, a “Escola Profissional”, construída em uma parceria entre o município, que comprou o terreno e formentou a construção, e o governo do Estado, que garantia o custo do funcionamento e sua

⁷⁰¹ **Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1917-1922**, p. 228-231.

⁷⁰² Idem, p. 233-234.

administração. Tinha como propósito a instrução dos menores desamparados, para que assim eles pudessem se afastar da marginalidade e se preparar para o mercado de trabalho.⁷⁰³ Por isso, afirma-se na Ata:

Atendendo que a projetada obra virá contribuir para o progresso e desenvolvimento desta vasta zona paulista incrementando as indústrias e o commercio ao lado da sua riqueza agrícola a Câmara presta o seu apoio á essa bela iniciativa [...] um auxílio anual em favor da referida Escola cuja dotação será incluída em verba especial no orçamento a ser organizado para o futuro exercício de 1926.⁷⁰⁴

Havia ainda um ginásio de curso secundário que atendia em média 180 alunos, cinco escolas particulares, que atendiam 550 alunos, cinco preparatórios e, por fim, cinco grupos escolares, que atendiam cerca de 3.280 alunos, com 76 salas de ensino primário. No total, o ensino de Ribeirão Preto atendia de crianças a jovens, cerca de 5000 pessoas.⁷⁰⁵ Essa profusão do ensino aponta o espírito civilizador da política modernizadora do município, que Antônio Dias de Mello define como:

[...] progresso tanto como commercial, como material impõe-se a inclusão da instrucção que e sucessivos alargados passos, vem ganhando bons palmos de terreno [...] reconheçamos, foi na vigência da Lei N° 1750, de 8 dezembro de 1920, que a instrucção culminou num surto de expansionismo notável e áureo porque foi a phase que viu se instalarem em Ribeirão Preto 20, e muito mais escolas isoladas, 3 reunidas e mais um grupo escolar.⁷⁰⁶

A higienização era uma das pautas do programa civilizatório do município, que se desenvolveu tanto na constituição de uma rede de esgoto, de água, de recolhimento do lixo, de arborização das praças e de uma política salubre no Código de Costume de 1921 como no controle das práticas cotidianas do comércio. Desta forma, a Câmara Municipal promulgou uma política de controle da água e do leite servidos nos estabelecimentos comerciais, bem como do transporte da carne do matadouro para açougues e para o mercado municipal.

O vereador Dr. Antonio Rodrigues da Silva desenvolveu o projeto de lei que regulamentava que a água servida em hotéis, casas de pensão, confeitarias, bares e estabelecimentos do mesmo fim deveria ser filtrada, havendo multa de de 30\$000 aos infratores.⁷⁰⁷

⁷⁰³ MELLO, op. cit.

⁷⁰⁴ **Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto**, 1922-1927, p. 209-210.

⁷⁰⁵ GUIÃO, op. cit., p. 25; Os Municípios Paulistas, op. cit., p. 1548; MELLO, op. cit.

⁷⁰⁶ MELLO, op. cit.

⁷⁰⁷ Idem, p. 191, 196 e 197.

Por meio do requerimento de João Baptista Librão e Waldemar Bernardes, e aprovação da Comissão de Higiene, foi regulamentado que o leite comercializado deveria passar pelo processo de pasteurização.⁷⁰⁸

Segundo ofício da prefeitura, foi regulamentado o transporte de carne do matadouro por caminhões refrigerados, denominados de “modernos e higiênicos”, que foi aprovado, licitando-se o requerimento à empresa de Guilherme Bertolucci. O monopólio perdurou ao longo de toda a década, mesmo com os irmãos Vecchi pedindo autorização para o serviço e os açougueiros, como Silvo Nery, pedindo o fim do monopólio, pelo seu alto custo. A Câmara arquivou os processos.⁷⁰⁹

O programa civilizatório da cidade também se voltava a uma política assistencialista, de auxílio ao marginalizado, por meio de custeio para bolsas de ensino. Foi o caso de Ophelia Nascimento, que teve o estudo no conservatório, no Brasil e na Europa custeado pela Câmara: por ser ela “pobre e sem meio, bem merece a proteção e amparo do Estado”.⁷¹⁰ Era uma prática política oriunda provavelmente da década anterior. Já que havia também uma lei – nº 179 de 1911 – que garantia a isenção de imposto predial, no caso da família ser pobre e incapaz de pagá-lo.⁷¹¹ Está prática de assistencialismo teve continuidade no programa municipal na década de vinte. Como por exemplo o requerimento do então Prefeito João Guião, requerer o abatimento de 50% dos impostos prediais da 3ª zona da cidade, por considerar uma região pobre, qual foi aprovado de forma unânime⁷¹². Além da política de subvenção de associações beneficentes, com a “Sociedade Amiga dos Pobres”, “Asylo Padre Euclides”, entre outras...⁷¹³

A regulamentação do horário de trabalho no município de Ribeirão Preto foi uma reivindicação da Associação dos Empregados no Comércio, e procura a diminuição da jornada de trabalho desde de 1921, tendo tramitado por volta de dois anos até ser aprovada, em 1923.⁷¹⁴ Contudo, a justificativa da aprovação foi direcionada no discurso de Camilo de Mattos, como:

[...] velha aspiração do empregados no Comércio ela mesmo uma conjunta da civilização pois está adotado na maioria dos centros civilizados e queria de justiça a sua aprovação porque o pedido foi recomendado por grande parte dos patrões [...]⁷¹⁵

⁷⁰⁸ Idem, p. 300, 307 e 308.

⁷⁰⁹ Idem, p. 112, 200 e 247.

⁷¹⁰ **Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1917-1922**, p. 413 e 493; Idem, p. 170 e 193.

⁷¹¹ Idem, p. 87.

⁷¹² Idem, p. 413, 422-423.

⁷¹³ Idem, 148; **Ata da Câmara Municipal, 1922-1929**, p. 234.

⁷¹⁴ Idem, p. 483; idem, p. 42 e 88.

⁷¹⁵ Idem, p. 91. Discurso também presente no Relatório da Prefeitura de 1924.

Por sua vez, a aura civilizatória permitia a normativa de abrir o comércio às 7 horas e fechar entre 18 e 19 horas, prática que acompanhava os principais centros civilizatórios, e era recomendação da maior parte dos patrões dos comércios. Ou seja, uma medida que ao mesmo tempo segue um ideal “civilizatório”, normatiza a cidade ao padrão de civilidade do “espelho”, para seguir reflexo da fantasia do novo. Além disso, é elitista, pois foi aceita não por ser uma reivindicação de caráter popular, e sim por ser endossada pela maior parte dos empreendedores do comércio.

A última peça do programa civilizatório de modernização de Ribeirão Preto na década de 1920 foi a construção de um novo referencial de espaço da modernidade e do entreterimento. No início do século XX, ele estava confinado entre a praça XV de Novembro e o teatro Carlos Gomes, e depois teve o acréscimo do Central Hotel. No entanto, a figura do Carlos Gomes era uma imagem atemporal, que não cabia na fantasia e sonho da modernidade do período, por isso, João Guião afirma:

Entretanto, com o decorrer do tempo e o constante aumento da população urbana, esse edifício já não oferece no seu interior capacidade suficiente ao numeroso público [...] tratando de desapropriar o velho teatro Carlos Gomes a fim de ampliá-lo e melhorar as condições da sua lotação, transformando-o num teatro municipal com o necessário conforto e condição de higiene compatíveis com o nosso adiantamento.⁷¹⁶

O prefeito refere-se ao espaço como “velho”, despaginado, que não ocupa a mesma temporalidade, por isso, precisa ser renovado, literalmente, para assim oferecer os elementos do “novo”, que seriam: mais espaço, conforto, beleza, práticas higiênicas e melhor infraestrutura para as companhias de teatro. Para tal, oferece até um programa de desapropriação, para que com o uso da força municipal se pudesse iniciar o processo de modernização. Contudo, o requerimento do prefeito foi deixado de lado na Câmara e acabou prolongando-se até seu arquivamento. Mas o desejo da construção de um novo espaço do enterimento, do prazer, da centralidade da modernidade, continuou no imaginário da elite. Por isso, pouco depois, Meira Junior, ex-vereador e prefeito da cidade, por meio da Cia. Paulista, será autor do patrocínio da modernização, com a constituição do “Quartirão Paulista”:

A Companhia Cervejaria Paulista, para Corresponden ao favor público a que devia o seu crescente desenvolvimento, deliberou cooperar no embelezamento da cidade, fazendo construir no centro do chamado “quartirão paulista” à praça 15 de Novembro, um Theatro e ao lado deste, em pendant o do Centro Hotel, outro prédio de lojas e escriptorios.⁷¹⁷

⁷¹⁶ Idem, p. 210-211.

⁷¹⁷ SUNEGA, Alves Renata. **Quartirão Paulista**: um conjunto harmônico de edificios monumentais. Ribeirão

Trata-se do empreendimento do novo teatro, o Dom Pedro II, e do recém-reformado Hotel Central, que agora se chamaria Hotel Palace, e de outro prédio, que serviria de escritório e espaço para lojas. O principal ponto da construção do “Quartirão Paulista” era criar com os dois edifícios, o teatro e o hotel uma linguagem estilística, que ao mesmo tempo acaba sendo um grande pano de fundo da praça, como também uma edificação monumental, que procura ressaltar e representar o progresso da cidade.⁷¹⁸ Sunega define: “Architectura parlante” era um conceito acadêmico, característica essencial da produção eclética, que significava que o edifício deveria exprimir por meio do estilo e da tipologia a função a que se destinava”.⁷¹⁹

Devido a isso, o Hotel Central tem sua fachada modificada para poder criar esse alinhamento arquitetônico, para que funcionasse como *pendant*. As modificações incluíam a constituição de cúpula, toldo de vidro e marquise com os frontões e florões.⁷²⁰

Já o teatro se destacava primeiro por sua dimensão, com 1454 lugares, entre plateia e varanda, e era o terceiro maior do país, ficando atrás apenas de teatros do Rio de Janeiro e de São Paulo.⁷²¹ Segundo, pela sua característica monumental, que segue divisões básicas e funcionais da Ópera de Paris Charles Garnier. Assim, apresentava no seu ecletismo ordens de arquitetura clássica, composição monumental da fachada e sistemas de ornamentações de molduras e entalhamentos, as principais, e os brasões e guirlandas, as secundárias.

O edifício Meira Júnior, espaço comercial de lojas e escritório, completava o pano monumental e homogêneo do empreendimento. O espaço estava dividido em pavimento térreo, destinado à instalação de lojas, principalmente uma delas destinada à confeitaria de luxo, que teria as portas à moda europeia, em grandes vãos envidraçados, e os andares superiores destinados à ocupação de escritórios.⁷²²

Figura 23 – Teatro Pedro II e Palece Hotel em 1938

Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011. p. 33.

⁷¹⁸ Idem, p. 77.

⁷¹⁹ Idem.

⁷²⁰ VALADÃO, op. cit., p. 113-114.

⁷²¹ SUNECA, op. cit., p. 43, 78-79.

⁷²² Idem, p. 34.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 218, 22, JPM.

Assim, para a praça XV de Novembro acompanhar a nova ritima temporal, será necessário receber novos ares. Ocorre a demolição do bar da Cervejaria Antártica, para a construção do prédio chamado Trianon, que abrigava duas funções: bar no térreo e mirante em sua cobertura. Foi inaugurado entre 1929 e 1930.⁷²³

Figura 24 – Praça XV de Novembro reformada abrigando o Trianon, em 1938



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto 217, 22, JPM.

⁷²³ VALADÃO, op. cit., p. 86.

Como também notamos, grandes prédios comerciais são as novas catedrais da cidade, que assume as novas formas da fantasia da modernidade. Essas curvas eram seguidas pelas Pernambucanas, Matarazzo, Britânicas, Excelsior, Paramount, Fox Films, Universal, Ulfa Film de Berlim, Serrador e pelo quarteirão bancário, formado pelo Banco Francês Italiano, Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, Banco do Brasil e de São Paulo.⁷²⁴

Portanto, o processo de modernização na década 1920 de Ribeirão Preto propõe estabelecer a cidade segundo o desejo e o fetiche do espelho, por isso, procura embelezar e higienizar o espaço, com uma política de calçamento, ajardinamento de praças, rede de esgoto, água e luz; e ao mesmo tempo promove agentes desenvolvimentistas e civilizatórios, com o programa que estimula a indústria e o capital imobiliário, com a normatização e a ampliação da rede ensino, de práticas higienizadoras, uma política assistencialista e a regulamentação do horário de trabalho do comércio. Conjuntamente, o esforço modernizador acompanhou o capital privado, que estabelecerá o “Quarteirão Paulista” e o “Quarteirão Bancário”, com a explosão e o embelezamento dos empreendimentos do comércio.

No entanto o processo de modernização é também um processo que deixa marcas, como na obra de Goethe, ou nos poemas de Baudelaire. As suas marcas, suas vítimas, neste caso é a construção de um espaço desigual, construído em diversas cidades e cidadãos, num mesmo espaço. Onde a cidade da área central, era a área dos principais investimentos dos poderes públicos e das classes mais abastadas, de cafeicultores, comerciantes e industriais, formando uma cidade afrancesada, racionalizada e moderna. Enquanto as regiões periféricas, passam apenas por algumas ressonâncias da modernização, como a Vila Tibério e o Barracão, que tiveram o acesso, a água, a rede de esgoto, a luz, uma parte de calçamento, escolas, indústrias e comércio. Contudo ainda, bem limitado, já que as áreas como Retiro, Vila Virgínia entre outras ficam a margem de qualquer processo de modernização.

Assim, criando várias impressões e possibilidades no mesmo espaço da cidade, enquanto o comerciante ou cafeicultor enriquecido, poderia desfrutar do novo, imbuído dos trilhos da ferrovia, dos novos produtos, a nova realidade do jornal e até da revista internacional, que permite conhecer novos cantos e caminhos da civilidade. Ao contrário do operário que estava fechado em seu mundo de dois a três cômodos, de um bairro, que muitas vezes é a mistura do campo com a cidade, sem nenhuma infraestrutura, que passa a ver do caminho ao trabalho. Por isso para ele a modernidade é realmente só uma bela fantasia. Formato que Silva

⁷²⁴ GUIÃO, João., op. cit; MELLO, Antônio, op. cit.

destaca sua permanência ainda hoje:

Desenhou-se, então, o fundamento de uma geografia social da cidade, que perdura até os dias atuais, da qual não se consegue mais escapar: o vetor de expansão sul, partindo do “quadrilátero central”, nas proximidades com a Avenida Nove de Julho e Independência, configurando a centralidade da elite, concentrando valores imobiliários altos, habitações luxuosas, alto consumo e mais investimentos públicos; no sentido oposto, a partir da chamada “baixada” formada pelo encontro do Ribeirão Preto e Retiro, na proximidade com as avenidas Jerônimo Gonçalves e Francisco Junqueira, onde se encontram os edifícios decadentes da área central, foi delimitado o território da pobreza. Esta se estende para o outro lado da Avenida Francisco Junqueira, seguindo por toda a Via Norte, entre os bairros que tiveram origem do Núcleo Colonial Antônio Prado. Excetuam-se apenas os bairros originados da Quarta Seção, que se encontra na zona leste e, portanto, constitui área de concentração da classe média atual de Ribeirão Preto.⁷²⁵

2.6 Conclusão: a fantasia e a programação civilizatória

O desejo pela fantasia do novo culminou na construção de um programa civilizatório, que teve como espelho a Paris de Hausmann, que fomenta um ideal e um mito de modernização, a cidade-exposição. Os principais centros do complexo cafeeiro se apropriaram deste ideal para promover uma programação civilizatória.

O Rio de Janeiro se pautou por um plano de três dimensões: a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana. Isso permitiu a construção da fantasia, expurgando-se assim as referências materiais e societárias que impediam a formação do mundo burguês. Por isso, ao mesmo tempo, haverá o processo de higienização, com rede de esgotos, ilhas de tratamento e água encanada, bem como o ordenamento, com a formação de um plano diretor inspirado em Hausmann, culminando em um embelezamento alinhado à *art nouveau* e de expulsão da gleba pobre vivida em cortiços para áreas periféricas da cidade.

Desta forma, a modernidade pode ser sobreposta pela agregação de símbolos e peças que possam dar continuidade à fantasia, como mobiliários, roupas, notícias, peças, livros, escolas, predominâncias de comportamentos, de lazer e estética, tudo atrelado à vocação do consumo, pois na cidade-exposição tudo será vendido, desde a fantasia ao seus subprodutos, representados do jornal à vitrine.

Em São Paulo, a fantasia foi um produto dos programas de Antônio Prado e Bouvard, que propunham a transposição do mundo ideal, o espelho, e não do “País das Maravilhas” de Alice, mas pelo modelo mitificador e quase global de cidades como Paris. A isso acrescenta-se de certa forma um viés pós-Hausmann nos programas civilizatórios, que permitiam desenvolver um projeto até certo ponto autônomo e atualizado, alinhado aos interesses produtivos e exportadores.

⁷²⁵ SILVA, op. cit., p. 96.

No entanto, esse programa era voltado à composição de um mundo desigual, que é resultado daquilo que José Murílio de Carvalho considera “corporativismo”. Seria a utilização do poder público e de seu programa urbano, restringindo-se o processo modernizador a dois pontos fundamentais, o aparelhamento dos espaços de exposição dos grupos da elite e a venda, em que se concentra tanto o comércio como a mão de obra trabalhadora.

Por isso, observaremos uma programação civilizatória centrada no aumento dos equipamentos públicos e no embelezamento do triângulo central, da Avenida Paulista e dos bairros-jardins, transformados na apropriação do modelo hausmanniano e de Howard, para assim se recriarem os mundos do consumo e do prazer, segundo as linhas da *art nouveau*, do ecletismo e das cidades-jardins, fomentando-se cabarés, cassinos, cinemas, lojas de alta costura, palacetes afrancesados e bairros residenciais, que aludem aos ideais modernos perpetuados nos poemas de Baudelaire.

O mundo da novidade só seria possível por meio das reformas sanitárias de 1894, 1896 e 1910, que justificam a expurgação dos despertadores da fantasia, expostos em seus cortiços, em sua falta de polidez e em suas inabaláveis e difundidas mendicâncias e bicos, que percorrem e rasgam o ideal de novo. Contudo, o espaço operário é incluído de certa forma no processo de modernização, uma vez que é de suma importância para a sustentação do ideal de cidade-vitrine e cidade industrial. Por isso, haverá no programa municipal a constituição de terminais ferroviários para facilitar o transporte da mão de obra trabalhadora para as áreas produtivas, e leis municipais que estimulam o capital privado promoverão a difusão de bairros operários, que terão garantido o mínimo da modernidade, como água encanada, rede de esgoto e salubridade. Como exemplo desse cenário, temos a fábrica Votorantim, próxima de Sorocaba, que instalou mais de 3 mil casas na Vila Maria Zélia.⁷²⁶

Conjuntamente a este ideal expositivo, haverá o choque do mercado imobiliário, que vai interferir e modificar os programas urbanos municipais, sobrepondo e retalhando o diverso. Será uma terceira vertente, articulando-se no meio já do ideal civilizador e de exposição.

Portanto, produz-se uma cidade que não abandonou a visão agroexportadora, de avenidas centrais, que colocava as atividades industriais e comerciais em segundo plano e carrega o caráter expositivo e desagregador, centra a exposição e o prazer nas áreas das elite, enquanto garante ao mesmo tempo o mínimo da modernidade à classe operária e marginaliza os ex-escravos e imigrantes desempregados.

Por fim, em Ribeirão Preto, o programa civilizatório da década de 1920 também se

⁷²⁶ Idem, p. 96.

baseia no fundamentos da cidade-exposição, que promove o embelezamento, a ordenação, a higienização e a facilitação do fluxo de produtos e pessoas.

Para isso, a prefeitura desenvolveu o processo de calçamento, expansão das aparelhagens públicas, melhoria e expansão das estradas de rodagens. Esse programa será consideravelmente dirigido pelo Código de Postura de 1921.

É auxiliado pelo programa da Câmara Municipal, assentado no ideal progressista e civilizador, em que o progresso é desenvolvido por uma política de incentivo à indústria. Há, porém, um acesso restritivo e civilizador no plano, pois ele procura ordenar e ampliar a rede ensino, as práticas higienizadoras, o assistencialismo e a regulamentação do horário de trabalho do comércio. O capital privado acompanha o desejo de promover a fantasia da modernidade, por isso, financia seu embelezamento com a constituição, por exemplo, do “Quartirão Paulista” e do “Quartirão Bancário”, dois novos ou reformados empreendimentos do comércio. Mantém-se a ordenação das zonas mais humildes com a constituição das vilas operárias.

No entanto, esses programas também carregem em si a promoção de um espaço desigual, e os principais investimentos públicos se concentram na região das classes mais abastada de cafeicultores, comerciantes e industriais, expondo-se a imagem do modelo da cidade idealizada e desejada, denotada nas suas formas afrancesadas, racionalizadas e modernas. Já às regiões periféricas destina-se um mínimo do programa civilizatório, de acesso à moradia com dispositivos mínimos, de dois a três cômodos, água, rede de esgoto, luz, uma parte de calçamento, escolas, indústrias, comércio; ou regiões marginalizadas, sem nenhuma infraestrutura, que são uma mistura de campo e cidade. Tendo somente contato com a modernização, no aspecto imaginário com o que é vendido e exposto nas ressonâncias das áreas centrais.

Então, os programas civilizatórios apresentados assentam-se na construção do mundo civilizado por meio dos modelos idealizados nos países centrais da economia-mundo, o espelho, para produzir a fantasia. Contudo, o processo da fantasia não é só material, mas também resultado de uma construção do imaginário urbano, que Pesavento confirma ser a cidade-idealizada, a cidade-desejo.

Quanto a esta, tentamos apontar que é dirigida pela representação simbólica da civilidade, tecida em um processo de circulação e apropriação, já que a civilidade se opera em um processo transcultural de circulação e apropriação significativa, onde centros hierárquicos da economia-mundo se reconhecem civilizados e modelos, por considerarem seu nível tecnológico o desenvolvimento de sua cultura científica e sua cultura comportamental o topo

da cadeia “evolutiva”. Esta autoafirmação é conjuntamente conectada pelas dependências dos circuitos semiperiféricos e periféricos, que assume este modelo como verdade,⁷²⁷ expurgando toda noção pagã e marginal da missão da civilidade,⁷²⁸ que encobre a própria cultura local para assumir um sistema valores e educacionais do centro da economia-mundo.

Assim, o processo de globalização impõe uma homogeneização significativa da *civilité*, reorientando as prática interiores e exteriores da sociedade, seu *modus operandi*, de polimento de tanto falar, vestir, sentar, andar, relacionar, como da construção do espaço urbano, pois o enclausurado não é só o homem em padrões racionais, como o produto do homem, que deseja código de postura.⁷²⁹

Por isso, o complexo cafeeiro assume esta postura, como podemos observar, não só nas estruturas materiais da cidade, mas também no seu imaginário social. Rastreamos a evolução do significante “civilidade”, por meio do dicionário de Caldas Aulete e o de Cândido Figueirido.

Caldas Aulete, nas obras de 1881 e 1911, volume 1, demonstra que os signos “civilizar”, “civilizado”, “civilização”, “civilizador” e “civilidade” não tiveram mudança no seu sentido. Os termos “civilizar”, “civilização” e “civilizado” têm como raiz o termo “civil”, o qual corresponde a “[...] Polido, cortez, urbano: É um homem muito civil”.⁷³⁰ O termo tem como origem “civilis”, em latim. Desta forma, “civilização” representa a ação desta prática polida, cortês e urbana, seja como produto de uma sociedade ideal, formada quando se apresentam os adjetivos, instrução, sabedorias, bons costumes e industrialização: “s. f. acção de civilizar: [...] Grande perfeição do Estado social, que se manifesta na sabedoria das leis, na brandura dos costumes, na cultura da inteligência e no apuro das artes e indústrias.”⁷³¹ E “civilizado”, “civilizador” e “civilizar” representam ser dotado, difusor da “civilis”, respectivamente, como é indicado abaixo:

Civilizado “adj. dotado de civilização. Instruído, esclarecido, que tem sentimentos, ideais e costumes que caracterizam o estado de civilização; Civil, Cortez; Homem muito civilizado.

Civilizador: “adj. que civiliza, que leva à civilização”.⁷³²

Já “civilizar” segue a normativa do signo “civilizado”, contudo, a diferença é quem se

⁷²⁷ ELIAS, op. cit., p. 52.

⁷²⁸ Idem, p. 59.

⁷²⁹ Idem, p. 61, 70.

⁷³⁰ AULETE, Caldas, op. cit., p. 337.

⁷³¹ Idem.

⁷³² Idem.

dota da “civilis” ou seja, o Estado e a Sociedade, e não o indivíduo. É constituído pelo ideal evolutivo de progredir nas artes, ciência e indústria, como Caldas Aulete aponta: “v. tr. tornar civil, cortez. Converter ao estado de civilização; instruir, polir. Entrar no estado de civilização; progredir nas artes, sciencias e indústria (diz-se dos povos)[...].”⁷³³

Por fim, somente “civilidade” não tem a mesma raiz em “civilis”, mas em “Civilitas”, no latim. Contudo, segue-se o mesmo ideal de polidez, cortesia e urbanidade, só que se refere a um individuo que zela por manter esse *modus operandi*: “formalidade de palavras actos que usam as pessoas de boa sociedade para demonstrarem o mutuo respeito e consideração; cortesia, polidez, urbanidade, boas maneiras, atenção”.

Cândido Figueiredo, tanto na obra de 1899 como na de 1922, segue a mesma referência significativa, e tem certa proximidade de Caldas Aulete. Ocorre a mesma raiz no latim “Civilis” para “civil”. Só que não se segue a tríade de polidez, cortesia e urbanidade, mas de “civilizado, delicado e cortês”.⁷³⁴ No entanto, no signo “civilizar” é acrescentada a instrução.

Já “civilização”, “civilizado” e “civilizador” representam ação de estado e cultura social adiantada, participante do estado “civilis” e de difundi-la, respectivamente:

Civilização: “s. f. estado de adiantamento e cultura social; acto de civilizar”.

Civilizado: “part. de civilizar”

Civilizador: “adj. que civiliza (De civilizar)”.⁷³⁵

Por fim, “civilidade” carrega também a mesma raiz no latim, “civilis”, mas com uma pequena diferença, que situa não no individuo que zela o “civilis”, mas o coletivo de cidadãos dotados desta qualidade: “s. f. conjunto de formalidade observadas pelos cidadãos entre si quando bem educados; delicadeza; cortesia. (Lat. civilitas, de civilis)”.⁷³⁶

No entanto, para sabermos como essas representações simbólicas foram ou não difundidas segundo sua matriz significativa, analisamos o principal veículo mídiático do complexo cafeeiro, o jornal *O Estado de São Paulo*, na década de 1920. As matérias deveriam ter os signos “civilidade” e “civilização”, ou seja, dois termos que segue as duas raízes utilizadas, “civis” e “civilis”. Para, assim, apresentar ou não uma permanência e consigo um desejo e idealização, constitui-se um elemento fundamental na construção do *modus operandi*

⁷³³ Idem.

⁷³⁴ FIGUEIREDO, op. cit., v.1, p. 579.

⁷³⁵ Idem.

⁷³⁶ Idem.

do espírito da modernidade, a “civildade” e “civilização”.

O termo “civildade” ocorreu na década de 1920 22 vezes, sendo utilizado com mais força após 1924. Já era recorrente nas décadas anteriores, tendo aparecido 56 e 55 vezes, respectivamente, nas décadas de 1900 e 1910. Retrata-se uma permanência voltada à definição de Caldas Aulete, de zelar por uma prática de de polidez, cortesia e urbanidade, contudo não apenas no singular, mas no coletivo, como considera Cândido Figueiredo. Vejamos o primeiro trecho d’*O Estado de São Paulo*, que repudia falta de polidez, cortesia e urbanidade dos cidadãos de São Paulo que utilizam os bondes:

Falávamos do bonde como índice da **civildade** paulistana; como índice da nossa má **civildade**. Nos referimos senão a alguns episódios de nossa experiência pessoal: conductores rústicos e passageiros desattenciosos uns com os outros sobretudo com as passageiras, que por sua vez não primam pela amabilidade...⁷³⁷

Essa perspectiva é novamente repetida, questionando-se a falta de respeito, “A Civilização[...]certas leis”, e assim são “actos de leza-civildade” de polidez e cortesia, por sua vez elementos próprios da urbanidade:

A civilização criou certas leis para a vida da sociedade que viola-a de certo modo, excluir-se della: introduzir o dedo nas narinas, assoar-se com estrondo, cuspir no chão, metter a faca na bocca, bocejar, etc... são actos de leza-**civildade** que tirar quem os pratica o direito aos títulos de gente bem nascida. Entre esses actos inclue-se coçar-se. Quanta gente, porém, o pratica em publico, uma vontade indeminavel incoercível?⁷³⁸

Assim, torna-se comum até a vigilância das práticas da civildade, demonstrando-se, assim, como um programa civilizatório da urbanidade não será apenas seguido na materialidade, mas conjuntamente, com a fantasia que leva à reorientação das práticas da sociedade. Como observamos novamente, outra matéria sobre o transporte do Estado de São Paulo, com título de civildade:

O meu amigo Bonifacio, de ordinário benevolente, estava hontem azedo, no bonde. Observava exemplos de grosseria, que, segundo affirmava, são hoje de uma frequência alarmante, denotando rápida decadência do senso de humanidade, que antigamente a religião despertava ainda nos mais incultos. Ora, era um passageiro que deixava de ceder lugar a uma senhora a quem cederam lugar e não agradecia; aqui, um menor que soltava grossas baforadas de fumo na cara de pessoas idosas: ali, um cidadão bem trajado que maltratava o conductor porque este se atrapalhara numa questão de treco, ou um cavalheiro que se installava no carro como no seu automóvel, escarrapachando-se pernas, abertas vem ver que atravancava a passagem e incommodava os vizinhos.⁷³⁹

⁷³⁷ *O Estado de São Paulo*, 21 jan. 1927, p. 3.

⁷³⁸ Idem, 06 abr. 1929, p. 4.

⁷³⁹ Idem, 04 nov. 1927, p. 3.

“Civilização” era um termo muito recorrente nas décadas de 1900 e 1910, tendo sido utilizado cerca de 1107 e 1285 vezes, respectivamente. Na década de 1920 sua utilização cai substancialmente, sendo utilizado cerca de 147 vezes. A utilização se concentrou nos anos de 1924 a 1929.

Já então o termo se situara no conceito apontado por Caldas Aulete de representar uma ação prática polida, cortês e urbana, como um produto ideal da sociedade de instrução, sabedoria, bons costumes e industrialização, estando ainda atrelado esse significado à noção evolutiva de Cândido Figueredo.

Então, a primeira definição vale para um modelo de sociedade ideal e modelo, como o ideal das cidades do presente, mas também da antiguidade, uma vez que se refere às essências e aos primórdios da civilização, como a matéria do Estadão define:

Cumpre olhar de grandes altitudes, não atingidas pelos clamores lancinantes deste martyrologico terrestre. Dahi se observará que os princípios basilares que constituem a essência da Civilização occidental, e que são os princípios do DIREITO e da LIBERDADE, continuam a ser características do seu progresso e concepções finaes, por cuja forma crystallina se batem os povos mais avançados.⁷⁴⁰

Como os adjetivos para a construção da sociedade ideal – no caso da matéria, Paris – ainda faltam ao Brasil, falta também a capacidade do desenvolvimento, ou se poderia dizer, para a “evolução”:

O aspecto urbano de Pariz na sua materialidade, no conjunto de seus edificios, revela inteiro a civilização que o estruturou. O arcabouço material de uma civilização é a demonstração e o producto de sua intelligência e preparo. Um grande palácio pressupõe um grande architecto e numerosos profissionaes aparelhados em numerosíssimas especialidades [...] No dia em que nós brasileiros decuplicarmos a exportação do paiz, o seu systema ferroviário o seu desenvolvimento urbano, todo o seu aparelhamento externo e material é que na mesma proporção teremos desenvolvido a nossa intelligência o nosso preparo. Uma obra literia demonstra uma grande intelligência individual. Mas um grande aparelhamento de civilização material denota o desenvolvimento colectivo o harmônico de todas as intelligencias.⁷⁴¹

Terceiro, um produto desta sociedade ideal, industrializada, como o automóvel Ford ou uma casa, que representam a nova perspectiva do “adiantamento” e do progresso:

O carro FORD bem merece a carinhosa preferencia que lhe sabem dispensar todos os brasileiros, pois, - TIETE’ DOS BANDEIRANTES DO SÉCULO XX – elle é quem leva na segurança do seu machinario maravilhoso, a **civilização** e o progresso aos mais ínvios rincões da nossa pátria eliminando, triumphador, todas as distancias e

⁷⁴⁰ Idem, 28 nov. 1920. p. 5.

⁷⁴¹ Idem, 03 mar. 1920, p. 3.

obstáculos.⁷⁴²

POSSUIR uma casa própria é, por certo, a maior e a mais justa aspiração de todo bom chefe de família. Enquanto não tiver conseguido esse almejado desideratum, ninguém poderá considerar-se um homem preparado para enfrentar, com a coragem resultante do conforto, e com disposições para vencer, a árdua luta pela vida – traço inconfundível e característicos da **civilização** moderna.⁷⁴³

Quarto, também se denota a ação da sociedade que vive a polidez, a cortesia e a urbanidade, como observamos na matéria d’*O Estado São Paulo*, que procura definir o conceito de “civilização” para além de um elemento societário:

Não julgamos mais, ou pelo menos não devemos julgar, o grau de civilização de um país pelo seu tamanho, poder, prosperidade material, ou mesmo pela cultura individual dos seus cidadãos; mas pelo padrão geral do seu comportamento urbano. Em outras palavras: pela atitude do cidadão em relação aos seus vizinhos⁷⁴⁴.

Portanto, observamos conjuntamente uma reorientação do espaço da cidade, segundo programa civilizatórios, para assim assumir-se a fantasia da modernidade. Contudo, para o processo ser completo, constitui-se uma reorientação interna do espaço urbano, um *modus operandi* de agir, pensar e idealizar, demonstrando que a cidade idealizada nasce no desejo do imaginário social.

Todavia, para Milton Santos, esse programa civilizatório das cidades do Brasil é também produtor da pobreza, pois esta é o centro da economia-mundo, uma vez que a modernidade e a dinâmica socioeconômica, como já foi abordado no trabalho, requerem sacrifícios. Assim, expurgam-se as classes menos abastadas para os espaços periféricos urbanos, econômicos e do poder. Por isso, Milton Santos afirma: “Ao longo do século, mas sobretudo nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo lócus passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade”⁷⁴⁵.

Pois as cidades brasileiras, sobretudo as grandes, ocupam normalmente vastas superfícies, embora intercaladas de espaços vazios, que são ditados pela especulação imobiliária. Já que a principal característica do processo de urbanização brasileiro, no caso de

⁷⁴² Idem, 28 jun. 1926, p. 7.

⁷⁴³ Idem, 07 set. 1924, p. 7

⁷⁴⁴ Idem, 29 set. 1928, p.4

⁷⁴⁵ SANTOS, Milton. op. cit., 1994, p. 10.

Rio de Janeiro, São Paulo e Ribeirão Preto, é o corporativismo⁷⁴⁶, se estabelece a produção do espaço e de suas infraestruturas a determinado grupo social, promovendo-se diferentes cidades no mesmo espaço geográfico.⁷⁴⁷ Em vista disso, Milton Santos caracteriza o processo urbano: “a organização interna de nossas cidades, grandes, pequenas e médias, revela um problema estrutural, cuja análise sistêmica permite verificar como todos os fatores mutuamente se causam, perpetuando a problemática”.⁷⁴⁸

Este processo, para Milton Santos, é perpetuado por duas facetas, a primeira é a legitimidade do progresso, da civilidade, do desenvolvimento, que reparte o espaço urbano, dividindo-o em diferentes infraestruturas. Há os espaços elitizados e das grandes empresas, com o melhor do aparato urbano, o que faz naturalmente desse espaço um centro gravitacional hierárquico no espaço da cidade.⁷⁴⁹ Produz-se, então, uma extraordinária riqueza para um grupo seletivo, cada vez mais concentrado, conseqüentemente promovendo-se maior pobreza e abismos sociais.⁷⁵⁰

A segunda faceta é destacada pela obra de Milton Santos *O espaço do cidadão*, onde diz que a cidadania é formada em meio ao processo histórico, da qual permitiria as reformas e mudanças no espaço da cidade. Como observamos na obra de Lefebvre *O direito à cidade*, que o cidadão inglês em meio ao monstro da modernização, em Londres, se identificou com direitos e reivindicações à cidade, desde moradia, a infraestrutura e qualidade de vida. Conduzindo, assim a cidade moderna de Londres, promulgar reformas aos espaços operários. Por isso a pergunta, de Milton Santos, no início da obra é “Há cidadãos neste país?”⁷⁵¹ Sua resposta é que obviamente há, mas os tais estão alienados a novidade, a vista disso, afirma: “Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário”.⁷⁵² Assim, a falta do cidadão brasileiro na participação no processo de planejamento e de reivindicação de direitos à

⁷⁴⁶ Podemos relacionar este conceito a José de Maurílio de Carvalho, que demonstra que a cidadania instaurada no Brasil é delimitada pelo corporativismo, com segmentos que se apoiam, como uma rede de cooptação em busca de benefício para seu grupo e sua classe. Entretanto, seus avanços são superficiais, e nunca completos, haja vista que o poder está dilacerado entre esses diversos segmentos, que se tornam dependentes do Estado. Essa relação de dependência e apropriação José Maurílio de Carvalho delimita como “Estadania”, ou seja, a dependência do Estado é o motor motriz dos direitos e melhorias sociais, contudo sempre de forma segmentada. CARVALHO, op. cit., 2002, p. 61 e 223-227.

⁷⁴⁷ SANTOS, op. cit., 1994, p. 95.

⁷⁴⁸ Idem, p. 97.

⁷⁴⁹ Idem, p. 104.

⁷⁵⁰ Idem, p. 106. Por isso, novamente ressalta: “[...] no processo de urbanização e na reformulação das Estruturas urbanas, sobretudo das grandes cidades, permite falar de urbanização corporativas”.

⁷⁵¹ SANTOS, op. cit., 1997, p. 10

⁷⁵² Idem, p. 13.

cidade, permitiu a construção de um processo de modernização desigual. O Processo de modernização e alienação, que iniciava-se com a primeira República.

Desse modo, é constituído o sonho onírico, que permite aos indivíduos da cidade fetichizar o novo, o consumo, e criar a ilusão de que todo-s podem experimentá-lo, em vez de ficar claro que se trata de algo para poucos. Isso empurra a todos para o espaço do confronto, para a formação dos mesmos direitos. Como Milton Santos aponta:

O chamado ao consumo busca retardar a tomada da consciência, mergulhando o consumidor numa atmosfera irreal, onde o futuro aparece como miragem. Se cada qual pudesse estar consciente de suas possibilidades reais a partir de sua situação concreta, o mundo da fantasia cederia lugar ao confronto com um mundo incapaz de premiar os esforços individuais.⁷⁵³

Portanto, para Milton Santos, o espaço da cidade e da cidadania perpetua as desigualdades, pois seu interior está povoado de não-cidadãos, e a única escapatória para o indivíduo obter mais direitos seria seu enriquecimento. Contudo, os espaços continuam estáticos em abismos sociais.⁷⁵⁴

Por isso, também se destaca a hierarquia de espaços da cidade, que cria diversas dimensões da mesma cidade. Alguns cidadãos podem aproveitá-los inteiramente por sua capacidade monetária, enquanto outros, por sua incapacidade, ficam abarrotados, espremidos, enjaulados e esquecidos na periferia. Em suma, observamos esse modelo e movimento no processo de reformas e modernização das cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Ribeirão Preto. Como indica Milton Santos:

Na grande cidade, há cidadãos de diversas ordens ou classes, desde o que, farto de recursos, pode utilizar a metrópole toda, até o que, por falta de meios, somente a utiliza parcialmente, como se fosse uma pequena cidade, uma cidade local. A rede urbana, o sistema de cidades, também tem significados diversos segundo a posição financeira do indivíduo. Há, num extremo, os que podem utilizar todos os recursos aí presentes, seja porque são atingidos pelos fluxos em que, tornado mercadoria, o trabalho dos outros se transforma, seja porque eles próprios, tornados fluxos, podem sair à busca daqueles bens e serviços que deseja adquirir. Na outra extremidade, há os que nem podem levar ao mercado o que produzem, que desconhecem o destino que vai ter o resultado do seu próprio trabalho, os que, pobres de recursos, são prisioneiros do lugar, isto é, dos preços e das carências locais. Para estes, a rede urbana é uma realidade onírica, pertencente ao domínio do sonho insatisfeito, embora também seja uma realidade objetiva. Para muitos, a rede urbana existente e a rede de serviços correspondente são apenas reais para os outros. Por isso são cidadãos diminuídos, incompletos. As condições existentes nesta ou naquela região determinam no valor de cada pessoa, tais distorções contribuindo para que o homem passe literalmente a

⁷⁵³ Idem, p. 53.

⁷⁵⁴ Idem, p. 123.

valer.⁷⁵⁵

⁷⁵⁵ Idem, p. 112.

Capítulo 3 - Entre Espelho e Modernidade: Práticas, Representações e Desejos do Novo

Enfim a modernidade era o tempo do aqui e do agora [...] Indo encontro das sensibilidades da época e, ao mesmo tempo, antecipando a induzindo formas de ver e pensar a realidade, a literatura é tanto resposta quanto introdução de um imaginário social urbano.

Sandra Jatahy Pesavento

3.1 Introdução

O século XX é marcado por um frenético processo de modernização. O fomento do novo, por meio dos produtos em massa, da urbanização e da mídia urbana tece um novo mundo, segundo as suas representações. Dota-se o modelo do “ser moderno”, “assujeitando-se” o ator histórico ao sonho onírico do novo. Esse processo será evidenciado em São Paulo por meio do complexo cafeeiro, que se interiorizará como labaredas de fogo, fazendo de Ribeirão Preto, outrora uma dócil comarca, um símbolo encarnado da modernização, a “Petit Paris”.

Assim, a nova configuração da vida moderna é interiorizada pela difusão da mídia em São Paulo. A diminuição dos custos produtivos nos jornais e a expansão das infraestruturas do Estado permitiram à mídia se popularizar e promover um assujeitamento em massa do sentido e caminho do novo.

Neste capítulo, nos propomos a entender os ratos deste processo, procurando evidenciar como as novas emulações e práticas da modernidade promovem um novo imaginário social, um novo desejo e uma nova memória.

Para isso, precisamos analisar as Atas da Câmara Municipal de 1917 a 1922 e de 1922 a 1929, os jornais *A Cidade*, *O Estado de São Paulo* e *Correio Paulistano* e diversos “almanaques” para reter o cotidiano da década de 1920. Só foi possível pesquisar o ano de 1920 no jornal *A Cidade*, pois de 1921 até 1930 os jornais estão em péssimo estado, não permitindo o acesso à pesquisa. Assim, fomos forçados a reconstruir o cotidiano de Ribeirão Preto pelos jornais da cidade de São Paulo, que comumente tinham colunas sobre municípios do interior do Estado, inclusive Ribeirão Preto. Toda a década de 1920 foi verificada por intermédio do jornal *O Estado de São Paulo*, com algumas notícias e eventos retirados do *Correio Paulistano*, para que houvesse mais material descritivo. Desta forma, pudemos relacionar como as novas práticas cotidianas se interligam na construção do novo imaginário social.

Isso nos permitiu ver com mais clareza como a mídia exerceu influência na reconstrução da memória da cidade desejada e suas representações simbólicas, que estão interligadas aos seus novos atores da urbanização do surto industrial. Nesse sentido, a cidade desejo pode ser vista codificada pelas novas representações simbólicas oriundas na mídia, que exprimem o desejo de venda, dignificação, celebração da cidade e seus novos atores, como arautos da novidade. Por isso, Pesavento destaca que a cidade idealizada só poder ser vista e só é verdadeiramente representada por meio da literatura urbana: “Mas no caso brasileiro, a representação provoca o efeito de ‘verdade’ e a cidade imaginária se sobrepõe à cidade real.

Assim, as reformas [...] eram vivenciadas como condizentes com um *ethos* moderno”.⁷⁵⁶

Então, por meio dessa memória passada em escrita, tentaremos tecer também às possíveis novas representações da cidade de Ribeirão Preto seus novos significantes, expressos em símbolos da modernidade impressa conjuntamente com os novos atores históricos, espaços e suas representações, que são os objetos que representam no visível sua voz e posição, como destaca Chartier:

A significar simbolicamente um estatuto e uma posição: enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais “representantes” (instâncias coletivas ou individuais singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe.⁷⁵⁷

Portanto, podemos recodificar a memória urbana no movimento da modernidade e do objeto escrito em almanaques e, assim, tecermos a voz e a identidade dos grupos urbanos, significadas na cidade-desejo e seus novos símbolos progressos, já que a memória é um elemento essencial para a construção da denominada identidade permanente na histórica urbana, como Le Goff define:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.⁷⁵⁸

Assim, também analisaremos de que forma esta nova memória da cidade-desejo se apropriou dos conceitos dos modernistas e da modernidade, ventilados do espelho, e como eles são ressignificados no transe da fantasia do novo – de maneira distinta da realidade incontida. Como Pesavento aborda:

Tal situação coloca problema sério de identidade, como já foi aludido. À pergunta “que nós somos”, a resposta do espelho poder não ser a desejável. O que diz a realidade concreta, ou aquilo que se interpõe na cotidianidade, é em si, problemático para a elite cultivada na nossa “fin de siècle” e perpassada pelos valores do cientificismo: um país tropical, de herança colonial e escravista, com uma imensa população mestiça.⁷⁵⁹

3.2 Entre espelhos e práticas

A fantasia da modernidade em São Paulo é interpelada pelas reformas de Bouvard. A

⁷⁵⁶ PESAVENTO, op. cit., p. 161.

⁷⁵⁷ CHARTIER, op. cit., p. 73.

⁷⁵⁸ LE GOFF, op. cit., p. 476.

⁷⁵⁹ PESAVENTO, op. cit., p. 161.

haussmanização das linhas e traços da cidade⁷⁶⁰ era uma tentativa simbólica de encontrar o espelho para a cidade idealizada, e a ela correspondiam não só os seus traços apropriados e ressignificados. O fenômeno se insere também na referência da autojustificação de um grupo social como civilizado, e para isso não basta refazer a imagem da cidade, é necessário expô-la, ventilá-la, para que seus novos símbolos possam ser aceitos no circuito mundial.⁷⁶¹

Por isso, Barbuy sinaliza que o afrancesamento das linhas e formas do espaço de São Paulo seguem o princípio das exposições universais, seguem o traço de expor o moderno, daí as grandes avenidas exibirem as belas fachadas e apresentarem luxuosos magazines, que expõem os melhores produtos industriais. Espaços racionalmente ordenados, amplos, iluminados e arejados são construídos, prontos para serem vistos e admirados. Expurga-se, então, qualquer dimensão do antigo, como o modelo de ruas e de vielas, de casas com estruturas ainda precárias, como de taipa. Trata-se de elementos abandonados à imagem de uma cidade escura, esfumaçada. Agora, seus espaços centrais são belos, racionalizados, higienizados e bem iluminados, para que todos possam desfrutar de seus prazeres, do seu consumo, comprando sua imagem, seu sonho, permitindo-se ao cidadão viajar ao mundo além do espelho. Por isso, a prática de exposições universais nasce em conjunto com a cidade moderna francesa, já que a cidade ganha o caráter de se expor, de ser a vitrine, para vender sua imagem urbana, seu modo de comércio, sua cultura urbana... Desta forma, ela rapidamente ganha sentidos míticos e simbólicos que serão diluídos pelo circuito-mundo.⁷⁶²

O poder público de São Paulo a Ribeirão Preto, nas duas primeiras décadas do século XX, se empenhou em transformar a cidade não só no aspecto da cidade idealizada, mas situá-la tanto como lugar por excelência da realização da “vida moderna” – e, como tal, dotada de profundidade na emulação da aparência da modernidade, com produtos e espaços do novo, evocados por grandes magazines e lojas de departamentos – quanto como dos sentidos das novas experiências de lazer, do teatro, cinema, cassinos, cabarés internacionais... Ao mesmo tempo, são produzidas as práticas da urbanidade e é difundido o modelo burguês de vida,⁷⁶³

⁷⁶⁰ Haussmanização ocorreu apenas no espaço da aparência da cidade, já que as áreas centrais do triângulo, mesmo com as reformas, não perderam seu traçado colonial. BARBUY, op. cit., p. 71.

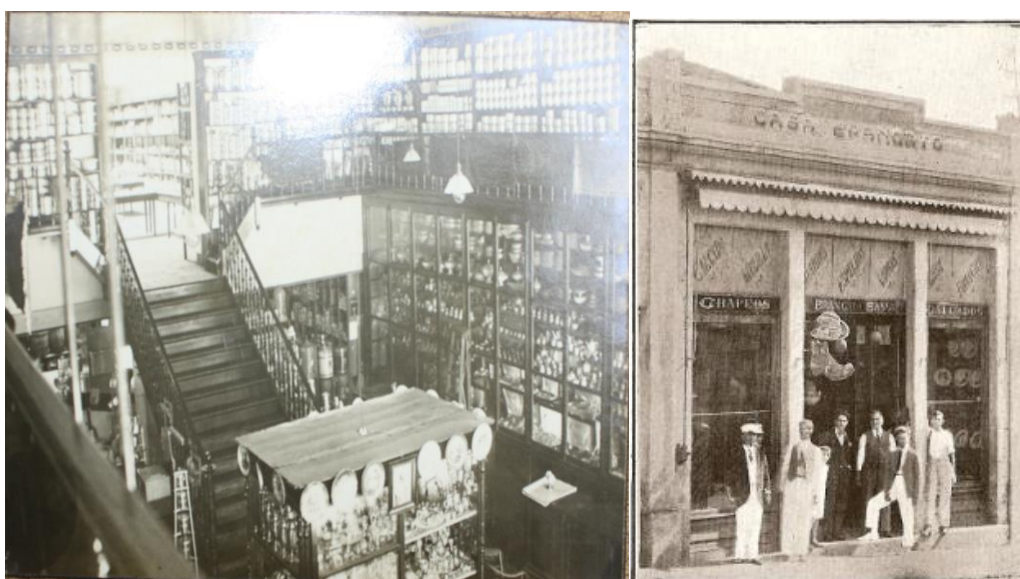
⁷⁶¹ PESAVENTO, op. cit., 158-160.

⁷⁶² BARBUY, op. cit., p. 71. Enquanto a fantasia da modernidade ocorria a todo vapor no centro de São Paulo, as áreas periféricas eram abandonadas, abrigando na mesma cidade diversas imagens, como aponta Barbuy: “Enquanto as antigas ruas eram deixadas ao povo e, como verdadeiras feiras permanentes, fervilhavam de atividades modestas mas transbordantes de seus pequenos mercadores e ofícios, as novas, sobre as quais se localizam os palácios das grandes lojas, transformam-se em território reservado à burguesia. Nesta ocasião, os estabelecimentos comerciais e o comportamento consumidor que erigem em prática urbana tomam conta de todo o espaço central”

⁷⁶³ Idem.

tudo atrelado às práticas comerciais, com a apropriação do ideal de vitrine para se valer de mostruários, espaços de exibição de seus produtos mais requintados, expondo não só um produto, uma imagem, um desejo, mas o mundo burguês como um todo, cuja “fetichiosa” se funde em seus espaços.⁷⁶⁴ Essa prática será seguida em Ribeirão Preto pelas próprias filiais, se tornando modelo de venda e exposição, como na filial da Casa Alemã, das Pernambucanas, Matarazzo, Britânicas, Excelsior e das redes locais: Caprichosa, Rainha da Moda, Notre Dame de Pariz, Banco Construtor, entre outras.⁷⁶⁵ Podemos observar a seção de louças do Banco Construtor de Diederichsen e a frente da Casa Brancato:

Figura 25 - Banco Construtor de Diederichsen e a Casa Brancato, em 1929 e 1922.



Fonte: Album Comemorativo no XXV ano do Antigo Banco Constructor. Sob. Direção de Antônio Diederichsen. Ribeirão Preto, 1929; **A capital artística na comemoração do Centenário, 1922**. São Paulo, 1922.

A fantasia também se move para o universo dos objetos privados, e no final do século XIX e início do XX, em São Paulo, eles ganham as formas da modernidade europeia. Por isso, várias casas de comércio mantinham um escritório de compras no exterior, como a Casa Alemã, L. Grumbach, Casa Fretin, Au Bom Diable, Ao Mundo Elegante e outras. O objetivo era manter o espelho da modernidade mais preciso do que nunca em seu reflexo. As grandes lojas francesas, como Printemps, Bom Marché e Grands Magasins de la Ville de Saint-Denis, mantinham um sistema de vendas a distância, por catálogos, mediante o qual os consumidores cadastrados

⁷⁶⁴ Idem.

⁷⁶⁵ CAPRI, Roberto, op. cit; **Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto**; GUIÃO, João, op. cit.; MELLO, Antonio, op. cit.

poderiam encaminhar os produtos desejados.⁷⁶⁶ Os catálogos não serão mecanismos das famosas lojas internacionais, pois também havia o catálogo local das grandes lojas locais para os mais abastados, como Casa Michel, Loja da China, Guinle & Cia, entre outras. Outras práticas acabam se popularizando no comércio de São Paulo, sendo absorvidas pela maioria dos segmentos, como, por exemplo, por Januário Loureiro, negociante de produtos odontológicos, que teve seu catálogo colado em uma das páginas da *Revista Industrial*.⁷⁶⁷

Em Ribeirão, observamos lojas locais que compravam as novidades oriundas de São Paulo, como é o caso da Rainha da Moda, que tinha “sempre as últimas novidades de Paris e Londres”, feitas “por mão de fadas”.⁷⁶⁸ As lojas Notre Dame, Pariz e Caprichosa seguiam o mesmo caminho. Havia também os grandes magazines que tinham suas filiais na cidade, que apresentavam nos jornais propaganda de novos produtos e a localização da filial na cidade. É o que podemos ver no caso das propagandas abaixo das Casas Britânicas, das Casas Pernambucanas e da loja Musical:

Figura 26 – Propagandas de Magazines de São Paulo com filial em Ribeirão Preto



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 17 dez. 1920, p. 3



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 04 jan. 1925, p. 1

Figura 27 – Propaganda de Loja “A Musical” de Ribeirão Preto

⁷⁶⁶ BARBUY, op. cit., p. 77.

⁷⁶⁷ BARBUY, op. cit., p. 80.

⁷⁶⁸ CAPRI, Roberto, op. cit.



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 08 mai. 1925, p. 11

As Casas Britânicas eram uma loja de vestuário em algodão, lã e seda. A empresa se concentra primeiramente no interior de São Paulo, mas depois se aloca também na capital. Pela localidade do estabelecimento na capital e antes no interior, deve se pautar em roupas voltadas para a classe trabalhadora. Assim, demonstra a novidade de São Paulo pelo preço, pautando-se ao produto de massa, configurado em “catálogo” para massas. As Pernambucanas também seguiam o mesmo caminho de vender produtos em massa. Por ter a novidade, está ligada a São Paulo, e oferece produtos baratos. A fatura de produtos com tecidos finos vindos de fora por alfaiates era comum, contudo a indústria local de roupas era destinada para o consumo da classe média, operários e trabalhadores agrícolas, por isso, utilizava-se de tecidos locais, com o uso de algodão.⁷⁶⁹ O crescimento do espaço urbano induzia o crescimento da indústria têxtil local, já que era necessário confeccionar roupas de trabalho, como bexigas de professores, togas de juizes, vestes eclesiásticas, uniformes escolares e militares, entre outros. A busca por esses produtos era desenfreada, pois eles também emprestavam a quem os vestia a capacidade de ser civilizado. Afinal, eram adereços de quem tinha hábitos urbanos, cosmopolitas, que se atrelavam profundamente com a modernidade.⁷⁷⁰

Também se encaixa nesta lógica a revenda de produtos de São Paulo, como no caso do tapete Congoleum, que era revendido em Ribeirão Preto em estabelecimentos comerciais como Casa Delloingono, Casa Lorenzo, Casa Innechi, Casa Internacional, Casa Barreto, Merceria Rigon e Casa Castro.⁷⁷¹ Idem para os aparelhos de louça da Casa Franceza de Grumbach, de São Paulo, da qual também se encomendavam produtos para os quais havia compradores em Ribeirão, como aponta a propaganda.⁷⁷²

⁷⁶⁹ Idem, p. 172.

⁷⁷⁰ Idem, p. 172-173 e 180.

⁷⁷¹ *O Estado de São Paulo*, 03 out. 1924, p. 10; 09 mai. 1924, p. 10.

⁷⁷² Idem, 14 out. 1924, p. 5.

A propaganda da loja A Musical é mais uma demonstração do comércio no eixo São Paulo-Ribeirão Preto, contudo voltado para a classe mais abastada. Era uma loja especializada na venda de instrumentos, principalmente de pianos alemães, tendo convênio com a loja e importadora Casa Tomassi, de São Paulo, sendo que a novidade também vem de São Paulo.⁷⁷³

Além de um comércio itinerante de produtos de alto luxo, como podemos observar no caso de Elisa Gliaccone Macelloni, que viajava todo interior de São Paulo, vendendo as principais novidades e tendências da Europa, voltado para as roupas, fantasias, talheres e pratarias. A exposição e venda aconteciam em Ribeirão Preto no Hotel Central.

Figura 28 - Propaganda de Venda de produtos de luxos no Hotel Central



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 01 mar. 1924, p. 2.

O pesadelo do novo se esmera para vender sua fantasia, por isso, no início do século XX, observaremos tanto em São Paulo como em Ribeirão Preto que haverá novas formas de publicidade, como anúncios nos jornais exibindo as vitrines do comércio e seus produtos, leilões, liquidações e até exposições especiais anunciando uma nova leva de artigos de luxo, como para dias especiais, Semana Santa, Carnaval e Natal, com produtos específicos desses feriados.⁷⁷⁴ Além disso, a publicidade se torna cada vez mais elaborada, e gradativamente há mais anúncios ilustrados nos jornais, expandido-se para as revistas, pois a novidade se atrela à ideia da fotografia de imprensa. Isso chega a Ribeirão Preto, na década de 1920, com muita força, com quatro revistas: *Eclética*, *Cigarra*, e *Fon-Fon*,⁷⁷⁵ não só com a circulação local, mas também com matérias cobrindo a cidade e seus eventos. Há também os almanaques, que vinham como brinde de algum jornal, exposição da cidade e comemoração de uma data festiva.⁷⁷⁶

Sendo assim, a exposição do moderno era racionalizada na capacidade de estimular a apreciação do sonho, por meio do maior número de objetos e imagens possíveis, que fazem o sujeito histórico poder reconfigurar o seu interior por este fetiche, norteando-se pelos valores que o novo apresenta. Outrossim, o equilíbrio só pode ser conquistado pelo consumo, pelo adereço que se traz de volta para o outro lado do espelho. Por isso, Barbuy afirma que “a

⁷⁷³ *O Estado de São Paulo*, 17 dez. 1920, p. 3; 04 jan. 1925, p. 1; 08 mai. 1925, p. 11.

⁷⁷⁴ BARBUY, op. cit., 77-78.

⁷⁷⁵ *O Estado de São Paulo*, 13 nov. 1926, p. 6; 12 jul. 1927, p. 14.

⁷⁷⁶ Idem, p. 79.

absorção de uma nova perspectiva do mundo, a qual se convencionou chamar de modernidade, passava pelo exercício da observação visual das coisas materiais”.⁷⁷⁷ Assim, o espaço da venda da fantasia começa a usar outros veículos para sua exposição e sedução, como vernissages, exposições artísticas, apresentações musicais, encenações teatrais – todo tipo de espetáculo e de exposição se multiplica para expor o novo.⁷⁷⁸ No caso específico de Ribeirão Preto, podemos citar como exemplo a loja A Musical, que, para expor o novo piano alemão do fabricante Niendorf, realizou um concerto na Sociedade Recreativa com a pianista Antonietta Rudge, que se apresentou com o modelo, fazendo sua recomendação. Esta prática ocorreu por dois anos seguidos:

Figura 29 - Propaganda de Eventos Musicais patrocinados pela loja “A Musical” de Ribeirão Preto.



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 14 e 16 out. 1924, p. 10-11; 28 mai. 1925, p.10.

Havia também empresas farmacêuticas que usavam testemunhos de pessoas para reforçar a eficácia de seus produtos. Isso ocorreu com o produto farmacêutico Eruptina, para tratamento de doenças de pele, desenvolvido pelo industrial Theodoro Pelumbo. Usou-se como exemplo de benefício do tratamento Anna Maria Conceição Silva, 18 anos, operária, com

⁷⁷⁷ Idem.

⁷⁷⁸ Idem, p. 79. Essas exposições de teatro, de música e artísticas era financiadas pelo comércio e expostas em meio à apresentação, ou algumas vezes a apresentação ocorria dentro dos estabelecimentos. É o caso exemplificado por Barbuy: “Também nos primeiros dias de 1893, anunciava-se o Primeiro Festival Alemão de Cantores no Brasil, que se realizaria nos dias 5, 6 e 7 de janeiro, no Teatro São José. A esse evento associavam-se algumas casas de comércio, fosse pela origem de seus proprietários”. Aproveitam marchas populares ou dias festivos para apresentar seu produto, como o caso da Casa Michel, que era uma relojoaria, que apresentava seus produtos com um “carro-reclame dos afamados relógios Ideal”, de que era concessionária, e acompanhava a marcha dos democráticos. Idem, p. 81. Também se encaixam aqui as exposições agroindustriais, as exposições de cunho estaduais e municipais, qual Barbuy afirma “iam ganhando lugar e porte e difundiam, cada vez mais, padrões internacionais de exibição de mercadorias”. Idem.

indicado por Antonio Rodrigues da Silva:

Pelo sr. Antonio Rodrigues da Silva foram apresentados duas indicações, proibindo a colocação de tanques de anuncios nas ruas e praças continuando em vigor a disposição do Código que proíbe a colocação de anúncios nas paredes e muros [...] ⁷⁸²

Contudo, tanto para Ribeirão como para São Paulo a resolução que proibia cartazes colados em muros não surtia efeito nenhum, já que a publicidade tomava a cidade, com anúncios fixados nas cadeiras de engraxates, projeções luminosas do comércio ou em prédios, anúncios aéreos e até conduzidos por animais em São Paulo. ⁷⁸³ Esses elementos em Ribeirão Preto serão introduzidos de forma mais tardia, entre 1930 e 1940, como podemos vislumbrar pela análise das fotos do Arquivo Público, da Photo Sports, da rua General Osório e XV de Novembro, principais regiões do comércio da cidade:

Figura 31 - Rua General Osório e Praça XV de Novembro entre 1930 e 1940



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 216, 22, JPM.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 475, 42-75, Ernesto Kühn/Rubem Cione.

⁷⁸² Ata da Câmara Municipal de São Paulo, 1922 – 1929. p. 106 e 121.

⁷⁸³ Idem, p. 81-82. Como os dois casos exemplificados por Barbuy, o primeiro da instalação de um balão publicitário da loja Japão, no Viaduto do Chá, que não fora muito bem-sucedido, e da instalação do primeiro letreiro da cidade, autorizado em 1906, que era uma peça *art nouveau* com 1,7 m, que seria instalada na fachada da Casa Hamburguesa.

A primeira imagem compreende a vista da Rua General Osório entre as ruas Amador Bueno, Álvares Cabral e Tibiriçá. Podemos avistar os prédios dos seguintes estabelecimentos: Photo Sport, Alfaiataria JB etc. Dentre os edifícios: Meira Júnior, Diederichsen. O ano é 1939. Na segunda imagem está a Rua General Osório vista a partir da Rua Tibiriçá. Na direita, vemos o jardim da Praça XV de Novembro. Na esquerda, prédios da Rua General Osório, em 1933. Nas duas imagens, há letreiros iluminados, como da JB Alfaiataria e da Photo Sport, bem como postes cheios de propaganda, misturando-se às placas das lojas, e um carro com propaganda na segunda imagem.

Assim, novos produtos acabam sendo introduzidos no seio da cidade-exposição, como as joias e a bijuterias para uso feminino, que representam objetos de prestígio, trazendo brilho e beleza ao seu consumidor. A profusão de produtos também se situou no espaço da moda da cidade, sendo vendidos tanto por magazines e lojas de departamentos como em revistas, jornais e filmes, que reproduzem padrões estéticos, como o uso de chapéus, luvas, roupas importadas prontas e eletrodomésticos.

A primeira década do século XX foi um importante disseminador dos espaços de lazer e prazer, que traziam à tona a fantasia da modernidade. Dentre estes, teatros e cinemas, como Eldorado, Rio Branco, Polythema, Paris Theatre, Cassino Antártica e Carlos Gomes. Outro importante interlocutor do novo foi Cassoulet, um empreendedor de todo tipo de entretenimento, do cinema às prostitutas estrangeiras, alimentando a elite cafeeira e os recém-enriquecidos comerciantes e industriais com o novo desejo da procura da felicidade no presente.⁷⁸⁴ Começou suas atividades de entretenimento em Ribeirão Preto como dono do Eldorado e administrador do Carlos Gomes em 1909, e rapidamente, já em 1914, assumia mais cinco casas de espetáculo: Carlo Gomes, Paris Theatre, Cinema Rio Branco, Polythema e Cassino Antártica.

Cassoulet controlou boa parte da programação de entretenimento da cidade, que consistia de todo tipo de espetáculo, dentre eles a exibição de filmes, como “O Crime de Malta”, “Serra de Santos”, “Alucinação de Ébrios”, “História das Vestimentas” e “Disco da Morte”; encenações teatrais de boa qualidade eram apresentadas pelas companhias Alves Silva, Dramática Francesa, Lírica Italiana R. Mario & Cia e Clara Della Guardia, uma das importantes empresas teatrais do mundo. Sem esquecer das grandes óperas, com cantores italianos, que se apresentavam no intervalo dos filmes, em salões de bailes, banquetes e até em espetáculos de

⁷⁸⁴ Como Bauman destaca, ao definir a sociedade consumidora do século XX, na obra “Mundo do Consumo”.

luta romana. Tudo era possível, desde que feito para entreter e consumir.⁷⁸⁵ Evidenciando que o teatro tinha função de multiuso na primeira República. Como observamos no censo de 1917, que aponta um número absurdo de apresentações, 15.327, em 214 teatros no Estado de São Paulo. Delimitando poucas atividades primordiais como o teatro de tragédias, dramas e comédias com cerca de 486 exibições, depois as óperas com 119, as óperas cômicas com 57 e por fim, os concertos com 51 exibições.⁷⁸⁶

Provavelmente, a crise do entretenimento na década de 1920 marca uma superoferta de casas e empreendimentos na década anterior, o que leva o seu principal agente Cassoulet à falência, em 1917. Por isso, em 1919, apenas o Teatro Carlos Gomes, o Polythema, o Paris Theatre e o Cassino Antártica continuaram funcionando, no entanto, de forma precária.⁷⁸⁷

O Polythema fora adquirido por Evaristo Silva. Tratava-se do terceiro maior teatro do Estado, com capacidade para até 1480 pessoas, mas Silva não tinha capacidade de reinventá-lo, muito menos de modernizá-lo. Por isso, a matéria em *O Estado de São Paulo*, de 16 de abril de 1920, destaca como a incapacidade de Evaristo para gerir suas dívidas ameaçava fechamento do local.⁷⁸⁸ Contudo, sua derrocada teve um caráter ainda mais melancólico, pois ele fecha depois de um incêndio, em 21 de fevereiro de 1921, o que põe fim à última chama de sua fantasia do novo – e o teatro mergulha nas profundezas do esquecimento da memória coletiva.⁷⁸⁹

Mesmo com falência de Cassoulet, o Paris Theatre aparentemente resistiu até os dois primeiros dois anos da década de 1920. Porém, em 1922, um dos principais centros do cinema voltado para o mercado de filmes de arte entra em falência.⁷⁹⁰ Já o Eldorado, após falir em 1917, na década de 1920 é comprado pelo Cinema Rio Branco, que o reforma, conseguindo fazer dele um dos principais centros de entretenimento da cidade novamente. Contudo, isso não significa que não funcionasse de maneira precária. O Cassino Antártica seguiu a mesma sina: conseguiu sobreviver a duras penas, e sua primeira reinauguração ocorreu já em 1917, sob a nova gerência de A. Tosoni, mas não durou um ano.⁷⁹¹ Somente em 1919 o Cassino volta realmente a funcionar, agora sob direção de J. Buccheneri, que procurou reformar o prédio e suas

⁷⁸⁵ TUON, Liamar Izilda. *O Cotidiano Cultural em Ribeirão Preto. (1880-1920)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2004. p. 124.

⁷⁸⁶ **O Estado de São Paulo**, 03 abr. 1920, p. 11.

⁷⁸⁷ TUON, op. cit., p. 141.

⁷⁸⁸ **O Estado de São Paulo**, 16 abr. 1920, p. 10.

⁷⁸⁹ GUIÃO, op. cit., p. 30

⁷⁹⁰ TUON, op. cit., p. 135, 139-141; GUIÃO, op. cit., p. 30.

⁷⁹¹ **O Estado de São Paulo**, 10 nov. 1917, p. 8.

comodidades.⁷⁹² Esta empreitada dará uma nova sobrevida ao Cassino, que, como Guião informa em seu almanaque, ainda será uma das principais casas de divertimento da cidade.⁷⁹³

Na verdade, mesmo com a entrada de novos investidores e a constituição do Central Cinema, do Cinema Ideal e as reformas no Cassino Antártica,⁷⁹⁴ o mercado de entretenimento não será mais o mesmo. As casas de entretenimento em geral funcionavam na precariedade, perdendo glamour e a beleza que apresentavam na década de 1910. A Ata da Câmara Municipal de 1917-1922 mostra que, em 1922, o Central Cinema, inaugurado em 1919, na Rua São Sebastião, pede autorização para funcionar em uma das salas da Sociedade Legião Brasileira. Contudo, o prefeito Guião rejeita sua licença de funcionamento, aprovado pela Câmara, por não seguir as normativas do Código de Postura de 1921.⁷⁹⁵ No entanto, a matéria volta à Câmara, e o vereador Antônio Rodrigues Silva indica que não tem por que liberar a licença para o cinema na sala da Sociedade Legião Brasileira. Afirma ele: “Nenhum dos cinematógrafos que atualmente funcionam no município preencheu completamente essas exigências sem que houvesse uma desigualdade à delegação da licença. Por isso, voto a favor do pedido”.⁷⁹⁶ Tal indicação será endossada por Fábio Barreto, de forma unânime, sem que haja necessidade de fazer modificações no edifício.⁷⁹⁷ O almanaque de 1927, de Antônio de Mello, também apresentará a mesma perspectiva, só que de forma mais crítica, por conta de não se apresentar nenhuma segurança contra incêndio: “Os Cinemas da cidade, são calamidade, o que mais assemelha a uma casa de diversões falta no entretanto, comodidade constitui em caso de incêndio um improvisado forno crematório. Os outros estão abaixo de crítica indulgente”.⁷⁹⁸

Devido a este panorama, a prefeitura procura, em 1926, desapropriar o Carlos Gomes, já que, segundo o prefeito Guião, “de longa data vem a cidade se ressentindo da falta d’uma confortável casa de diversões, que possa conciliar os interesses do público com os interesses dos empresários de Companhias teatrais”.⁷⁹⁹ A repaginação, como já foi indicado no item anterior, deveria ser pautada na ampliação de espaço, na revitalização de sua beleza e conforto, e seguir preceitos de salubridade, segurança e higiene do Código de Postura de 1921, além de oferecer melhor infraestrutura para as companhias de teatro. Mesmo com todo o esforço da

⁷⁹² Idem, 16 ago. 1919, p. 8.

⁷⁹³ GUIÃO, op. cit., p. 30.

⁷⁹⁴ Idem, p. 141.

⁷⁹⁵ Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1917-1922. p. 364.

⁷⁹⁶ Idem, p. 365-366.

⁷⁹⁷ Idem, p. 370.

⁷⁹⁸ MELLO, op. cit.

⁷⁹⁹ Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1922-1929. p. 211.

prefeitura, a Câmara acabou se prolongando nas tratativas, até o arquivamento da proposta.⁸⁰⁰

No entanto, a programação municipal de cinema na década de vinte, pôde desfrutar de uma maior diversidade de filmes e lançamentos com a instalação de representantes de estúdios internacionais, como Paramount, Fox, Universal, Ufa Film de Berlim e Serrador.⁸⁰¹ Por meio de apresentações voltadas para um mercado mais artístico e “cult” para os clientes abastados do café ou do comércio. Estas apresentações tinham até horário marcado na sessão denominadas “soirées chics”, no Carlos Gomes. Exibindo produções ditas como obra-prima para o período, como a obra alemã, “Madame Barry”, do Estúdio Ufa Film, e dos estúdios hollywoodianos da Paramount, em “Homem Poderoso”; da Fox, em “Capolavoro” e Universal, em “Com direito a felicidade” e principalmente as obras do aclamado Estúdio Triangle⁸⁰², em “Orgulho de raça”, “Código Secreto e “Sacerdote Phantastico”.⁸⁰³

Assim, o Carlos Gomes funcionou até a década de 1920 como o principal centro de entretenimento da cidade. Era lá que as principais empresas de teatro de São Paulo se apresentavam, como a Companhia de Teatro Beneventi, da atriz Elvira Beneventi, e a Companhia Gonçalves, do Teatro Boa Vista de São Paulo, que fazia uma turnê pelo interior.⁸⁰⁴ Também ocorreu no local a veiculação dos principais filmes internacionais. As ofertas também faziam parte do seu cardápio de apresentações culturais, como as apresentadas por João Lino e Edmundo Maia, em 1920.⁸⁰⁵ Além disso, aconteciam por lá os principais eventos da cidade: bailes a fantasia, festas sociais, reuniões promovidas pela imprensa, seminários, conferências (como a feita pelo sr. Antônio Gonçalves Leite Monte Serrant, secretário da Associação de Empregados no Comércio da capital, que foi patrocinada pela filial de Ribeirão Preto), concertos (como o da harpista Rosa Farralol, diplomada na academia Santa Cecilia de Roma), recitais (como o concedido pelos estudantes da universidade em sua visita ao município), encontros partidários (como o da comissão do Partido Democrático) e assim por diante.⁸⁰⁶

⁸⁰⁰ Veja no item anterior.

⁸⁰¹ MELLO, op. cit.

⁸⁰² Durante três anos, a Triangle foi uma das mais importantes empresas cinematográficas dos Estados Unidos, tendo ao seu serviço as maiores estrelas de cinema e produzindo filmes de prestígio e sucesso. Neste contexto, a Triangle conseguia colocar os seus filmes em milhares de salas de cinema e dominar o mercado, conseguindo cobrar bilhetes mais caros que os seus concorrentes. Em 1917, a Triangle sofre um revés com o fracasso do dispendioso filme “Intolerância”, e D. W. Griffith abandona a empresa. Nesse mesmo ano, Sennett decide também abandonar a Triangle e levar consigo os maiores atores da Keystone. A Triangle não consegue resistir a esses percalços e acaba por ser dissolvida em 1918.

⁸⁰³ **A Cidade**, 05 ago. 1920, p. 1; 03 set. 1920, p. 2; 27 out. 1920, p. 2; 27 out. 1920, p. 1.

⁸⁰⁴ **O Estado de São Paulo**, 15 jun. 1920; 28 mai. 1920, p. 3.

⁸⁰⁵ **A Cidade**, 02 jun. 1920, p. 2.

⁸⁰⁶ 21 fev. 1920; 15 jun. 1920; 10 ju. 1921; 16 jul. 1926, p. 6.

Outra casa de entretenimento era o já citado Cinema Ideal, que funcionava na Sociedadde Unione Italiana, um espaço focado em obras teatrais e cinematográficas, mais voltado ao mercado popular, utilizando de ingressos mais acessíveis e filmes já consagrados, como “Delírio de Aparecer”, de Douglas Fairbanks, e italianos que agradavam às classes operárias, como “A Felicidade”, de Lina Pina, além de seriados estadunidenses de faroeste, como “Terror das Serras”.⁸⁰⁷ O cinema Rio Branco foi reinaugurado, após sua falência em 1917, seguindo as normativas dos bombeiros. Trazia agora uma instalação luxuosa e novo mobiliário, procurando, com uma programação de matinê às duas horas da tarde e outra apresentação à noite, retomar o espaço na cidade.⁸⁰⁸ Mas, assim como ocorrera com o Cinema Central, acabou sobrevivendo de forma precária, como já indicamos na Ata da Câmara Municipal.

Então, a cidade só apresentará novamente uma casa de entretenimento que segue não só a fantasia da modernidade, mas o desejo da municipalidade, em 1930. Com a inauguração do Teatro D. Pedro II, que segundo *O Estado de São Paulo*, ocorreu com a apresentação da Orquestra de Ignácio Stabile, que era formada por 30 professores de música, e posterior a esta apresentação foi a vez do filme “Alvorada do Amor”.⁸⁰⁹ Rapidamente, o novíssimo teatro assume o espaço de centralidade do Carlos Gomes, tanto na divulgação da programação do Teatro Pedro II no Jornal Estado de São Paulo, como apresentando os principais eventos do município, como as peças teatrais “As Cigarras” e “Historias da Carochinha”, de Luiz Peixoto, a empresa “Teatro de Mentira”, filmes internacionais e apresentação de óperas, como a do maestro João Gomes Júnior. Faziam parte também, eventos de associações e beneficentes, como a Opereta Moreninha oferecido pela Central de Professorado Público e bailes beneficentes em benefício a creche Santo Antônio.⁸¹⁰

Os espaços associativos também tinham grande importância para a difusão do modelo de modernidade, de lazer, de prazer, que conjuntamente produzem o enclausuramento do homem e o seu sonho de novo. Os principais eram a Recreativa e a Legião Brasileira.

A Legião Brasileira, no final da década de 1910, tinha uma nova sede social, inaugurada em 16 de abril de 1917, na esquina da rua São Sebastião com a Visconde de Inhaúma.⁸¹¹ A

⁸⁰⁷ *A Cidade*, 05 mai. 1920, p. 2; 02 ju. 1920, p. 2.

⁸⁰⁸ *A Cidade*, 04 abr. 1920, p. 2.

⁸⁰⁹ *O Estado de São Paulo*, 10 out. 1930, p. 2

⁸¹⁰ *O Estado de São Paulo*, 28 jun. 1930, p. 3; 08 fev. 1930, p. 16; 25 jan. 1930, p. 18; 01 jan. 1931, p. 1; 05 ago. 1939, p. 2.

⁸¹¹ Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1917-1922, p. 361. Da sociedade Legião Brasileira, desta cidade convidando a Câmara para assistir em três de maio à inauguração do prédio social. Pelo senhor presidente foram nomeados o doutor Meira Junior e o senhor Renato Jardim para representar a Câmara nessa solenidade.

associação tinha como base ser um centro da construção do imaginário patriótico, e seu lema era: “É altamente progressista e civil a ação da ‘Legião Brasileira’ e o esforço desses legionários da pátria [...]”,⁸¹² Suas atividades eram desenvolvidas primeiro por meio de conferências, realizadas por algum convidado de importância no mundo intelectual, como no caso da apresentação do advogado Eduardo Lopes Filho, com o tema “O Momento Patriótico”⁸¹³. Em segundo, buscava auxiliar na educação artística e esportiva, por isso, era comum na década de 1920 que abrisse as portas de seus salões para a exposição de quadros, como os da pintora local Helena Pereira da Silva,⁸¹⁴ para a exibição de filmes (em um dos seus salões funcionava o Cinema Central), para eventos esportivos (como as competições de bilhar e tênis de mesa organizadas pelos próprios sócios), para a disseminação do esporte e do ensino de educação física (como se viu na palestra do Dr. Fernando de Azevedo⁸¹⁵), para saraus literário-musicais⁸¹⁶ e para recitais, como o organizado por Júlia Archambeau Carneiro e Ângela Vargas, segundo um programa de música eruditas, como observamos abaixo:

Figura 32 - Programa de Recital Organizado por Júlia Archambeau Carneiro e Ângela Vargas em 1920.



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 10 fev. 1920, p. 4; 09 mar. 1924, p. 2.

A Sociedade Recreativa, que se localizava na Rua Barão de Amazonas, passou na década de 1920 por uma expansão de sua sede, após a compra do terreno do lado, em 1922.

⁸¹² *Almanaque Ilustrativo de Ribeirão Preto*, op. cit.

⁸¹³ *O Estado de São Paulo*, 10 fev. 1920, p. 4.

⁸¹⁴ Idem.

⁸¹⁵ *A Cidade*, 02 out. 1918, p. 1; *O Estado de São Paulo*, 11 abr. 1920, p. 5. O campeonato era dividido em duas divisões: a primeira, Alfredo Porto venceu; a segunda, José Almeida Carmago venceu. *O Estado de São Paulo*, 17 jul. 1923, p. 6.

⁸¹⁶ Sarau o ocorreu na comemoração do Ano Novo de 1920. *O Estado de São Paulo*, 03 jan. 1920, p. 10.

Além disso, passou por uma melhoria nas suas comodidades e adaptou-se às regras higiênicas do Código de Postura de 1921. As obras terminaram em 1924. A associação também tinha um papel de construção de conduta, contudo ela está pautada pelo ideal de propagar o “espírito civilizador”, como vemos no Almanaque de Antônio Dias Mello: “[...] Conferencias scientificas e sociólogas, preparam para os embates da vida [...] contribuindo directamente para a educação e aperfeiçoamento de um povo”.⁸¹⁷ Assim, formula-se o ideal de uma sociedade polida e cordial: “[...] Ao programma que justifica a razão de sua existência [...] contribuindo para o estritamento das relações inter-familiares n’uma atmosfera de pura cordialidade”. Este programa seria pautado por festas, como bailes de comemoração da passagem do ano, bailes de fantasias no Carnaval, “partidas dançantes”, conferências (como a do publicista Silvio Floreal sobre o “Culto da Energia”), exposições (como uma sobre o culto cívico) e concertos,⁸¹⁸ como o da pianista italiana Ada Pinelli, que apresentava um programa de música erudita, como observamos abaixo:

I Parte

⁸¹⁷ MELLO, op. cit.

⁸¹⁸ Idem, **O Estado de São Paulo**, 03 jan. 1920, p. 10; 21 fev. 1920, p. 11; 28 mai. 1920, p. 3. **A Cidade**, 01 abr. 1920, p.1; 02 jul. 1920, p. 1; 22 mai. 1920, p. 1; 26 mai 1920, p. 1.

- 1 - Beethoven. Fantasia (sol menor)
- 2 - (sic)
- 3 - Chopin. Noturno (sol menor)
- 4 - Frugatt. (Sic) (sol maior)
- (sic)

II Parte

- 1 - Frugatta. Notturmo (sol maior)
- 2 - Chopin. Marcha fúnebre (si bemol menor)
- 3 - Max Roger. (Sic) (fã maior) Só com a mão esquerda
- 4 - Lis. Rapsódia. Speagnola (dó sustenido menor).

Fonte: **A Cidade**, 22 mai. 1920.

A música será outro instrumento de veiculação do sistema de conduta do “espírito de civilidade” da modernidade. Como Tuon destaca, a programação musical até 1920 não sofrerá grandes mudanças, estando situada sempre na música erudita europeia de Verdi, Puccini, Mascagni, Franz Lehar, nas bandas e nos concertos de Chopin, Beethoven, Max Roger. O que muda é o repertório nacional apresentado pelas bandas, que, nos seus programas, ganhavam uma mínima participação.⁸¹⁹ As principais bandas na década de 1920, segundo Guião, são a banda Filhos de Euterpe e a banda Independência. A Filhos de Euterpe foi formada ainda na primeira década do século XX, mas esteve presente no meio musical da cidade durante toda a Primeira República. A banda chegou a se apresentar em Campinas e São Paulo. Em Ribeirão Preto, normalmente se apresentava no coreto da praça XV de Novembro, e era comum fazer apresentações em dias festivos, subvencionada pela Câmara Municipal.⁸²⁰ A banda Independência foi criada na década de 1920, segundo projeto de lei do prefeito Guião, daí o nome “Independência”, uma alusão ao sentimento patriótico, que, no início da década de 192, está muito vinculado à independência, com a aproximação do seu 1º centenário da independência. Por isso, houve também a criação de uma avenida na cidade em homenagem ao centenário e o desenvolvimento até de almanaques em sua comemoração.⁸²¹ A nova banda fará um contraponto aos Filhos dos Euterpe, apresentando-se também no coreto da Praça XV, em festas subvencionadas pela Câmara. Um exemplo é a homenagem realizada ao Comercial Futebol Clube. O programa apresentando dá continuidade ao modelo de música erudita europeia:

I Parte

1. Hymno do Commercial F. c., B. Pousa Godinho;
2. Aída, G. Verdi;
3. Viuva Alegre, fantasia, Franz Lehar;
4. Sonho dourado, dueto, V. Georgio

⁸¹⁹ TUON, op. cit., p. 94.

⁸²⁰ Idem, p. 95; Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1922-1929, p. 96 e 100. Apresenta uma subvenção paga à banda por um evento festivo financiado pela Câmara.

⁸²¹ Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1917-1922, p. 424 e 432.

II Parte

1. Trovador, Aria - G. Verdi;
 2. Brasillianita, Ouvertur - N. N.;
 3. Colloqui d'Amore, Duetto - N. N.;
 4. Hymno do Commercial F. C. - B. Pousa Godinho.
- Fonte: **A Cidade**, 06 jun. 1920, p. 1

O município apresenta ainda uma orquestra organizada por 30 professores, que se apresentavam nos teatros da cidade, como no caso já apontado do Carlos Gomes. Foi lar também de alguns compositores, como: Belnacio Goudinho, criador do hino do Club Comercial de Ribeirão Preto; Homero Barreto, professor do conservatório do Rio de Janeiro, autor de óperas, das quais a primeira foi apresentada no Carlos Gomes; Maestro Nardelli, regente da Orquestra Carlos Gomes; José Delphino Machado, também maestro e compositor, que encabeçava a “Sociedade de Concertos Sinfônicos”; os pianistas Dr. Dário Guedes e Ophelia do Nascimento – esta teve seus estudos subvencionados na localidade e depois na Europa, e já com doze anos havia realizado concertos em Campinas, São Paulo e Santos.

É importante citar também as associações de música voltadas para um caráter religioso, como os grupos de canto da Igreja São José e da Catedral – este, dirigido pela irmã de Carlos Gomes, Joaquina Gomes.⁸²²

Para isso, Sevcenko, demonstra como a euforia das grandes metrópoles, acompanha a ação central das forças modernizantes na cidade, promovendo um vórtice de efeitos desorientadores, acelerando a temporalidade com as inúmeras transformações na cidade. Situando rupturas internas no sujeito históricos, pois o configura segundo novos ideais de desenvolvimento, de civilidade e progresso.⁸²³ Essas novas perspectivas levaram à busca de uma nova identidade da cidade, que agora promove novas práticas urbanas. O antigo hábito de repousar nos fins de semana se tornou um despropósito ridículo, pois a cidade-exposição, vitrine do novo, do consumo, do agito e da beleza, chama o sujeito histórico para a rua, sob o epíteto genérico de “diversões” – que, na verdade, são a busca por uma nova série de hábitos físicos, sensoriais e mentais, descobrindo-se a nova rítmica do lazer cotidiano. Como Sevcenko aborda:

[...] de esportes, danças, bebedeiras, tóxicos, estimulantes, competições, cinemas, shopping, desfiles de modas, chás, confeitarias, cervejarias, passeios, excursões, viagens, treinamentos, condicionamentos, corridas de rasas, de fundo, de cavalos, bicicletas, de motocicletas, carros, de avião, tiros-de-guerra, marchas, acampamentos, manobras, parques de diversões, boliches, patinações, passeios e corridas de barco,

⁸²² GUIÃO, op. cit., p. 28 e 29.

⁸²³ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole: sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 32.

natação, saltos ornamentais, massagens, saunas, ginástica sueca, ginástica olímpica, ginástica coordenada com centenas de figurantes nos estádios, antes dos jogos e nas principais praças da cidade, todas semana.⁸²⁴

Essas novas práticas estavam vivas na sociedade paulistana desde o final do século XIX e início do XX. Entretanto, na década de 1920, ganham força siderúrgica, por serem um dos elementos de um novo estilo de vida, congruente aos moldes da civilidade, da fantasia da modernidade.⁸²⁵ Essa mentalidade assujeita em sua maioria os jovens, que anseiam pelas novas prerrogativas do sonho onírico, e os clubes são a vitrine dessas novas atividades.⁸²⁶ Eles servem de modelo pela elite⁸²⁷ e acabam se difundindo nos bairros operários, nas periferias e várzeas, atrelando-se na união de operários, que muitas vezes formam seus próprios clubes.⁸²⁸ A Associação Paulista de Sports Atléticos, uma entidade fomentadora, supervisora e coordenadora da vida desportiva da cidade, tinha em 1919 mais de 150 clubes federados, formados por mais de 15 mil moços em plena atividade, disputando os mais diversos torneios e que, pela sua dimensão, tomavam a frente de empreitadas da capital.⁸²⁹ Desta forma, quando o time de futebol do Brasil se consagrou pela primeira vez campeão sul-americano, em 1919, o time contava com nada menos do que nove titulares paulistas.⁸³⁰ Essa preeminência fazia da cidade a principal praça desportiva da América do Sul.⁸³¹

O esporte, então, estava por todos lados na cidade, por isso, observaremos sua presença muito forte entre os estudantes. Em 1919, promoveu-se o I Campeonato Acadêmico do Atleta Completo, cuja iniciativa era revelar “o verdadeiro atletismo em nós”. Com o êxito de evento, dois meses depois foi estabelecida uma associação desportiva estudantil, a Associação Atlética Faculdade de Direito de São Paulo. O fenômeno não se restringia apenas ao nível superior, e em maio do mesmo ano a APSA, conjuntamente com o governo do Estado de São Paulo, formou uma comissão de Educação Física, tendo como tarefa implantar uma política estadual

⁸²⁴ Idem, p. 33.

⁸²⁵ Idem, p. 33-34.

⁸²⁶ Como Sevcenko destaca no jornal *O Estado de São de Paulo*, que diz: “Nesse ano 1919 os esportes estão tomando um desenvolvimento verdadeiramente espantoso, a tal ponto rápido, brilhante e seguro [...] Generaliza-se a intensifica-se a prática das atividades físicas já conhecidas e aparecem e se desdobram oportunidades para a adoção e a prosperidades entre nós, de esportes que nome mal conhecíamos [...]”. In: SEVCENKO, op. cit., 1992, p. 44.

⁸²⁷ Idem, p. 34.

⁸²⁸ Idem.

⁸²⁹ Idem, p. 52-53.

⁸³⁰ Idem, p. 53.

⁸³¹ Idem.

de educação física para abranger as instituições escolares, primárias e secundárias.⁸³²

A perspectiva dessa filosofia desportiva jovem ganhava o espaço da mídia. Sua popularidade atraía ainda mais o sujeito a esse estilo de vida, criando não só partes no jornal que destacam o desporto, como estratégia de divulgação e monopólio dos eventos, como, por exemplo, a Volta de São Paulo, organizada pelos editores esportivos da edição noturna de *O Estado de São Paulo*.

A valorização dos desportes também decorre de interferência governamental. O prefeito de São Paulo, Antônio Prado, contribui para o desenvolvimento da APSA, em 1909; o presidente da província, Washington Luís, em 1919, firma um compromisso de desenvolver o desporto. Como já foi dito, em conjunto com a APSA, formou-se uma Comissão de Educação Física para que se implementasse a prática do desporto nas escolas primárias e secundárias. Para tal, dentre outras providências, professores suecos de ginástica foram contratados, e ambos – prefeito e presidente – apadrinharam vários competidores e competições, fazendo-se presentes nos principais torneios desportivos, entregando troféus e sendo homenageados com o troféu ou o torneio com seus nomes. Tudo isso culminou no compromisso da construção do Estádio Monumental poliesportivo da capital paulista.⁸³³ Essas medidas fizeram com que Washington Luís fosse considerado pela mídia de São Paulo o grande patrono do desporto no Estado.⁸³⁴

O apreço pelo desporto, principalmente pelo futebol, crescia, com a fundação de todo tipo de clube acadêmico, da elite, dos imigrantes e até dos operários, espalhando-se por todos recantos da cidade. Em jogos populares, como os de Corinthians e Palestra Itália, ocorria o encontro de uma grande concentração coletiva de pessoas nos estádios, arenas que já teriam espaço para abrigar cerca de 20 mil pessoas.⁸³⁵ As estruturas periféricas da cidade, que sediavam a maioria dos estádios, apresentavam ainda ruelas, espaços comprimidos e precários, o que permitia fatalmente o encontro de torcidas e subsequente choques entre elas.⁸³⁶ Como exemplo, o jogo de abril de 1920, no estádio corintiano, que depois da partida virou uma praça de guerra em decorrência das brigas das torcidas.⁸³⁷ Este caso não se tornou único, mas condiz com o crescimento de confrontos e aumenta a estatística de violência da cidade, ou seja, a prática desportiva já ocorria em um ambiente violento e desencadeava problemas de segurança

⁸³² Idem.

⁸³³ Idem, p. 51, 53-54.

⁸³⁴ Idem, p. 54.

⁸³⁵ Idem, p. 64.

⁸³⁶ Idem.

⁸³⁷ Idem.

na cidade, fazendo a polícia promover treinamentos especiais para controle de massas. Técnicas de repressão a greves eram agora aplicadas nos estádios.⁸³⁸

Em Ribeirão Preto, o cenário do futebol também se difundiu rapidamente. Conseguiu movimentar multidões, ainda que, logicamente, em menor escala. Cerca de uma a duas mil pessoas foram logo contagiadas pela paixão dos principais clubes da localidade, como o Comercial, o Operário F.C., o Botafogo e o Palestra Itália.

Os principais clubes participavam de campeonatos municipais e de torneios pelo interior, com diversas excursões e amistosos. O Campeonato Municipal de 1920, realizado no dia 02 de setembro de 1920 com a participação de Operário e Palestra Itália, no estádio do Palestra, foi vencido pelo time da casa por um placar apertado de 2 a 1.⁸³⁹ Houve uma repetição da competição em 1921, agora sob a organização do Comercial e subsidiada pela Câmara Municipal, com uma taça do município, que tinha os seguintes dizeres: “Taça Municipal oferecida pela Câmara para ser disputada no Campeonato Municipal de 1921”.⁸⁴⁰ Neste campeonato, os jogos ocorreram no estádio do Comercial, praça então recém-inaugurada (em 1920), na rua Tibiriçá.⁸⁴¹ O jogo de abertura foi entre o time da casa e os recém-campeões paulistas do Paulistano. No estádio, que tinha uma estrutura de arquibancada coberta, com sua parte frontal toda ornamentada, cabiam por volta de mil pessoas sentadas. A sede do clube ainda contava com uma quadra de tênis e piscina. O Comercial levou o campeonato municipal, com uma vitória no tempo extra por 4 a 0. Porém, na estreia, não pôde conter os campeões paulistas, mas deram um sufoco, já que jogo foi 2x1, com pressão do clube da casa.⁸⁴²

Os campeonatos do interior normalmente eram organizados pela Associação Paulista de Esportes Atléticos, e reuniam os principais times que não jogavam o Campeonato Paulista. Sua realização marcou presença em quase toda a década de 1920, usando-se o Estádio do Comercial como praça de jogos para outros times da localidade, como Botafogo, Palestra Itália e Operário. A importância dos times da cidade foi marcada com o campeonato de 1927, vencido pelo Comercial. A vitória permitiu ao time da cidade participar do seletor Campeonato Paulista do mesmo ano. Com isso, chegou a disputar as preliminares de 1928, mas foi eliminado com um empate pelo Guarani de Campinas.

As excursões e os principais amistosos também tiveram como ator principal o time do

⁸³⁸ Idem.

⁸³⁹ **O Estado de São Paulo**, 02 set. 1920, p. 6.

⁸⁴⁰ Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1917-1922, p. 355.

⁸⁴¹ Atual sede do Recreativa.

⁸⁴² **O Estado de São Paulo**, 20 jul. 1920, p. 1; **Correio Paulistano**, 26 e 27 out. 1921, p. 4.

Comercial, que chegou a ir ao nordeste do país para enfrentar os principais times da região. Foram oito jogos, com sete vitórias e um empate, contra Santa Cruz, Náutico, Seleção do Recife, Seleção de Salvador e Seleção Pernambucana (este, o único jogo que terminou empatado). A proeza do clube da cidade reforçou a difusão da paixão pelo futebol na cidade, que levou uma multidão a esperar os seus heróis chegarem da longa viagem. Houve comemoração com churrasco, regrado a seis horas de folia, cerveja e aguardente, tudo patrocinado pelo então presidente do clube, Antônio Uchôa, em sua fazenda.⁸⁴³ O clube ainda participou de diversos amistosos importantes, como contra o Palestra Itália, a Seleção Argentina, o Bahia e até o Peñarol.⁸⁴⁴

A paixão pelo futebol na cidade constitui-se um programa obrigatório no fim de semana para as famílias e até para viajantes de cunho ilustre, como o rei da Bélgica e o Ministro da Fazenda do Estado.⁸⁴⁵ Multidões de uma a duas mil pessoas, como o *Estadão* descreve, comparecem ao jogo entre Comercial e Guarani de Campinas, vencido pelos campineiros por 3x2.⁸⁴⁶ Como podemos ver na fotografia abaixo, o campo foi todo tomado para um jogo no Estádio do Comercial, recém-reformado, na rua Tibiriçá:

Figura 33 – Estádio do Comercial na Rua Tibiriçá na década de 1920.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 375, 35, JPM.

⁸⁴³ Idem, 15 jun. 1920, p. 1.

⁸⁴⁴ Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1922 -1929, p. 485-486; **O Estado de São Paulo**, 2 jul. 1928, p. 4; 11 out. 1920, p. 4; 27 dez. 1924, p. 7.

⁸⁴⁵ 22 abr. 1927, p. 4; 11 out. 1920, p. 4.

⁸⁴⁶ Idem, 14 mai. 1924, p. 4.

A paixão nascente com mais profundidade na década de 1920 é marcada pelas primeiras brigas de torcidas, geradas pela falta de segurança pública e de infraestrutura na cidade. Como exemplo, temos o caso de 20 e 21 de abril de 1925, quando as torcidas do Comercial e do Palestra Itália e enfrentaram no estádio do Palestra. Para tentar controlar a situação, a Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA) mantinha representantes que faziam relatórios sobre os jogos. Quando havia descumprimento da ordem pública e das regras desportivas, ela punia os clubes, como foi o caso de Comercial e Palestra, com a cifra de 50 mil contos de réis para cada clube. Outros casos apontados na mesma matéria: jogadores do Corinthians Paulista foram censurados por terem continuado na jogada após juiz ter paralisado a partida; os jogadores Aldo Cassarini e Umberto Nigro, do Palestra Itália de São Paulo, foram suspensos por três jogos por terem empregado jogo violento proposital contra o Paulistano; os jogadores Benedicto Pelluso e Nátalio Braga, do União Brasil F. C., foram suspensos por oito jogos por terem tentado agredir o juiz na partida contra a A. A. Barra Funda.⁸⁴⁷

A filosofia esportiva e a educação física funcionavam como reestruturação dos ideais clássicos, mas agora representavam também o espírito da modernidade, das roupas, dos corpos, dos movimentos dos jovens, e isso tudo também penetrou, e com bastante presença, em Ribeirão Preto. Seus ideais não eram só ventilados pelos jornais e revistas da mídia da cidade de São Paulo, porém por palestras, que normalmente poderiam ocorrer na Recreativa ou na Legião Brasileira. Como, por exemplo, a apresentação do professor da Escola Normal da cidade, Dr. Fernando de Azevedo, sobre a importância da educação física e do esporte, de acordo com o tema “A Lição da Grécia”. O evento foi recepcionado, segundo jornal *O Estado de São Paulo*, com auditório lotado.⁸⁴⁸ Além disso, havia congressos desenvolvidos pela Escola de Educação Física do Estado de São Paulo, normalmente na capital, mas que contavam com os professores escolares de todo o Estado. Nesses congressos, apresentava-se o desenvolvimento dos desportos no Estado, e se apontou a cidade de Ribeirão Preto como exemplo, pois competições atléticas foram inauguradas na cidade em 1923.⁸⁴⁹

Normalmente, as atividades atléticas na cidade eram desenvolvidas pela Escola de Educação Física, inaugurada em 1922 e dirigida pelo Clube Comercial, e pela Associação de Empregados no Comércio. A praça normalmente utilizada para desporto era a do Comercial, por haver no clube quadra de tênis, piscina e campo, que poderia ser utilizado também para o atletismo.

⁸⁴⁷ Idem, 27 abr. 1924, p. 7.

⁸⁴⁸ **O Estado de São Paulo**, 21 jul. 1923, p. 5.

⁸⁴⁹ Idem, 16 ago. 1925, p. 6.

A Escola de Educação Física da cidade financiou uma competição de atletismo no sábado, dia 21 de julho de 1923, no Estádio do Comercial. As provas praticadas foram: maratona (com um circuito em volta da cidade), corridas de revezamento, saltos em altura e em distância, arremesso de disco e de dardo. Segundo matérias veiculadas na época, os principais clubes da região participaram. Ainda no mesmo dia, mas à noite, na Legião Brasileira, ocorreu a palestra já destacada do Dr. Fernando de Azevedo. O fim de semana esportivo ainda não havia acabado, já que no domingo houve o jogo entre Comercial e Francana e uma competição automotiva, de ida e volta, entre São Paulo e Ribeirão Preto. Os eventos levaram o *Estadão* a sentenciar: “tudo para satisfazer os nossos nervos modernos, ávidos por emoções”.⁸⁵⁰ Fica claro como o esporte é apropriado pelo ideal e pelas características da modernidade.⁸⁵¹

Já a Associação dos Empregado no Comércio era um difusor do atletismo na cidade, pois apresentava um departamento de educação física para seus associados desde 1924. O departamento contava com autonomia para desenvolver o esporte, havendo treinamentos para os associados inscritos, sempre orientados por Benedieto Martins. Suas competições internas, como a do dia 21 de fevereiro, apresentavam um programa de atletismo completo, e seus atletas ingressavam em competições em todo o Estado.⁸⁵² Uma delas foi a tradicional prova do Estadinho, em São Paulo, em 1925, e o *Estadão* destaca o grande número de participantes da Associação e o desenvolvimento do atletismo na cidade.⁸⁵³ O requerimento à Câmara Municipal para subvenção na participação do Campeonato de Atletismo do interior foi encaminhado, mas não foi respondido.⁸⁵⁴

Por último, a APEA, também investia no desenvolvimento atlético, não só do futebol, no interior de São Paulo. Patrocinou em 15 de maio de 1927 uma competição atlética que contava com campeonato de futebol, provas de ciclismo, motocicleta, corrida, polo e tênis. O evento ocorria em diferentes praças, com as provas de polo e corrida sendo realizadas em São Paulo, as de ciclismo e motocicleta em Campinas e as de futebol e tênis em Ribeirão Preto.⁸⁵⁵

A fome por artigos importados era tão intensa em São Paulo que justificava o anúncio de fabricantes e de lojas de departamentos de outros países. É o caso da loja Au Bom Marché, que publicava um anúncio ilustrado estampando o exterior de seu grande edifício, referindo-se

⁸⁵⁰ Idem, 21 jul. 1923, p. 6.

⁸⁵¹ Idem, 17 e 21 jul. 1923, p. 6 e 5.

⁸⁵² Idem, 14 fev. 1926, p. 6.

⁸⁵³ Idem, 12 jul. 1925, p. 6.

⁸⁵⁴ Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, p. 359.

⁸⁵⁵ Idem, 15 mai. 1927, p. 4.

a “uma das mais notáveis curiosidades de Paris” e apresentando o serviço de “interpretação em todas as línguas”. Aí também se enquadram os Grandes Magazines do Louvre e de Paris, cujos anúncios oferecem catálogos com seus artigos ao lado de ilustrações mostrando imagens e símbolos do mito da modernidade, a capital francesa – ou seja, seus produtos são o espelho para a fantasia do novo.⁸⁵⁶ Haverá também a adaptação das fachadas desses estabelecimentos, casas normalmente de feições coloniais se tornam “palácios da moda” com a implantação de uma arquitetura haussmaniana, *art nouveau* ou eclética.⁸⁵⁷

Em Ribeirão Preto, a corrida pelo consumo na década de 1920 marcou também as reformas nos estabelecimentos. O alinhamento das fachadas ao *art nouveau* e ao ecletismo era imprescindível para manter o estabelecimento com “ar moderno” e atualizado. É o caso do estabelecimento tradicional A Rainha da Moda, de Brancato, que na década de 1920 teve sua fachada alinhada ao espelho, por isso, o jornal *A Cidade* indica: “a impressão de estar em uma das grandes casas da Capital”.⁸⁵⁸ Além disso, a reforma incluiu a parte interna, cujos ricos mostruários, como já destacamos, referem-se ao ideal de cidade-exposição. O estabelecimento comercial era um antigo armazém, transformado em loja de tecidos e confecções, que procurava apresentar finos artigos, ligados à representação da modernidade, “sempre com as últimas novidades de Paris e Londres”.⁸⁵⁹ Contudo, mesmo com essas transformações, o estabelecimento perde notoriedade, provavelmente pela chegada dos “Grandes Magazines” de São Paulo, como Casa Alemã, Casas Pernambucanas, Matarazzo, Casas Britânicas e Excelsior⁸⁶⁰. Desta forma, em 1923, haverá o anúncio da venda do estabelecimento, presente no jornal *O Estado de São Paulo*.⁸⁶¹

Podemos observar esse alinhamento sendo acompanhado na principal rua do comércio, General Osório, vide fotografia de Divo Marino, que retrata a Rua General Osório entre as ruas Álvares Cabral e Visconde de Inhaúma. Pode-se visualizar, à esquerda, a Praça XV, e, à direita, o prédio da Casa Alemã, na esquina com a rua Tibiriçá, com seu padrão de ecletismo e *art nouveau*, seguido por quase toda rua:

Figura 34 – Praça XV e rua General Osório entre a rua Álvares Cabral e rua Visconde de Inhaúma em 1920

⁸⁵⁶ Idem, p. 81.

⁸⁵⁷ Idem, p. 174.

⁸⁵⁸ *A Cidade*, 01 de jul. 1920. p.1.

⁸⁵⁹ A CAPITAL ARTÍSTICA NA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO - 1922. São Paulo: 1922.

⁸⁶⁰ MELLO, op. cit.

⁸⁶¹ *O Estado de São Paulo*, 19 out. 1923, p. 10.



Fonte: Arquivo Público de Ribeirão Preto, 097, 07, Divo Marino.⁸⁶²

Podemos ver esse alinhamento na mesma Rua General Osório, mas em outra fotografia de 1920, que tem em primeiro plano a Praça XV de Novembro, a partir da Rua Álvares Cabral. Ao fundo, à direita, o coreto e a Rua General Osório, em que podemos observar dois prédios que segue linhas da *art nouveau*:

Figura 35 – Praça XV de Novembro a partir da Rua Álvares Cabral em 1920



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 102, 07, Coronel Alfredo Condeixa Filho. Autor não identificado, 1920.

A diversificação de produtos e do consumo urbano na década de 1920 em Ribeirão Preto foi objeto de matéria de *O Estado de São Paulo* em 1928, às vésperas do Natal, na qual destacou-se a cidade como um centro de compras e entretenimento também para os habitantes dos municípios da região, como Cravinhos, Jardinópolis, Sertãozinho, Batatais, Pitangueiras e Serra Azul. Além disso, destaca também que o comércio se preparou para a data natalina, demonstrando como sendo comum a centralidade hierárquica entre os outros circuitos menores, daí o investimento no aumento de empregados, de estoques e de produtos e nas reformas

⁸⁶² Foto colada sobre papel cartão vermelho. Foto constante de trabalho escolar doado por Divo Marino.

internas, como as dos mostruários. A matéria ainda destaca como a cultura natalina do consumo já se estabelece para o crescimento do comércio, e assinala a compra de produtos do imaginário comemorativo, como árvores de natal e adereços diversos, como papel, fitas, enfeites e guloseimas. Por fim, destaca a rua General Osório como principal encontro de pessoas, carros e produtos, por isso, era a principal via a ser enfeitada.

Cidade toda com que está em festa. O pessoal redovra em activindo e por isso mesmo, os mostruários das casas commerciaes se reformam e se modificam quase diariamente. Mais do que o esforço para essa renovação, entretanto, é o gosto artístico que se patencia mais apurado na disposição das novidades que se offerecem à venda nestes últimos anno. Aqui e ali por toda parte commercial da cidade, innumeras pessoas disputam lugares para que possam apreciar esse gosto artístico das arrumações, e das novidades exhibidas proprias para presentes de fim de anno. A cidade tem um ar festivo. Gente, muita gente a andar, entrar e a sahir. Automoveis que correm, em quantidade pela mesma zona commercial. E esse movimento dessado em que se vem ponda a população desta cidade é grandemente augmentado pelas inúmeras pessoas das cidades cumvisinhas. E de Jardinópolis, de Sertãozinho, Cravinhos, de Batataes, de Pintagueiras, de Serra Azul e de outras mais, automoveis chegam o para ellas automoveis vão. Arvores que se levantam carregadas de atrações: briquendos que se mostram, muitos em constante movumentação; guloseimas de natal; flores, fitas, papeis encrepados, enfeites de toda espécie. A rua General Osorio, a rua comercial de Ribeirão Preto, apresenta neste instante um espectáculo admirável; nesse de gente e de automoveis [...] ⁸⁶³

A Casa Diederichsen é uma referência da diversificação de consumo, pois era uma seção do Banco Construtor. Até a década de 1920, especializou-se em ferragens e maquinas agrícolas, contudo passa por um processo de diversificação, integrando novas seções, como de louças, artigos para presentes e para o lar. Logo começa a comercializar também produtos eletrodomésticos, como geladeiras, máquinas de lavar e aspiradores, ⁸⁶⁴ como observamos na propaganda do jornal *O Estado de São Paulo* abaixo:

Figura 36 – Propaganda de Geladeira comercializada pela Casa Diederichsen em Ribeirão Preto

⁸⁶³ *O Estado de São Paulo*, 23 dez. 1928.

⁸⁶⁴ ABC - Cia. Comércio Indústria “Antônio Diederichsen”: 1903 - 1953. Ribeirão Preto.

NÃO PODE SER CASA
MODERNA SEM UMA

Frigidaire
(Geladeira Electrica Automatica)

Temos typos para todos os fins, taes como:
Residencias, Fazendas, Confeitarias, Sorvete-
rias, Hoteis, Bars, Açougues, etc., etc., etc.
Peçam informações ou visitem a nossa de-
monstração:
Peçam informações ou visitem a nossa demonstração.

PIRIE, VILLARES & COMP.
PRAÇA DA REPUBLICA, 5 S. PAULO
SUB-AGENTES NO INTERIOR: Santos: Pedro das Santos & Cia.
Ribeirão Preto: Antonio Diederichsen.

Fonte: *O Estado de São Paulo*, 11 jul. 1926, p. 12

Posteriormente, começou a se destacar na venda de carros, das empresas Ford e Chevrolet. Da Chevrolet, tornou-se revendedor na década de 1920, e, como podemos observar na propaganda de *O Estado de São Paulo*, indicavam-se preços e melhorias em relação ao ano então passado:

Figura 37 – Propaganda do novo Carro da Chevrolet que era comercializado pela Concessionária de Diederichsen em Ribeirão Preto.

sede em São Paulo e filiais em Santos, Ribeirão Preto e Pernambuco.

Figura 39 - Propaganda do Carro Dodge pela empresa Antunes dos Santos & Cia com sede em São Paulo e filiais em Santos, Ribeirão Preto e Pernambuco.



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 08 mar. 1925, p. 3.

A ampliação do mercado automotivo não ficou apenas voltado à venda de automóveis, mas também de derivados. Em 1925, a empresa Sociedade de Motores Bagnulo, com sede em São Paulo, na Rua Florêncio de Abreu número 62, importou mais de 3525 motores, de diversos hps, de 4/10, 15/40, e 50/60. Dos quais os mais populares e vendidos eram, de menor hp, 4 a 10. Em segundo, os motores de 15 à 40 hp, que teve uma procura razoável, de cerca 1/3 dos motores. Já de 50/60 hp, pelo seu alto preço, quase não teve procura, apenas por volta de 50 motores. A empresa tinha agências em diversas cidades no interior do Estado de São Paulo, como Capivari, Rio Preto, Piracicaba, Jaú, Botucatu e Ribeirão Preto. Também estava presente no Nordeste, mais especificamente em Recife e Fortaleza⁸⁶⁶. Igualmente, foram abertas diversas oficinas automecânicas, como as de Cyrillo Lagunas, Domingos Zampol e Guilherme Schubert, com uma média três funcionários cada. Porém, as maiores eram a de Eduardo Souza e a Companhia Dumont, que tinham, respectivamente, 11 e 18 funcionários.⁸⁶⁷ Contudo, essa

⁸⁶⁶ *O Estado de São Paulo*, 24 fev. 1925, p. 12.

⁸⁶⁷ Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1928 e 1930.

expansão não significava o fim do uso das charretes, ainda muito usadas, por isso, também haverá a presença de empresas desses ramos, que consertam e constroem carroças, mas agora em menor número, como a empresa de Emílio Fevero.⁸⁶⁸

O aumento do mercado automotivo foi um fenômeno da década de 1920, pois o período marcou a real entrada dos automóveis no Estado de São Paulo. Segundo *O Estado de São Paulo*, as primeiras linhas de montagem foram a da Ford, inaugurada em 1919, e a da Chevrolet, em 1925. A primeira foi implantada na Rua Florêncio de Abreu, no Centro, e a segunda no bairro do Ipiranga, ambas na cidade de São Paulo. Alguns anos depois, esta última seria realocada para São Caetano do Sul. Assim, os sons das buzinas e dos motores tornaram-se algo comum no território paulista. Haja vista que, entre 1920 e 1939, houve um salto de 5.596 para 43.657 no número de carros de passeios e de 222 para 25.858 no de caminhões, somente no Estado de São Paulo⁸⁶⁹. Em Ribeirão Preto, um dos centros consumidores, já havia, em 1927, cerca de sete revendedoras de carros, das marcas Ford, Chevrolet, Fiat, Hudson, Essex e Dodge.⁸⁷⁰

Desde o início do século XX, o automóvel povoava o imaginário da população, logo transformando-se em objeto de desejo. Contudo, não havia grande uso para ele, em decorrência do estado deplorável das vias urbanas, por isso, era visto nesse período como um “brinquedo de ricos”.⁸⁷¹ No entanto, com as reformas das cidades, que começavam a asfaltar ou substituir o macadame por asfalto – criando, por exemplo, pisos uniformes e contínuos como o da Avenida Paulista –, foi possível que, na década de 1920, o carro passasse a ser mais usado, principalmente nas áreas nobres do centro e dos Jardins. Isso levou a um grande boom automobilístico pela cidade, além de ter sido incorporado a ele um serviço de táxi urbano, o que transformou a área central da cidade em um autêntico inferno, um emaranhado de carros e espaço de corridas, de rachas.⁸⁷²

Difundiou-se a prática de rachas, *raids* e competições, dentre eles a primeira competição automobilística da América do Sul, organizada pelo Automóvel Club. Para Sevckenko tanto o carro como as competições eram espaços reservados para as pessoas mais ilustres e significativas da cidade, além do carro ser o exemplo máximo do desejo e da exposição que se conecta com a cidade⁸⁷³.

⁸⁶⁸ Idem.

⁸⁶⁹ Disponível em <http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/historia_republica-industria-automobilistica>, acesso em: 14 jan. 2015.

⁸⁷⁰ MELLO, op. cit.

⁸⁷¹ SEVCENKO, op. cit., p. 74.

⁸⁷² Idem, p. 74-75

⁸⁷³ Idem, p. 74.

Assim, o interior de São Paulo, buscando acompanhar o modelo de desejo, exposição e modernidade da cidade São Paulo, também procurará participar e desenvolver competições de automóveis. A primeira, em 1920, foi o *raid* em Rio Preto, em homenagem ao governador Washington Luís, um grande financiador dos desportes no Estado. A competição foi organizada e financiado pela Câmara Municipal de Rio Preto, com apoio de Genarro Pillar, do Banco do Brasil, dos municípios de Santa Rita e Barretos e do Automóvel Club. A competição ocorreu nos dias 30 de abril e 1 de maio de 1920. A primeira parte da prova consistia do percurso Rio Preto a Ribeirão Preto; a segunda, do trajeto Ribeirão Preto a São Paulo. Os participantes, após a prova, fariam uma excursão pelos principais jornais da cidade de São Paulo, que terminaria com uma refeição no Trianon, na Avenida Paulista. Segundo a matéria de *O Estado de São Paulo*, a comissão afirmava não se tratar de um evento somente de caráter político, mas também “visando [...] o progresso e engradecimento da indústria automobilística nos municípios de Rio Preto, Barretos e Ribeirão Preto”. Portanto, o evento era uma oportunidade para celebrar a modernidade, demonstrando que o caminho do “progresso” alcançava o interior paulistano.⁸⁷⁴

A segunda ocorreu em 1923: uma corrida entre os carros da marca Dogde de seis e Studebarker de quatro cilindros. A primeira etapa consistia do percurso de São Paulo a Ribeirão Preto, terminando na saída da estrada da Vila de Bonfim, no quilômetro 845. A segunda seria logo no dia seguinte, com o trajeto de Ribeirão a São Paulo. A competição se pautava em velocidade, resistência e economia, ao longo de 690 quilômetros. Os representantes dos automóveis procuravam, assim, apontar supremacia do seu produto frente aos outros. A vitória não foi conquistada pela Dogde, e sim pelo revendedor Antunes dos Santos Cia., que tinha agências nas principais praças do Estado, isto é, em São Paulo, Ribeirão Preto e Santos.⁸⁷⁵

A terceira será promovida pela Associação Paulista de Rodagem do Estado de São Paulo, com patrocínio da Oldsmobile. O evento ganhou grande veiculação na mídia e contou com elevado números de participantes. Na época, era comum que empresas revendedoras de carro patrocinassem pilotos e automóveis, para assim demonstrar sua supremacia frente aos concorrentes. Era o caso das empresas Casa Muniz, Pacheco Comp. e outras. O evento foi dividido em duas categorias, com base na diferença de HP e de modalidade: profissional ou amadora. A primeira divisão profissional situava a potência dos motores em valores acima de 25 HP; a segunda, em valores abaixo de 25 HP. A categoria amadora acompanhava o mesmo formato. Houve a participação de cerca 50 carros, de diversas marcas e modalidades. A competição que tinha o trajeto de São Paulo à Ribeirão Preto, a primeira parte deste trajeto da

⁸⁷⁴ *O Estado de São Paulo*, 20 abr. 1920, p. 6.

⁸⁷⁵ *O Estado de São Paulo*, 21 jul. 1923, p. 5.

competição era um raid direto de São Paulo à Ribeirão Preto. Já o trajeto de volta na segunda parte, passava de Ribeirão Preto, ao interior paulistano, como Jaboticabal, Tayuva, Bebedouro, Araraquara até voltar novamente para São Paulo, com um percurso de 1.500 quilômetros. Ao longo do percurso, o carro era exigido em sua resistência extrema, considerando-se a condição das estradas, em certos momentos péssima.⁸⁷⁶ Podemos ver abaixo uma das propagandas do evento:

Figura 40 - Propaganda de Raid Entre São Paulo – Ribeirão Preto – São Paulo em 1924



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 14 set. 1924, p. 3.

Neste evento, houve uma fatalidade: a morte do motorista Cyrilio Malatesta. Ao chegar a Ribeirão Preto, fez uma curva perigosa e se encontrou com uma carroça, morrendo no mesmo instante. Mas a insegurança não permeava apenas os eventos esportivos, ela tomava também o espaço das ruas, com o imperativo da aceleração, do uso incessante da buzina e também dos acidentes. Acidentes que eram resultado da falta de sinalização, punição e controle dos motoristas ao experimentar o vício da velocidade e a imprudência, dotando a esfera das ruas de um clima tenso, de pressa e de medo, principalmente por parte dos pedestres.⁸⁷⁷ Outra esfera era da desordem das ruas, pois elas não eram monopolizadas apenas pelos carros, já que bicicletas, motocicletas, bondes e carroças se misturam entre si.⁸⁷⁸ Havia apenas uma prática governamental e da mídia para concretização do modelo de se dirigir, para organizar o espaço da rua, como se via no jornal *O Estado de São Paulo*, por meio de editoriais, crônicas e artigos repudiando e moralizando práticas no trânsito.⁸⁷⁹

Ribeirão Preto, por causa da má sinalização e da falta de prudência, enfrentou neste

⁸⁷⁶ *O Estado de São Paulo*, 14 set. 1924, p. 3; 05 out. 1924, p. 9; 16 nov. 1924, p. 1.

⁸⁷⁷ Idem, p. 74.

⁸⁷⁸ Idem, p. 74-75.

⁸⁷⁹ Idem, p. 73 e 76.

período a insegurança nas ruas. Eram muitos os atropelamentos, como o que ocorreu em 13 de março de 1920, na rua Saldanha Marinho, próximo à ponte, em que uma senhora foi atingida por um carro não identificado. Outro envolveu uma menor, que foi levemente ferida, mas João Lopes, o chofer que a atingiu na rua General Osório, prestou socorro, e ela foi medicada na Farmácia Lima. O autor teve prestar boletim na polícia. Um terceiro atropelamento gerou revolta da população: o motorista Salvador Rodrigues, empregado da Empresa de Força e Luz da cidade, atropelou o operário italiano José Castelli, não prestando socorro. Acabou sendo pego pelos populares, que o encaminharam à polícia. Já Casteli, também socorrido pelos cidadãos e levado ao Hospital de Beneficência Portuguesa, não resistiu. O automóvel era do sr. Manuel Gomes, que disse não ter conhecimento do uso do carro por Salvador, que não tinha licença para o seu uso.⁸⁸⁰ O último caso, relatado na Ata da Câmara na Municipal, foi o de um atropelamento de um sorveteiro por um menor em alta velocidade. O sorveteiro não resistiu aos ferimentos.⁸⁸¹

Havia também choques de carros, como os de 18 de janeiro e de 13 de junho de 1920, nas ruas Duque de Caxias e General Osório com a Saldanha Marinho, respectivamente. Nos dois casos, não houve nenhum ferido grave, mas os dois automóveis ficaram bem danificados.⁸⁸² Essa questão foi apontada na Câmara Municipal, na sessão de 30 de outubro de 1924, como um problema de segurança pública:

O vereador Antonio Rodrigues da Silva, usando em seguida da palavra, falou sobre a fiscalização do trânsito de automóveis, que está deixando muito a desejar, visto como, ultimamente, diversos motorizados se divertam nas ruas da cidade, em disparar seus automóveis com grave perigo para a segurança, dos transeuntes, ao mesmo tempo desrespeitando, disposições legais, com a abertura dos escapamentos, de suas máquinas ocasionalmente ao público [...]⁸⁸³

A resolução da Câmara, conjuntamente com a prefeitura, foi de aumentar e organizar melhor a fiscalização da polícia para assim poder fazer o contraponto ao descaso dos motoristas da cidade.⁸⁸⁴ Contudo, isso não surtiu nenhum efeito, como relatado na Ata da Câmara Municipal, pois a fiscalização policial estava sendo muito precária, por isso, obtiveram do Congresso do Estado um aumento de 40 guardas civis para garantir uma melhor segurança do trânsito da cidade. Outra resolução foi melhorar a sinalização da cidade, além da proibição do

⁸⁸⁰ **O Estado de São Paulo**, 13 mar. 1920, p. 2; 27 jan. 1920, p. 2; 04 out. 1920, p. 5.

⁸⁸¹ Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1922-1929, p. 150-151.

⁸⁸² **O Estado de São Paulo**, 13 mar. 1920, p. 2; 18 jan. 1920, p. 3; 13 jun. 1920, p. 3.

⁸⁸³ Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1922-1929, p. 150-151.

⁸⁸⁴ Idem, 151-152.

escapamento de fumaça, que estimulava disputas e rachas.⁸⁸⁵

Os eventos esportivos automotivos eram um espaço não só de exposição da cidade e de seu alinhamento ao progresso, como também oportunidade para propagar as marcas das empresas revendedoras. É o caso da empresa Oldsmobile, que patrocinou a raid “São Paulo - Ribeirão Preto - São Paulo” de 1924. Onde segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, vendeu 247 carros nos cinco meses subsequentes a ele,⁸⁸⁶ havendo dentre os compradores diversas pessoas ilustres de São Paulo ao interior, como Marcos Junqueira e Sampaio Couto, de Ribeirão Preto. Veja lista abaixo e foto do carro de 1924:

Figura 41 – Propaganda da Empresa Oldsmobile



Outro "OLDSMOBILE" que fez todo o longo percurso de S. Paulo a Ribeirão Preto e volta

Alfino Quintella — Capital	Lindolpho Pin Arango Dias — Poços de Caldas
Luiz Calmonetto — Capital	Moreira Sales & Cia. — Poços de Caldas
Arthur Fomm — Capital	Schmidt & Cia. — S. José do Rio Preto
Dr. Aureliano Botelho — Capital	Hermínio Bueno — Mogi-Guaçu
Vasco Pereira Bueno — Capital	Dr. L. Guimarães — Jardinópolis
Herário Carilli — Capital	Pratelli Campos — Jabá
Luiz Paiva Azevedo — Capital	Onofre Penteado Jr. — Dourado
Dr. Theophilo Maciel — Capital	Elias José Sabbag — Guaxupé
Hermínio Franco — Capital	Leão Peixoto — Guaxupé
Dr. Raul de Queiroz Telles — Capital	Imães Viana — Guarehy
Neul Jordão — Capital	Francisco Sales A. Leite — Fernandópolis
Dr. José Nogueira da Silva — Capital	J. Calveso & Irmão — Tayuva
Dr. Marcos Ayrosa — Capital	Antonio Emiliano da Cunha — Tayuva
Joseph I. Lora — Capital	José Osório Montenegro — Tayuva
Dr. Autchano do Amaral — Capital	Joaquim Gonçalves Collete — Tayuva
Armando Azevedo — Capital	Francisco Bruno — Tayuva
Dr. A. Raposo Filho — Santos	Edgard Alencar Saboya — Tayuva
Paulo Stadter & Cia. — Campinas	José Neves — Tayuva
Carlos Naves — Araraquara	Evandro Alvares — Tayuva
José de Abreu Izique — Araraquara	Dante Borghi — Monte-Mór
Armando Camara Leal — Araraquara	José de Lima Horta — Casa Branca
Antônio Borba — Araraquara	Paulo Schmidt — S. José do Rio Preto
Camara Municipal de Araraquara — Araraquara	Deleido Gonçalves Angeli — Bebedouro
J. Araújo do Amaral — Araraquara	Dr. Horácio Rodrigues — Capital
José Custódio Camargo — Araraquara	José de Carvalho — Tamboá
Sampaio Couto & Cia. — Ribeirão Preto	Humberto Baibam — Jabá
Marcos Junqueira — Ribeirão Preto	Adelino de Carvalho Castro — Ribeirão Preto
Pedro Stein — Rio Claro	Hermínio Sales — Capital
Vieira Ferraz & Cia. — Pindamonhangaba	Ostales Macaúdes Ferreira — Capital
Romildo Silva — S. João da Boa Vista	
José Afonso Junqueira — Poços de Caldas	
Major José Afonso de Barros Cobra — Poços de Caldas	

Fonte: *O Estado de São Paulo*, 12 out. 1924, p. 3.

A rápida aprovação do público também se dava pelo resultado do automóvel na corrida, como no caso do Oldsmobile na corrida de 1925, entre São Paulo e Rio Janeiro, que rendeu matéria em *O Estado de São Paulo*. O automóvel conseguiu fazer o trajeto em apenas 48 horas, com gasto de um litro por quilômetro, demonstrando um carro com baixa hp, com bom resultado de velocidade em percurso e baixo gasto de combustível. A celebração de sua conquista rendeu até fotografia na matéria de *O Estado de São Paulo*, que rendeu 25 vendas de carro naquela semana.⁸⁸⁷

Outro carro celebrado no mesmo ano foi o Cadillac, que, na propaganda, é considerado o melhor carro do mundo, havendo ganhado uma homenagem em mais uma corrida no percurso

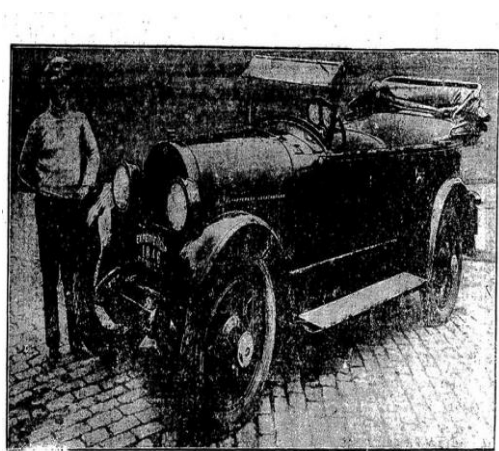
⁸⁸⁵ Idem, p. 246.

⁸⁸⁶ Oldsmobile era um carro da General Motors.

⁸⁸⁷ *O Estado de São Paulo*, 10 set. 1925, p. 1.

São Paulo - Ribeirão Preto - São Paulo. O evento foi realizado no dia 05 de outubro. Segundo a matéria de *O Estado de São Paulo*, de 12 de outubro de 1924, foi o único automóvel que fez o percurso sem problemas no radiador, sem precisar trocar os pneus, que terminaram em ótimas condições, e sem a necessidade de trocar óleo e água. Considerado um carro de alta classe, ele tinha lugar para sete pessoas, sem perder suas características esportivas, pois fazia cerca de 750 quilômetros em 10 horas e 52 minutos.⁸⁸⁸ O carro era vendido também pela Cassino Muniz, que tinha agência em Ribeirão Preto. Seguem a lista de proprietário ilustres e a imagem do automóvel:

Figura 42 - Propaganda de um Cadillac pela empresa Cassino Muniz com filial em Ribeirão Preto



O carro de turismo "CADILLAC" - 7 lugares - que tomou parte na prova S. Paulo-Ribeirão Preto - S. Paulo, e o seu habil motorista Marcos Patrício.

Lista de alguns proprietários de automóveis "CADILLAC"

Dr. Horacio Rodrigues (1 lugar)	Germano S. Coelho (2 lugares)	Secretaria da Justiça
D. Ophelia Ferreira	Joaquim P. da Silva Porto	A. J. Byington
Arnaldo de Moraes	The S. Paulo Tr. Light & Power	Camara dos Deputados
Dr. Agnello Quintella Jnr.	Luperco Teixeira de Camargo	Conde Sylvio Penteado
Gregorio P. de França	Dr. Luiz Lins de Vasconcellos	Dr. Jambeiro Costa
Dr. Paulo Siciliano	Joaquim Lopes Lebre	Mrs. Aliu Mary Sutcliffe
Secretaria do Interior (1 lugar)	Manuel Lacerda Franco	Humberto Sani
Arturo Spengler	Miguel Calfat	Mario Souza Bento Salles
C. M. de Souza	Dr. Mario Dias de Castro	D. Elvira Zelante
Carlos Escorel	Dr. Austin Nobre	Olympio Santos Lima
Cel. Vicente Dias Jnr.	Dr. Eloy Chaves	Francisco Joaquim de Oliveira
Vasco Pereira Bueno	Dr. Joaquim Mendonça Filho	José da Cunha Junqueira
João Moreira Salles	Dr. Eduardo Prado	José da Silva Gomes de Sá
Dr. Antonio Cintra Gordinho	Jorge de Moraes Barros	Wallace Simonsen
Aristides Castro Andrade	José Miguel Frias	Alexandre Rodrigues Barbosa
Olavo Ferraz	Dr. Nelson Coutinho	Dr. Horacio Rodrigues (1 lugar)
Dr. Casper Libero	Cel. Antonio Lacerda Franco	D. Luiza Novo Rodrigues
	Com. Rodolfo Crespi	Evandro B. Calvoso
	José Ignacio da Costa	Domingos Teixeira Nogueira
	Oscar Augusto do Nascimento	

Fonte: Estado de São Paulo, 12 de outubro de 1924, p.1.

Assim como a Cassino Muniz, a Antunes Dos Santos se aproveitou dos resultados da prova São Paulo - Ribeirão Preto - São Paulo para fazer propaganda de seu produto, no caso um Dodge, que ficou em primeiro na categoria com menos de 25 hp. A empresa Antunes dos Santos tinha uma filial em Ribeirão Preto, à Rua Duque de Caxias 80. Também fez a mesma propaganda, só que em formato menor, no dia 12 de outubro de 1924. Podemos observar as duas propagandas abaixo:

Figura 43 – Propaganda do Carro Dodge pela Empresa Antunes dos Santos com filial em Ribeirão Preto

⁸⁸⁸ Idem, 05 out. 1924, p. 5.

**AUTOMOVEIS
DODGE BROTHERS**

Pelos resultados officiaes da prova - São Paulo - **Ribeirão Preto** - São Paulo
O DODGE provou mais uma vez ser o **MELHOR AUTOMOVEIL DE SUA CLASSE**

PRIMEIRO na classificação geral com 3.980 pontos.
PRIMEIRO na prova de velocidade de 6 kts. em 4.50" 1/5.
PRIMEIRO na prova de velocidade de 18 kts. em 12.33" 4/5.
PRIMEIRO na prova de rampa da "Serra dos Cristaes" em 4.6" 4/5.
PRIMEIRO na totalidade dos pontos dos 3 carros classificados com 11.883 pontos.

(Oito no unico "tourismo" feito sem alguma interrupção inesperada)

Industrias dos Santos & Cia.
Rua Santa Helena, 30-32
S. PAULO

Submettido a rigoroso exame, pelo exmo. sr. dr. Roberto Mange, afim de satisfazer a duvida dos demais concorrentes que julgaram impossivel conseguir o carro Dodge numero 11 (victorioso na prova de tourismo São Paulo - **Ribeirão Preto** - São Paulo) obter os recordes de velocidade na ida e volta, prova de rampa e totalidade dos pontos, ficou provado ser o referido carro inteiramente de serie.



Fonte: **O Estado de São Paulo**, 12 e 15 out. 1924, p. 1 e p. 5.

Não eram somente as revendedoras de carro que se aproveitavam dos eventos e competições automotivas, mas também a indústria de derivados, como as empresas do ramo de combustíveis, como a Hupmobile. É interessante destacar como o preço da gasolina já era um problema na época, e os carros já buscavam menor consumo do motor, mas sem perder potência:

Figura 44 – Propaganda da Empresa HUPMOBILE, empresa de Combustíveis e patrocinadora de eventos automotivos

Hupmobile
ECONOMIA

O preço actual da gasolina levou os fabricantes de automoveis a procurarem obter dos motores que constroem o maior rendimento possivel com o minimo consumo de combustivel.

E' nos grato constatar que o HUPMOBILE é dos automoveis de origem americana o que maior rendimento dá, pois o custo da gasolina consumida por um HUPMOBILE durante a prova de turismo «São Paulo - **Ribeirão Preto** - São Paulo», realizada, sob o patrocínio da «Associação de Estradas de Rodagem», foi de \$120 (cento e venti réis) por kilometro percorrido.

João Jorge Figueiredo & Cia.
Travessa do Grande Hotel, 12
S. PAULO

GARAGE "LUSO"
Rua Consolação, 471



Fonte: **O Estado de São Paulo**, 10 out. 1924, p. 1.

Em suma, o carro se torna então o símbolo dos jovens, uma referência de aventura, força e independência, por isso, a elite deixava os choferes de lado para aproveitar ao máximo o desempenho, a velocidade e a nova sensibilidade experiencial.

O mundo do consumo na década de 1920 não era só de automóveis, principalmente com o avanço da urbanização em Ribeirão Preto, que se encontrava com 35 mil habitantes, dos quase 75 mil na área urbana em 1927, além de haver cerca de 5.117 prédios, dos quais 186 já eram

sobrados e 8 tinham mais de um andar.⁸⁸⁹ Veremos o desfile de grandes magazines se instalando na cidade, e Mello, no *Almanack de Ribeirão Preto* de 1927, destaca as filiais das casas Excelsior, Allemã, Matarrazo, Lingerwood, Pratt, Hugo, Dornfeld, Britânnicas e Pernambucanas. No entanto, para reconstruirmos o consumo, foi necessário pesquisarmos seus ramos e produtos, via jornal *O Estado de São Paulo*, na década de 1920.

A Casa Alemã era um magazine tradicional de São Paulo, com diversas filiais em Santos, Campinas e Rio de Janeiro. Em Ribeirão Preto, estava localizado na rua General Osório 125,⁸⁹⁰ e se especializava em confecções de roupas, roupas importadas de Paris e tapeçarias, como observamos na propaganda abaixo:

Figura 45 - Propaganda da Casa Allemã com filial em Ribeirão Preto



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 06 mar. 1925, p. 10; 20 jan. 1925, p. 5.

As Casas Pernambucanas, da cidade São Paulo, tinham mais de 64 filiais em todo o Brasil, estando presente nas principais praças do Estado de São Paulo, como Santos, Campinas e Ribeirão Preto. Era um magazine de varejo e atacado, que vendia todo tipo de tecidos para confecção, como Brim B. 200, 500, 600, mescla azul, Casemira C. 200, Chita A. 200, 500, 600⁸⁹¹, Zephyr⁸⁹², Fustão⁸⁹³ e roupa de cama,⁸⁹⁴ como podemos observar na propaganda abaixo:

Figura 46 – Propaganda da Casa Pernambucanas com filial em Ribeirão Preto

⁸⁸⁹ MELLO, op. cit.

⁸⁹⁰ *O Estado de São Paulo*, out. de 1924, p. 8.

⁸⁹¹ É um tecido em algodão com estampas de cores fortes, geralmente florais, e tramas simples.

⁸⁹² Na mitologia grega, Zéfiro (em grego Ζέφυρος, Zephyros) é o vento do Oeste. Tal como o elemento suave e transparente produzido pela natureza, o Zephyr é um tecido leve, que remete à ideia de leveza, ar, atmosfera e movimento, feito de poliéster.

⁸⁹³ O fustão é um tecido de algodão fino e opaco com riscas ou figuras extravagantes. É leve e com certo relevo, o que dá um efeito despojado ao tecido.

⁸⁹⁴ *O Estado de São Paulo*, 30 jan. 1920; 11 dez. 1921, p. 1.

FAZENDAS

CASAS PERNAMBUCANAS

FILIAIS EM TODO O BRASIL

ARTHUR LUNDGREN & CIA. LTD. - S. PAULO

Avistamos a nossa distincta freguezia, que entra hoje em vigor uma nova tabella de preços, com grande redução em todos os artigos.

NÃO E' LIQUIDAÇÃO

Mas sim uma baixa real e permanente.

Verifiquem os novos preços, nas nossas filiais

Praça da Sé, 20-A	NA CAPITAL Rua de São Benito, 68-B	Avenida Rangel Pestana, 222 (Braz) NO EXTERIOR

Aracaju Araçoiaba Assis Averé Bahia Barrocas Belem Boa Vista Botafogo Cachoeira Campanha Caracas Caxias	Chaves Coimbra Curitiba Fátima Florianópolis Fortaleza Goiânia Gratificação Guarulhos Ilheus Itajaí Jaboatão Joinville	João Pessoa Juiz de Fora Luz Maceió Manaus Marília Matriz Montevidéu Niterói Ouro Preto Paranápolis Pelotas Petrópolis Porto Alegre Recife Rio de Janeiro Ribeirão Preto Rio Verde Santa Adélia Santa Cruz do Rio Pardo Sorocaba Taubaté Uberlândia

Casas Pernambucanas

Secção de atacado

Acabamos de receber directamente da fabrica os artigos abaixo descritos, que serão vendidos EXCLUSIVAMENTE POR ATACADO e chamamos a attenção dos interessados sobre os SORTIMENTOS ESPECIALMENTE RESERVADOS para esta secção.

As amostras podem ser vistas em nossas 64 filiaes ou na casa matriz à RUA FLORENCIO DE ABREU Nos. 85-A e 87.

Condições:

Quantidade mínima um fardo, preço por metro, sujeito à 10 o/o desconto, pagamento exclusivamente à vista.

Brim B. 300	1\$150
Brim B. 500	1\$400
Brim B. 600	1\$350
Mescala azul	1\$300
C. assembleira C. 200	1\$200
Chita A. 200	1\$050
Chita A. 500	\$900
Chita A. 600	\$750
Zephyr Z. 100	\$900

Esperado em poucos dias:

Brim B. 1000	1\$150
Chita A. 300	\$850
Fustão F. 200	\$850

etc., etc.

Fonte: **O Estado de São Paulo**, 18 set. 1925, p. 5; 28 jan. 1920, p. 1.

As Casas Britânicas eram especializadas na venda de produtos no varejo, como tecidos, roupas e vestidos em algodão, lã e seda. A empresa contava com 22 filiais, concentradas no interior de São Paulo, com duas em Ribeirão Preto. Na realidade, a empresa se concentrou primeiro no interior de São Paulo, mas depois mudou sua matriz para a capital do Estado, na década de 1920. Em decorrência da localidade do estabelecimento na capital e, antes, no interior, é seguro dizer que sua atuação comercial era voltada para a classe trabalhadora, como podemos observar nas propagandas abaixo:

Figura 47 – Propaganda das Casas Britannicas com Filial em Ribeirão Preto

CASAS BRITANNICAS

ABERTURA DA PRIMEIRA FILIAL DA CAPITAL
A'

RUA SÃO CAETANO Ns. 14 e 16

ESTA SEMANA,

FAZENDAS PARA TODOS a preços verdadeiramente
REDUZIDÍSSIMOS.

Sortimento sem igual em lindos padrões.
Bordas & portas: 18 e 52. — Bordes na equina: 33, 48, 51 e 53.

LOUIS F. LATHAM & CIA.

Telephone, 2437, Cidade — End. tel.: "Brazanglo"

CASAS BRITANNICAS

GRANDE VENDA ANNUAL

ULTIMA SEMANA

APROVEITEM!!!

10 %

DESCONTO
EM
TODOS OS ARTIGOS

TECIDOS
DE
SEDA, LAN E ALGODÃO

APROVEITEM!!!

10 %

DESCONTO
EM
TODOS OS ARTIGOS

TECIDOS
DE
SEDA, LAN E ALGODÃO

Abertura da nova filial de Capital & Avenida Rangel Pestana n. 159 — BRAZ — na semana vindoura

Não façam as suas compras sem primeiro visitar uma das nossas FILIAES acima

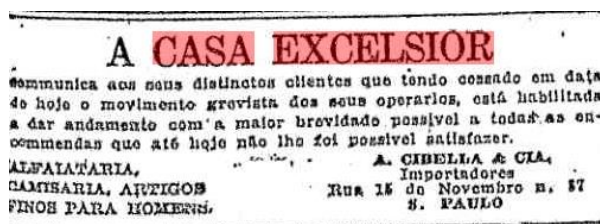
LOUIS F. LATHAM & CIA.

Fonte: **O Estado de São Paulo**, 25 jun. 1923, p. 1; 04 jan. 1925, p. 1.

A Casa Excelsior era um magazine de São Paulo que avançou para o interior e cidades como Ribeirão Preto na década 1920, importando produtos voltados para a moda masculina de alta costura, desde alfaiataria, camisaria e artigos finos para homens, como observamos na

propaganda abaixo:

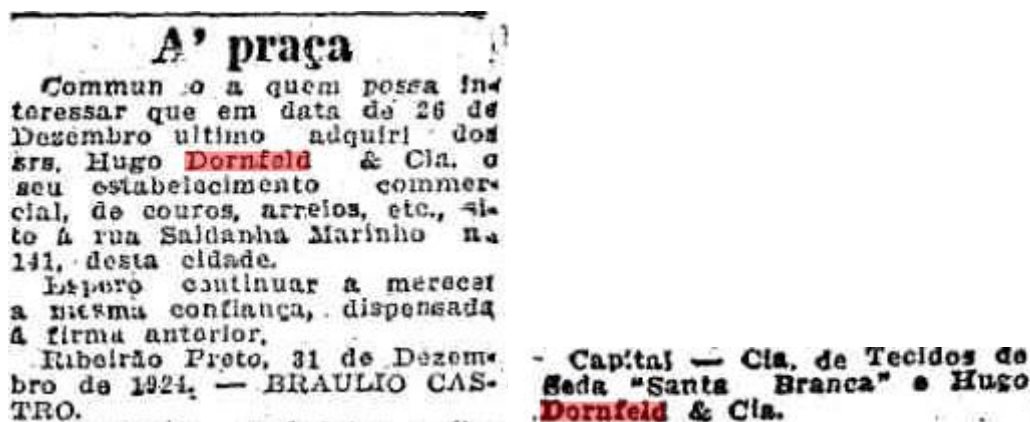
Figura 48 – Propaganda da Casa Excelsior com Filial em Ribeirão Preto



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 04 fev. 1923, p. 1.

A Casa Dornfeld, de matriz em São Paulo, que ingressa na década de 1920 em Ribeirão Preto, na Rua Saldanha Marinho 141, também é especializada na venda no varejo de bens de consumo, especialmente produtos de couro. Neste ramo também haverá a loja e fábrica local Casa São Benedicto, do empresário J. Louzada, que tinha cerca de 14 operários.⁸⁹⁵ Abaixo, podemos ver o anúncio da inauguração da filial da Casa Dornfeld:

Figura 49 – Propaganda da Casa Dornfeld com filial em Ribeirão Preto



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 06 jan. 1925, p. 9.

A Casa Pratt era um grande estabelecimento varejista. A empresa era de São Paulo, e tinha filiais em Santos, Campinas, Jaboticabal e outras localidades. Em Ribeirão Preto, ficava localizada na Rua São Sebastião 48, e vendia móveis de madeira para escritório, máquinas de escrever e fitas, caixas de ferramentas, óleos “três em um”, caixas registradoras e outros.⁸⁹⁶

⁸⁹⁵ Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1928-1929.

⁸⁹⁶ *O Estado de São Paulo*, 27 jun. 1920, p. 3; 05 set. 1928, p. 11; 30 abr. 1920, p. 10.

Importante constar que a Remington, empresa da cidade de Ribeirão Preto, também vendia máquinas de escrever e acessórios, além de oferecer um curso de datilografia. Era muito comum a Casa Pratt fazer propagandas em *O Estado de São Paulo* de um dos produtos de seu catálogo:

Figura 50 – Propaganda da Casa Pratt com Filial em Ribeirão Preto

"NATIONAL"

PODE O SNR. sequer pensar em aumentar seu negocio, quando tem que levar ás costas a pesada carga das preocupações e desgostos causados pela forma por que hoje se manejam em seu estabelecimento as contas e o dinheiro? SE O SNR. quer dar aos seus negocios a atenção que merecem, não deveria andar preocupado com semelhantes coisas.

Uma CAIXA REGISTRADORA NATIONAL moderna nunca se cansa e nunca commette um erro. Suas preocupações sobre o negocio cessarão logo que o SNR. INSTALLE UMA EM SEU ESTABELECIMENTO.

Temos um modelo para cada genero de negocio, grande ou pequeno.

Peçam catalogos, sem compromisso, á

CASA PRATT S. A.

S. PAULO: Praça da Sé, 16 e 18
RIO de JANEIRO: R. do Ouvidor, 123/125

FILIAES E AGENCIAS EM TODOS OS ESTADOS

SUCCURSAES NO ESTADO:

SANTOS: Rua 15 de Novembro, 182
CAMPINAS: Rua Dr. Quirino, 116
RIB. PRETO: Rua S. Sebastião, 48
JABOTICABAL: Rua Ruy Barbosa, 46

Fonte: *O Estado de São Paulo*, 12 fev. 1926, p. 9.

Aparentemente, a Casa Brancatto, de Ribeirão Preto, procura seguir a mesma linha da Casa Pratt, isto é, uma casa comercial varejista com uma ampla gama de artigos, pois vendia chapéus, calçados, gramofones, discos, perfumes, louças, cristais, malas, artigos de toalete, vasos, vidrarias, móveis de vime... Ficava localizada na rua General Osório 61.⁸⁹⁷

A casa Hugo Heise também era uma empresa de venda no varejo de São Paulo, com filial em Ribeirão Preto. Atuava em diversos ramos, desde o de eletrodomésticos, como geladeiras, aspiradores e máquinas de lavar, até o de móveis para casas, do banheiro à sala.

Figura 51 – Propanda da Casa Hugo Heise com Filial em Ribeirão Preto

⁸⁹⁷ A CAPITAL ARTÍSTICA NA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO - 1922. São Paulo: 1922.



AR DA REGIÃO POLAR!

GELADEIRAS
"NEVE"

CASA HUGO HEISE
Rua Florencio de Abreu, 12 Caixa postal, 282.
Brevemente:
AVENIDA SÃO JOÃO, 34.

Moveis de Ao Grande Oriente e Tapeçaria Max — Lindos lustres da
Casa Hugo Heise.

Communicamos aos nossos estimados amigos e freguezes que acabamos de receber as **ULTIMAS NOVIDADES** em finos artigos sanitarios de
KOHLER
Quartos de banho completos em suaves e encantadoras cores
Lilas - Verde - Champagne - Azul
Agradecemos uma visita às nossas exposições.
Casa Hugo Heise
UNICOS CONCESSIONARIOS
Caixa Postal, 282 — Rua Florencio de Abreu, 12

Fonte: *O Estado de São Paulo*, 03 jan. 1927, p. 7; 25 jun. 1928, p. 4; 18 nov. 1928, p. 10.

O consumo de móveis era bem grande na cidade, por isso, havia treze fábricas e lojas deste ramo, que produziam móveis de luxo para escritórios, salas de visitas e de jantar, e dormitórios. Também havia móveis e vasos de vime, camas de ferro esmaltado e colchões de lã, crina vegetal, animal e de algodão. Estabelecimentos renomados neste âmbito eram as casas Innechi, Dellolagono, Heitor Rigon, Arthur de Souza, entre outras.⁸⁹⁸

Por fim, temos as casas Matarazzo e Lindgerwood. Sobre a casa comercial Matarazzo, não encontramos nenhuma propaganda da loja, somente da indústria, mas possivelmente seria uma casa para venda de produtos de vestuário a varejo, pois em 1935 a empresa instalará uma loja deste ramo na cidade. Provavelmente, observando o grande movimento da região de Ribeirão Preto, para diminuir custos e controlar o mercado varejista de roupas, instalou uma filial de sua indústria de tecidos na cidade. Já sobre Lindgerwood, não encontramos nenhuma casa comercial com este nome. O que se pôde encontrar foi uma empresa estadunidense de máquinas chamada Lidgerwood, que no Brasil se instalou em Campinas, em 1884, com uma fábrica de fundição de ferro e bronze e um depósito de oficinas para construções mecânicas. Logo após, instalou-se em São Paulo, no entanto a filial em Campinas se manteve até 1922.⁸⁹⁹ A empresa desempenhou um papel importante na venda de maquinário vinculado ao solo,

⁸⁹⁸ Idem; *A CAPITAL ARTÍSTICA NA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO - 1922*. São Paulo: 1922; Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1930.

⁸⁹⁹ Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-tombados/verBem.php?id=20>>, acessado: 29 ago. 2015.

principalmente para o beneficiamento de produtos agrícolas, como café, algodão e milho, por exemplo. Como observamos na propaganda abaixo:

Figura 52 – Propaganda da empresa estadunidense agrícola Lidgerwood com filial em Ribeirão Preto



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 10 abr. 1923, p. 1.

As fábricas e lojas de calçados também estavam presentes no consumo da cidade, com quatro estabelecimentos. O Barracão era empresa de Ângelo Maggioni, que tinha dez operários em sua fábrica; Marleba & Cia era especializada em móveis, e havia aberto uma nova seção de calçados, com cinco funcionários; a oficina familiar de João Binnoto possuía apenas quatro funcionários; por fim, a maior de todas, a Ragazzi, uma indústria que tinha um capital de 800.000 contos de réis e 16 operários.⁹⁰⁰

Porém, o ramo que mais cresceu em número de estabelecimentos foi o das tipografias, com nove empresas, demonstrando a expansão do mundo simbólico para dentro da cidade e facilitando o acesso para a impressão, para autores locais, de jornais, livros, almanaques, entre outros.⁹⁰¹ Podemos citar como exemplo a publicação de dois livros do professor de literatura do Ginásio do Município, Dr. Carlos Campos, o primeiro tratando de casamento e o segundo, de assuntos jurídicos.⁹⁰² O número de livrarias também cresceu, uma vez que a cidade já atendia a 5.000 crianças e jovens, do ensino básico ao superior.⁹⁰³ Destacava-se a livraria Acadêmica, que financiava conferências literárias para conseguir conquistar a localidade, além de possuir importante acervo de livros específicos de ensino ginásial e superior.⁹⁰⁴ A Casa Camargo comercializava produtos de papelaria, livros e tipografia, na Rua General Osório 153.⁹⁰⁵ Havia também a tradicional livraria Central, de Juvenal Guimarães, além das seis principais

⁹⁰⁰ Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1928-1930.

⁹⁰¹ Idem.

⁹⁰² *O Estado de São Paulo*, 13 abr. 1924, p. 12.

⁹⁰³ MELLO, op. cit.

⁹⁰⁴ *O Estado de São Paulo*, 13 abr. 1924, p. 12.

⁹⁰⁵ Idem, 23 out. 1925, p. 9.

bibliotecas da cidade: na Câmara Municipal, nas associações Loja Estrella d'Oeste", na Legião Urbana, na Recreativa, na Faculdade de Odontologia e Farmácia e na Escola Profissional.⁹⁰⁶ O aumento do acesso às letras também levou à procura de oculistas, por isso, vemos a entrada de dois novos consultórios: do médico José Melis, formado na faculdade de Roma (sua clínica estava localizada na Rua General Osório), e do médico Oswaldo Ubiosie, formado na Faculdade de Medicina de Rio de Janeiro, cujo consultório era novo e podia ser usado para tratamentos e procedimentos cirúrgicos, na rua duque de Caxias 36.⁹⁰⁷

Um mercado de consumo importante era o farmacêutico. Além das 27 farmácias espalhadas por seu território, a cidade contava com uma indústria farmacêutica bioterápica, a Kujawski & Helmister, cujos produtos eram vendidos por lojas em São Paulo e em Ribeirão Preto – como, por exemplo, a loja Malheiros, na Rua São Sebastião 34.⁹⁰⁸

Havia também um grande consumo e venda de produtos para odontologia, como o analgésico, anestésico e antisséptico, chamado “Eletricinia”, para cura na dor de dente, na gengiva para ajuda na cicatrização e para caries⁹⁰⁹. Produto similar, denominado PYOTYL, que era vendido na Drogaria Costa na Rua General Osório⁹¹⁰.

A eruptina era um medicamento desenvolvido pela indústria farmacêutica de Theodoro Pelumbo, em São Paulo. Foi utilizada, por exemplo, no tratamento de Anna Maria Conceição Silva, de 18 anos, operária, cujas feridas nas pernas a levaram a ser internada na Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto. O remédio foi usado com sucesso para curar as suas feridas.⁹¹¹ Vendia-se todo tipo de utensílios, como a caixa de papelão, para guardar perfumes e produtos de primeiros-socorros. Essa caixa era feita pela Fábrica Brasileira de Caixas Papelão, de São Paulo, sendo vendida em diversas praças, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Maranhão. Em Ribeirão Preto, era encontrada no Laboratório Aché, na Travasso e na Casa Diederishen. Havia até um representante na cidade, Nicolau Mauro, como observamos na propaganda:

Figura 53 – Propaganda da Fábrica Brasileira de Caixas Papelão revendido em Ribeirão Preto pelo Laboratório Aché, na Travasso e na Casa Diederishen.

⁹⁰⁶ GUIÃO, op. cit., p. 26; MELLO, op. cit.; Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1922- 1929, p. 1 e 170.

⁹⁰⁷ **O Estado de São Paulo**, 10 ago. 1926, p. 10; 10 nov. 1927, p. 11.

⁹⁰⁸ MELLO, op.cit.; **O Estado de São Paulo**, 11 jun. 1924, p. 11.

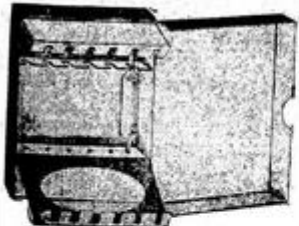
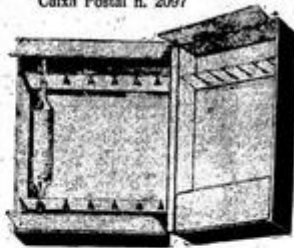
⁹⁰⁹ **O Estado de São Paulo**, 31 jan. 1925, p. 11.

⁹¹⁰ Idem, 15 e 22 mar. 1922, p. 8 e 10.

⁹¹¹ Idem, 01 out. 1926, p. 11.

Fabrica Tenta Brasileira de Caixas de Papelão
FUNDADA EM 1914

Irmãos Menten & Cia. S. Paulo (Carandirú)
RUA MIGUEL MENTEN N. 9 Caixa Postal n. 2097

Fabricantes e inventores das caixas privilegiadas para ampolas

Direitos garantidos no Brasil e no estrangeiro

Chamamos a atenção dos nossos amigos, laboratórios e freguezes, para os nossos tipos de caixas de ampolas, patenteadas sob os nos. 14.922, 14.923 e 15.275, as quaes oferecem grandes vantagens, que poderão variar em tamanho, formato e qualidades assim como em pequenos detalhes, nos tampos, nos furos e cortes, variando de tamanho e formato conforme o desejo.

Levamos tambem ao conhecimento dos nossos amigos, que não demos autorização a nenhuma fabrica, para fabricação das caixas por nós patenteadas, e que as caixas por nós fabricadas levam internamente o carimbo de nossa fabrica.

Fornecedores dos maiores laboratorios do Brasil comprovado pelos attestados recebidos até hoje conforme a nota abaixo :

Laboratorio V. Werneck & Cia. — Rio de Janeiro	Laboratorio Lepec — São Paulo
Instituto Biochimico — Rio de Janeiro	Laboratorio Lister — São Paulo
Laboratorio de Biologia Clinica Ltda. — Rio de Janeiro	Laboratorio Aché, Travassos & Cia. — Ribeirão Preto
Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar — Rio de Janeiro	Instituto Biotherapico Brasileiro — Franca
Laboratorio Medico Brasileiro — Rio de Janeiro	Instituto Biotherapico de Bello Horizonte — Bello Horizonte
Instituto Medicamenta — São Paulo	Laboratorio Chimicotherapico — Bello Horizonte
Laboratorio Paulista de Biologia — São Paulo	Laboratorio Ismael Libanio — Bello Horizonte
Laboratorio Bruno Rangel Pestana — São Paulo	Instituto de Hygiene — Pelotas
Laboratorio Vanadilol — São Paulo	Laboratorio Jesus N. Gomes — Maranhão
Instituto Paulista Biochimica — São Paulo	

Especialistas em caixas para perfumarias, pharmacias e preparacoes

São nossos representantes os snrs. :

Emílio Polto Rua São Pedro n. 43 - sob. RIO DE JANEIRO	Nicolau Mauro RIBEIRÃO PRETO	Alexandre Campos & Cia. Triangulo Mineiro UBERABA

Fonte: O Estado de São Paulo, 15 set. 1925, p. 1.

As transformações das práticas da cidade são relacionadas à filosofia jovem, a ser desportista, a vestir-se e saber dançar os ritmos da moda do novo.⁹¹² Por isso, os tons e o caimento das roupas assumem este mesmo ideal, tornando-se mais leves, para serem mais adequadas à movimentação do corpo. Também acabam apegando-se aos contornos da anatomia, e tornam-se coloridas, estampadas. O homem agora troca o bordão pela gravata, o patacão pelo relógio de pulso, o *pince-nez* pelos óculos de aro, a casaca pelo pulôver, o chapéu pelo boné automobilístico ou de capa; a mulher renuncia aos adereços, enchimentos, agregados de roupas brancas, perucas, armações e anquinhas, se propondo ao duplo efeito de encurtamento das saias e do alargamento dos decotes, e assim a sensualidade se instala neste período.⁹¹³ Pois a sensualidade das roupas segue as curvas arquitetônicas da *art nouveau*, e também se nota pela secularização do sexo, do prazer, que continua desde o Segundo Império, como Alecastro aborda:

[...] que demonstra diminuição do controle da igreja, assim promove a secularização do sexo e do prazer [...] observância da abstinência sexual durante os dias santos [...]

⁹¹² Idem, p. 34.

⁹¹³ Idem, p. 49 e 50. Como aponta Sevcenko, no jornal *O Estado de São Paulo*: “Como explicariamos nós – se pergunta o cronista social – as relações da Guerra com a seminudez da moda de hoje?”. Dois dias depois, o cronista continua “isso tem uma qualidade: estabelece a proporcionalidade entre o decoro e a nudez. Desaparecem as extremidades nuas, os colos nus, os braços nus. Já é alguma coisa”.

essa particularidade sazonal começa a desaparecer mostrando que os casais brasileiros pareciam mais inclinados a gozar o ano inteiro dos prazeres da Terra do que desfrutar eternamente dos prazeres do Céu [...] o declínio da influência da religião sobre a sexualidade confirma a laicização da vida privada ao longo do período imperial.⁹¹⁴

Com isso, haverá uma propagação das doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis. Deste modo, houve uma difusão dos tratamentos e dos produtos farmacêuticos, como o prophylax, um remédio que se dizia eficaz para remediar as doenças venéreas, incluindo a sífilis. Provavelmente, tratava-se de uma pílula derivada do sal arsênico.⁹¹⁵ Carrara informa: “o tratamento com os arsenobenzóis nem sempre curava, embora fizesse com que as lesões contagiantes cicatrizassem rapidamente”, Contudo, sua difusão leva, em 1926, à proibição do seu uso sem receita. A propaganda do remédio, por outro lado, segue o caminho inverso, convidando o indivíduo a usá-lo constantemente como meio de prevenção, e não de tratamento. Assim, o homem podia ficar livre para suas práticas sexuais.⁹¹⁶

Nesse sentido, Carrara indica que, no início do século XX, haviam se difundido diversos produtos para o tratamento da sífilis, desde do terapêutico antivenérea aos sais de arsênio, sendo recebido pelo consumidor como a cura para doença. Porém, aos poucos percebeu-se que as longas séries de aplicações do tratamento com arsênio e outros produtos por vários anos, muitas vezes somente remediava a doença, gerando ainda diversas consequências de feridas e levando até à morte.⁹¹⁷ Mas o importante era:

[...] proporcionar aos inexpertos as possibilidades de prevenção de futuras contaminações, fornecendo mesmo graciosamente todos os meios de realizá-la (sabões, injeções, anti-sépticos, irrigadores etc.), dando a noção exata do perigo que estarão sujeitos por inadvertência [...]⁹¹⁸

Os homens procuravam agora um visual mais limpo, esportivo, raspando as barbas e bigodes, usando o cabelo mais rente; as mulheres, por outro lado, em busca de uma feição agressiva, aventureira e selvagem, assumiam uma certa feição masculina, em que o rosto permanecia sem maquiagens, de forma natural, com a cabeça descoberta e os cabelos agora

⁹¹⁴ Idem, p. 35-36. ALENCASTRO, Luiz Filipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 59.

⁹¹⁵ **O Estado de São Paulo**, 18 dez. 1925, p. 8

⁹¹⁶ **O Estado de São Paulo**, 03 set. 1926, p. 4.

⁹¹⁷ CARRARA, op. cit., p. 184. Destes tratamentos o mais eficiente era “pomada mercurial que, utilizada pelos homens após o coito, seria muito mais eficaz que os métodos preventivos anteriormente aconselhados”.

⁹¹⁸ Idem, p. 183.

cortados extremamente curtos, quase raspados na nuca.⁹¹⁹ Já no lazer, elas não relutam em usar uma peça menor, que mostram mais o corpo e mantêm o ideal de facilitar o movimento. Desta forma, usam *short*, com meia três quartos, e o *sweater* de mangas curtas, sem usar mais adereços para a cabeça. Os trajes de banho são usados para a natação, para o remo e também para serem notados.⁹²⁰

A cidade-vitrine encantava a todos em todos os tempos, e a mulher agora poderia estar e ser seduzida em todos espaços de seus produtos e serviços. Igualmente, podia ela própria ser vitrine, com suas roupas descoladas, leves, curtas, decotadas, e faziam de tudo para aparecer e ser apreciadas, tornando-se, então, os principais centros da cidade, tornada um lugar de desfile, cidade-exposição, que não para de expor-se a si e a todos. O espelho retrata mais do que o mundo novo, a mais nova imaginação de como se configurar o sujeito interior. Barbuy sintetiza as mudanças de identidade pelo veículo do comércio e da indústria:

As grandes lojas de departamentos, ponto culminante das transformações urbano-arquitetônicas operadas por comerciantes na cidade, têm também sua vinculação com as exposições universais, poderosos difusores dos valores e das práticas culturais inerentes à sociedade industrial. Ali, a rede de expansão, que interpretamos como uma teia que estendeu seus envolventes fios pelo mundo, era vista como irradiação luminosa na direção do progresso⁹²¹.

A liberdade das roupas femininas não se situou apenas como início da independência do corpo da mulher, que pode ser mostrado e visto livremente, com saias rendadas ao joelho ou acima, e decotes largos, em meio aos diversos espaços da cidade, seja nos carros, bondes, cafês, bares, estádios, lojas e escadarias.

A independência da mulher para o espaço público, permitiu que esta se dirigisse em todas partes da cidade a qualquer hora, tanto pela madrugada, na entrada do trabalho de tecelã, costureiras, aprendizes, operárias, como pela manhã com o ingresso de balconista, comerciantes, para centro, alunas e professoras dirigindo para escolas e conservatórios. No meio do dia com o agito das compras do reformado centro e a partir das dezesseis horas, período que se estabelecia “footing” entre as lojas finas do triângulo do centro de São Paulo. O ápice era o chá das cinco nos salões como do Mapping Store. E terminando já com o famoso “rush” paulista, seu emaranhado de ir e vir, dos homens deixando os escritórios e bancos, as moças de família retornando aos lares, ao operário aproveitando da ampliação das linhas de bondes para chegar mais rápido do trabalho.

⁹¹⁹ SEVCENKO, op. cit., 1992, p. 49-50.

⁹²⁰ Idem.

⁹²¹ BARBUY, op. cit., p. 227.

A cidade ainda não dormia, muito menos as moçoilas, que procuravam o agito nas cervejarias, bares, bailes, aqueles mais contidas, com seus cavalheiros, se adentravam, teatros, cinemas, óperas e restaurantes⁹²². Além da proliferação da música, dando maior espaço para bailes, festas, festivais, que misturam o desejo da música, desejo de olhares, de encontro de corpos, mãos, toques e da exposição dos corpos agora seguindo o batuque da música expondo as curvas do corpo que tinham cada vez menos vestidos.⁹²³

A modernização de São Paulo na primeira e na segunda década do século XX não trouxe apenas novos itens e exercícios do consumo, mas também novas práticas urbanas. Assim, houve difusão da higiene, do uso de hotéis luxuosos e dos encontros e desencontros urbanos dos restaurantes.⁹²⁴ Eram comuns as reclamações dos jornais por conta da falta de limpeza da cidade, dos cortiços, do lixo amontoado, da falta de sanitarismo – e tudo isso pressionava o governo a levar adiante uma higienização da área central.

O novo da cidade também era conjugado pela relação básica que o viajante tem entre a estação ao hotel. Neste instante, cabe à cidade-exposição expor toda a sua beleza, sua clareza e sua modernidade.⁹²⁵ Em São Paulo, o caminho comum dos mais abastados consistia no trajeto entre o desembarque na Estação da Luz e a chegada ao triângulo central, onde ficavam os principais hotéis.⁹²⁶ O hotel tinha como função básica tornar-se o locus para a realização da vida social da cidade. Além de oferecer hospedagem e refeições gastronômicas, era o lugar de encontro, sediando comemorações, recepções, formaturas e casamentos. Servia, ademais, como espaço para congressos, confrarias e de refinamento em suas linhas e instalações.⁹²⁷

A primeira geração de hotéis em São Paulo tinha como preferência assumir um referencial francês, tanto em seu emblema, como no seu nome e sua arquitetura,⁹²⁸ Os primeiros grandes hotéis foram o Grande Hotel, o Grande Hotel Paulista, o Hotel d'Oeste e o Grand Hôtel de la Rôtisserie Sportsman. Quanto ao formato, já na primeira década do século XX era comum, no primeiro pavimento, que houvesse uma sala de jantar para os hóspedes, normalmente um grande salão, com armários para guardar baixelas e louças. Aos fundos do salão, havia dois gabinetes para os toaletes masculino e feminino e um palco para a orquestra.

⁹²² Idem, p. 50-51

⁹²³ Idem, p. 50-51, 89-90.

⁹²⁴ Idem, p. 98.

⁹²⁵ Idem, p. 111.

⁹²⁶ Idem.

⁹²⁷ Idem, p. 99-100.

⁹²⁸ Idem.

No segundo e terceiro pavimentos eram comuns de 30 a 40 quartos luxuosamente mobiliados; no subsolo, era comum ficar a adega.⁹²⁹

Na Ribeirão Preto da década de 1920, os hotéis também vão se difundir. Existiam onze ao todo, dos quais os principais eram o Hotel Central, o Hotel Brasil, o Hotel São Paulo, o Hotel Modelo e o Hotel Ricci.⁹³⁰ É o que indica a matéria do *Correio Paulistano*, sobre o aumento das diárias dos hotéis em Ribeirão Preto, em virtude da carência dos gêneros alimentícios. O Hotel Central tinha uma diária em 9 mil contos de réis, diferente do Hotel São Paulo e do Hotel Modelo, que cobravam 8 mil contos de réis. O mais barato era o Hotel Brasil, que cobrava 7 mil contos de réis. Esses valores também apontam como eram espaços elitizados, destinados aos filhos da modernidade, que celebram em seus longos jantares a fantasia do novo.⁹³¹

Os espaços hoteleiros tinham multifunções, servindo de local para concretizar negócios do café a das grandes indústrias da cidade – como Metalúrgica e Antártica – e de lugar para venda de produtos, palestras e grandes banquetes.

O Hotel Brasil foi construído na década de 1920, entre as ruas General Osório e Jerônimo Gonçalves, sendo o principal destino para turistas e viajantes, já que era bem próximo da Estação Mogiana. O edifício apresentava uma linha eclética, tinha salões para reuniões e pequenos concertos, e todos os três andares eram interligado por elevadores.⁹³² Na rua Rua General Osório ainda havia mais dois hotéis, o São Paulo e o Modelo, como podemos observar na foto abaixo, de 1927, com a rua alagada até as proximidades da rua José Bonifácio:

Figura 54 - Rua José Bonifácio com a presença dos Hotéis São Paulo e Modelo em 1927



Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, 097, 07, Divo Marino, 1927.

⁹²⁹ Idem, p. 108.

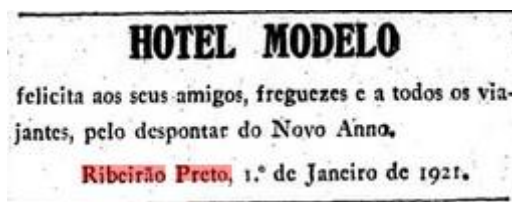
⁹³⁰ MELLO, op. cit.

⁹³¹ *Correio Paulistano*, 14 ago. 1921, p. 2.

⁹³² *Correio Paulistano*, 21 mai. 1921, p. 6.

O primeiro não era sobrado e tinha um tamanho mais reduzido. Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, foi vendido para outro dono, mas não se indica na matéria o motivo.⁹³³ O segundo tinha como proprietário Joaquim Damose, não era sobrado também, mas aparentemente parecia ter salões maiores, pois recepcionava banquetes para 50 pessoas. A propaganda do espaço explorava sua relação com o esporte, já que o hotel financiara um torneio de futebol municipal em 1918 e abrigara importantes clubes da região, como o Uberaba, em um jogo contra o Botafogo, em 1924. Após este jogo, ainda foi oferecido um banquete no hotel aos visitantes, com a participação dos jogadores e da diretoria do Botafogo e de alguns jornalistas. Há propagandas no jornal *O Estado de São Paulo* em que se faz alusão também a dias festivos, como o Ano Novo⁹³⁴, conforme se pode verificar abaixo:

Figura 55 - Propaganda do Hotel Modelo de Ribeirão Preto



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 01 jan. 1921, p. 1.

O Hotel Ricci ficou famoso por abrigar a visita do embaixador Badoglio, da Itália, que fez uma excursão pelo interior do Estado, chegando no dia 07 de junho de 1924, a Ribeirão Preto. A sociedade italiana de Mutuo Socorro recepcionou-o. O hotel ainda reservou um banquete à noite em homenagem ao embaixador, preparando um menu que refletia um pouco da variedade da comida brasileira: foram servidos pratos como vatapá à bahiana, peixe à paulista, leitão à Diana, filé à Rio Grande e peru à brasileira. Por fim, um pudim em homenagem ao embaixador. Ficaram também à disposição diversas frutas, charutos, cafês, licores, vinhos, água mineral e champanhe. O evento foi regado a música com Tosti, Chopin, Lehar, Gounod, entre outros.⁹³⁵

Todavia, o principal hotel da cidade era o Central, cujo panorama moderno era acompanhado pela praça XV de Novembro. Ali ficava o espaço favorito para grandes banquetes, recepções de pessoas ilustres, encontros especiais de trabalho, venda de produtos, assembleias

⁹³³ *O Estado de São Paulo*, 17 abr. 1922, p. 4.

⁹³⁴ *Correio Paulistano*, 15 jun. 1920, p. 6.; 28 fev. 1924, p. 4.

⁹³⁵ *O Estado de São Paulo*, 07 jun. 1924, p. 4; *Correio Paulistano*, 06 mai. 1924, p. 4.

e palestras. Na década de 1920, o hotel recepcionou comitivas do rei da Bélgica, do embaixador Orlando da Itália e do Ministro da Agricultura e da Justiça. Doravante, nele hospedaram-se parlamentares dos EUA e da França, o príncipe da Polônia e os times do Paulistano, de São Paulo, e da Academia de Coimbra.⁹³⁶ Os banquetes geralmente eram servidos no salão principal, com capacidade para cerca de cem pessoas, numa uma mesa em U e em mesas adjacentes. Era possível usar o serviço de buffet do hotel ou uma empresa ou associação, como no caso da vinda do embaixador italiano Orladando, que teve o banquete oferecido pela associação italiana da cidade.⁹³⁷ Já no banquete oferecido para o Ministro da Justiça, Dr. Manuel Polycarpo, usou-se serviço do hotel. Foi servido um menu afrancesado, seguindo-se assim padrões da modernidade do espelho da fantasia: filé de peixe dorée, vol-au-vent, financier, costelas de carneiro, aspargos com molho de manteiga e peru à brasileira. Já a sobremesa contou com charlot parisiense, frutas sortidas, licores e charutos. Os vinhos servidos, todos brancos, foram Sauternes, Graves, St. Emilion e Madoc – havia também o champanhe Pomery.⁹³⁸

O Hotel Central, assim recebia novas funções, como utilizado pela empresa Theodoro Wille & Cia, que usava o espaço do hotel para revender adubo importando da Associação de Produtos de Salitre oriunda da Inglaterra, que revendia o produto para todo o Estado de São Paulo.⁹³⁹ Seguindo o mesmo modelo, a Elisa Glaccone Macelloni, usava o hotel para revender produtos importados de luxo, como roupas, fantasias, talheres e louça.⁹⁴⁰ Outra função, era de reunião e assembleia de uma associação ou partido, como caso da “Sociedade dos Viajantes de Ribeirão Preto”, que fazia suas assembleias ordinárias e extraordinária, no Hotel⁹⁴¹. E o Partido Democrata, que normalmente vai utilizar o espaço do hotel, como base para sua atuação na cidade, até 1927, quando o Hotel Central passa por reformas, após ser comprado por Meira Júnior⁹⁴².

A década de 1920 ainda foi marcada pelo alinhamento dos hotéis à linha eclética e à *art nouveau*. É o caso do Hotel Central, que passou por diversas reformas: as duas primeiras, com A.H.C. Roxo, em 1924 (em todo o hotel) e 1926 (somente a fachada, uma reforma

⁹³⁶ **O Estado de São Paulo**, 20 jul. 1920, p. 1; 11 out. 1920, p. 4.; 07 nov. 1920, p. 4; 06 set. 1925, p. 7; 22 abr. 1927, p. 4; 18 set. 1927, p. 6;

⁹³⁷ **Correio Paulistano**, 7 nov. 1920, p. 3.

⁹³⁸ *Idem*, 28 jun. 1920, p. 3.

⁹³⁹ **O Estado de São Paulo**, 13 jun. 1925; 20 jun. 1925, p. 1.

⁹⁴⁰ *Idem*, 01 mar. 1924, p. 2.

⁹⁴¹ *Idem*, 16, 17 e 18 mai. 1925, p. 10, p. 9, p.9 e p. 6.

⁹⁴² *Idem*, 16 jul. 1926, p. 2; 16 jun. 1927, p. 6.

subvencionada pela Câmara Municipal da cidade em 60 mil contos de réis)⁹⁴³ e uma terceira em 1928, por Meira Júnior, que comprou o hotel e criou um novo panorama na cidade, o chamado “Quartirão Paulista”. A reforma procurou alinhar o hotel ao modelo eclético do novo Teatro Pedro II.⁹⁴⁴

Houve também a constituição de um novo hotel o Central – Hotel, localizado em Ribeirão Preto em 1926, que segundo o Estado de São Paulo, era uma filial da maior empresa hoteleira da cidade de São Paulo. O novo hotel, tinha sua fachada alinhada ao ecletismo e estava instalado em prédio próprio, possuía dois andares amplos, com cem quartos mobiliados, salas de refeição, salões de festas, belos jardins, elevador e um terraço com uma ótima vista para a cidade⁹⁴⁵

A vida moderna nas cidades ainda se aproveitará cada vez mais dos embelezados parques e jardins recém-criados, também concebidos em moldes europeus, que agora recebem equipamentos de consumo, como o Parque Antártica e os jardins do Museu Paulista, no Ipiranga, com serviço de buffet, descanso e explanação. Em Ribeirão Preto, nos jardins da praça XV de Novembro, se encontrava o Bar da Antartica, com dois andares, local em que o conviva poderia aproveitar reuniões com os amigos, após um dia de compras ou entretenimento, ou namorar com o esplêndido horizonte da cidade moderna ao fundo, no mirante que o segundo andar do bar oferecia.⁹⁴⁶

Então, a nova configuração da cidade, com seus novos padrões urbanísticos, valorizou as vistas panorâmicas da cidade, tornando-a assim mais comercializada. Outros hábitos sociais foram promovidos, como frequentar teatros, casas de espetáculo, cinemas, cafés, cervejarias e restaurantes. Era a cidade-exposição que criava o pano de fundo para a prática da “vida moderna”, proporcionando a sensação de liberdade e amplitude.⁹⁴⁷

Em suma, Pesavento trata a cidade como um espaço de significações que compõem a identidade social. Desta forma, as reformas urbanas que constrói a cidade exposição de São Paulo à Ribeirão Preto. Emularão novas práticas, como o consumo, desporto, o prazer e a liberdade, que são circulares e apropriadas da matriz europeia, consideramos como o espelho. Consequentemente as novas representações simbólicas, que fomentam rupturas no processo identitário da cidade e dos atores sociais, promovem uma nova aparelhagem cultural.

⁹⁴³ Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1922-1929, p. 138 e 295-296.

⁹⁴⁴ SUNECA, op. cit., p. 77.

⁹⁴⁵ 06 nov. 1926, p. 2.

⁹⁴⁶ Idem, p. 127.

⁹⁴⁷ Idem, p. 121.

3.3 Entre espelho e representações do novo: a difusão midiática de São Paulo a Ribeirão Preto.

A imprensa paulista surge no início do século XX, com o fôlego do industrialismo que havia dominado a capital. O jornal *O Estado de São Paulo* é o seu principal propagador,⁹⁴⁸ e Julio Mesquita, após comprar a parte de Rangel Pestana, exerce o papel de principal parta-voz da capital, criticando inclusive o Estado vigente, segundo seus valores e interesses, proporcionando ao leitor uma direção política.⁹⁴⁹

O crescimento rápido é sustentado, segundo Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca, por um tripé: a evolução técnica do impresso, o investimento na alfabetização e os incentivos à fabricação de papel. O telefone e o telégrafo agilizam a capicadade de alcance de notícias, fazendo do jornal um elo representativo aos mercados regional, nacional e internacional. A circulação de notícias poderia ser feita pela contratação de agências internacionais, com correspondentes localizados nas principais praças nacionais e por meio de reprodução de matérias de jornais locais.⁹⁵⁰ Por isso, Ana Luiza Martins e Tânia de Luca consideram:

Logo, a imprensa escrita foi, por décadas, o veículo de comunicação por excelência no Brasil. Não sem percalços. Entre elas, a ação da censura, que se infiltrou já nas primeiras horas do novo regime, temerosa da reação monárquica.⁹⁵¹

O espaço das letras torna-se um mercado concorrido e rentável para as empresas, redatores e jornalistas. Isso leva as empresas midiáticas a requererem empregados cada vez mais letrados, que aliam a publicidade e a densidade aos periódicos, e ao mesmo tempo garantem a eles uma fonte de renda. Escritores como Montero Lobato, Amadeu Amaral, Menotti Del Picha e outros frequentavam os periódicos *Jornal do Commercio*, *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*.⁹⁵²

O desdobramento do setor midiático escrito também significou uma diferenciação orgânica de espaços entre jornais e revistas. Os primeiros ficarão mais voltados à divulgação da notícia, por seu caráter vespertino e diário, abrangendo as disputas políticas e os pequenos problemas da periferia – e tudo que possa situar-se entre um e outro. Já as revistas se

⁹⁴⁸ PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa Paulista**: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012. p. 50.

⁹⁴⁹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino – imprensa e ideologia**: o jornal do Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980. p.23.

⁹⁵⁰ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 85-86.

⁹⁵¹ Idem, p. 86-87.

⁹⁵² Idem, 106-107, 111-112.

especializam em determinados temas, podendo ser veículos da vida moderna ou assumir um viés religioso, esportivo, agrícola, feminino, infantil, literário e até acadêmico. Assim, dirigem-se a um tema e a um espaço social, classificando-se não apenas como instrumento comercial, mas um veículo de propagação de valores, ideais e interesses.⁹⁵³

A presença da propaganda foi fundamental para abrir novas perspectivas para a imprensa, pois funcionava ao mesmo tempo como um suporte econômico e como uma ampliação no raio de alcance, com maiores tiragens e, conseqüentemente, maior número de consumidores. Assim, nas décadas de 1910 e 1920 do século XX, as revistas já seguiam os padrões das revistas européias, utilizando cores, belos figurinos, charges, fotografias. Tornaram-se mais um instrumento do fetiche do novo, que configura novos padrões e todo um imaginário social,⁹⁵⁴ como Ana Luiza Martins e Tânia de Luca observam:

Assim, a imprensa periódica destacou-se como campo privilegiado na lógica da configuração da sociedade capitalista, ao oferecer um produto atrativo que veiculava ao mercado leitor as infinitas possibilidades de consumo no mundo moderno.⁹⁵⁵

Esta expansão da mídia e a vocação do consumo corrobora com a perspectiva de Benjamim, do sempre-do-mesmo, já que a mídia terá um papel fundamental para a introspecção vocacional do consumo, qual Bauman ratifica com a construção da sociedade do consumo:

Tão logo aprendem a ler, ou talvez bem antes, a “dependência das compras” se estabelece nas crianças. [...] Numa sociedade de consumidores, todo mundo precisa ser, deve ser e tem que ser um consumidor por vocação.⁹⁵⁶

Os principais jornais da capital eram *O Estado de São Paulo*, *Correio Paulistano*, *A Gazeta*, *Folha da Noite* e *Diário da Noite*. *O Estado de São Paulo* não seria só o de maior importância na Primeira República, como o mais antigo desta relação, tendo sido fundado ainda nos tempos da monarquia.

O Estado de São Paulo, segundo Capelato, promulgava seu próprio projeto político para o país e para São Paulo, que se pautava na concepção da teoria evolucionista, no princípio liberal e em um sistema republicano confederativo.⁹⁵⁷

⁹⁵³ Idem, 108-109.

⁹⁵⁴ Idem, 108-111.

⁹⁵⁵ Idem, p. 111.

⁹⁵⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação de pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 73

⁹⁵⁷ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho, op. cit., p.26.

O evolucionismo de *O Estado de São Paulo* delimitava-se no ideal de progresso e desenvolvimento, personificado no crescimento da indústria, no propósito de se tornar independente economicamente e no embasamento racial, para queimar as etapas necessárias para alcançar o espelho, os modelos europeu e estadunidense.⁹⁵⁸

Já o liberalismo baseava-se no princípio de autonomia dos Estados, seguindo a experiência dos Estados Unidos. O Estado deveria promover liberdade, igualdade, justiça e proteção à propriedade privada. Deveria ter um cunho não elitista, mas de mediador entre as forças produtivas e de trabalho, por isso, considerava-se a necessidade de reformas no Estado, para que assim houvesse garantia de maior igualdade e, aos trabalhadores, todos os benefícios do “progresso”. Havia, desta forma, uma crença de que a “mão invisível”, segundo o conceito de Adam Smith, pudesse promover crescimento e justiça social para todos. Fazia-se necessária uma política econômica liberal que formulasse um ambiente ideal para o crescimento das indústrias, em um regime de livre concorrência.

Entretanto, no que se referia à indústria, o jornal radicalizava sua posição de defensor desse princípio liberal. Era necessário que a indústria se expandisse sob um regime de livre concorrência, com diminuição do protecionismo do Estado, e que utilizasse as matérias-primas nacionais. Por fim, assumia-se como porta-voz da soberania popular, uma vez que, nos ideais liberais preconizado por Rousseau, esta deveria guiar os rumos da nação e do Estado.⁹⁵⁹

Esse caminho liberal seguido pela linha editorial de *O Estado de São Paulo* fez com que o periódico se aproximasse e até de certa forma expressasse o pensamento político representado pelo PD. No entanto, Paulo Nogueira Filho aponta que certas divergências impediram-no de transformar-se em órgão do partido, por isso, este fundaria sua própria extensão, o jornal *Diário Nacional*, com a finalidade de propagar seus ideais.⁹⁶⁰

O modelo de República Federativa defendido pelo jornal *O Estado de São Paulo* se pautava em uma concepção de Estado descentralizada, rompendo com a tendência centralizadora do final da Primeira República, considerada um obstáculo para o progresso, uma vez que outros Estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, estavam em um estado mais evoluído do que os demais Estados da federação. Colocados no mesmo lado de autonomia, criava-se um modelo político econômico de mediocridade e atraso, e não de liderança que os Estados mais evoluídos pudessem realizar, com mais autonomia, puxando o crescimento

⁹⁵⁸ Idem, p. 85.

⁹⁵⁹ Idem, p. 26, 80, 91-93.

⁹⁶⁰ Idem, p. 28 e 33.

evolutivo dos outros Estado da federação.⁹⁶¹

O projeto político do jornal *O Estado de São Paulo* também se situava em ser o porta-voz dos lavradores. Contudo, isso não significa que se resumia a esta linha política. Sendo assim, o jornal se preocupava em solucionar os problemas do café, procurando construir um política econômica mais estável ao próprio café e, conseqüentemente, às demais atividades do país. Para isso, propunha medidas a longo prazo de controlar a quantidade e a qualidade do café e, assim, transpor um equilíbrio entre a oferta e a procura. Por isso, era comum a crítica ao Instituto do Café, por considerá-lo culpado da crise no preço do café na década de 1920, quando teve uma atuação pífia em melhorar as técnicas produtivas, principalmente nas zonas velhas, que poderiam melhorar a qualidade e quantidade do produto e, conseqüentemente, baratear a produção.⁹⁶²

Diferentemente do *Correio Paulistano*, jornal também nascido durante o período da monarquia, que era realmente a extensão do PRP, difundindo seus ideais e interesses, como defesa da queda da monarquia e instauração da república. Luta ainda pela intervenção e assimilação de uma política nacional e estadual que seguisse os interesses das oligarquias, pois seriam elas fundamentais para o crescimento do país. Era o principal veículo de crítica ao PD, aos ideais liberais e à aliança liberal, sendo um forte defensor da política autoritária que se instalará principalmente no governo de Washington Luís na Federação e de Julio Prestes no Estado de São Paulo.⁹⁶³

A *Gazeta* ganharia realmente relevância a partir de 1918, quando foi comprada por Cásper Líbero. Viveu, então, sua fase áurea, com investimentos em novas impressoras, um jornalismo que focava a vida moderna na capital e a promoção de eventos esportivos, como a corrida de São Silvestre, a partir de 1925.⁹⁶⁴ Ao reconstruir-se, abandona seu alinhamento partidário com o PRP, assumindo uma linha editorial popular e crítica.

A *Folha da Noite*, atual *Folha de São Paulo*, seguirá o mesmo caminho da *Gazeta*, se direcionando a um leitor popular, adotando uma linguagem menos empolada e destinando seu editorial para temas e assuntos do cotidiano da capital. Por isso, o jornal fazia campanha defendendo um projeto político para todos, a modernização das áreas periféricas, que precisavam de construção de moradias populares, a melhoria dos transportes urbanos, a ampliação da rede escolar, a criação de hospitais, maternidades e creches. Também

⁹⁶¹ Idem, 28 - 29 e 32.

⁹⁶² Idem, p. 68, 73, 77-79.

⁹⁶³ PILAGALLO, Oscar, op. cit., p. 79-80.

⁹⁶⁴ Idem, p. 62.

representava sua perspectiva popular com a ilustração do personagem Juca Pato, que fora criado por Benedito Bastos Barreto, uma figura de ironia aos poderosos, reverberado na linguagem popular e desejos e frustrações da classe média paulistana.⁹⁶⁵

Contudo, mesmo com um editorial popular, eventualmente flertava com a linha editorial de *O Estado de São Paulo*, que defendia os ideais do evolucionismo, do liberalismo e do progresso. Por isso, assim como *O Estado de São Paulo*, auxiliará e apoiará a criação do PD, fazendo também crítica ferrenha ao Governo Federal e ao PRP. Devido a isso, também sofrerá com a censura do final da década de 1920.⁹⁶⁶

A Folha da Noite foi formada após o fechamento da edição vespertina de *O Estado São Paulo*, o popular “Estadinho”, que já respondia por um editorial mais jovial e popular. Seus fundadores eram na verdade boa parte dos redatores e jornalistas desempregados após o fim do “Estadinho”. Assim, não se conformando com seu desaparecimento, Olival Costa foi o empreendedor deste novo veículo, sendo apoiado obviamente pelos jornalistas e redatores recém-desempregados⁹⁶⁷.

O último veículo diário de grande porte na capital seria o *Diário da Noite*, na sua segunda versão, na década de 1920, agora encabeçado por Chateaubriand,⁹⁶⁸ que repetirá o modelo de sucesso empregado no Rio, com o *Jornal do Commercio*, procurando os empresários paulistas para conseguir vender as ações do seu empreendimento, que funcionavam mais como empréstimo do que como um fundo ou uma operação comercial. Em troca, seu jornal acabava sendo o porta-voz dos empresários da capital, criticando o governo federal e abraçando os ideais e interesses dos empresários. Isso assegurou o sucesso do veículo, que, em conjunto aos jornais cariocas, conseguiu montar uma cadeia nacional de comunicação, os Diários Associados, que, no auge, chegaram a contar 34 jornais, 36 emissoras de rádio, 18 emissoras de televisão, duas revistas e uma agência de notícias.⁹⁶⁹

As revistas, neste processo de difusão da imprensa, se desenvolverão como um veículo

⁹⁶⁵ Idem, p. 62, 64, 66-67.

⁹⁶⁶ Idem.

⁹⁶⁷ Idem, p. 62 - 64.

⁹⁶⁸ “Paraibano de Umbuzeiro, Chateaubriand não era neófito no setor quando entrou no mercado paulista, aos 32 anos. Um ano antes, em 1924, ele comprara o carioca *O Jornal*, retornando, dessa vez como proprietário, ao ramo jornalístico. Até então sua experiência fora como redator, correspondente e, por um tempo, redator-chefe do tradicional *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro. Jovem ainda, tinha trocado o jornalismo pela advocacia, quando passou a defender interesses de grandes empresas estrangeiras, como a Light e a Itabira Iron. Chateaubriand gostou da experiência com *O Jornal* – que adquiriu com a ajuda de empresários, expediente a que recorreria várias vezes ao longo da vida – e resolveu repetir a dose em São Paulo”. Idem, p. 83.

⁹⁶⁹ Idem, p. 83-86.

que melhor dissemina ideias conjuntas de publicidade, para venda de uma imagem e de um produto. Isso era possível porque, diferente dos jornais, a revista abusava das fotografias e imagens, que proporcionam maior capacidade de alcance da venda, de fomentar o desejo do progresso e de promover hábitos, costumes e estilos de vida.⁹⁷⁰

As revistas se valeram do pionerismo da reprodução fotográfica e dos métodos fotoquímicos de reprodução, uma vez que eram periódicos de circulação, em média, mensal, podendo assim assumir maiores custos do que o jornal, normalmente diário. Devido a isso, demorará para os jornais conseguirem sustentar as despesas fotográficas, por isso, abusam de ilustrações ou da colagem de fotografias de jornais internacionais.⁹⁷¹ A ilustração nos jornais era tão comum no mercado de impressos que comumente havia trabalhos de pintores renomados em suas páginas, como Di Cavalcanti e Tarsila Amaral – no caso, para ilustrar a revista modernista *Antropologia*.⁹⁷²

A celebração do progresso e a exposição da representação da cidade moderna eram os principais focos das revistas da capital, que se utilizavam da estratégia de expor em páginas coloridas referências da modernidade, como urbanização e embelezamento da cidade, como da rua XV de Novembro e do Largo do Palácio, além de competições esportivas, de carros, principalmente, propagandas e produtos. Elementos que perduram e tecem a fantasia da representação da novidade.⁹⁷³

As principais revistas deste período na capital eram *Vida Moderna*, *A Cigarra*, *O Pirralho* e *A Faminina*, que incorporavam ilustração e a linguagem fotográfica como um simbiose da cidade-exposição e da vida e hábitos burgueses, que retratam o desejo da fantasia. Maior exemplo disso eram as propagandas de produtos luxuosos que estapavam as revistas, como da Casa Alemã e do Mappin, que retratam o consumismo, novos produtos e áreas modernizadas, que passaram pelo embelezamento, alinharam suas fachadas e suas áreas internas, cederam ao ecletismo e à exposição com as vitrines.⁹⁷⁴

No entanto, o espaço midiático não é somente da elite e dos desejos da cidade idealizada, mas também da classe média e do proletariado, com a formação de diversos jornais operários. Sua visão vai de encontro à das principais revistas da capital, que retratam progresso,

⁹⁷⁰ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.), op. cit., p. 114-115.

⁹⁷¹ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 42 e 43.

⁹⁷² Idem, p. 46.

⁹⁷³ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho, op. cit., p. 115-116.

⁹⁷⁴ Idem, p. 116-117.

desenvolvimento e industrialismo harmônico, pois fazem uma crítica às condições de trabalho, lutam pela diminuição da jornada de trabalho, por melhores salários e direito a moradia, entre outros. Ao transpor ao mundo simbólico a cidade real, a crítica à fantasia não é bem aceita, por isso, alguns periódicos serão perseguidos e fechados.⁹⁷⁵ A maioria destes jornais operários circularam no Estado de São Paulo, cerca de 72% dos 343 de caráter operário, entre 1890 e 1923, resultado do industrialismo no Estado, inerente ao período. Sendo que uma boa parte destes impressos tinha origem estrangeira, vinculada obviamente a mão-de-obra migrante, que se fixou na ânsia de trabalho na cidade. Nos idiomas espanhol, alemão e principalmente em italiano, como Gli Schiavi Bianchi, Avanti, Germinal, La Barricata, La Perola dei Socialist, La Rebellion e tantos outros.⁹⁷⁶

A mídia no interior do complexo cafeeiro se constitui a partir do capital direto e indireto do complexo, que permitiu a consolidação do processo de modernização, de industrialização e a profissionalização da imprensa diária.⁹⁷⁷

No entanto, os impressos em sua maioria se caracterizaram por ser veículos partidários, que procuram vender o progresso do café, a urbanização, a higienização, o embelezamento e até revelar algumas problemas da cidade, como a greve. Mas não se propõem a transmitir a cidade real, trazendo à tona regiões da cidade onde a modernidade não chega, nas quais a fantasia passou muito distante da realidade. Fomenta-se uma a narrativa jornalística que deixa de lado as áreas e atores históricos periféricos, uma vez que seus instrumentos são porta-vozes da elite cafeeira, que deseja e fantasia a cidade ideal.⁹⁷⁸

Assim, em Ribeirão Preto, na Primeira República, havia 34 jornais, dos quais 12 eram italianos, demonstrando que o espaço da mídia não era delimitado somente pela elite. Todavia, somente dois se consolidaram como jornais diários e periodicidade regular, *A Cidade* e *Diário da Manhã*.⁹⁷⁹

O *Diário da Manhã* era um tabloide de quatro páginas, com seis colunas. As principais seções eram Câmbio, Editais, Telegramas, Solicitadas e “Miscellena”. O jornal *A Cidade* era um tabloide de quatro páginas com sete colunas, que se dividiam em notícias e publicidade. As principais seções eram: Sociaes, Agradecimentos, Teatros, Telegramas, “Miscelanea”, Loteria

⁹⁷⁵ Idem, p. 117-120; 126 e 127.

⁹⁷⁶ Idem, p. 128.

⁹⁷⁷ ROCHA, Paula Melani; ZAUITH, Gabriella. **Jornalismo e Modo de Produção:** Transformação dos impressos no nordeste do Estado de São Paulo. Campinas: Editora UNICAMP, 2014. p.52.

⁹⁷⁸ Idem.

⁹⁷⁹ Idem, p. 61.

Federal e Notícias de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Câmara Municipal. Não publicava fotografias, apenas representações em ilustração – normalmente, publicidade.⁹⁸⁰

Paziani considera que o jornal *A Cidade* representava os interesses políticos do agrupamento liderado por Joaquim da Cunha. Já o *Diário da Manhã* representava o agrupamento liderado por Francisco Schmidt. Ambos eram chefes políticos que representavam uma elite endinheirada diretamente e indiretamente pelo complexo cafeeiro, utilizando-se dos recursos do poder público e da mídia para seu benefício privado.⁹⁸¹

Usavam os jornais para encobrir de maus tratos impostos aos imigrantes, que incluíam até mortes, com reproduções das matérias de *O Estado de São Paulo* para vender um ideal de cidade, tudo para o bem-estar da fantasia e do progresso da incontida elite.

O primeiro caso de autopromoção pôde ser registrado no jornal *A Cidade*, em uma edição de 1912. Havia uma notícia travestida de propaganda, que apresentava a fazenda Dumont como um lugar ideal para a estadia de 120 famílias de imigrantes, incluindo habitação e tratamento, perfazendo uma narrativa bem distinta da realidade. Fazia-se necessária, então, uma antipropaganda ao crescimento midiático de maus tratos nas fazendas de café da cidade, produzido pelos imigrantes italianos e pela embaixada.⁹⁸²

No segundo caso, a mídia ribeirã pretana tinha um papel fundamental de encobrir os mandonismos da plutocracia cafeeicultora local. Uma vez que a imagem benfeitora e acessível desta plutocracia, é a que permite a permuta do clientelismo, do apadrinhamento e reciprocidade, com os grupos sociais menos abastados. E são estas práticas culturais que sustentam os elos de solidariedade da sociedade da primeira República. Então, o mandonismo, é um ato extremo da plutocracia cafeeicultora local, que ocorre quando os interesses privados ou as esferas de cordialidade não são atendidas. Desta forma, o ato do mandonismo, é continuamente encoberto pela mídia local para que os elos da solidariedade se mantenham em funcionamento.⁹⁸³ É o caso do crime de Cravinhos, em 1920. Iria Alves Ferreira, um dos principais cafeeicultores da cidade e figura importante do clã dos Junqueira, decide vingar-se do francês Alphonse Defforge, que se casara com uma de suas filhas na França. No entanto, Defforge era um caça-dotes, e isso faz com que a filha separe-se dele e volte ao Brasil. Defforge, todavia, vem ao Brasil para procurá-la, cometendo assim um erro fatal. Não havia sido perdoado por Iria, tampouco por seus

⁹⁸⁰ Idem, p. 65.

⁹⁸¹ PAZIANI, op. cit., 2005.

⁹⁸² Idem.

⁹⁸³ LEAL, Victor Nune.s **Coronelismo, enxada e voto** (O município e o regime representativo no Brasil). São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

jagunços, que jogaram seu corpo nas proximidades da Fazenda Pau Alto, com o rosto descarnado, orelhas e língua cortadas, mutilações no crânio, perfurações nas costas e no ventre. Para encobrir o caso, quatro suspeitos confessaram o crime e foram presos, mas os verdadeiros mandantes, Iria Alves Ferreira e o administrador de suas fazendas, Alexandre Silva, saíram ilesos, graças às suas relações com o poder político em âmbito estadual e nacional.⁹⁸⁴ Todavia, a ventilação do crime foi amplamente exposta e difundida na mídia paulistana, como em *O Estado de São Paulo* e *O Parafuso*, que cobravam das autoridades investigação e punição. Diferentemente da mídia local, que passou a relatar de forma superficial e em menor escala o ocorrido, procurando tecer um “laranja” para assumir o crime.⁹⁸⁵

E terceiro, a republicação de matérias dos jornais a Cidade e Diário da Manhã, em maiores periódicos como O Estado de São Paulo e Folha da Manhã para reforçar, reproduzir e fabricar a representação simbólica que celebram e dignificam a imagem da cidade e dos seus principais atores. Como o caso, da matéria de 23 de dezembro de 1928, qual procura vender a imagem de cidade luxuosa e comercial, sitia toda região e ainda a modernização passa até as esferas periféricas, como o bairro da Vila Tibério, comparando a região do Brás da Capital. E em homenagem, a atores históricos da cidade, como Schmidt e Luiz Parreira Barreto, nas matérias 13 de janeiro 1924 e a 23 de setembro de 1928.⁹⁸⁶

Já Tuon destaca outros periódicos que participaram da história da mídia de Ribeirão Preto, porém com alcance de curta duração como: *O Grêmio* (1904), *A Palavra* (1904), *A União* (1909), *O Porvir* (1910), *A Caréca* (1912), *A Reforma*, (1912), *A União Cristã* (1913), *O Repórter* (1913, 2ª fase), *Ribeirão Preto Ilustrado* (1914), *Urucubaca* (1917), *Sentinella* (1917), *O Phone* (1918), *Vida Ilustrada* (1918), *A Lanterna* (1920), *A Tarde* (1920) e *Almanack de Ribeirão Preto* (1927).⁹⁸⁷

Normalmente, esses periódicos eram veículos de descrição da vida cotidiana de Ribeirão Preto, como a *Vida Ilustrada*; de caráter comercial de venda de produtos e das imagens da cidade, como *Ribeirão Preto Ilustrada* e *Almanack de Ribeirão Preto*; vinculados a uma associação ou escola, como a *A Reforma*, que era a revista mensal dos estudos sociais do professor Otoniel Mota, a *Elite*, que era uma revista idealizada pelos estudantes do Ginásio do Estado, e a *A União Cristã*, instrumento de propaganda do movimento evangélico da cidade.

⁹⁸⁴ JORGE, Janes. **O crime de Cravinhos**: oligarquia e sociedade em São Paulo 1920-1924. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2004.

⁹⁸⁵ ROCHA, Paula Melani; ZAUIH, Gabriella, op. cit., p. 63.

⁹⁸⁶ **O Estado de São Paulo**, 23 de Dezembro de 1928, p. 10

⁹⁸⁷ TUON, op. cit., p. 100-102.

Havia também publicações de crítica, como é o caso do *Lanterna* e a *Tarde*, que fechou no mesmo ano com o processo de injúrias, e de escárnio e zombarias, como o *Urucubaca*, que foi fechado por ofender as diversas moças consideradas “de família”.⁹⁸⁸

Por fim, havia a mídia imigrante, com publicações como *L'Unione Italiana*, (1896 a 1897), *La Tribuna* (1896 a 1897), *Il Corrieri Italiano* (1904 a 1905), *L'Eco Italiano* e *Il Messagero* (1906), *Lo Scudiscio* (1908), *La Voce degli Italiani* (1914).⁹⁸⁹

Esses periódicos normalmente tinham o papel de criticar e descrever as condições de maus tratos dos colonos imigrantes nas fazendas de Ribeirão Preto, por isso, eram rapidamente fechados por processos judiciais. Desta forma, tinham uma curta duração, no entanto, para dar uma sobrevida a esses jornais, continuavam trocando o nome e o dono, como no caso dos jornais de Carlos Torres, que passou de *Il Corrieri Italiano*, para *L'Eco Italiano*, e de Alfredo Farina, que passou de *Il Messagero* para mais trade *Lo Scudiscio*.⁹⁹⁰

Portanto, havia perseguição da elite aos periódicos migrantes, pelas revelações, críticas e por uma aversão a outra língua, forçando os periódicos a mudar constantemente de nome, o que dificultava a manutenção de uma estrutura de jornal pelos custos de produção e distribuição.⁹⁹¹

A última ferramenta midiática em análise são os almanaques, que foram trazidos para o Brasil importados de Portugal, neles estão fomentando uma cultura de celebrar e evidenciar um fato, seja da cidade ou do espaço rural, de informações de farmácia, a um diário literário. Se agregando à cultura brasileira como um objeto da cultura material impressa, “publicitando” seus valores, seus ideias e suas ressonâncias da memória,⁹⁹² como Botrel define: “Por outro lado à fragmentação, por outro, a memória reativada. A concepção de almanaque cobre e recupera práticas e saberes dos mais antigos aos mais imediatos”.⁹⁹³

Essa cultura material e da memória do almanaque acompanha informações cotidianas da história brasileira, como enciclopedismo e receitas práticas culinárias, que permitem ao historiador ser espectador da ressonância e dos ecos da história passada.⁹⁹⁴

⁹⁸⁸ Idem, p. 100-102.

⁹⁸⁹ Idem, p. 103 e 104.

⁹⁹⁰ Idem, p. 103-106.

⁹⁹¹ Idem, p. 106.

⁹⁹² BOTREL, J. F. op. cit. p. 18.

⁹⁹³ Idem, p. 17.

⁹⁹⁴ Idem, p. 17-18. Também presente nos Almanques Europeus, como demonstra Park.. PARK, Margareth Brandini. **Histórias e leituras de almanques no Brasil**. São Paulo Mercado de Letras, 1999. p. 59

Contudo, no processo de modernização, do início do século XX, no Estado de São Paulo, se torna um importante vendedor, dignificador e anunciador de um possível estado de modernidade das cidades do interior paulista. Por isso, Arrovani vai afirmar:

O almanaque assim “vende” a cidade, divulga, exalta, consagra. Sua leitura de fácil manuseio contém a “essência” local, colabora para o espírito de conquistas e situa o momento presente em suas novidades.⁹⁹⁵

Ressignificada para ser um instrumento de divulgação da cidade idealizada, como conceitua Pesavento, uma cidade só existe no discurso idealizado e de desejo da elite.⁹⁹⁶

Por isso, o almanaque será a representação do Fausto, de Goethe, pois com todas as suas forças tentará pôr fim aos símbolos arcaizantes para centrar o moderno, o novo e seu sonho onírico, construído no seu discurso modernizante. Contudo, como Ferreira destaca, o almanaque será uma dicotomia do moderno e do arcaico, o jogo do velho e do novo de Berman:

O almanaque comporta e nos traz sempre a ideia de uma grande modernidade. Até o modo que se conjugarem os fragmentos e mais palavras-imagem-ideia, apesar de seu assentamento em tradições já arcaico ou arcaizantes.⁹⁹⁷

O almanaque se propõe a ser um verdadeiro inventário da cidade, um indicativo dos seus principais representantes sociais e econômicos, conjunto de uma descrição da sociedade e sua história. Contudo, seu discurso é marcado por símbolos ideológicos que denotam tons ufanistas e modernizantes, em um desejo de construir uma imagem ideal da cidade e de sua elite perante a região.⁹⁹⁸

Então, os almanaques do interior paulista permitem ao historiador uma análise única, pois propõem a representação da cidade vivida, nos registros da localidade, do cotidiano da vida social e econômica, com traços ufanistas. Pois os estilos dessas publicações são constituídos de um inventário que demonstra quem é quem no cenário social e econômico na localidade, representando os titulares de negócios, os empreendimentos privados ou coletivos, as imagens da cidade, suas estruturas e atividades da vida local em dado momento, “inteirados do que se compra e vende no comércio local e tipo e a quantidade de serviços e equipamentos

⁹⁹⁵ ARROVANI, op. cit., p. 4.

⁹⁹⁶ PESAVENTO, Sandra, op. cit., p. 392.

⁹⁹⁷ FERREIRA, Jerusa Pires. Almanaque. In: MAYER, M. (Org.). **Do Almanak aos Almanques**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

⁹⁹⁸ OLIVEIRA, Maria Coleta. Os Almanques de São Paulo como uma Fonte para a Pesquisa. In: MAYER, M. (Org.). **Do Almanak aos Almanques**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 23 - 24.

de educação, saúde, cultura etc.”.⁹⁹⁹

Para Oliveira, eles permitem relatar as características das atividades do passado vivido e da memória: “Almanaques permitem formar um quadro acerca da diversidade das atividades urbanas, permitindo uma aproximação bastante concreta das características das cidades do interior do passado”.¹⁰⁰⁰

Além de exteriorizar os padrões estéticos da elite cafeeira e da representação de como a cidade deve ser apresentada, produzida e formada pelos paradigmas da modernidade:

Ideais estéticos e de conforto da época encontram eco nas elites interioranas, estimuladas a promover iniciativas de embelezamento urbano, ao mesmo tempo em que criam oportunidades de investimento para capitais privados. Construção de praças, calçamento de ruas, renovação e expansão imobiliária, além da iluminação pública e doméstica e da telefonia.¹⁰⁰¹

E também amplia as vozes da cidade do interior paulista, haja vista que o almanaque é constituído por diversos segmentos da cidade, permitindo com mais consistência nos rememorar o cotidiano da vida urbana e entender os interesses locais do espaço da cidade.¹⁰⁰²

Esse descritivo de almanaques é característica do interior do Estado de São Paulo, que constitui uma rede de empresas que se especializam em fazer almanaques para vender a imagem da modernização de pequenas e médias cidades. Para isso, se propõem a fazer um panorama histórico da cidade, da economia do campo e da cidade, e seus principais espaços privados e públicos.¹⁰⁰³ Como exemplo, o jornalista Antônio Dias Mello, de *O Globo*, organizou e editou diversos almanaques no interior paulista, em cidades como São Carlos, Piracicaba, Jaú e Ribeirão Preto.¹⁰⁰⁴

Em Ribeirão Preto, os almanaques serão difundidos na Primeira República como uma prática dos jornais do período, que os utilizam como brinde para alcançar mais assinantes.¹⁰⁰⁵ Essa prática pode ser observada nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã* e na *Revista de Comércio e Indústria*, bem como no jornal *Diário da Manhã*, de Ribeirão Preto. Alguns almanaques são idealizações de uma tipografia, que procura arrecadar o comércio

⁹⁹⁹ Idem, p. 23.

¹⁰⁰⁰ Idem, p. 23-24.

¹⁰⁰¹ Idem, p. 24.

¹⁰⁰² Idem.

¹⁰⁰³ OLIVEIRA, op. cit. 23-24.

¹⁰⁰⁴ MELLO, Antonio D. **Almanaque de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Diário da Manhã, 1927.

¹⁰⁰⁵ TRIZOTTI, Patrícia T. Almanaque: história, contribuição e esquecimento. **Dialogus**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, 2008. p. 308

publicitário, como se observou no *Almanaque Ilustrativo de Ribeirão Preto* de 1914. Eram usados também para promover e idealizar a cidade, como é o caso do almanaque de Guião de 1922. Por fim, para celebrar uma data festiva, como foi o *Almanaque do Centenário da Independência do Brasil*.

Portanto, o almanaque é um importante instrumento do estudo do discurso urbano para entendermos o processo de modernização do interior do Estado de São Paulo no século XX. É um retrato da vida diária da cidade, contudo idealizado pelo seu caráter publicitário, formando-se então um testemunho do passado, que tenta captar o seu presente, expressos na mídia descrita. Sendo assim, cabe ao historiador compreender esses discursos para enxergar uma possível realidade do passado quando desfaz as máscaras simbólicas que envolvem sua real imagem.

3.4 Conclusão: entre espelho e a cidade-desejo: possíveis ressignificações da memória

O processo de modernidade promoverá a ressignificação das representações simbólicas vinculadas à cidade por meio de um grupo social que impõe seu desejo, sua nova referência do novo, que serão veiculadas pela mídia e em suas representações materiais segundo a construção da cidade exposição, tanto em São Paulo e Ribeirão Preto. Para isso, a cidade exposição se constitui de novos signos e a referência de sua própria imagem, que são a “exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito”.¹⁰⁰⁶ Então, esta escrita é orientada tanto na constituição de uma nova memória da cidade, como também pelo desejo de ser moderno pelos grupos abastados. Assim, a literatura da cidade permite ouvirmos os ecos da fomentação de um discurso interno próprio de um grupo social.

Pois, como demonstramos, a década de 1920 foi marcada pela introdução de novos padrões de consumo, por uma onda agressiva publicitária, pela difusão do ensino e da produção de instrumentos de leitura, pelo crescimento das práticas desportivas, pela criação do mercado fonográfico e pela ampliação dos espaços do entretenimento e do prazer, que segue pelas roupas leves, curtas e sensuais.¹⁰⁰⁷

As novas práticas seguiram no circuito do complexo cafeeiros, chegando a Ribeirão Preto para amoldar a fantasia e a representação da modernidade, quer na representação da cidade-exposição quer na da cidade-desejo.

¹⁰⁰⁶ LE GOFF, op. cit., p. 457.

¹⁰⁰⁷ SEVCENKO, op. cit., p. 36-37.

Nesta onda de novos sentidos, os discursos dos grupos urbanos, para Foucault, permitem demonstrar: “[...] a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que formam parte das práticas sociais”.¹⁰⁰⁸ Ou seja, esses grupos estão predispostos a poder se divulgar, vender esta imagem de moderno dentro da mídia, que remonta à linguagem do moderno de forma experimental, tentando projetar-se de forma ideal.¹⁰⁰⁹

As novas produções mentais, formadas na literatura urbana, permitem retomarmos a tarefa primordial do historiador, segundo Chartier, que é de resgatar as representações do aparelho mental, sem torná-las anacrônicas. Estas produções são relacionadas ao sistema de crenças, valores, representações do mundo social. Esses aparelhos não são naturais, mas construções culturais, que objetivando podemos entender a figura original do sujeito histórico. Contudo não podemos reduzir ao sistema universal, generalizando, mas propondo num espaço significativo e próprio. Assim entendendo os signos da cidade representação e de si mesmo, quando acompanhamos o sentido da modernidade em estudo localizado, mas sem relevarmos as relações macros, configuradas no circuito do Complexo Cafeeiro.¹⁰¹⁰

A literatura urbana em que evidenciaremos a cidade-desejo está fomentada na análise de Almanques de Ribeirão Preto, que será o fio que nos conduz a essas vozes passadas, que nos permitem vivenciar os novos símbolos da modernidade. Os desejos refazem a memória nos signos relacionados à cidade ou a seus atores históricos, como destaca Botrel:

O almanaque comporta e nos traz sempre a ideia de uma grande modernidade. Até o modo que se conjugarem os fragmentos e mais palavras-imagem-ideia, apesar de seu assentamento em tradições já arcaicas ou arcaizantes.¹⁰¹¹

Portanto, a memória coletiva tem como objetos os documentos/monumentos e o eco sonoro (da memória viva), que são a vivacidade dos problemas e questões da modernidade no processo social, apresentadas na memória coletiva presente nos almanques, na escrita urbana.¹⁰¹²

Então, demonstraremos o processo de ressignificação da memória na construção do moderno, que são representações simbólicas da cidade-desejo, primeiramente por meio do diálogo entre os Almanques de 1914 e 1922 e, posteriormente, o Almanaque de 1927.

¹⁰⁰⁸ FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998. p.16.

¹⁰⁰⁹ LEFEBVRE, op. cit., p. 226.

¹⁰¹⁰ CHARTIER, op. cit., p. 30-32.

¹⁰¹¹ BOTREL, op. cit., p. 20.

¹⁰¹² LE GOFF, op. cit., p. 473-475.

O diálogo entre o *Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto*, de 1914, e *O município e a cidade de Ribeirão Preto na comemoração 1º centenário da independência Nacional (1822 - 1922)*, de 1922, é de suma importância para evidenciarmos como a memória da cidade e dos atores históricos serão ressignificados, criando uma dualidade de imaginários. Já o Almanaque de 1927 nos permitirá apontar não só a referência de novos signos, mas sua permanência, que permitiu criar uma nova imagem hegemônica da cidade.

A primeira função discursiva a que se propõe o almanaque de 1914 é sintomática das imagens que Ribeirão fazia de si, racional e progressista, ou seja, está trazendo a cidade-desejo pintada por símbolos modernos¹⁰¹³. Como observamos na introdução do almanaque:

[...] portanto, o “alamanch de Ribeirão Preto”, obedecendo a fatal influência do meio em que se vê a luz, operamos, há de se melhorar, melhorar sempre, obedecendo a esta lei indiscutível, a lei da evolução. [...] dedicado a nossa ilustre edillidade, aos nossos progressistas agricultores, a industria, ao commercio, ao povo de Ribeirão Preto [...]¹⁰¹⁴

Além disso, busca demonstrar primordialmente como o moderno é representado no campo, e para isso apresenta as principais fazendas de Ribeirão Preto, correlacionando-as aos símbolos das máquinas do campo, fazendo assim do fazendeiro o principal agente desta modernidade. Então, o fazendeiro e as máquinas se tornam uma coisa só, símbolos da memória da modernidade, como indica Chartier: “a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo á memória e “pintá-lo?” tal como é”.¹⁰¹⁵ Então, é este o “tom” que orienta o almanaque, realçando-se as proezas e o progresso alcançados pelos grandes cafeicultores da cidade, como Schmidt, Íris Alves Ferreira, Maximiano Junqueira, Arthur Diederichsen e Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.

Desta forma, o texto revela uma dupla discursividade da memória do moderno. À primeira vista, vincula o progresso à empreitada pessoal dos “coronéis”, como no caso de Schmidt, que possui “gênio inato ou natural”; “um vulto que pertence a essa espécie de homens superiores, que tudo vencem”.¹⁰¹⁶ Em seguida, se mistifica sua personalidade, que o torna um ser único, superior, evoluído, símbolo do progresso. Este discurso se repete em relação a Íris, chamada de mulher “beneficente”, amiga dos menos favorecidos, que personifica “a virtude da

¹⁰¹³ PESAVENTO, op. cit., p. 392.

¹⁰¹⁴ ALMANAQUE ILUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO, op. cit.

¹⁰¹⁵ CHARTIER, op. cit., p. 74.

¹⁰¹⁶ ALMANAQUE ILUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO, op. cit.

mulher brasileira”.¹⁰¹⁷ Maximiano é chamado de “grande agricultor” e “industrial”, e o autor considera insuficientes as páginas do almanaque para apresentar suas proezas modernas.¹⁰¹⁸ Já Antônio Diederichsen era o grande empreendedor do café na região, e desfrutava da imagem de “democrata” de “sentimentos nobres”.¹⁰¹⁹ Por fim, Quinzinho, um homem de “esforços incansáveis” e “benemérito inteligente”.¹⁰²⁰

A segunda função discursiva vinculava a ideia do progresso não à pessoa, mas à complexidade inata de sua fazenda, que é a própria extensão desse progresso. O moderno perpassava todas as fases do processo de produção do grão a ser exportado. Na fazenda de Quinzinho, havia sua máquina de beneficiar café, a mais moderna que existia, movida a energia elétrica, além da água canalizada e da ferrovia lhe rasga o chão. Ou seja, tudo se vincula à memória do moderno.

Contrapartida, as matérias sobre as classes urbanas, como a casa de comércio Notre Dame Pariz e Serralharia Serra & Cia., estão pautadas no discurso técnico, em que o comércio da Notre Dame, vende, como é seu material e seu estabelecimento, não vai haver o cuidado de retratar essa imagem interligada a modernidade e ao progresso, como havia com os heróis plutocratas cefeicultores.

O papel central do cafeicultor também podia ser visto na malha urbana, pois ele é o patrocinador da urbanização. A cidade passou a ser lugar de negócios e desfrute por parte dos cafeicultores, com os seus cassinos, teatros, casas de comércio de luxo, charutarias. Por isso, essa representação moderna da cidade é revelada e constituída de forma impositiva, e a ideia de moderno vai se difundindo por meio da mídia, construindo-se um imaginário coletivo de moderno, que, assim, vincula-se à proposição da memória do moderno.

A década de 1920 em Ribeirão Preto é um período de avanço do centro urbano, que chega a ter 5.100 prédios, 137 indústrias, cerca de 700 casas de comércio e por volta de 200 casas de serviços. Por isso, observaremos na vivacidade da história novas vozes sendo expressas, condizentes com a memória do espaço urbano, da indústria e do comércio, que ecoam sua parcela de posição da modernidade. Como já indicamos, o moderno é uma imposição da mídia, então esses novos agentes se posicionaram por meio dela para adentrar na referência de modernidade, trazendo, segundo Benjamim, o sempre-do-mesmo, resignificando no sonho onírico o desejo deste grupo social urbano de se vender, representar, criando uma nova imagem

¹⁰¹⁷ Idem.

¹⁰¹⁸ Idem.

¹⁰¹⁹ Idem.

¹⁰²⁰ Idem.

da memória coletiva sobre si e o moderno.

No almanaque de Guião percebemos a construção de um discurso interno, permeando redes de dignificação, honraria e divulgação da cidade. Essas redes são constituídas pela dicotomia do espaço urbano e rural.

Guião começa descrevendo em seu almanaque o espaço urbano e sua estrutura de instrução, indicando seus números de escolas e alunos, que eram formados desde os Ginásios estaduais às escolas do comércio¹⁰²¹. Correlacionando com estes números estão também os profissionais liberais: como médicos, dentistas, advogados entre outros. Para assim justificar a representação de uma cidade urbana e civilizada, por meio da racionalidade da instrução e progresso das atividades urbanas.¹⁰²²

A urbanidade era um dos sintomas da modernidade, e estava ligada à civilidade e à nacionalidade, que por sua vez era representada pelas associações urbanas, como Legião Brasileira e Recreativa, que eram um reduto da elite. A primeira investia na conscientização moral e cívica por meio de conferências e comemoração de datas festivas. Já a Recreativa tinha o desejo de difundir o “espírito civilizado” e de estreitamento de ambiente familiar, promovendo conferências científicas ou sociológicas e eventos como bailes de comemoração da passagem do ano, bailes de fantasias no carnaval e afins.¹⁰²³

Em seguida, aponta os elementos da esportividade da municipalidade, uma vez que o esporte também foi apropriado com uma das simbioses da modernidade. Destaca, assim, os clubes desportivos, como Botafogo, Palestra Itália, União Operária e, principalmente, o Comercial, que na década de 1920 tinha inaugurado sua nova sede, que contava com campo de futebol, arquibancada coberta para quase 2 mil pessoas, piscina olímpica e quadra de tênis. A Associação de Empregados tinha um importante departamento de atletismo na cidade, e comumente participava dos eventos desportivos do Estado.¹⁰²⁴

Relatava ainda os novos hábitos da urbanidade, representado pelas principais casas de entretenimento, como Cassino Antártica, Teatro Carlos Gomes, Cinema Ideal, Central Cinema e Cinema Rio Branco – contudo, não destaca a penúria que elas apresentam neste período.¹⁰²⁵ A difusão da música erudita europeia é outro aspecto destacado, já que a produção clássica de

¹⁰²¹ Veja no capítulo 2.5, a relação detalhada de escolas e aluno neste período.

¹⁰²² Lembrando que a civilidade segue a raiz *civilis*, que remete a urbano, polido e cortês, seja na representação de uma pessoa ou de um produto da sociedade ideal; GUIÃO, op. cit., p. 25-26.

¹⁰²³ Idem, p. 26.

¹⁰²⁴ Idem, p. 26-27.

¹⁰²⁵ Idem, p. 30.

Verdi, Puccini, Mascagni, Franz Lehar, Chopin, Beethoven e Max Roger é levada a termo pelas bandas Filhos de Euterpe e Independência e pela orquestra organizada por 30 professores, além da Sociedade de Concertos Sinfônicos e dos pianistas Dr. Dário Guedes e Ophelia do Nascimento.¹⁰²⁶

Então, as representações da urbanidade e seus hábitos são o demonstrativo do desejo de serem encontrados elementos que remontem à modernidade e ao estado de civilidade da cidade.

Posteriormente, descreve-se também o importante papel da higienização, mais uma importante característica da urbanidade e civilidade, agora da linha hausmaniana, que representava o modelo ideal da cidade, o denominado espelho. A higienização é apresentada de forma factual, com provas relatadas em uma matéria do *Jornal da Cidade* sobre Ribeirão: “De todas as cidades do mundo, Ribeirão Preto é, sob ponto de vista médico a que desperta o mais vivo interesse [...] E a hygiene triumphou [...] a mais esplendida victoria continua em Ribeirão Preto [...] Não foi só a febre amerela que se extinguiu como a caça aos mosquitos [...] isto deve-se como resolveram problemas de epidemias, doenças”¹⁰²⁷ Tenta-se submergir a figura de civilizado e ordeiro que a cidade se apresenta com a resolução dos problemas de saúde pública, deixando-se de lado toda a precariedade que se encontrava nos bairros do Retiro, Vila República e Santa Cruz de Jacques, entre outros. Era comum os almanaques serem um instrumento do processo de civilidade, já que se propunham a realçar as suas qualidades.¹⁰²⁸

Então, essa imagem irreal do homem e da cidade fomenta uma autoimagem idealista do que o homem e a cidade devem ser.¹⁰²⁹ É o resultado da interiorização¹⁰³⁰ dos conceitos “politesse” e “civilité” que circulavam na economia-mundo, e direcionam os apropriados significantes da “civis” e “civilis, que promovem uma “limpeza” e restringem as funções corporais do corpo, criando qualidades específicas de refinamento social.¹⁰³¹

No ponto de vista econômico urbano, Guião tenta imputar novos signos, recorrências das novas vozes do espaço urbano, como percebemos na sua descrição econômica da cidade:

A cidade já conquistou para o seu desenvolvido commercio a vida activa e itensa dos habitantes [...] Ribeirão Preto – agrícola - e comercial - vai agora passando para a

¹⁰²⁶ Idem, p. 28-29.

¹⁰²⁷ GUIÃO, op. cit., p. 30-31.

¹⁰²⁸ Como já retrata PARK, op. cit., p. 29-30 e 70.

¹⁰²⁹ ELIAS, op. cit., p. 238.

¹⁰³⁰ Processo destacado por Chartier, do assujeitamento do grupo social: “ênfatizando os esquemas ou os conteúdos de pensamento que, mesmo que sejam enunciados sobre o modo individual, dependem, na verdade, dos condicionamentos inconscientes e interiorizados que fazem com que um grupo ou sociedade”. CHARTIER, op. cit. p. 35.

¹⁰³¹ Idem, p. 51, 52 e 69.

phase industrial; e então completar-se como cidade moderna a disputar um lugar de honra no civilisção. [Dando] [...] continuo progredi.¹⁰³²

Observa-se que o primeiro foco é enaltecer o movimento do comércio, algo que ocorria por haver mais de 700 casas comerciais na cidade, por isso, a atividade é dignificada pelos signos “intensos” e “ativos”, além de se igualar sua representação com a da agricultura. Neste sentido o almanaque se propõe a dar um novo significado à cidade, uma nova imagem, que interliga-se ao movimento do comércio e a estruturação da indústria, visto que o discurso faz parte da prática social, e sua orientação estratégica, se propõe a rememorar, a representação do moderno, que visa reconhecer uma identidade social e assim, exibir uma maneira própria ao mundo social, a cidade urbana e comercial.¹⁰³³

A indústria será personificada na imagem de Flávio Uchôa, que carrega consigo representações da civilidade, como o empreendedorismo: “Flavio Uchôa é autor dessa transfiguração do meio agrícola do interior paulista, em um centro industrial de primeira ordem [...]”.¹⁰³⁴ Torna-se o novo “rei” do progresso, antes visto pelos reis do café, agora substituído por uma imagem urbana e industrial. Esta nova simbologia era carregada pela credibilidade de Chateaubriand, um dos principais jornalistas do período, que já havia trabalhado nos principais jornais do Brasil e editava a matéria em seu novo jornal, recém-comprado, o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro,¹⁰³⁵ mediante o qual difundia essa nova representação sua e da cidade.

A nova representação simbólica, opera-se na luta de substituir a memória social, que para isso usa a estratégia de utilizar de grandes referências acadêmicas.¹⁰³⁶ Como o caso de utilizar a matéria Chateaubriand no almanaque, almejando extrair a credibilidade e prestígio de sua imagem social, para assim cultivar novos tons, de modernidade para a cidade de Ribeirão Preto, como um espaço urbano e industrial.

Além disso, a preocupação de reproduzir matérias era para que as novas representações simbólicas pudessem ganhar hegemonia, a partir de ser contado e recontado no imaginário

¹⁰³² GUIÃO, op. cit., p. 35.

¹⁰³³ CHARTIER, op. cit., p. 169.

¹⁰³⁴ GUIÃO, op.cit., p. 37.

¹⁰³⁵ Formado em Bacharel de Direito, pela Faculdade de Recife. Trabalhou nos principais jornais da capital e de São Paulo, como *A Época*, *Jornal do Commercio* e *Correio da Manhã*. Trabalhou no *Jornal do Brasil* do Rio de Janeiro e também na edição vespertina de *O Estado de São Paulo*. Foi correspondente internacional do *Correio da Manhã*, viajando pela Suíça, Inglaterra, França, Holanda, Itália e Alemanha.

¹⁰³⁶ Comum na estruturas discursivas dos almanaques, como trata PARK, op. cit., p. 70.

social, por isso aperecerá em diferentes periódicos¹⁰³⁷, para assim assumir sua força e seu efeito. Como observa Chartier:

[...] transformam-se em lutas simbólicas – isto é, em lutas que têm as representações por armas e por objetivos. A imagem tem esse poder pois “opera a substituição á manifestação exterior onde uma força aparece apenas para aniquilar outra força em uma luta de morte, signos da força ou, antes sinais e indícios que só precisam ser vistos, constatados, mostrados, e depois contados e recitados para que se acredite na força de que são os efeitos[...].¹⁰³⁸

Por isso, também serão recontados nas revistas paulistanas *Careta* e *Fon-Fon*. A primeira revista vai destacar o avanço de desenvolvimento, mas com um caráter apenas descritivo, ao reproduzir o discurso de Meira Júnior, que procura valorizar, dignificar e vender o novo signo da cidade industrial e seu novo representante da modernidade.¹⁰³⁹ A segunda destaca que a Metalúrgica de Ribeirão Preto representa a independência econômica do Brasil frente às economias centrais, e como tal é a referência do expoente do progresso industrial do Estado.¹⁰⁴⁰ Esta perspectiva é condizente a ata da Reunião da Sociedade Paulista de Agricultura de 27 abril de 1920, vinculada no jornal *O Estado de São Paulo*, conta que a iniciativa da Metalúrgica é de suma importância para a independência da economia brasileira, parabenizando o ato “nacionalista” e “progressista” de Flavio Uchôa pelo empreendimento, um exemplo do modelo de progresso que o Brasil deveria seguir.¹⁰⁴¹ Cristaliza-se, então, não só a nova representação da cidade de Ribeirão Preto, como a de progresso, como já apontamos, e situa-se o conceito do avanço interligado à ação específica da evolução da ciência, da civilização e da busca do gênero humano pela felicidade. Dota-se, enfim, a Metalúrgica do signo e da imagem de seu Fausto, empreendedor do novo.

Trata-se de um mundo goetheano, que Nicolau Sevcenko considera o mundo técnico da modernidade, que remodela os usos e os espaços segundo as suas demandas específicas.¹⁰⁴² Já a Sociedade Paulista de Agricultura condicionava a vocação agrícola à modernidade, que por sua vez estava atrelada aos instrumentos mecanizados no campo. A atividade agrícola destinava-se ao novo modelo de progresso, utilizando seu espaço da mídia para dotar a modernidade de seus signos a seu bel-prazer.

¹⁰³⁷ Matéria seria reproduzida tanto no Jornal do Comércio do Rio, como nos Almanques de Guião e Mello.

¹⁰³⁸ CHARTIER, op. cit., p. 170.

¹⁰³⁹ Revista *Careta*, 04 nov. 1922, n. 250, ano XV.

¹⁰⁴⁰ Actas das sessões da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. N.10. 1917-1922. p. 388-394. Reproduzidos na Revista *Fon-Fon*, nov. 1922, n. 44, ano XVI.

¹⁰⁴¹ *O Estado de São Paulo*, 27 abr. 1920, p. 4.

¹⁰⁴² SEVCENKO, Nicolau, op. cit., p. 45-46.

O almanaque de Mello ainda destacava Flavio Uchôa, que já apontamos, como presidente da CIA de Força e Luz, e Metalúrgica, que representava a simbiose que a capital paulista assume na década de vinte, uma interligação de todo tipo de ramos econômicos, seja industrial, cafeeiro, comercial, prestador de serviço, entre outros. Como observamos na listagem dos acionistas da Empresa de Força e Luz e Metalúrgica. Indicando que não dá para darmos rótulo a esse tipo de capital, como é feito costumeiramente, no entanto, demonstra que a multiplicidade empreendedora que a capital paulista assume está provavelmente interligada na nova referência do desejo da modernidade e do progresso.¹⁰⁴³

Também teremos a ilustração de outras indústrias de porte nacional, como a Antártica e a Paulista, que complementam a nova significância da cidade para uma fase industrial, como Guião representa: “vai agora passando para a phase industrial”.¹⁰⁴⁴

Perspectiva esta que se vê referendada pelo discurso e pela política da Câmara Municipal, como observamos no projeto e discurso de Camillo Mattos, o primeiro que dá continuidade ao desejo de tornar a cidade industrial. Para isso, propôs uma política de isenção e subvenções às indústrias, que foi aprovada de forma unânime:

Atendendo a grande desenvolvimento comercial, agrícola e mesmo indústrial a que ultimamente tem atingido este Município; tendo em consideração e progresso constante [...] trabalhando com empenho para que seja ela dotada de grandes indústrias e desenvolvido Comércio, - indico que a Prefeitura faça público, divulgando com o maior empenho que esta Câmara, se obriga a auxiliar na medida do possível e ao seu alcance as indústrias que aqui se estabelecerem que ocupem materias primas nacionais, auxiliando a Câmara, material e moralmente com as subvenções e isenções que forem possíveis.¹⁰⁴⁵

Por indústrias que forem “possíveis” entenda-se aquelas que realmente trouxessem amplo impacto na cidade, de números de operários e sistema de maquinário, ou seja, auxiliando-se somente programas de indústrias, e não de oficinas. Sendo assim, estimula-se a entrada da indústria de médio e de grande porte, relegando-se as pequenas oficinas, que eram maioria na cidade, à marginalidade. Pois a fantasia não se alinha a todos, mas somente àqueles que apresentam elementos suficientes para transitar nela, e não a desperta para a realidade.

Assim, é revelada a cidade-desejo, que é o reflexo dessa memória de modernidade dos grupos urbanos, e seus desejos codificados em novas representações implantados na identidade da cidade, como informa Pesavento:

O que equivaleria dizer, em outras palavras, que as “cidades ideais” só têm sentido

¹⁰⁴³ VEIGA, op. cit., p. 93 e 94; 103 e 104.

¹⁰⁴⁴ GUIÃO, op. cit., p. 35.

¹⁰⁴⁵ Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1922-1929, p. 157-158, aprovação está relatada na página 177.

com referência às “cidades reais”, que, com a sua concretude, reprocessam e ressemantizam discursos imagens, reciclando práticas de acordo com as suas necessidades [...]¹⁰⁴⁶

No campo econômico rural, Guião propõe emitir uma nova representação simbólica, para participação da agricultura no município, uma vez que, com o início da crise do café, tanto pela praga de 1919 como por conta da crise do valor da saca cafeeira, a produção não será mais a mesma da década anterior, por isso, era preciso imprimir uma nova referência à cidade.¹⁰⁴⁷

Sua reestruturação simbólica centra-se em tornar a cidade um polo agrícola, que utilizará o signo de “policultor” – ou, poderíamos acrescentar, a forma contemporânea de um centro do agronegócio. A observação de Guião demonstra: “Falhando os lucros do café, o fazendeiro recorreu a outras culturas – ao algodão, a canna de açúcar, aos cereais e a indústria pastoril”.¹⁰⁴⁸ Esa representação também pode ser encontrada em *Os Municípios Paulistas* de 1925, com o mesmo sentido simbólico: “[...] não só para a cultura do café, como para a do algodão, canna de açúcar, fumo e cereais”.¹⁰⁴⁹

A política foi seguida pelo município, pois apontava um desejo coletivo de criação de um novo significante e de novas redes que garantissem lucro, que agora o café não mais garantia. Estimula-se a plantação de novas culturas, como algodão, como observamos na Ata de 1917-1922, que apontou na produção de algodão uma saída para a crise do café. As perdas não seriam recuperadas, se não se estimulasse a implantação de máquinas de beneficiar algodão, já que só a máquina do antigo Banco Construtor não dava conta. Para isso, a prefeitura garantiu a inserção para instalação das máquinas.¹⁰⁵⁰

Isso resultou na cristalização de uma nova mentalidade, reforçada por Guião, que aponta o ideal da cidade-desejo: “[...] a produzir os elementos econômicos que hão de intensificar cada

¹⁰⁴⁶ PESAVENTO, op. cit., p. 186.

¹⁰⁴⁷ A praga indicada por GUIÃO, João, op. cit.; queda produtiva demonstrada por LOPES, 2000, p. 86; queda do valor da saca do café apresentada por VILLARES DUMON, 1933.

¹⁰⁴⁸ GUIÃO, op. cit., p. 48. Crise que já foi apontada no trabalho no capítulo demonstrando a redução da produção de café do município e de seu valor internacional. Como é abordado também na década de 1920 na Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1917-1922, p. 28. “[...] a presente safra de café, forçosamente será sacrificada se medidas não fossem tratadas que viriam a amparar contra as previstas especulações mercantis resultantes municipalmente da diminuição de mercados. Neste sentido a sociedade nacional de agricultura assumi couro a sociedade promotora da despesa do café, recentemente fundada na capital, já oficiaram ao senhor presidente da república pedindo a sua cooperação no sentido de serem decretadas medidas urgentes que possam salvar guardar os interesses da lavoura”. Em 1921, a crise continuou, apontando um cataclisma de 30% de perdas, por causa da flutuação do valor internacional, que levou pedido dos cafeicultores de isenção de imposto, qual foi negado pela câmara Estadual, mesmo com apoio da câmara e da prefeitura”. Idem, p. 93-94.

¹⁰⁴⁹ EGAS, op. cit., p. 1546.

¹⁰⁵⁰ Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1917-1922, p. 102-103; 118

vez mais o commercio do municipio e estender a bela cidade, que côroa de glória este centro agrícola, como a capital agricola do Brasil”.¹⁰⁵¹

Guião termina apresentando uma tabela dos principais produtores de café, como Schimdt, Dumont, a família Junqueira, Dona Íris Pereira e Francisca Silveira, demonstrando assim a importância na representação simbólica do café, mas não mais sozinha e centralizada, como no Almanaque Ilustrativo de 1913.

Por isso, ressaltamos não a eliminação do café como representação, mas procuramos identificar as outras vozes conjuntas que lutam pelo espaço da representação e da identidade na perspectiva do moderno e da cidade ideal, que exterioriza a memória social,¹⁰⁵² demonstrando, assim, uma dicotomia simbólica do moderno no município, urbano e rural, que é reflexo do novo sentido de modernidade na memória.

Portanto, observamos uma dualidade do moderno, que se inicia no campo e depois se desloca também para o espaço urbano, com a necessidade de dar voz aos novos grupos econômicos. Difundida por meio da mídia, a modernidade ressignifica a memória social trazida pelo sonho onírico, torna-se uma nova representação do grupo e da cidade, como uma mercadoria, para denotar no imaginário coletivo uma nova memória de modernidade. Chartier apresenta como essas representações fomentam novas identidades: “A atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade”.¹⁰⁵³

A circulação das novas representações simbólicas pode ser observada no Almanaque de Antônio Dias Mello, fomentando sua permanência e ao mesmo tempo a hegemonia sobre a referência da cidade e dos novos grupos sociais. Prática exteriorizada no tecido do discurso, alinhada à rede da mídia, para reconfigurar as aparelhagens mentais da sociedade, promovendo o “seu novo” e “a si como novo”. Então, constituindo uma cidade com representação e desejo, que só existe no texto, como aborda Pesavento:

[...] entendemos que o discurso urbanístico, o texto literário, a narrativa do historiador, os artigos de jornal, e outros tantos registro de linguagem são todos representações que falam do real e, no caso, recriam a cidade.¹⁰⁵⁴

Isso está presente também na função do almanaque e no desejo do interlocutor, Antônio

¹⁰⁵¹ GUIÃO, op. cit., p. 48.

¹⁰⁵² PESAVENTO, op. cit., p. 186; CHARTIER, op. cit., p. 169; LE GOFF, op. cit., p. 473.

¹⁰⁵³ CHARTIER, op. cit., p. 73.

¹⁰⁵⁴ PESAVENTO, Sandra. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 392.

Dias de Mello, jornalista do periódico carioca *O Globo*, que tinha uma empresa de propaganda que coligava informação para a constituição de almanaques no interior paulista. Ele próprio se referia à sua obra como um objeto, “como um vehiculo excellente de proopaganda comercial...”.¹⁰⁵⁵ Sendo assim, será um importante enunciador de símbolos que valorizam a cidade, sua representação moderna e os atores comerciais que a promovem.

Assim, busca promover características do mundo moderno e de seu espírito fáustico, da obra de Goethe, buscando implicitamente desfazer o mundo arcaico do campo para reproduzir e valorizar o urbano, a modernização. Isso pode ser visto no excerto:

Ribeirão Preto que data desde que se desenvolveram as plantações de café, e que progrediu no tempo em que bastava cultivar café para encontrar crédito, adquiriu reputação de cidade gastadora e luxuosa, cidade de prazer donde foram banidas a um tempo, a taisteza e cerimonia.¹⁰⁵⁶

Esta citação, retirada estrategicamente do livro *Le Brasil século XIX*, reforça o caráter civilizado e moderno, uma vez que tais argumentos vêm de um olhar e uma análise da Europa, o que denominamos de matriz e espelho. Segundo Starobinski este modelo civilizado delimita o que é polido, urbano e cortês, e que não é.¹⁰⁵⁷ Assim se apropriando destes valores para apresentar uma nova cidade, que deixou a cerimônia do campo para viver o luxo e o prazer da cidade. Essa dicotomia entre campo e cidade é proposital para fortalecer a imagem da modernização e a divisão: bárbaro e urbano; antigo e novo.

A apropriação é uma prática da circulação de objetos e obras por seus leitores, que assim podem articular-se em suas representações e símbolos para dotar para si os mesmos valores, ou seja, uma negociação entre as próprias obras e os discursos, sendo as matrizes para a construção de novos símbolos e, por conseguinte, uma nova aparelhagem mental ou de representatividade.¹⁰⁵⁸

Ademais, tenta-se potencializar em seu enunciado novos símbolos da cidade, como os do progresso, da urbanização e da industrialização, adjetivos e elementos que produzem a fantasia. É o que observamos no excerto abaixo:

Ribeirão Preto é uma cidade nova, com ruas calçadas, arborização e luz electrica” ; “[...] Ribeirão Preto [...] já tem elementos de independencia industrial poderoso e robusto [...] É admiravel, o surto fabril operado nestes ultimos annos.¹⁰⁵⁹”

¹⁰⁵⁵ MELLO, op. cit.

¹⁰⁵⁶ Idem.

¹⁰⁵⁷ STAROBINSKI, op. cit., p. 32.

¹⁰⁵⁸ CHARTIER, op. cit., p. 123 e 255.

¹⁰⁵⁹ MELLO, Antônio D. **Almanaque de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Diário da Manhã, 1927.

Pois, a década de 1920 celebra e materializa a cidade idealizada, que passa por um processo de embelezamento pautado por um calçamento de paralelepípedos e macadames, pela instalação de rede de esgoto e água por toda a extensão da área central e também pela imposição das normas higiênicas e técnicas salubres do novo código de postura. No entanto, o processo concentra-se na região central, o que seria justificado por ser esta a região de maior concentração de população, prédios e onde se encontram as principais casas comerciais.¹⁰⁶⁰

Então, a representação da cidade-exposição se funde à função do almanaque de vender, dignificar e celebrar a representação da cidade-desejo, que é apresentada como civilizada e moderna. No entanto, sua referência da cidade está interligada ao espaço da fantasia, delimitado pela elite cafeeira, de comerciantes e industriais, e ao espaço do consumo e do prazer das casas comerciais de luxo e de entretenimento.

Isso não quer dizer que a modernização ocorreu apenas na região central, porém segue-se um ideal da cidade-exposição que se assenta no espaço do consumo, do prazer e da elite. Assim, incluem-se algumas partes da Vila Tibério e do Barracão, que recebem calçamento de macadame, paralelepípedo, rede de esgoto e luz.¹⁰⁶¹

Todavia, as áreas periféricas, como Retiro, Vila Virgínia, República e outras, ficam de fora deste processo. Por isso, após diversas reclamações de falta de luz na Vila Virgínia, a Câmara comunicou à empresa de Força e Luz o problema, obtendo como resposta que não havia interesse de levar luz àquela região. Sendo assim, lugares que não agregam na cidade-exposição e na fantasia da modernidade passam despercebidos pela política municipal e pelo mundo das representações.¹⁰⁶² Nesse sentido, as únicas críticas de Antônio Dias Mello serão aos elementos que pudessem agregar a este mundo fantástico, como a falta de cinemas e de casas de entretenimento bem estruturados, a existência de um sistema de bondes e de informação de placas, obviamente na região central. Portanto, o texto se destina a fazer uma análise real do espaço da cidade, mas se propõe a vender esta nova imagem urbana da cidade,¹⁰⁶³ se posicionando somente naquilo que pode somar à imagem que ele buscar tecer.

Em terceiro, procura produzir novos símbolos representativos da cidade. Como já informamos, a cidade estava passando por uma crise da desvalorização do preço internacional

¹⁰⁶⁰ Idem.

¹⁰⁶¹ Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1917-1922. p. 277.

¹⁰⁶² Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, p. 220, 231, 232 e 264.

¹⁰⁶³ MELLO, op. cit.

do café, que em uma década reduziu-se quatro vezes, uma queda produtiva que era resultado de pragas em 1919 e 1920.¹⁰⁶⁴ Houve diminuição de fertilidade do solo, fazendo as médias produtivas caírem quase pela metade.¹⁰⁶⁵ Por isso, é necessário retratar novos símbolos que resgatem a imagem da cidade, além de ser um período de surto industrial no Estado de São Paulo, como demonstram as Estatísticas Industriais do Estado de São Paulo de 1933, que frisam que a produção quadriplicou em oito anos,¹⁰⁶⁶ e 80% da produção paulistana era consumida no próprio Estado,¹⁰⁶⁷ consequentemente aumentando o consumo urbano.

A cidade de Ribeirão Preto também experimentava esse avanço industrial, e passou de 44 indústrias em 1914 para 119 em 1924, praticamente triplicando – e em 1927, havia 137. Já o comércio passou de 200 casas comerciais em 1914 para quase 800 em 1927, ou seja, em 13 anos quadriplicou-se o número de casas comerciais.¹⁰⁶⁸ Esses novos símbolos passam a retratar valores industriais e comerciais, como observamos nos excertos abaixo:

Júlio Brandão Sobrinho [...] dizia no seu relatório [...] 3 districto agronomico do Estado de S . Paulo;

Ribeirão preto pela influencia de seu commercio, de sua lavoura, industria e beleza da cidade é considerada depois de S. Paulo a terceira do Estado.¹⁰⁶⁹

Esses novos símbolos são arduamente dispostos no discurso, pois além de estarem relacionando ao progresso urbano e à modernização, há um esforço por parte do autor de buscar credibilidade nesses novos símbolos. Por isso, procuram-se declarações de autores famosos sobre Ribeirão Preto. A afirmação de Júlio Brandão Sobrinho no excerto acima é um exemplo. Este autor era conhecido por ser organizador de estudos e obras agrícolas e econômicas, como o “Almanach do Agricultor”. Contudo, a citação foi retirada de um relatório de 1893, ou seja, com valores que não correspondem ao período do almanaque.

Desta forma, observamos o esforço do interlocutor para buscar assentar novos símbolos para a cidade idealizada, uma vez que o café em crise resulta na necessidade de produzir e de cristalizar uma nova imagem da cidade.

¹⁰⁶⁴ DUMONT VILLARES, H. **Contribuição para estudo do Problema do Café**. São Paulo, 1933. De 77.833.802 libras em 1924 para 26.237.827 libras em 1932.

¹⁰⁶⁵ LOPES, op. cit., p. 86.

¹⁰⁶⁶ Passa de 500.000.000 contos de réis para por volta de 2.300.000.000 contos de réis em 1928.

¹⁰⁶⁷ RENARD, Antonie, op. cit. 1924 a 1929, de 8.626.202.128.073, sendo 80,2% consumidos no próprio Estado.

¹⁰⁶⁸ Veja em Capítulo 2.

¹⁰⁶⁹ MELLO, op. cit.

Assim, inicialmente busca-se dar continuidade da capacidade e representação agrícola da cidade, por isso, apresenta-se não só o quadro produtivo de café, mas de outros produtos agrícolas, para assim celebrar o signo idealizado da “policultura”.

Mais concretamente, procura-se fundir esse espaço forte e conhecido do campo com o surto do comércio e da indústria já apresentado, chegando-se assim aos signos de cidade comercial, agrícola e industrial, que é sintetizada na expressão “3 districto agronomico do Estado de S. Paulo”.¹⁰⁷⁰ Trata-se de algo muito próximo do utilizado nos dias atuais, que é o “maior centro agronegócio do Brasil”. Podemos, então, de maneira incipiente, apontar para o início desse discurso e símbolo no período final da Primeira República. Fica demonstrado assim como a formação das representações simbólicas retratam sensíveis transformações sociais, que são o resultado de lentas acumulações quantitativas de mudanças, impostas e fabricadas, delimitando-se um novo sentido.¹⁰⁷¹

Essa percepção é reproduzida no *O Estado de São Paulo* nas diversas visitas ilustres, que procuravam sempre demonstrar a significação do “agronômico”, apresentando as atividades industrial, agrícola e comercial. Como na visita de Paul Pilon, da embaixada da França, que veio visitar em São Paulo as fábricas, o Museu do Ipiranga e o Instituto Butantã. Depois, esteve em Campinas, visitando as fábricas de sedas e as fazendas de propriedade do sr. Rawilluson Muller. Por fim, foi a Ribeirão Preto, para conhecer a Metalúrgica e a fazenda Dumont.¹⁰⁷² Houve também uma excursão de parlamentares dos EUA e da França, ao lado do Príncipe da Polônia, por São Paulo, passando pela capital, Campinas e Ribeirão Preto. Em Ribeirão Preto, visitaram a fazenda Guataparã, conhecendo suas instalações e seu sistema de beneficiar café. Depois, foram para a cidade pelo trem, para visitar as fábricas da Metalúrgica e da Antártica. Por fim, foi servido um jantar no Hotel Central.¹⁰⁷³ Além disso, *O Estado de São Paulo* na véspera de natal de 1928, ventila o ideal de centralidade do comércio de Ribeirão Preto as regiões vizinhas, como Jardinópolis, Sertãozinho, Batatais, Cravinhos, Pitangueiras, Serra Azul, entre outros. Demonstrando sua centralidade regional e sua pujança do comércio, sendo mais um elemento que remonta o símbolo do “agroeconômico”.¹⁰⁷⁴

Por fim, o almanaque propõe em suas estratégias discursivas, encarnar num herói as representações da modernidade e da industrialização. Assim como Lefebvre aborda que a

¹⁰⁷⁰ MELLO, Antônio D. **Almanaque de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Diário da Manhã, 1927.

¹⁰⁷¹ CHARTIER, op. cit., p. 75.

¹⁰⁷² **O Estado de São Paulo**, 04 ago. 1925, p. 3.

¹⁰⁷³ Idem, 18 set. 1927, p. 6.

¹⁰⁷⁴ Idem, 23 dez. 1928, p. 10.

modernidade é produzida por um grupo dirigida pela mídia, apontando o que é “novo” e quem é “novo”, podendo então legitimar e confirmar sua notoriedade no espaço local.¹⁰⁷⁵ Utilizando, assim da mesma ferramenta do Almanque de Guião, com reuso da matéria Chateaubriand, reforçando o processo de industrialização em Ribeirão Preto na imagem heroica de Flávio Uchôa, pelo prestígio e veracidade que a matéria do veículo carioca passava. Contanto e recontando, as representações simbólicas, para fabricar o novo sentido simbólico a cidade idealizada. Como Chartier considera *"a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, em um instrumento que produz uma imposição interiorizada, necessário lá onde falta o possível recurso à força bruta"*¹⁰⁷⁶.

Portanto, observamos que o processo de modernização não é apenas uma constituição estrutural de mudanças urbanas, mas envolve também mudanças culturais e discursivas, daí a necessidade de se criar uma nova imagem da cidade urbana e industrial, desfazendo-se as imagens da “taisteza” do campo, apresentando conjuntamente o desejo de ser novo, produzindo novos símbolos que ditem o que é o novo e quem é novo. Chega-se, assim, ao âmago da cidade-representação e da cidade-desejo, como aborda Pesavento:

O que equivaleria dizer, em outras palavras, que as “*idades ideias*” só têm sentido com referência às “*idades reais*”, que, com a sua concretude, reprocessam e ressemantizam discursos imagens, reciclando práticas de acordo com as suas necessidades.¹⁰⁷⁷

¹⁰⁷⁵ LEFEBVRE, op. cit., p. 225.

¹⁰⁷⁶ CHARTIER, op. cit., p.75.

¹⁰⁷⁷ PESAVENTO, op. cit., p. 86.

CONCLUSÃO:

Um tempo mais acelerado, impulsionado por novos potenciais energéticos e tecnológicos, em que a exigência de acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, confiantes em representar a vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valor a modernização “a qualquer custo”

Nicolau Sevcenko.

O trabalho se propôs a indicar que a modernidade não é um processo singular, mas sim plural e heterogêneo, mesmo sendo um fenômeno mundial. Afinal, sua circulação é ditada por um movimento dialógico, pautado pela apropriação e ressignificação do moderno, para se assegurar do alinhamento à representação do novo, do moderno, não rompendo totalmente com a localidade, como é abordado no prefácio da obra *No tempo das cidades*:

Compreender melhor o fato de a modernidade ser um processo histórico de alcance mundial, mas incapaz de destruir os “paroquialismos” que caracterizam os lugares por eles alcançados, construindo em função disso, diferentes experiências em torno da contraditória herança burguesa: resultado desta abordagem é o reconhecimento da existência de modernidades e, com elas, as diferentes estratégias empregadas pelos sujeitos históricos para lidar com as novidades trazidas por elas trazidas.¹⁰⁷⁸

Esse processo se materializou nas terras tupiniquins via complexo cafeeiro nas primeiras décadas do século XX. Por isso, apontamos o processo de capitalização do complexo cafeeiro como o condutor e dinamizador da novidade, e o começo da destruição e significação dos ares mercantis e colônias, de São Paulo a Ribeirão Preto.

Os modernistas Goethe, Marx e Baudelaire puderam retratar caminhos e indícios do fenômeno do novo, assim consideramos de suma importância descrevê-los, segundo a perspectiva de Berman, Benjamin e Lefebvre. Pois, somente assim podíamos entender a imagem da modernidade no centro da economia-mundo, e como ela seria referenciada e apropriada no circuito do complexo cafeeiro no século XX.

No entanto, não podemos entender a modernidade como se estivesse assentada apenas na esfera econômica, pois, como Berman aponta, o principal erro nas análises sobre a modernidade é fragmentá-la em fatos isolados de esferas e estruturas, em vez de se procurar deduzi-la por sua forma totalizante.¹⁰⁷⁹ Tacitamente, a modernidade é produzida por uma elite, que procura dominar as suas forças aleatórias para aliá-la a si, a seu produto e ao seu desejo, como já abordamos em Lefebvre, imputando estruturas internas que possam acompanhar o caminho contínuo de rupturas, que Benjamin define como sempre-do-mesmo, que prepara e vocaciona o indivíduo a se alinhar ao novo, ao fetiche interminável.

Portanto, observamos essa perspectiva totalizante da modernidade sendo conduzida via

¹⁰⁷⁸ PERINELLI NETO, Humberto; PAZIANI, Rodrigo R; MELLO, Rafael C. **Tempos das cidades**: história, cultura e modernidade em Ribeirão Preto (1883 – 1929). Jundá: Paco Editorial, 2014.

¹⁰⁷⁹ BERMAN, op. cit., p. 31.

complexo cafeeiro, após o colapso do sistema escravista, promovendo novos caminhos econômicos e ideais de progresso, e ao mesmo tempo novos sistemas de organização e orientação da sociedade, que implicam em novas práticas e representações.

O primeiro surto industrial no complexo cafeeiro no século XX se solidifica na década de 1920, pautado no crescimento do consumo interno, na ampliação dos ramos industriais e em certa independência do sistema agroexportador. Delimita-se um novo sentido do progresso, já que agora ele se atrela ao ideal do avanço, da evolução, que só poderia ser conquistada em face do desenvolvimento científico, industrial e humano. Por isso, segundo Sevcenko, a República será pautada por uma construção de mundo racional e tecnocrata, que dá vida à fantasia moderna. Figuram-se novas representações do progresso, como os casos locais de Ribeirão Preto, de Flavio Uchôa, Antônio Diederichsen, Pascoal Innechi e Meira Júnior, que assumem o palco principal dos instrumentos midiáticos, antes um espaço ocupado pela elite agroexportadora.

Por isso, segundo Sevcenko, a República será pautada por uma construção de mundo racional e tecnocrata, que dá vida à fantasia moderna. Figuram-se novas representações do progresso, como os casos locais de Ribeirão Preto, de Flavio Uchôa, Antônio Diederichsen, Pascoal Innechi e Meira Júnior, que assumem o palco principal dos instrumentos midiáticos, que fora antes um espaço ocupado unicamente pela elite agroexportadora.

A cristalização da política desenvolvimentista e industrializante do governo de Getúlio Vargas pode ter sido resultado do industrialismo e da nova representação e do sentido de progresso esboçados na sociedade paulistana na década de 1920, alimentados pelo Partido Democrata e pelo jornal *O Estado de São Paulo*.

A modernidade se manifesta na trilha da racionalização, que precisou fomentar um pano de fundo para sua fantasia materializar-se nos ares, culminando assim em um programa civilizatório que teve como espelho os retratos da Paris, que espelhava os preceitos da cidade-exposição, a cidade da venda do produto e da imagem polida, urbana e coesa.

A sobreposição deste modelo configurou novas cidades, do Rio Janeiro ao interior do Estado de São Paulo, como Ribeirão Preto. Contudo, esse programa civilizatório terá linhas próprias, pois não bastava apenas uma programa de calçamento, saneamento, energia elétrica e embelezamento afrancesado, mas, ao mesmo tempo, a configuração de hábitos ditos urbanos e polidos. Por isso, o programa de Ribeirão Preto também abordava a expansão das estradas de rodagem, o estímulo às indústrias, a escolarização, a regularização da abertura do comércio e do consumo e práticas higienizadoras, como usar somente água filtrada, leite pasteurizado e carne transportada em veículos adaptados para esse uso específico.

Pois, como abordamos, a circulação e a apropriação do termo “civilização”, indicados pelos dicionários Caldas Aulete e Cândido Figueiredo e pelo jornal *O Estado de São Paulo*, na década de 1920, vão representar ao mesmo tempo ação prática polida, cortês e urbana, um produto ideal da sociedade de instrução, sabedorias, bons costumes e industrialização, estando ainda atrelados à noção evolutiva.

Assim, indica-se um processo global de homogeneização do *modus operandi* social, interno e externo, que delimita tanto o modelo de falar como o de vestir, sentar, andar, relacionar-se, o que engloba construção do espaço urbano, do lazer e do prazer, pois o sujeito histórico está enclausurando em padrões racionais, como produto da cidade e da sociedade idealizada e desejada.¹⁰⁸⁰

No entanto, esses programas se situam no plano da fantasia, pois se formatam em uma parte da realidade, ainda que cidade idealizada e desejada dite o contrário: somente se aplicavam nas áreas centrais, que concentram as classes mais abastada de cafeicultores, comerciantes e industriais. Às regiões periféricas destina-se um mínimo do programa civilizatório: moradia com dispositivos mínimos, de dois a três cômodos, água, rede de esgoto, luz, uma parte de calçamento, escolas, indústrias, comércio; ou região marginalizadas, sem nenhuma infraestrutura, que é uma fusão do campo com a cidade.

Isso tudo demonstra como o parioquialismo da localidade impede qualquer homogeneização da modernidade, mas não uma assimilação segundo seus interesses e estratégias. Por isso, Milton Santos considera esse programa civilizatório desigual, uma vez que produz uma hierarquia de cidades e cidadãos, de espaços díspares entre um e outro, e cidadãos que, por sua capacidade monetária, podem desfrutar de todos os prazeres da modernidade, enquanto os cidadãos pobres e marginalizados são incapazes de fazê-lo, já que ficam espremidos, enjaulados e esquecidos na periferia. Concomitantemente, promovem-se espaços intermediários, como, em Ribeirão Preto, a Vila Virgínea e o Barracão, que aludem a uma certa infraestrutura na maior parte dos bairros, como de calçamento, embelezamento de praças, luz, saneamento, escolas, indústrias, espaços de comércio e consumo e lazer.

Constata-se a formação incipiente de espaços da classe média, que pode desfrutar de alguns elementos da modernidade, indicando que a fantasia da modernidade não era uma aventura somente dos grupos abastados, porém já ressoava para outros espaços e grupos sociais.

Frisemos que a nova configuração da vida moderna emula novas práticas, representações e desejos, que seguem-se alinhados à fantasia da modernidade. As novas práticas

¹⁰⁸⁰ Idem, p. 61, 70.

serão condicionadas pelas reformas urbanas e pela difusão da mídia e do mundo simbólico, que assujeitam ao espelho e moderno modelo de vida.

As representações serão dinamizadas e aceleradas pelo crescimento da mídia do Estado de São Paulo, com base em um tripé de diminuição de custos produtivos, expansão da alfabetização (que amplia o alcance do mundo simbólico) e facilitação da distribuição de produtos e da informação, por meio de ferrovias, telégrafos e telefones.

Ao emularem-se essas novas práticas, fomenta-se uma nova identidade social, assumida ao se adentrar o espelho da fantasia, da cidade idealizada, conduzida tanto pelo novo pano de fundo da cidade como pelos novos hábitos e prazeres assimilados.

Ressalta-se a vocação para o consumo nas diversas lojas de luxo e de massa que explodem e se incorporam ao ideal da cidade-exposição. Vende-se de tudo, desde produtos têxteis e alimentares a produtos específicos e duráveis, como carros, eletrodomésticos e produtos farmacêuticos. Há o desejo de se vender criando-se novos padrões de exposição da loja, como vitrines, painéis de luzes, cartazes de promoções e eventos por toda a cidade.

A fissura pelo desporto, pela vida frenética, igualmente comparece, e dispara no indivíduo a procura do máximo, do esporte ao automóvel. Espalham-se competições de todo tipo, da massificação do futebol e dos primeiros estádios às corridas de carros, evocadas nas novas estradas de rodagem do Estado de São Paulo.

A liberdade promove a diminuição, o movimento e a sensualidade das roupas, que seguem o mercado frenético da música, da dança e do prazer. Fundem-se os espaços que conduzem ao prazer: cassinos, bailes a fantasia, prostíbulos, que delimitam a liberdade do corpo e condicionam ainda mais a liberdade sexual. Amplia-se uma rede farmacêutica que garanta liberdade do prazer sexual, com o tratamento das doenças sexualmente transmissíveis mais comuns do período, como a sífilis.

Os novos hábitos conduzem a novos contentamentos ditados por cinemas e o *rush* dos filmes hollywoodianos, com a delimitação de espaços multiusos, como é caso dos teatros, dos hotéis e dos espaços associativos. Os teatros agora abrigam dramas teatrais, óperas, balés, comediantes, palestras, reuniões partidárias, bailes, carnavais. Já os hotéis ganham ar mais refinando e um alinhamento de suas fachadas à *art nouveau*, apresentando reuniões de negócios, suntuosos jantares, espaço para venda itinerante, reunião de associações. Por fim, os espaços associativos conduzem a classe abastada para um entretenimento “civilizado” e *cult* de palestras, filmes artísticos, reuniões leituras, concertos...

Também para salientar os novos desejos e representações de Ribeirão Preto serviram os

almanaques da cidade. Eles são um importante instrumento publicitário, usados para vender, dignificar e celebrar os novos atores históricos e a imagem da cidade. Deste modo, ajudam a fabricar uma nova memória social.

O Almanaque de 1922, de Guião, procura salientar uma nova significação do espaço agrário da cidade de Ribeirão Preto, após a contínua crise no café, propondo a referência ao município como “policultor” e capital agrícola do Brasil – signos reproduzidos na obra *Os Municípios Paulistas*, de 1925.

Procurava também afirmar a cidade como centro comercial, que, porém, passava por um processo ou fase industrial, personificada na imagem de Flavio Uchôa e da Metalúrgica. A nova representação simbólica opera-se na luta de substituir a memória social, por isso, conta-se e reconta-se o ideal de cidade industrial nas revistas paulistanas *Careta* e *Fon-Fon* e no jornal *O Estado de São Paulo*.

A permanência dessas novas representações foi cristalizada no Almanaque Ilustrativo de Ribeirão Preto, de 1927, que definiu a cidade como o “3 districto agronomico do Estado de S. Paulo”. Mediante tal signo, procura-se fundir o ideal “policultor” com o surto industrial e comercial, algo muito próximo do signo utilizado nos dias atuais, que é o de “maior centro agronegócio do Brasil”. Essa imagem será vendida tanto nas visitas de pessoas ilustres à cidade – como a de Paul Pilon, da embaixada da França, e a excursão de parlamentares dos EUA e da França e do Príncipe da Polônia, por São Paulo, visitas sempre destinadas a apresentar as grandes fazendas e a estrutura industrial da cidade, da Metalúrgica e da Antártica – como em algumas matérias no jornal *O Estado de São Paulo*, que destaca a centralidade do comércio da cidade em relação a municípios vizinhos, como Jardinópolis, Sertãozinho, Batatais, Cravinhos, Pitangueiras, Serra Azul e entre outros.¹⁰⁸¹ Assim, como Le Goff demonstra, indica-se o enraizamento das representações simbólicas no espaço da memória social:

a utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para incorporar as representações simbólicas da escrita¹⁰⁸².

Portanto, seguimos o rastro do ressoar da modernidade sobre o circuito do complexo cafeeiro, de Ribeirão Preto a São Paulo, para entender de forma mais próxima e singular as modernidades, configuradas por uma reestruturação econômica que promove um surto industrial

¹⁰⁸¹ Idem, 23 dez. 1928, p. 10.

¹⁰⁸² LE GOFF, op. cit., p. 426.

e ao mesmo tempo uma ruptura no sentido do progresso atrelado a um programa industrial.

O fomento da fantasia do novo e as reorientações do espaço urbano concomitantemente criam abismos, havendo de um lado a cidade-exposição e, do outro, a cidade marginalizada, esquecida e perdida no tempo. Mas promovem também espaços intermediários, que iniciam a condensação de espaços da classe média.

Não menos importante, produzem novas práticas e hábitos, do consumismo de produtos eletrônicos, automotivos e farmacêuticos ao desejo dos grandes magazines de vender a todo cantos, com cartazes, fachadas iluminadas e patrocínios desportivos; ao hábito de se comover vendo filmes, de se tocar e se sensualizar nos *rushes* intermináveis até a liberação do prazer facilitado pelos novos tratamentos para as doenças sexualmente transmissíveis. Delimita-se, assim, uma nova imagem da sociedade da Primeira República, a da cidade de Ribeirão Preto inclusive, que procura cristalizar sua imagem e referência de cidade industrial, comercial e agrícola, que será diluída no termo ainda presente, “agroeconômico”, e revela a cidade idealizada, demonstrando como o processo da modernidade só pode ser visto de forma totalizante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA

- ACKEL, Luiz; CAMPOS, Candido Malta. Antecedentes. In: SOMEKH, Nadia; CAMPOS, Candido Malta (Orgs.). **A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX**. São Paulo: Mackpesquisa, 2002.
- ALENCASTRO, Luiz Filipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- AQUINO, João E. F. de. A imagem onírica e a imagem dialética Walter Benjamin. **Kalagatos, Revista de Filosofia do Mestrado Acadêmico em Filosofia da UECE**, Fortaleza, v. 1, n. 2, 2004. p. 45-72.
- ARBEX, J; SENISE Jr, M. Cinco séculos de Brasil: imagens & visões. São Paulo: Moderna, 1998.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- ARROVANI, Luiz Fonseca. Imaginário Urbano na Belle Epoque Caipira: Itu seus almanaques. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP-USP, São Paulo, 08 a 12 set. 2008.
- BARBUY, Heloísa. **A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914**. São Paulo: EdUSP, 2006.
- BEIGUELMAN, P. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Pioneira, 1977.
- BENJAMIM, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo; Editora Brasiliense. 1989. (Obras Escolhidas, v. 3).
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BRAUDEL, Ferdinand. **Civilização, material, economia e capitalismo: jogo das trocas, Séculos XV-XVIII**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2009, vol. II.
- _____. **Civilização, material, economia e capitalismo: tempo mundo, Séculos XV-XVIII**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2009, vol. III.
- _____. **Escritos sobre História**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BRESCIANI, Maria Stella M. Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**, n. 8/9, 1985.
- BOTREL, J. F. Catálogo Almanak dos Almanques. In: MAYER, M. (Org.). **Do Almanak aos Almanques**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- CAMPOS, Candido Malta. **Os Rumos da Cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- CAMPOS, Candido Malta; SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. **Palacete Santa Helena: um pioneiro da modernidade em São Paulo**. São Paulo: SENAC/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.
- CARDOSO, C. F., VAINFAS, R. **Domínios da História: ensaios da teoria metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino – imprensa e ideologia: o jornal do Estado de São Paulo**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.
- _____. **O Movimento de 1932: causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981
- CARDOSO, Fernando Henrique. **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989

- CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHARTIER, R. **A beira da falésia: a História entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.
- _____. **A ordem do livro: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difel, 1966.
- DA SILVA, Adriana C. Borges, **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os Bairros Surgidos a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado**. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 2008.
- DEAN, W. **A industrialização de São Paulo: 1880-1945**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. 2. ed. São Paulo: Difel, 1971.
- DOIN, J. E. de Mello; PAZIANI, R. R.; CUELO, J. P. A saga de Ribeirão Preto na Belle Époque Caipira: modernidade e urbanização na primeira República. **Dialogus**, Ribeirão Preto, v. 1, m. 2, p. 135-160, 2006.
- DUSSEL, Enrique. **1492 – Encobrimento do Outro: a origem do “mito da Modernidade”**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ELIAS, Nobert. **Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- FARIA, Rodrigo Santos. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930): o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.
- FEBVRE, Lucien. **Michelet e a Renascença**. São Paulo: Scritta, 1996.
- _____. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FERREIRA, Jerusa Pires. Almanaque. In: MAYER, M. (Org.). **Do Almanak aos Almanques**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- FERRARO, Mário Roberto. **A gênese da agricultura e da silvicultura moderna no Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP, 2005.
- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M.; CASTRO FARIA, S. de. **A Economia Colonial Brasileira (séculos XVI-XIX)**. São Paulo: Atual, 1998.
- FURTADO, C. **Formação Econômica Brasileira**. 18. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- FORTES, Luiz R. Salinas. **O Iluminismo e os Reis Filósofos**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- _____. **A Era das Revoluções Europa: 1789 - 1848**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- JORGE, Janes. O crime de Cravinhos: oligarquia e sociedade em São Paulo 1920-1924. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2004.
- KÖB, Edgard. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 161 (409), p. 29-58, 2000.
- LEAL, Victor Nunes Coronelismo, enxada e voto (O município e o regime representativo no Brasil). São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. **Introdução à Modernidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.
- _____. **O direito à cidade**. 5. edição, São Paulo: Centauro Editora, 2011.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- _____. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LOPES, Dirceu Fernandes; SOBRINHO, José Coelho; PROENÇA, José Luiz (Org.). **A Evolução do jornalismo em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: ECA/USP, 1998.
- MARTINS, P. C. Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, F. **História da Vida Privada no Brasil República: Da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. III.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MALERBA, Jurandir. O cetro e a bolsa: aspectos da formação do Estado brasileiro. In: **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARSON, Michel Deliberali. **Origens e Evolução da Indústria de Máquinas e Equipamentos em São Paulo 1860-1960**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2012.
- MATTIOLI, Alexandre F. A Teia do Poder: O Coronel Junqueira e a política da Primeira República – Ribeirão Preto de 1889 – 1932
- MENDONÇA, Sônia Regina. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Vedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio Janiero: Campus, 2000.
- MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1985.
- NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- OLIVEIRA, M. C. Os Almanques de São Paulo como Fonte de Pesquisa. In: MAYER, M. (Org.). **Do Almanak aos Almanques**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- PARK, Margareth Brandini. **Histórias e leituras de almanques no Brasil**. São Paulo: Mercado de Letras, 1999.
- PERINELLI NETO, Humberto; PAZIANI, Rodrigo R; MELLO, Rafael C. **Tempos das cidades: história, cultura e modernidade em Ribeirão Preto (1883 – 1929)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- PESAVENTO, Sandra. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- PAZIANI, R. R. **Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2004.
- _____. Outras leituras da cidade: experiências urbanas da população de Ribeirão Preto durante a Primeira República. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 175-200.

- PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa Paulista**: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: período colonial. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: Filosofia pagã antiga. São Paulo: Paulus, 2003, vol. 1.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim... inventário da saúde pública**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.
- SANTOS, M. F. **Convite à Filosofia e à História da Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Logos, 1966.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.
- _____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. O Prelúdio Republicano. Astúcias da ordem e ilusões do progresso In: NOVAIS, F. **História da Vida Privada no Brasil República**: Da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. III.
- _____. **Orfeu Extático na Metrópole**: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ROCHA, Paula Melani; ZAUIH, Gabriella. **Jornalismo e Modo de Produção**: Transformação dos impressos no nordeste do Estado de São Paulo. Campinas: Editora UNICAMP, 2014.
- SAES, Flávio A. Marques. **Industrialização e Urbanização**. In: CAMARGO, Ana Maria de (Org.). **São Paulo**: uma viagem no tempo. São Paulo: CIEE, 2005
- SALLES OLIVEIRA, Cecília H. **A Independência e a Construção do Império**. São Paulo: Atual Editora, 1995.
- SIMONSEN, Roberto. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora USP, 1976.
- SIMMEL, Georg. **A Metrópole e a Vida Mental**, Col. Textos Básicos Ciências Sociais. O Fenômeno Urbano, Rio de Janeiro: Zahar.
- SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- STAROBINSKI, Jean. **Máscaras da civilização**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SUNEGA, Alves Renata. **Quartier Paulista**: um conjunto harmônico de edifícios monumentais. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011.
- SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira**: origem do Desenvolvimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- TOSI, Pedro Geraldo et al. Domínios do café: ferrovias, exportação e o mercado interno em São Paulo (1888-1917). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 2 (42), p. 417-442, ago. 2011.
- TRIZOTTI, Patrícia T. Almanaque: história, contribuição e esquecimento. Dialogus, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, 2008.
- TUON, Liamar Izilda. **O Cotidiano Cultural em Ribeirão Preto. (1880-1920)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2004.
- VALADÃO, Valéria. **Memória arquitetônica em Ribeirão Preto: política de preservação e plano diretor**. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Faculdade de História, Direito e Ciências Sociais do Trabalho, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.
- VEYNE, Paul M. **Como se escreve a História: Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1982.
- WEFFORT. **Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno**: o mercantilismo e a consolidação da

economia-mundo europeia, 1600-1750. Lisboa: Afrontamento, 1996.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da Escravidão à Liberdade: Dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, F. **História da Vida Privada no Brasil República: Da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. III.

FONTES

A CAPITAL ARTÍSTICA NA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO - 1922. São Paulo: 1922.

ACTAS DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. N. 09 A 12. (1909-1929).

ALMANAQUE ILUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Sá, Manaia & Cia.: 1913.

Anuário Demographico. Seção Estatística Demographo - Sanitária 1929, Volume I. Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto.

O BOLETIM DA DIRECTORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTATÍSTICA DE 1920 - 1930.

CAPRI, Roberto. **O Estado de São Paulo e seus municípios**. São Paulo: Typ. POCAI & WEISS, 1913.

CALDAS AULETE, Francisco Julio. **Diccionario contemporaneo da língua Portuguesa**. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881

EGAS, Eugenio. **Os Municípios Paulistas**. São Paulo: Seção .bras, 1925, vol. II.

FIGUEIREDO, Cândido. **Dicionário da Língua Portuguesa** (1889, 1913, 1922 e 1925).

GUIÃO, João. **O município e a cidade Ribeirão Preto na comemoração 1º centenário da independência nacional (1822 - 1922)**. Ribeirão Preto: Casa Salles, 1923.

OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE S. PAULO. Informações interessantes coligidas por Mercello Piza, do Departamento Estadual de Trabalho. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas do Estado de S. Paulo, 1924.

OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE S. PAULO. Informações interessantes. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1933.

MACEDO SOARES, A. J. de. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, 1888.

MARCONDES, Oscar, T. **Os municípios do Estado de S. Paulo**. São Paulo: Gráfico Universal, 1916.

MELLO, Antonio D.. **Almanaque de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto; Diário da Manhã, 1927.

PISANI, SALVATORI. **Lo Stato di San Paolo nel Cinquantenario dell'immigrazione**. São Paulo, 1935.

RELATÓRIO DE PREFEITURA, correspondente ao exercício de 1923-1929. Ribeirão Preto: 1923-1929

ROTELLINI, Vitaliano. **Basili e gli Italiani**.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1928 - 1933.

MARCONDES, Oscar, T. **Os municípios do Estado de S. Paulo**. São Paulo: Gráfico Universal, 1916.

VEIGA, A. Gabriel. **Empresa de Força e Luz**. 11. Tabelionato. Ribeirão Preto, 1923.

FONTES

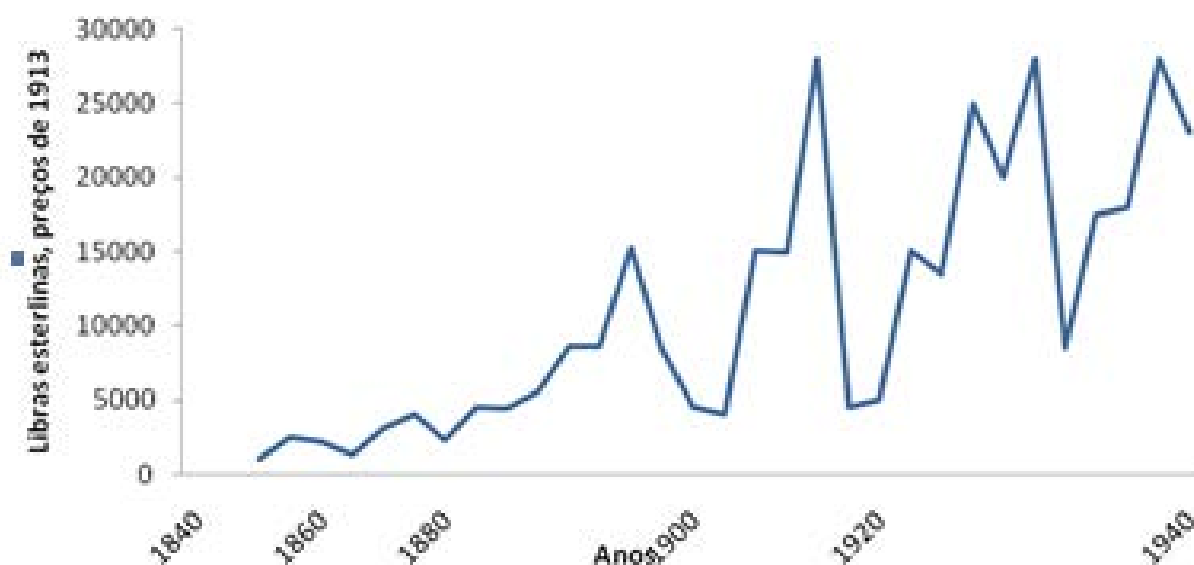
ABC - CIA. COMÉRCIO INDÚSTRIA “ANTÔNIO DIEDERICHSEN”: 1903 - 1953. Ribeirão Preto.

A CAPITAL ARTÍSTICA NA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO - 1922. São Paulo: 1922.

- A CIDADE, 1909, 1911 - 1914 e 1920.
- ACTAS DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. N. 09 A 12. (1909-1929).
- ALMANAQUE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1890, Jorge Seckler & Comp. 1890.
- ALMANAQUE ILUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Sá, Manaia & Cia.: 1913.
- Anuário Demographico. Seção Estatística Demographo - Sanitária 1929, Volume I. Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto.
- O ANNUÁRIO COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO de 1904.
- BOLETIM DA DIRECTORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTATÍSTICA DE 1920 - 1930.
- CAPRI, Roberto. **O Estado de São Paulo e seus municípios**. São Paulo: Typ. POCAI & WEISS, 1913.
- CALDAS AULETE, Francisco Julio. **Diccionario contemporaneo da Língua Portuguesa**. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881 e 1911. vol. 1 e 2.
- CORREIO PAULISTANO, 7 nov. 1920, p. 3.
- DUMONT VILLARES, H. **Contribuição para estudo do Problema do Café**. São Paulo, 1933.
- DIÁRIO DA MANHÃ, 18 abr. e 28 mar. 1952
- EGAS, Eugenio. **Os Municípios Paulistas**. São Paulo: Seção .bras, 1925, vol. II.
- FIGUEIREDO, Cândido. **Dicionário da Língua Portuguesa** (1889, 1913, 1922 e 1925).
- GUIÃO, João. **O município e a cidade Ribeirão Preto na comemoração 1º centenário da independência nacional (1822 - 1922)**. Ribeirão Preto: Casa Salles, 1923.
- O ESTADO SÃO PAULO**, 1911 - 1931.
- OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE S. PAULO. Informações interessantes coligidas por Mercello Piza, do Departamento Estadual de Trabalho. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas do Estado de S. Paulo, 1924.
- OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE S. PAULO. Informações interessantes. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1933.
- MACEDO SOARES, A. J. de. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, 1888.
- MARCONDES, Oscar, T. **Os municípios do Estado de S. Paulo**. São Paulo: Gráfico Universal, 1916.
- MELLO, Antonio D.. **Almanaque de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto; Diário da Manhã, 1927.
- RENARD, Antonie. **São Paulo é isto!** São Paulo, 1933.
- PISANI, SALVATORI. **Lo Stato di San Paolo nel Cinquantenario dell'immigrarione**. São Paulo, 1935.
- RELATÓRIO DE PREFEITURA, correspondente ao exercício de 1904, 1923-1929. Ribeirão Preto: 1923- 1929
- ROTELLINI, Vitaliano. **Basili e gli Italiani**.
- SECRETÁRIA DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1928 - 1933.
- MARCONDES, Oscar, T. **Os municípios do Estado de S. Paulo**. São Paulo: Gráfico Universal, 1916.
- VEIGA, A. Gabriel. **Empresa de Força e Luz**. 11. Tabelionato. Ribeirão Preto, 1923.

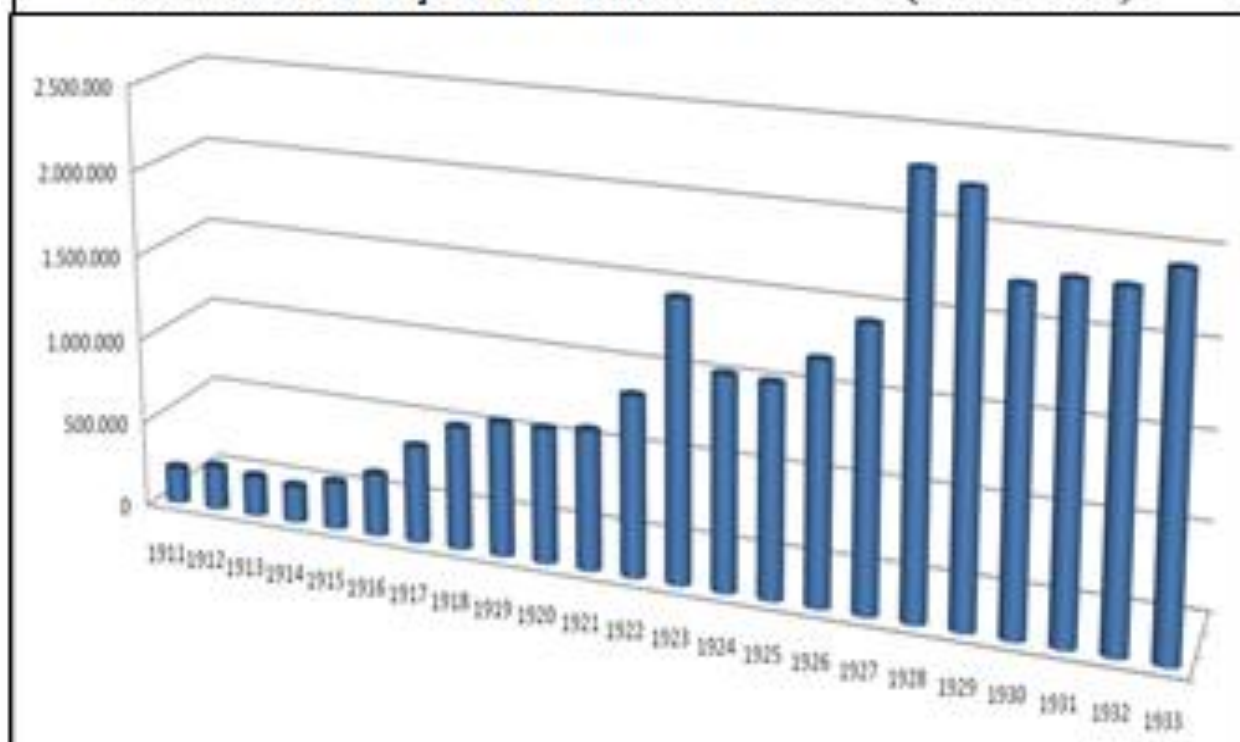
ANEXO

Gráfico 1 - Investimento na Indústria de Transformação no Brasil

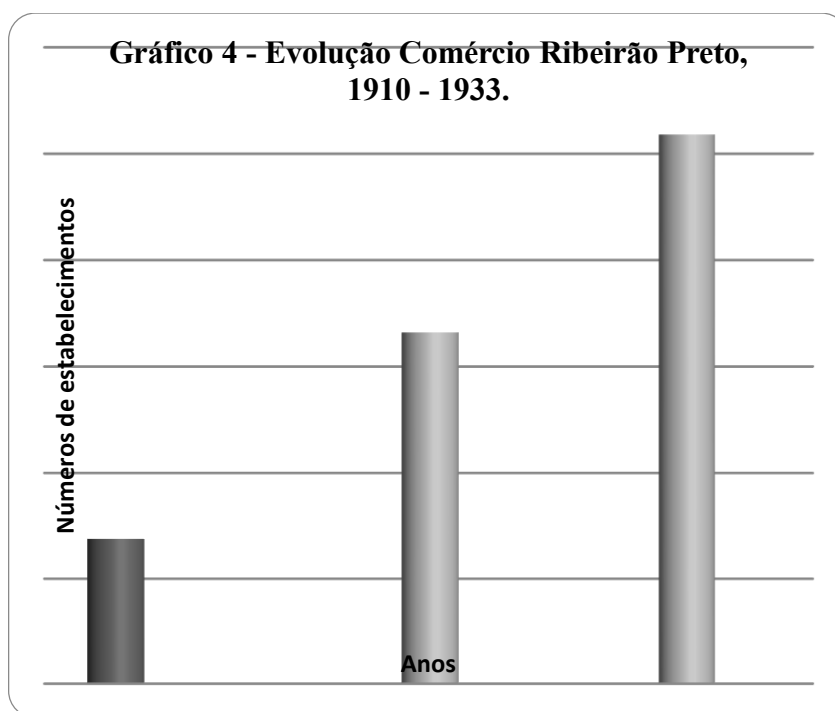


Fonte: SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem do Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 83. Gráfico 1.

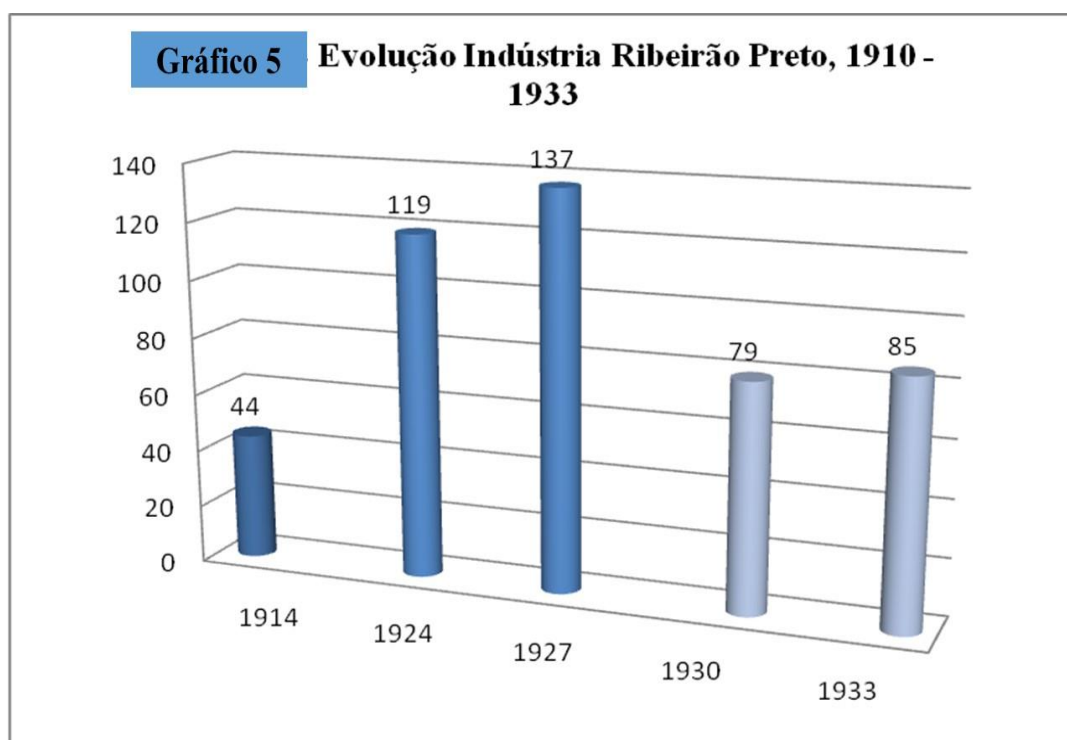
Gráfico 2 - Evolução da Indústria de São Paulo (1911 – 1930).



Fonte: Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1933.



Fonte: **Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto**. Sá, Manaia & Cia., 1913; DIAS MELLO, Antonio. **Almanaque de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Diário da Manhã, 1927; OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE S. PAULO. Informações interessantes. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1933.



Fonte: **Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto**. Sá, Manaia & Cia., 1913; OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE S. PAULO. Informações interessantes coligidas por Mercello Piza, do Departamento Estadual de Trabalho. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas do Estado de S. Paulo, 1924; MELLO, Antonio. **Almanaque de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Diário da Manhã, 1927; OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE S. PAULO. Informações interessantes. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1933.

Tabela 1 - Investimentos Britânicos na América Latina e Brasil (1825 - 1913), em Milhões de Libras

Ano	América Latina	Brasil
1825	24,6	4
1840	30,8	6,9
1865	80,9	20,3
1875	174,6	30,9
1885	246,6	47,6
1895	552,5	93
1905	668,3	122,9
1913	1.777,50	254,8

Fonte: SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 36. Tabela III.

Tabela 3 - Evolução do valor e da saca do café 1924 - 1932

Anos	Sacas	Libras
1924	14.226.482	77.833.802
1925	13.482.955	74.022.052
1926	13.751.479	69.581.880
1927	15.115.061	62.689.651
1928	13.881.445	69.701.238
1929	14.280.215	67.806.847
1930	15.288.409	41.178.790
1931	17.850.872	34.103.507
1932	11.935.244	26.237.827

Fonte: VILLARES DUMON, Henrique. **Café: contribuição para o estudo do problema Econômico**. São Paulo, 1933.

Tabela 4 - Evolução da Produção da Indústria de São Paulo

Ano	Produção Industrial
1911	210.885
1912	253.749
1913	232.201
1914	212.231
1915	274.147
1916	359.911
1917	562.801
1918	712.662
1919	775.915
1920	775.915
1921	804.378
1922	1.037.662
1923	1.611.633
1924	1.223.367
1925	1.213.178
1926	1.371.205
1927	1.600.434
1928	2.441.436
1929	2.368.774
1930	1.897.188
1931	1.954.142
1932	1.944.987

Fonte: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S. Paulo. Estatística industrial do Estado de S. Paulo, 1933.

Tabela 5 - Participação relativa da indústria de máquinas e equipamentos no valor de produção da indústria paulista, 1920 – 1939 (Em mil-réis correntes e porcentagem)

Ano	Máquinas	%	Oficinas e peças	%	Mecânica	%	Indústria de transformação	%
1920	15.843.727	1,61	386.443	0,04	16.230.170	1,65	986.110.258	100
1928	32.954.155	1,49	10.654.811	0,48	43.608.966	1,97	2.216.731.755	100
1929	33.307.354	1,53	4.468.988	0,21	37.776.342	1,74	2.177.022.646	100
1930	21.976.933	1,18	3.346.598	0,18	25.323.531	1,36	1.864.294.824	100
1931	21.471.054	1,10	4.918.173	0,25	26.389.227	1,35	1.954.142.320	100
1932	25.588.869	1,32	4.495.586	0,23	30.084.455	1,55	1.944.987.535	100
1933	26.191.311	1,27	6.113.076	0,30	32.304.387	1,57	2.060.363.470	100
1934	28.704.055	1,22	8.552.536	0,36	37.256.591	1,59	2.346.699.224	100
1935	37.896.105	1,30	24.819.484	0,85	62.715.589	2,15	2.918.657.943	100
1936	37.610.803	1,15	9.867.182	0,30	47.477.985	1,45	3.279.603.389	100
1937	40.611.324	1,05	8.553.622	0,22	49.164.946	1,28	3.851.878.090	100
1939	-	-	-	-	121.419.000	1,71	7.109.143.000	100

Fonte: MARSON, Michel Deliberali. **Origens e Evolução da Indústria de Máquinas e Equipamentos em São Paulo 1860-1960**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2012. p. 90, Tabela 13

Tabela 7 – Estabelecimentos industriais em Ribeirão Preto em 1902.

Tipo de Indústria	Número de Estabelecimentos
Fábrica de calçados	25

Fábrica de caramelos	1
Fábricas de carroças	9
Fábricas de cerveja e licores	8
Fábricas de charutos	3
Fábricas de curtumes	1
Fábricas de espelhos	1
Fábricas de fogos	2
Fábricas gelo	2
Fábricas massas	6
Fábricas de óleo	1
Fábricas peneiras	2
Fábricas quadros	1
Fábricas sabão	6
Fábricas sabonetes	1
Fábricas ferro e bronze	3
máquinas de beneficiar arroz	4
máquinas de beneficiar café	4
Olarias	10
Refinação de açúcar	4
Torrefação e moinho de café	4
Total	98

Fonte: Relatório de 1902 Apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto pelo prefeito Dr. Manuel Aurélio Gusmão, na sessão de 10 de janeiro de 1903. São Paulo: Duprat & comp, 1903. Arquivo Público de Ribeirão Preto.

Tabela 8 – Estabelecimentos Industriais em Ribeirão Preto em 1904.

Tipo de indústria	Número de Estabelecimentos
Fábrica de curtume a vapor	1
Fábrica de cadeiras de palha	3
Fábricas de eletricidade de calçados	3
Fábricas de eletricidade de café e fubá	3
Fábricas de cerveja e licores	3
Fábricas de chapéus	3
Fábricas de charutos e cigarros	3
Fábricas de espelhos	3
Fábricas de fogos	3
Fábricas gasosas e licores	3
Fábricas gelo	3
Fábricas massas	3
Fábrica a vapor de massas	3
Fábricas de óleo	3
Fábricas peneiras de arame	3
Fábricas sabão	3

Fábricas a vapor de sabão	3
Olarias	3
Máquinas de beneficiar café	3
Máquinas de costuras	3
Refinação de açúcar	3
Serrarias a vapor	3
Total	3

Fonte: Anuário Comercial do Estado de São Paulo 1904. São Paulo: Anuário Loureiro & C, 1904. Arquivo Público de Ribeirão Preto.

Tabela 9 – Estabelecimentos Comerciais em Ribeirão Preto em 1904.

Tipo de Estabelecimento	Número de Estabelecimentos
Açougue	18
Armadores	2
Armazéns de couros	1
Armazéns secos e molhados	188
Bancos	1
Bazares	4
Bilhares	2
Bilhetes de loteria	8
Botequins	53
Capitalistas	2
Casas de penhores	1
Chapelarias	1
Compradores de café	5
Confeitarias	3
Depósito de armas	5
Depósito de cal	1
Depósito de fumos	1
Depósito de madeiras e lenhas	7
Depósito vinho	1
Drogaria	1
Farmácias	9
Hospedarias	14
Hotéis	5
Lojas fazendas e armarinhos	75
Lojas de ferragens	5
Livraria e papelarias	3
Padarias	13
Representantes de bancos	3
Tipografias	2

Fonte: Anuário Comercial do Estado de São Paulo 1904. São Paulo: Anuário Loureiro & C, 1904. Arquivo Público de Ribeirão Preto.

Tabela 10 - Profissionais Liberais e Prestadores de Serviço em Ribeirão Preto em 1904.

Prof. Liberais e Prestadores de Serviço	Número de Profissionais
Advogados	17
Agências de leilões	2
Agências loterias	8
Agências consulares	3
Dentista	6
Construtores	8
Médicos	12
Oficinas alfaiates	20
Oficinas barbeiros	21
Oficinas carpinteiros	9
Oficinas colchoeiros	2
Oficinas consertador de leques	1
Oficinas consertadores de instrumentos musicais	1
Oficinas ferreiros e ferradores	9
Oficinas fundições	3
Oficinas funilarias e caldeiros	8
Oficinas joalheiros e relojoeiros	14
Oficinas marmoristas	1
Oficinas mecânicos	3
Oficinas modista	11
Oficinas pedreiros	3
Oficinas sapateiros	29
Oficinas seleiros e carreiros	9
Oficinas serralheiros	3
Parteiras	4
Fotógrafos	1
Total	208

Fonte: Anuário Comercial do Estado de São Paulo 1904. São Paulo: Anuário Loureiro & C, 1904. Arquivo Público de Ribeirão Preto.

Tabela 11 – Estabelecimentos Industriais em Ribeirão Preto em 1914.

Tipo de indústria	Número de Estabelecimentos
Fábricas de baús	1
Fábricas de cadeiras	2
Fábricas de carroças	1
Fábricas de cerveja	3
Fábricas de calçados	4
Fábricas de camas	1
Fábricas de cigarros	3
Fábricas de curtume	1

Fábricas de confeitos	1
Fábricas de doces	1
Fábricas de fogos	2
Fábricas de licores	2
Fábricas de instrumentos musicais	2
Fábricas de massas	3
Fábricas de objetos vime	1
Fábricas de peneiras	1
Fábricas de sabão	2
Fábricas de sapatos	1
Máquinas de beneficiar arroz e café	3
Moinhos de café	4
Serrarias	3
Vidraçaria	3
Total	44

Fonte: *Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto*. Sá, Manaia & Cia., 1913.

Tabela 12 – Estabelecimentos Comerciais em Ribeirão Preto em 1914.

Tipo de Estabelecimento	Número de Estabelecimentos
Açougue	13
Agência de cia. de pesca	1
Agências de jornais	2
Agências de loterias	5
Agências de negócio	9
Agências de seguros	2
Agências de bancos	4
Armazéns de secos e molhados	75
Bancos	8
Bilhares	1
Bazares	2
Botequins	14
Capitalistas	8
Casas de bicicletas	2
Casas de armas	2
Casas de máquinas de costura	2
Casas de móveis	3
Casas de louças	1
Casas de brinquedos	1
Casas de pasto	1
Charutarias	4
Chapelarias	1
Compradores de café	18
Confeitarias	4
Depósitos de cal	1

Depósitos de lenha	3
Depósitos de material	1
Farmácias	12
Hospedarias	6
Hotéis	6
Lojas de fazendas e armarinhos	23
Livrarias e papelarias	3
Padarias	9
Refinação de açúcar	4
Restaurantes	10
Tipografias	2
Total	272

Fonte: Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto. Sá, Manaia & Cia., 1913.

Tabela 15 – Estabelecimentos Industriais em Ribeirão Preto em 1924.

Tipo de indústria	Número de Estabelecimentos
Curtumes	2
Fábricas de chapéu	1
Fábricas de fumo	1
Fábricas de malas e bolsas	1
Fábricas de vassouras e escovas	1
Fábricas de arreios e selins	1
Fábricas de bebidas	3
Fábricas de calçados	3
Fábricas de carros e carroças	3
Fábricas de cerveja	8
Fábricas de doces	3
Fábricas de ladrilhos, tubos e telhas	2
Fábricas de máquinas para lavoura	2
Fábricas de massas de alimento	1
Fábricas de móveis e decoração	2
Fábricas de produtos químicos	10
Fábricas de sabão	2
Fábricas diversas	8
Fundições	50
Metalúrgicas	2
Moagem de cereais	1
Oficinas de estradas de ferro	3
Produtos farmacêuticos	1
Refinação de açúcar	4
Total	1

Fonte: OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE S. PAULO. Informações interessantes coligidas por Mercello Piza, do Departamento Estadual de Trabalho. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas do Estado de S. Paulo, 1924

Tabela 16 – Estabelecimentos Industriais em Ribeirão Preto em 1930.

Tipo de indústria	Número de Estabelecimentos
Artigos de couro	1
Consertos de máquinas em geral	1
Consertos de automóveis	6
Construções de carroças	4
Eletro-luz	1
Especialidades farmacêuticas	1
Esquadrias em geral	3
Fábricas de cadeiras	1
Fábricas de calçados	3
Fábricas de cerveja	4
Fábricas de colchões	1
Fábricas de sinalização urbana	1
Fábricas diversas	11
Fábricas de doces	3
Fábricas de ladrilhos, tubos e telhas	4
Fábricas de licores e gasosas	3
Fábricas de artigos de madeira	4
Fábricas de massas e alimentos	3
Fábricas de móveis diversos	8
Fábricas de móveis de ferro	4
Fábricas de sabão	3
Fábricas de tintas e vernizes	1
Máquinas de lavoura	1
Reparação de vagões	1
Sapataria	3
Serralharias	3
Tipografia e impressão	9
Total	85

Fonte: Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de S. Paulo. Estatística industrial do Estado de S. Paulo, 1930.

Tabela 17 – Estabelecimentos Industriais em Ribeirão Preto em 1933.

Tipo de indústria	Números de Estabelecimentos
Arreios em geral	1
Destilaria	1
Enquadraria	1
Fábricas de alimentos	3
fábricas de bebidas	5
Fábricas de cadeiras	2
Fábricas de calçados	5
Fábricas de doces	3
Fábricas de eletricidade	1
Fábricas de ferro	6
Fábricas de gelo	2
Fábricas de maquinário	2
Fábricas de materiais de	4

construção	
Fábricas de móveis de madeira	1
Fábricas de móveis diversos	8
Fábricas de peças de automóveis	1
Fábricas de vaquetas e pelicas	1
Fábricas de sabão	9
Ladrilhos	1
Metalúrgica	1
Recuperação de automóveis	3
Sapataria	1
Serralharias	6
Tipografia e impressão	12
Total	80

Fonte: Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de S. Paulo. Estatística industrial do Estado de S. Paulo, 1930.

Tabela 18 – Relação de Industriais de Ribeirão Preto, em 1928 e 1929

Nome da Empresa	Nome do Dono	Capital	Empregados	Ramo
-	Adolpho Bianchi	40.000	30	Engenho
-	Antonio Diederichsen	300.000	79	Maquinas agrícolas
Casa Sales	Antonio Salomone	35.000	19	Tipografia
-	Dante Saviolli	8.000	5	Ladrilhos
-	Duarte Bertoldi	60.000	12	Cerveja
Fábrica Centenário	Ettore Zini & Irmão	50.000	7	Licor e gasosas
	Eugenio Barrichello	13.000		Sabão comum
Metallurgica	Flavio Uchoa	6.000.000	100	Metalúrgica
-	Heitor Rigon	80.000	44	Móveis geral
Ypiranga	Irmão Vecchi	14.000	6	Sabão comum
	J. B. Ferrari & Cia.	59.000	7	Moveis
Casa São Benedicto	J. Louzada & Cia.	80.000	14	Couro
-	Jorge Peters	18.000	4	Moveis
Ragazzi	Manufact. De calçados Ragazzi S.A.	800.000	16	Calçados
Tipografia Barillari	Mario Barillari	15.000	6	Tipografia
-	Paschoal Innechi	154.000	10	Moveis
-	Pedro C. de Paula Martins	20.000	3	Especialidade farmácia
-	Salvador Delloiagono	10.000	4	Moveis
Tipografia Central	Vallaria & Cia.	100.000	13	Tipografia
Serraria Labão	Velludo Riva & Cia.	350.000	23	Serralharia
Riagrandense	Wily La Bardbury	10.000	3	Calçados
Cervjaria Paulista	-	3.000.000	205	Cerveja
Industriais em 1929				
Gráfica Brasil	A. Martins Narciso & Cia.	5.000	6	Tipografia

-	A. Zerrender	60.000	18	Serralharia madeira
-	Adolpho Bianchi	40.000	18	Engenho
-	Aliredo Tiezzi	10.000	3	Licores e Gasosas
Barracão	Ângelo Maggioni	160.000	10	Calçados
-	Antonio Diederichsen	300.000	59	Serralharia madeira
-	Antonio Diederichsen	300.000	64	Maquinas agrícola
-	Antonio Pasqualin & Filho	50.000	12	Serralharia em Geral
Casa Sales	Antonio Salomone	15.000	19	Tipografia
Ypiranga	Arcângelo Cecconi	20.000	8	Balas
-	Arduino Nocciolli	13.000	4	Esquadrias
-	Arthur Souza	15.000	6	Móveis em Geral
-	C. Guazzelli	20.000	1	Licores e Gasosas
-	Cláudio Andreto	10.000	2	Recuperação de Automóveis
-	Comp. Dumont	80.000	18	Recuperação de Automóveis
-	Comp. Dumont	10.000	5	Sabão comum
-	Cyrillo Laguna	10.000	4	Recuperação de Automóveis
-	Dante Saviolli	18.000	5	Ladrilhos
-	Domingos Zampol & Filhos	7.000	3	Esquadrias
Basile	Dr. Stefano & Basile	60.000	18	Massas
-	Duarte Bertoldi	60.000	12	Cerveja
-	Eduardo P. de Souza	25.000	11	Recuperação de Automóveis
-	Eugenio Barrichello	13.000	3	Sabão comum
Metallurgica	Flavio Uchoa	6.000.000	100	Metalúrgica
-	Francisco Antonio Calil	10.000	14	Tijolos
Nordeste Paulista	Francisco Pecca & Cia.	10.000	3	Licores e Gasosas
-	Guilherme Schubert	20.000	3	Recuperação de Automóveis
-	H. E. Kruse & Cia	24.000	1	Sabão comum
-	H. Tarrozo & Irmão	30.000	15	Móveis e geral
-	Heitor Rigon	80.000	44	Móveis em geral
-	Irmão Vecchi	14.000	4	Sabão comum
-	Irmão Vecchi	30.000	10	Tijolos
-	Irmãos Barban	8.000	2	Esquadrias
-	J. B. Ferrari & Cia	59.000	9	Moveis
Casa São Benedicto	J. Louzada & cia	4.000	14	Couro
-	João Emschermann	10.000	5	Balas
-	João Ferreira Ribeiro	5.000	3	Cerveja
-	Jorge Petus	14.000	3	Moveis
-	Jorge Zeraik	10.000	7	Tijolos
-	José Barillari	10.000	3	Esquadrias
Savoia	José Iguanchiti	15.000	4	Massas
-	José L. Alfino	25.000	4	Ladrilhos
--	José Lusiardi	10.000	3	Móveis em geral

Diário da Manhã	Juvenal Guimarães	30.000	6	Tipografia
-	Luis Lorrenzon & Filho	10.000	5	Móveis em geral
--	Luiz Mulin	20.000	6	Móveis em geral
Ramos	M. Rosário & Cia.	10.000	2	Licores e Gasosas
-	Mazzetto & Cia	22.500	20	Calçados
-	Nullo Coraucci	10.000	4	Móveis em geral
Innechi	Paschoal Innechi	150.000	60	Massas
-	Paschoal Innechi	150.000	61	Moveis
-	Paulo Ferlim	8.000	6	Serralharia em Geral
-	Pedro Bartholomen	5.000	5	Serralharia em Geral
Paulista	Pedro Pazzoli	4.000	3	Arreios em geral
-	Roque Nacarato	10.000	3	Sabão comum
-	Russo & Randinone	16.000	11	Calçados
Malerba	S. Malerba & Cia.	213.000	5	Licores e Gasosas
-	Santos Lania & Cia.	20.000	8	Ladrilhos
-	Serra & Cia.	100.000	50	Serralharia madeira
-	Souza & Ferreira	20.000	3	Esquadrias
-	Sylvestre Grandini	18.000	12	Móveis em geral
-	Thomaz Romério	20.000	3	Esquadrias
Indústrial	Toquato Rizzi	110.000	12	Massas
Tipografia Central	Vallaria & Cia	100.000	14	Tipografia
-	Vicente Barillari	30.000	7	Móveis em geral
Riograndense	Wily La Bardbury	18.800	2	Calçados
Cervejaria Paulista		3.000.000	205	Cerveja

Fonte: Secretária da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1928 – 1929.

Tabela 19 - Relação dos Industriais de Ribeirão Preto em 1930.

Nome da Empresa	Nome do Dono	Capital	Operários	
Comp. Mogyana		25.000	2	Recuperação ferroviário
Cervejaria Paulista		4.500.000	160	Fábricas de Bebidas
Cervejaria Antártica		6.000.000	269	Fábricas de Bebidas
Força e Luz de Rib. Preto		10.000.000	129	Ind. Elétrica
Cervejaria Paulista		300.000	5	Fábricas de gelo
Cervejaria Antártica		300.000	6	Fábricas de gelo
	A. Martins Narciso & Cia.	5.000	6	Tipografia
	Adolpho Bianchi	40.000	8	ind. Maquinário
Barracão	Angelo Maggioni	80.000	6	Solas de Sapato
	Antonio Diederichsen	100.000	59	Serralharia Madeira
	Antonio Diederichsen	300.000	64	Maquinas Agrícolas
	Antonio Mardocco	15.000	4	Tipografia
	Antonio Pasqualin & Filhos	24.412	8	Tipografia
Casa Sales	Antonio Salomone	15.000	19	Tipografia
	Antonio Vieste	8.384	11	Botinas e Sandálias
	Antonio Zerrender	60.000	12	Serralharia Madeira
	Archeço Cecconi	50.000	14	Fábrica de Doces
	Arduino Noccioli	12.000	2	Matérias Construção

	Arthur Souza	150.000	3	Moveis em geral
	Comp. Dumont	10.000	3	Sabão comum
	Cyrillo Laguna	10.000	4	Recuperação de automóvel
	Dellolagono & Cia.	200.000	18	Moveis em geral
	Domingos Zampol & Filhos	10.000	3	Recuperação de automóvel
	Eduardo Gomes de Souza	50.000	10	Recuperação de Carroças
	Elias Maris	6.974	12	Fábricas de Sapatos
	Emílio Fevero	30.000	3	Const. e Recuperação de Carroças
Comp. Electro - Metallurgica brasileira	Flavio Uchoa	6.000.000	100	Metalúrgica
	Francisco Cristofani	40.000	16	Fábricas de Cadeiras
	Francisco Pacca & Cia.	10.000	3	Fábricas de Bebidas
	Guazzeli	6.000	3	Fábricas de Bebidas
	H. Tarrozo & Irmão	20.000	11	Móveis em geral
	Heitor Rigon	76.000	44	Móveis em geral
	Hugo Martini	1.500	2	Tinta de Sapateiros
	Irmão Barban	8.000	3	Matérias Construção
	Irmão Pasqualin	10.000	6	Tipografia
	Irmão Vecchi	10.000	5	Sabão comum
	Irmão Vecchi	30.000	4	Matérias Construção
	Irmão Vecchi	14.000	5	Sabão comum e sabonete
	Irmãos Barrichello	4.500	2	Sabão comum
	J. B. Ferrari & Cia.	59.000	5	Camas de Ferro
	João de Binnoto	4.000	4	Fábricas de Sapatos
	João Embecheran	5.000	2	Fábrica de Doces
	João Ferreira Ribeiro	5.000	3	Fábricas de Bebidas
	João Martinelli	10.000	7	Fábrica de Doces
	José Corrêia Rangel	120.000	16	Serralharia Madeira
Diário de Manhã	José da Silva Lisboa	80.000	22	Jornal
	José de Souza	20.000	5	Moveis e cesta de Vime
	José Pimenta de Carvalho	100.000	5	Fábricas de Cadeiras e Móveis
Diário de Noticias	Juvenal Guimarães	30.000	6	Jornal
	Luis Iorrenzon & Filho	8.000	5	Móveis em geral
	Luiz Ignácio	25.000	4	Sabão comum
	Lydio Vallada	100.000	12	Tipografia
	Mario Barillari	15.000	6	Tipografia
	Marleba & Cia.	7.000	5	Fábricas de Sapatos
	Paschoal Innechi	154.482	39	Moveis de Ferro
	Paschoal Innechi	150.000	60	Massas de Alimentos
De Stefano & Basile	Pastificio Basile	60.000	15	Massas de Alimentos
	Paulo Casanova	5.000	2	Móveis em geral
	Paulo Ferlin	8.000	3	Serralharia
	Pedro Bartolomeu	15.000	4	Serralharia
Paulista	Pedro Pazzoli	4.000	3	Arreios Geral
	Quarto Bartoldi	59.465	8	Fábricas de Bebidas
	Rapheal Baccaro	2.500	2	Moveis de madeira
	Renato Barilari	50.000	10	Jornal
	Roque Nacarato	10.000	4	Sabão comum
	Russo & Rundione	20.000	14	Fábricas de Sapatos
Distillaria Marleba	S. Marleba & Cia.	294.584	4	Destilaria
	Salvador dellolagono	5.000	3	Móveis em geral

	Salvador Spadoni	114.000	6	Parafusos e buchas de automóveis
	Santos Lania e irmão	10.000	6	Ladrilhos e Mosaicos
	Serra & Cia.	100.000	50	Serralharia Madeira
	Serra Maria	5.000	3	Camas de Ferro
	Souza & Ferreira	20.000	3	Esquadrias em Geral
	Sylvestre Grandini	18.760	2	Móveis em geral
	Thomaz Ribeiro	20.000	3	Esquadrias em Geral
	Torquato Rizzi	110.000	20	Massas de Alimentos
	Travessos & Cia	10.000	3	Tipografia
	Vallada & Simosio	23.000	7	Tipografia
	Vicente Gollete	40.000		Matérias Construção
Rio Gradense	Wly La Bradbury	18.865	2	vaquetas e pelicas

Fonte: Secretária da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de São Paulo. Seção de Indústrias. Estatística Industrial do Estado de São Paulo 1930.

Tabela 20 – Resumo dos Estabelecimentos Comerciais em Ribeirão Preto em 1927.

Tipo de Estabelecimento	Número de Estabelecimentos
Açougues	31
Alfabetarias	28
Armazéns de secos e molhados	247
Barbearias	33
Bares	6
Casas de material automobilístico	4
Casas de comércio nacional ou multinacional	8
Confeitarias	9
Compradores de café	40
Compradores de cereais	5
Distribuidoras de filmes	6
Farmácias	27
Joalherias	6
Hotéis	11
Lojas de fazendas e armarinhos	148
Matérias elétricos	4
Oficinas de vulcanização	5
Padarias	23
Pensões	26
Relojoarias	18
Total	664

Fonte: MELLO, Antonio D. **Almanaque de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Diário da Manhã, 1927.

Tabela 21 – Estabelecimentos Comerciais em Ribeirão Preto em 1933.

Tipo de Estabelecimento	Número de Estabelecimentos

Açougue	31
Agências bancárias	6
Alfaiatarias	40
Artigos de automóveis	4
Bares e restaurantes	70
Calçados e chapéus	26
Diversos	577
Farmácias	21
Fazendas e armários	51
Ferragens	10
Hotéis	15
Padarias	18
Papelarias	4
Secos e molhados	148
Tipografias	7
Total	1.036

Fonte: OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE S. PAULO. Informações interessantes. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1933.

Tabela 22 – Principais Edifícios de São Paulo em 1926

Ruas	Edifícios/Proprietários	Altura (m)
Avenida São João, 239	A. Caldeira	25,0
Praça do Patriarca	Fretin	27,0
Praça da Patriarca	Mappin	28,0
Praça da Sé, 96	São Paulo Jornal	28,0
Rua São Bento, 290	Crespi	29,0
Rua Doutor Abranches com Sebastião Pereira	Orêncio Vidigal	29,3
Rua Xavier de Toledo, 9	Light	29,4
Rua Álvares Penteado	Banco Comércio e Indústria	30,0
Praça do Patriarca, 78	Condessa Penteado	30,0
Rua Quinze de Novembro, 336	Banco Comercial	30,0
Rua Benjamim Constant, 61	Bandeirantes	31,5
Avenida São João, 324/239	Guilhermina Ferreira	32,0
Rua Xavier de Toledo, 71	Aranha	32,0
Largo do Riachuelo com rua do Ouvidor	Palacete Riachuelo	32,0/30,0
Rua Líbero Badaró	Stella Penteado	34,0
Rua Álvares Penteado, 112	Banco do Brasil	34,8
Rua Barão de Itapetininga, 120	Guataparã	36,0
Rua Líbero Badaró, 282	Caio Prado	36,0
Rua Barão de Itapetininga, 50	Alves Lima	36,2
Rua Boa Vista, 116	Palmares	36,5
Rua Boa Vista, 236/245	Ramos de Azevedo	36,5
Praça da Sé, 158	Equitativa	37,5
Praça da Sé	Santa Helena	38,0
Praça Ramos de Azevedo, 254	Hotel Esplanada	38,0

Praça da Sé com rua Barão de Paranapiacaba	—	38,5
Rua Líbero Badaró	Sampaio Moreira	50,0
Rua Boa Vista, 103-113	Companhia Mecânica e Importadora	54,0
Avenida São João com rua São Bento	Martinelli (projeto inicial)	63,0
Avenida São João com rua Líbero Badaró	Martinelli (projeto inicial)	72,5

Fonte: CAMPOS, Candido Malta; SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo, op. cit., p. 65-66.